

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

GUSTAVO ROVETTA PEREIRA

**“NA BATIDA DO ACAUÃ, SE NÃO TERMINA HOJE, TERMINA AMANHÃ”:
DESENHOS ONTOLÓGICOS E DESENVOLVIMENTO RURAL
NA MODERNIDADE COLONIAL**

Porto Alegre

2022

GUSTAVO ROVETTA PEREIRA

**“NA BATIDA DO ACAUÃ, SE NÃO TERMINA HOJE, TERMINA AMANHÃ”:
DESENHOS ONTOLÓGICOS E DESENVOLVIMENTO RURAL
NA MODERNIDADE COLONIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lorena Cândido Fleury.

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Rovetta Pereira, Gustavo

"NA BATIDA DO ACAUÃ, SE NÃO TERMINA HOJE, TERMINA AMANHÃ": DESENHOS ONTOLÓGICOS E DESENVOLVIMENTO RURAL NA MODERNIDADE COLONIAL / Gustavo Rovetta Pereira. -- 2022.

298 f.

Orientadora: Lorena Cândido Fleury.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Ontologia política. 2. Desenhos ontológicos. 3. Desenvolvimento rural. 4. Colonialidade. 5. Agroecologia. I. Cândido Fleury, Lorena, orient. II. Título.

GUSTAVO ROVETTA PEREIRA

**“NA BATIDA DO ACAUÃ, SE NÃO TERMINA HOJE, TERMINA AMANHÃ”:
DESENHOS ONTOLÓGICOS E DESENVOLVIMENTO RURAL
NA MODERNIDADE COLONIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 30 de junho de 2022

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Lorena Cândido Fleury – orientadora
PGDR/ UFRGS

Prof^o. Dr. Jalcione Almeida
PGDR/ UFRGS

Prof^a. Dr^a. Adriana Paredes Peñafiel
FURG

Prof^a. Dr^a. Viviane Camejo
UFPR

Prof^o. Dr. Sandro José Silva
UFES

*Dedico este trabalho a todos os mestres e
mestras do manejo das paisagens através da
agricultura e da agroecologia.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais, Consuelo e Ubirajara, por sempre terem se dedicado a contribuir para que eu pudesse acessar conhecimentos e experiências vinculadas a uma educação de qualidade, da tenra infância aos dias atuais. Também agradeço a contribuição do meu tio Marcio, minha tia Maristela e minha avó Almerinda.

Em somatório, agradeço minhas tias Toquinha e Ducha, que fizeram a passagem no período de elaboração da pesquisa de doutorado.

À minha companheira Gabriela agradeço pelo carinho, paciência, parceria e por compartilhar a vida comigo.

Ao Mestre Claudio e o Grupo de Capoeira Angola Volta ao Mundo, nas pessoas da Contramestra Ananda, Ângelo, Tamiris, Pedro, Ludovico, Pedro Mineiro, Gustavo, Mariana, José Dalton, Gerson, Julie, Contramestra Mariana, Chichio, Guilherme, Nay, Fernanda, Ludimila, Javier, Alexis, Eduardo, Julia, Rodrigo, Marcio, Juliano, Gabriela, Mayra, Igor, Carolina, Chaila, Zé Renato, Sara e Johnatan, pelo compartilhamento da iniciação na capoeira angola, enquanto manifestação artística, filosófica e corporal.

Ao Newton do Sítio Jaqueira pelos ensinamentos sobre agroecologia.

Aos membros do Grupo de Agricultura Ecológica Kapixawa, pelas grandes experiências e aprendizados em torno da agroecologia entre 2015 e 2017, entre eles: Helia, Davi, Renan, Henrique, Leonard, Nagila, Amanda, Jheisy, Poliana, Arthur e Ana Terra. Somado a esses, os agricultores(as) parceiros: Inês, Adão, Valdir, Sebastiana, Tarciso, Gonzaga, Cenira e Edson.

Ao grupo de Capoeira Angola Zimba - Porto Alegre, da Treinela Fabi, Junior, Mara, Vitor, Manuela, Vermelho, Alicia, do Treinel André e do Mestre Boca do Rio juntamente a todos os outros angoleiros(as) e capoeiristas da grande Porto Alegre com os quais eu pude conviver em muitas rodas, nas figuras do Mestre Ratinho, Mestre Churrasco, Mestre Batista, Mestre Guto e Contramestre Jean, em especial aos domingos na Roda do Chafariz, durante 2018 e 2019.

Aos amigos Neillor e Cezar pelo incentivo e pela parceria.

Aos Prof^{os} Haloycio e Ana Claudia do Campus de Alegre da UFES.

Aos Prof^{os} e técnicos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS: Lovois, Guilherme, Paulo, Flavia, Daniela Oliveira, Daniela Garcez, Daniela Kuhn, Rumi, Gabriela, Leonardo, Marcelo, Roberto, Dionéia, Viviane, Macarena, Daniela Finamor e Fernando.

Aos Prof^{os} Sandro Silva, José Carlos, Silvia Aquino e Fabio Dal Soglio pelas contribuições durante o exame de qualificação da tese.

Aos colegas discentes do PGDR: Andrey, Mohamed, Wellington, André, Helena, Tiago, José, Julio, Élcio, Ricardo, Luna, Loyvana, Fernanda, Camila, Andressa, José Tobias, Sarita, Jaqueline, Andrea, Margarete, Dayana, Manuel, Amilcar, Amalia, Mégui, Natália, Rafael e Guilherme.

Aos professores e pesquisadores do Grupo de Estudo e Pesquisa em Tecnologia Meio Ambiente e Sociedade da UFRGS: Jalcione, Lorena, Marília, Adriano, Camila, Felipe, Angela, Gabriel, Gabriela, Guillermo, Eleandra, Daniele, Guilherme, Mohamed, Anselmo, Maycom, Aline, Julia Menin, Julia Gonçalves, Ana Carolina, Luana, Jéssica, Vitória, Lásaro e Frederico.

À minha orientadora, Prof^a Lorena, pelas valiosas contribuições e pela orientação sempre empolgada e bem-humorada.

Aos colegas professores, técnicos e discentes do tempo em que fui docente temporário do IFES no campus de Nova Venécia, entre eles: Amanda, Eduardo, Hedeone, Jhauber, Jaime, Roney, Valmir, Curbani, Manuela, Ariadna, Leander, Gerson, Marcela, Weverton, Cirleia e Pilar.

Ao João Batista, Juciane, Pedro, Beatriz, Maria José, Damião, Raquel, Dolores (em memória), Getúlio, Getúlio Filho, Deilson, Gessi, Antônio, Joice, entre vários outros que de algum modo me acolheram e trocaram comigo nos tempos em que estive no Sapê do Norte fazendo esta pesquisa.

Agradeço também a Marcelo, Daniela, Flavia, Fabiola e Beto da FASE/ES, pelos momentos de interlocução.

Aos Prof^{os} Jalcione, Sandro, Adriana e Viviane pelas preciosas reflexões na banca de defesa da tese.

À Capes, pelo tempo que fui beneficiado pela bolsa de doutorado da instituição.

RESUMO

Esta tese de doutorado em desenvolvimento rural trata dos desenhos ontológicos em disputa e das paisagens multiespécie em um grande território quilombola do extremo-norte do Espírito Santo, Brasil, conhecido pelos quilombolas e seus parceiros como Sapê do Norte. Entendo este trabalho como um exercício de aplicação das contribuições advindas da virada ontológica sobre a ecologia política e a questão ambiental e dos estudos raciais e sobre a colonialidade, com o propósito de ampliação do que, enquanto pesquisadores, podemos entender como desenvolvimento rural em sua diversidade de processos, sujeitos e manifestações na realidade. A pesquisa fundamentou-se nos conceitos de desenhos ontológicos, de Arturo Escobar, e paisagens, de Anna Tsing. São analisadas três perspectivas sobre o Sapê do Norte: os desenhos ontológicos quilombolas, que entrecruzados produziram um território e uma paisagem quilombola; os desenhos ontológicos coloniais da indústria de celulose, sobretudo materializados nos monocultivos de eucalipto; e, por fim, as formas de captura da agroecologia e do desenvolvimento rural contidos nos desenhos ontológicos de um quilombola da comunidade de Angelim 1. Desse modo, são demonstradas as formas como a indústria de celulose e o Estado romperam as condições de habitabilidade das paisagens multiespécie e de reprodução dos desenhos ontológicos quilombolas e, por outro lado, como através dos desenhos ontológicos de João Batista, quilombola que é o principal interlocutor dessa pesquisa são encampadas novas formas de concepção e produção do Sapê do Norte, enquanto território e paisagem, em vista da superação das condições coloniais impostas pelos monocultivos de eucalipto.

Palavras-Chave: Ontologia Política. Desenhos Ontológicos. Desenvolvimento Rural. Colonialidade. Agroecologia.

ABSTRACT

This doctoral thesis in rural development deals with the dispute between ontological designs and multispecies landscapes in a large quilombola territory in the extreme north of Espírito Santo, Brazil, known to the quilombolas and their partners as Sapê do Norte. I understand this work as an exercise in applying the contributions arising from the ontological turn on political ecology and the environmental issue and on racial and coloniality studies, with the purpose of expanding what, as researchers, we can understand as rural development in its diversity. of processes, subjects and manifestations in reality. The research was based on the concepts of ontological designs, by Arturo Escobar, and landscapes, by Anna Tsing. Three perspectives on Sapê do Norte are analyzed: the quilombola ontological designs, which intertwined produced a quilombola territory and landscape; the ontological colonial designs of the cellulose industry, especially materialized in eucalyptus plantations; and, finally, the ways of capturing agroecology and rural development contained in the ontological designs of a quilombola from the community of Angelim 1. Thus, are demonstrated the ways in which the pulp industry and the State broke the conditions of habitability of the landscapes. multispecies and reproduction of quilombola ontological designs and, on the other hand, as through the ontological designs of João Batista, a quilombola who is the main interlocutor of this research, new forms of conception and production of Sapê do Norte, as a territory and landscape, in in view of overcoming the colonial conditions imposed by eucalyptus plantations.

Keywords: Political Ontology. Ontological Designs. Rural Development. Coloniality. Agroecology.

.

RESUMEN

Esta tesis doctoral en desarrollo rural trata sobre los diseños ontológicos en disputa y los paisajes multiespecies en un gran territorio quilombola en el extremo norte de Espírito Santo, Brasil, conocido por los quilombolas y sus aliados como Sapê do Norte. Entiendo este trabajo como un ejercicio de aplicación de los aportes provenientes del giro ontológico sobre la ecología política y la cuestión ambiental y sobre los estudios raciales y de colonialidad, con el propósito de ampliar lo que, como investigadores, podemos entender como desarrollo rural en su diversidad de procesos, sujetos y manifestaciones en la realidad. La investigación se basó en los conceptos de diseño ontológico, de Arturo Escobar, y de paisaje, de Anna Tsing. Se analizan tres perspectivas sobre Sapê do Norte: los diseños ontológicos quilombolas, que entrelazados produjeron un territorio y un paisaje quilombolas; los diseños ontológicos coloniales de la industria de la celulosa, especialmente materializados en monocultivos de eucalipto; y, finalmente, las formas de plasmar la agroecología y el desarrollo rural contenidas en los diseños ontológicos de una quilombola de la comunidad de Angelim 1. De esta forma, se analizan las formas en que la industria de la celulosa y el Estado rompieron las condiciones de habitabilidad de los paisajes multiespecies y reproducción de los diseños ontológicos quilombolas y, por otro lado, a través de los diseños ontológicos de João Batista, quilombola que es el principal interlocutor de esta investigación, nuevas formas de concepción y producción de Sapê do Norte, como territorio y paisaje, con miras a superar las condiciones coloniales impuestas por los monocultivos de eucalipto.

Palabras clave: Ontología Política. Diseños Ontológicos. Desarrollo Rural. Colonialidad. Agroecología.

Como o mundo não tem mais uma farmácia única, trata-se então, verdadeiramente, de habitar todos os seus setores, se quisermos nos livrar da relação sem desejo e do perigo da sociedade da inimizade. Partindo de uma multiplicidade de lugares, trata-se então de atravessá-los da forma mais responsável possível, como os titulares de direitos que todos nós somos, mas numa relação plena de liberdade e, sempre que necessário, de desapego. Nesse processo, que envolve a tradução, mas também conflitos e mal-entendidos, algumas questões se resolverão por si só. Surgirão então com relativa clareza, exigências, senão de uma possível universalidade, pelo menos de uma ideia da Terra como algo que nos é comum, nossa condição comum (Políticas da Inimizade, Achille Mbembe, 2020 p. 211).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A localização do Sapê do Norte	23
Imagem 1 - Área onde eucaliptos foram colhidos recentemente entre os quilombos de Linharinho e Angelim 1	40
Imagem 2 – Casa em uma retomada na comunidade de Linharinho	41
Imagem 3 – Casa na retomada de Angelim 1	41
Imagem 4 – Vista de cima de parte dos monocultivos de eucalipto do Sapê do Norte ..	42
Imagem 5 – Mesa do 5º Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo	42
Imagem 6 – Cacimba na retomada de Linharinho.....	43
Imagem 7 – Local de plantação, projeto Agroecotur de João Batista em Angelim 1	43
Figura 2 – Atlas da Mata Atlântica do Espírito Santo, município de Conceição da Barra	101
Figura 3 – Atlas da Mata Atlântica do Espírito Santo, município de São Mateus	102
Imagem 8 – Barra do Rio Cricaré na sede Conceição da Barra.....	115
Imagem 9 – Rio Angelim, na altura do Quilombo de Angelim 1	116
Imagem 10 – Rio Itaúnas na área do Parque Estadual de Itaúnas	116
Imagem 11 – Rio São Domingos na altura do quilombo de Linharinho.....	117
Imagem 12 - Remanescente florestal de mata ciliar entre monocultivos de eucalipto e o Rio São Domingos, área hoje de posse da Indústria de Celulose.....	117
Imagem 13 – Remanescente florestal no território do quilombo de Linharinho.....	118
Imagem 14 - Remanescente florestal no quilombo de Angelim 1	118
Imagem 15 – Sapê, que dá o nome ao Sapê do Norte	119
Imagem 16 – Lagoa típica do Sapê do Norte	119
Imagem 17 – Dunas	120
Imagem 18 – Pastagens no entorno do Parque Estadual de Itaúnas	120
Imagem 19 – Monocultivo de eucalipto e pimenta-do-reino no entorno do Parque Estadual de Itaúnas.....	121
Imagem 20 - Marcas de bala na placa do Parque Estadual de Itaúnas	121
Imagem 21 – Vila de Itaúnas e o único cemitério ativo dos quilombos que ficam em Conceição da Barra.....	122

Imagem 22 – Estrada que liga a Vila de Itaúnas a Conceição da Barra, ao longo do caminho estão os acessos a vários quilombos do Sapê do Norte	122
Imagem 23 - Galinheiro no terreiro contíguo aos sistemas agroflorestais, Portos das Canoas, Angelim 1	145
Imagem 24 - Café em um sistema agroflorestal antigo, Porto das Canoas, Angelim 1	146
Imagem 25 - Maniva de mandioca brotando, Porto das Canoas, Angelim 1	146
Imagem 26 - Galinha chocando no samburá, Porto das Canoas, Angelim 1	147
Imagem 27 - Jaqueira do Gambá, Porto dos Tocos, Angelim 1	147
Imagem 28 - Terreiro e sistemas agroflorestais, Porto dos Tocos, Angelim 1	148
Imagem 29 - Tacho da Farinheira, Porto dos Tocos, Angelim 1	148
Imagem 30 - Prensa para mandioca, Porto dos Tocos, Angelim 1	149
Imagem 31 - Babosa de Dona Dolores, Porto das Canoas, Angelim 1	149
Imagem 32 - Capim Santo de Dona Dolores, Porto das Canoas, Angelim 1	150
Imagem 33 - Terreiro mesclando-se com agrofloresta, Quilombo de Linharinho	150
Imagem 34 - Casa de Farinha, com terreiro agroflorestal ao fundo, mesclando-se com a mata ciliar do Rio São Domingos, Quilombo do Cantagalo.....	151
Imagem 35 - Talhões de Eucalipto às margens da estrada entre Angelim 1 e 2 e o distrito de Braço do Rio	167
Imagem 36 - Talhão de Eucalipto no quilombo de Angelim 1	167
Imagem 37 - Tenda para o trabalho dos empregados da Suzano S.A em área onde recentemente foram colhidos eucaliptos	168
Imagem 38 - Transporte de Eucalipto em área do Parque Estadual de Itaúnas	168
Imagem 39 - Eucaliptos contíguos ao Sítio Porto das Canoas, em Angelim 1	169
Imagem 40 - “Tree Haverster” em processo de coleta de eucaliptos	169
Imagem 41 - Caminhão captando água de um córrego no entorno do Parque Estadual de Itaúnas para irrigação de mudas de eucalipto já plantadas.....	170
Imagem 42 - Área em momento posterior a colheita de eucaliptos nas proximidades de Linharinho e São Domingos	170
Imagem 43 - Área em momento posterior a colheita de eucalipto nas proximidades de Angelim 1 e 2	171
Imagem 44 - Polícia privada da Suzano S.A	171

Imagem 45 - Polícia Privada da Suzano S.A.....	172
Imagem 46 - Poço artesiano praticamente seco no quilombo de São Domingos	193
Imagem 47 - Lagoa seca, entre Conceição da Barra e Itaúnas	194
Imagem 48 - Lavoura de Mandioca com eucaliptais ao fundo, Sítio Porto das Canoas, Angelim 1	194
Imagem 49 - Baixa vazão do Rio Angelim, na altura do Porto dos Tocos em Angelim 1	195
Imagem 50 - Morobás, alguns dos poucos peixes sobreviventes no Rio Angelim	196
Imagem 51 - Área em estágio posterior ao “fomento florestal” em Angelim 1	196
Imagem 52 - Fornos para a produção de carvão em Angelim 1	197
Imagem 53 - Monocultivo de pimenta-do-reino em Angelim 1	197
Imagem 54- Roça na Retomada de Linharinho.....	198
Imagem 55- Roça em Retomada em Angelim 1.....	198
Imagem 56 - Roça na Retomada do Cantagalo	199
Imagem 57 - Incêndio de eucaliptais para a posterior invasão e ocupação	199
Imagem 58 - Área de Invasão no entorno de Angelim 1	200
Imagem 59 - Área de Invasão no entorno de Angelim 1	200
Imagem 60 - Área de Invasão no entorno de Angelim 1	201
Imagem 61 - Áreas loteadas em invasões no entorno de Angelim 1	201
Imagem 62 - Mapa das Retomadas do Angelim 1, feito por João, sobre o mapa dos talhões da indústria de celulose	237
Imagem 63 - Marcação das retomadas de Angelim 1, ao fundo área onde anteriormente só tinham eucaliptais.....	238
Imagem 64 - Casa na retomada em Angelim 1, abandonada, pois após a retirada dos eucaliptais a área se tornou um alagado, conforme foi recebendo água da chuva.....	238
Imagem 65 - Plantação alagada na Retomada do Angelim 1	239
Imagem 66 - Casa e terreiro na Retomada de Angelim 1	239
Imagem 67 - Farinheira na Retomada de Angelim 1	240
Imagem 68 - Captação de água na Retomada de Angelim 1	240
Imagem 69 - Área de membro do Coletivo Terra do Bem na Retomada de Itaúnas....	241
Imagem 70 - Fossa de evapotranspiração na Retomada de Itaúnas	241

Imagem 71 - Mapa com o trajeto do Córrego Velha Antônia (em azul) feito pelo Coletivo Terra do Bem	242
Imagem 72 - Placa do projeto de recuperação de nascentes do Córrego Velha Antônia, colocada pelo Coletivo Terra do Bem	242
Imagem 73 - Roçagem de facão, área do Projeto Agroecotur, Angelim 1	262
Imagem 74 - Coqueiros após poda e coroamento, projeto Agroecotur, Angelim 1	263
Imagem 75 - Parte das favas colhidas no projeto Agroecotur, Angelim 1	263
Imagem 76 - Sistema agroflorestal, em momento posterior a poda, projeto Agroecotur, Angelim 1	264
Imagem 77 - Intervalo para descanso, junto as bananas e cocos colhidos, projeto Agroecotur, Angelim 1	264
Imagem 78 - Área após aceiro, roçagem e poda, projeto Agroecotur, Angelim 1	265
Imagem 79 - Plantio de melancia, projeto Agroecotur, Angelim 1	265
Imagem 80 - Plantio de mucuna-preta, para adubação verde, projeto Agroecotur, Angelim 1	266
Imagem 81 - Plantio de feijão-de-porco, para adubação verde, projeto Agroecotur, Angelim 1	266
Imagem 82 - Minhocas, indicadores de fertilidade do solo, projeto Agroecotur, Angelim 1	267
Imagem 83 - Pereca em folha da bananeira, projeto Agroecotur, Angelim 1, exemplo de incidência de animais silvestres nos sistemas agroflorestias em Angelim 1	267
Imagem 84 - Plantio de quiabo, projeto Agroecotur, Angelim 1	268
Imagem 85 - Área em momento posterior a roçagem, coroamento e plantio, projeto Agroecotur, Angelim 1	268
Imagem 86 - Primeiros plantios do sistema agroflorestal do projeto Morro Agroecológico	269
Imagem 87 - Rega das mudas, projeto Morro Agroecológico, Angelim 1	269
Imagem 88 - Placa do projeto Agroflorestando o Sapê do Norte, Sitio Porto das Canoas, Angelim 1	270
Imagem 89 - Área de um SAF antigo e processo de revitalização após roçagem, projeto Morro Agroecológico	270

Imagem 90 - Área em momento posterior ao aceiro, projeto Morro Agroecológico, Angelim 1	271
Imagem 91 - Área para construção de um espaço para atividades educativas, projeto Morro Agroecológico	271
Imagem 92 - João e as sementes de Jequitibá, após poda e coleta das sementes.....	272
Imagem 93 - Broto de cabaças, projeto Morro Agroecológico, Angelim 1	272
Imagem 94 - Plantio de uma muda de coqueiro, projeto Morro Agroecológico, Angelim 1	273
Imagem 95 - Interior do viveiro, projeto Morro Agroecológico, Angelim 1	273
Imagem 96 - João e o viveiro, projeto Morro Agroecológico, Angelim 1	274
Quadro 1 - Objetivos, Marco Teórico e Técnicas de coleta de dados.....	74
Quadro 2 - percursos da observação participante e da participação observante.....	94
Quadro 3 - Desenhos ontológicos quilombolas e a constituição das condições de habitabilidade nas paisagens no Sapê do Norte	143
Quadro 4 - Os desenhos ontológicos coloniais da indústria de celulose e constituição das condições de habitabilidade nas paisagens no Sapê do Norte	166
Quadro 5 - Os desdobramentos dos desenhos ontológicos coloniais da indústria de celulose no Sapê do Norte	192

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
FASE/ES	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
APTA	Associação de Projetos e Tecnologias Alternativas
EFA	Escola Família Agrícola
COEQ	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo 'Zacimba Gaba'
TEMAS	Tecnologia, Meio – Ambiente e Sociedade
OIT	Organização Internacional do Trabalho
SEPPPIR	Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
PGDR	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
IFES - NV	Instituto Federal de Educação do Espírito Santo, Campus Nova Venécia
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
MDH - ES	Movimento Pelos Direitos Humanos do Espírito Santo
PT	Partido dos Trabalhadores
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
WRM	World Rainforest Movement (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais)
IUFRO	União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal

FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
VAR	Variedades de Alto Rendimento
PDRT	Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (da Suzano S.A)
SECULT	Secretaria Estadual de Cultura do Governo do Estado do Espírito Santo
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
MPF	Ministério Público Federal
PNAE	Programa Nacional da Alimentação Escolar
PAA	Programas de Aquisição de Alimentos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE CAMPO E DIÁLOGOS MULTIDISCIPLINARES: OS ACESSOS AO SAPÊ DO NORTE E A CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA	22
1.2	QUILOMBOS E DESENHOS ONTOLÓGICOS DA PERMANÊNCIA.....	44
1.3	ENTRE PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS E DESENHOS METODOLÓGICOS.....	69
1.4	OS CAMINHOS DE UMA PESQUISA EXPLORATÓRIA	75
2	DESENHOS ONTOLÓGICOS, PAISAGEM E CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE: ENTRE O “SAPÊ DO NORTE” DOS QUILOMBOLAS E O “BLOCO VI DE SILVICULTURA” DA SUZANO S.A.....	98
2.1	O SAPÊ DO NORTE ENQUANTO UM GRANDE ENTRECruzAMENTO DE DESENHOS ONTOLÓGICOS QUILOMBOLAS	123
2.2	O BLOCO VI DE SILVICULTURA ENQUANTO DESENHO ONTOLÓGICO COLONIAL.....	151
2.3	A FORMA MONOCULTIVO E O EUCALIPTO COMO ORGANISMO FERAL...	160
2.4	OS DESDOBRAMENTOS NAS PAISAGENS E NOS QUILOMBOS DOS DESENHOS ONTOLÓGICOS COLONIAIS DA INDÚSTRIA DE CELULOSE ..	172
2.5	ATIVISMO QUILOMBOLA, GESTÃO EMPRESARIAL DOS CONFLITOS ONTOLÓGICOS PELA INDÚSTRIA DE CELULOSE E SEUS DESDOBRAMENTOS.	180
3	DESENHOS ONTOLÓGICOS E DESENVOLVIMENTO RURAL NA TRAJETÓRIA DE UM QUILOMBOLA DE ANGELIM 1.....	202
3.1	A TRAJETÓRIA DE JOÃO BATISTA DO QUILOMBO DE ANGELIM 1	204
3.2	“O EUCALIPTO ACHAVA QUE NUNCA IA SAIR DALI”: DESENHOS E CO- DESENHOS, RETOMADAS E INVASÕES	217

3.3	“A PLAQUINHA DO AGROFLORESTANDO DEMARCA UM OUTRO COMPROMISSO COM O TERRITÓRIO”: CAPTURAS E DESENHOS ONTOLÓGICOS DE AGROECOLOGIA	243
4	CONCLUSÕES: OS DESENHOS ONTOLÓGICOS E O DESENVOLVIMENTO RURAL ENQUANTO ONTOLOGIA POLÍTICA	275
	REFERÊNCIAS	281

1 INTRODUÇÃO

“Na batida do acauã, se não termina hoje, termina amanhã”, título desta tese de doutorado, se refere a um ditado popular usualmente dito por Dona Dolores, quilombola da comunidade de Angelim 1. O ditado foi evocado por seu filho João Batista, principal interlocutor desta pesquisa, durante um dia em que estávamos trabalhando na roça, em uma área onde ele desenvolvia um projeto de agroecologia.

O motivo de ele ter lembrado do ditado em questão foi para contrapor minha percepção em relação à forma como nosso trabalho de roçagem e poda rendiam. Na época, eu havia recém-chegado da minha estadia em Porto Alegre, afoito para me somar aos trabalhos de João na roça. Ao mesmo tempo, eu havia sido socializado diferentemente em experiências com trabalho na roça e com a agroecologia, onde o trabalho em mutirões deveria ser contínuo e de certa forma extenuante, algo relacionado a uma concepção de trabalho na roça como um processo penoso e naturalmente sofrido, mesmo em experiências de agroecologia. Estes aspectos de uma filosofia acerca do trabalho também se vinculam às formas como as populações descendentes de imigrantes italianos do Espírito Santo enxergam a labuta nas lavouras e na pecuária, visão de mundo que tive contato durante diferentes momentos ao longo do Sul do Espírito Santo. Portanto, ao trabalhar com João por meio da agricultura, pude perceber gradualmente uma diferença na forma de capturar o trabalho na roça, e o ditado sobre o pássaro acauã em sua paciência estratégica e perseverança, foi se tornando uma síntese dessas diferenças e desse contato.

De uma outra mão, o significado deste ditado popular foi se tornando para mim uma grande metáfora da situação dos quilombolas do Brasil no geral, bem como, de João Batista entre outros quilombolas do Sapê do Norte em particular. Estas pessoas, ao longo de centenas de anos de reprodução de suas vidas no Brasil, mesmo encampando um reiterado esforço em vista de melhores condições de vida e de autonomia, nunca encontraram circunstâncias favoráveis ou uma verdadeira vitória em relação aos colonizadores, a não ser a própria permanência nas lacunas da modernidade colonial.

Em vista disso, retornando à moral do ditado, não adianta ter pressa, isto é, querer produzir uma grande interferência em uma paisagem a partir da agroecologia em apenas

um dia, pois a disputa é longa e não denota uma perspectiva concreta de vitória. Este trabalho, resultado de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento rural, se trata exatamente disso, de analisar alguns desenhos ontológicos quilombolas, historicamente localizados, que como diversos outros protagonizados por indígenas, camponeses e comunidades negras, principalmente na América Latina e na África, buscaram reiteradamente romper com a colonialidade.

A pesquisa escrita nessas páginas trata das formas de permanência de comunidades quilombolas em um território profundamente colonizado desde os anos 1960 pela indústria de celulose, no Sapê do Norte, localizado no extremo-norte do Espírito Santo. Contexto atravessado por uma longa relação entre diferentes formas de construção de mundo, o subproduto dessas ontologias e das relações entre as diferentes ontologias, em especial nos desdobramentos dessas conexões no ambiente. Dizendo a partir das abordagens teóricas utilizadas na pesquisa em questão, as relações entre os desenhos ontológicos dos quilombolas e da indústria de celulose e seus desdobramentos nas paisagens.

Destacadamente, entre as formas de permanência dos quilombolas da região, me dedico a análise do sentido, da forma e das consequências dos projetos e práticas voltados ao desenvolvimento rural e a agroecologia de João Batista, do quilombo de Angelim 1, sob as circunstâncias produzidas pela colonialidade da indústria de celulose na região e seus efeitos nas paisagens.

Para a materialização da pesquisa, me utilizei de abordagens vinculadas ao grande campo de estudos e pesquisas da sociologia da questão ambiental, dos estudos sobre colonialidade e dos estudos rurais e sobre desenvolvimento rural. Principalmente, da abordagem dos desenhos ontológicos (ESCOBAR, 2012; 2016; 2018) e dos estudos sobre a constituição das paisagens multiespécie (TSING, 2019).

Em síntese, os interesses que me levaram a construção dessa pesquisa estão voltados a análise de conflitos ambientais/ontológicos mais difusos ao longo do fazimento de mundo dos sujeitos das comunidades, territórios e paisagens. Quer dizer, para além daqueles conflitos em espaços mais demarcados nas arenas públicas, vinculados aos diferentes interesses acerca da instalação e/ou das consequências de grandes projetos industriais e/ou de “desenvolvimento”.

De outro lado, a pesquisa também materializa o meu desejo de investigar o fato de como populações não-brancas tem capturado a agroecologia e o desenvolvimento rural no desenho de seus territórios e paisagens. Isto, para além da compreensão do mundo rural e da agroecologia como independentes de um caráter étnico e racial.

Por último, as análises concernentes a esta tese de doutorado também se justificam por abrangerem situações onde são encampados processos de “transição ecológica” e/ou “transição agroecológica”, isto é, a produção de condições de habitabilidade (TSING, 2019) mais positivas da perspectiva das comunidades, sob condições de conflito ambiental/ontológico e de colonialidade. De modo a contribuir para a superação da ideia de transição como algo meramente técnico ou no âmbito da mudança de insumos “externos/químicos” para “internos/orgânicos” como se a estabilidade na terra, a ausência de conflitos vinculados a expansividade colonial do extrativismo e da grande propriedade fossem circunstâncias dadas a tudo aquilo que podemos chamar de mundo rural.

A estrutura deste trabalho envolve a seguinte sequência lógica. Primeiramente, na continuação do capítulo 1, apresento a formulação de um problema de pesquisa que vincula minha trajetória enquanto pesquisador, meus interesses e a construção do meu acesso ao Sapê do Norte e suas questões, bem como da concepção da minha interlocução com João Batista do Angelim 1. Para isso, foi necessária a formulação de um marco teórico que atrela o campo da sociologia da questão ambiental e da ecologia política (especialmente a partir da virada ontológica), juntamente aos estudos sobre a colonialidade e o campo do desenvolvimento rural. Em seguida, tratei dos pressupostos metodológicos da pesquisa, bem como dos caminhos percorridos para o seu desenvolvimento.

Já nos capítulos 2 e 3 tratei de analisar a realidade do Sapê do Norte, a partir do marco teórico constituído para a pesquisa. No capítulo 2, fiz um exame da constituição histórica da paisagem do Sapê do Norte, sobretudo acerca dos desenhos ontológicos quilombolas e os desenhos ontológicos coloniais da indústria de celulose e do Estado e seus diferentes subprodutos na produção do Sapê do Norte enquanto paisagem multiespécie.

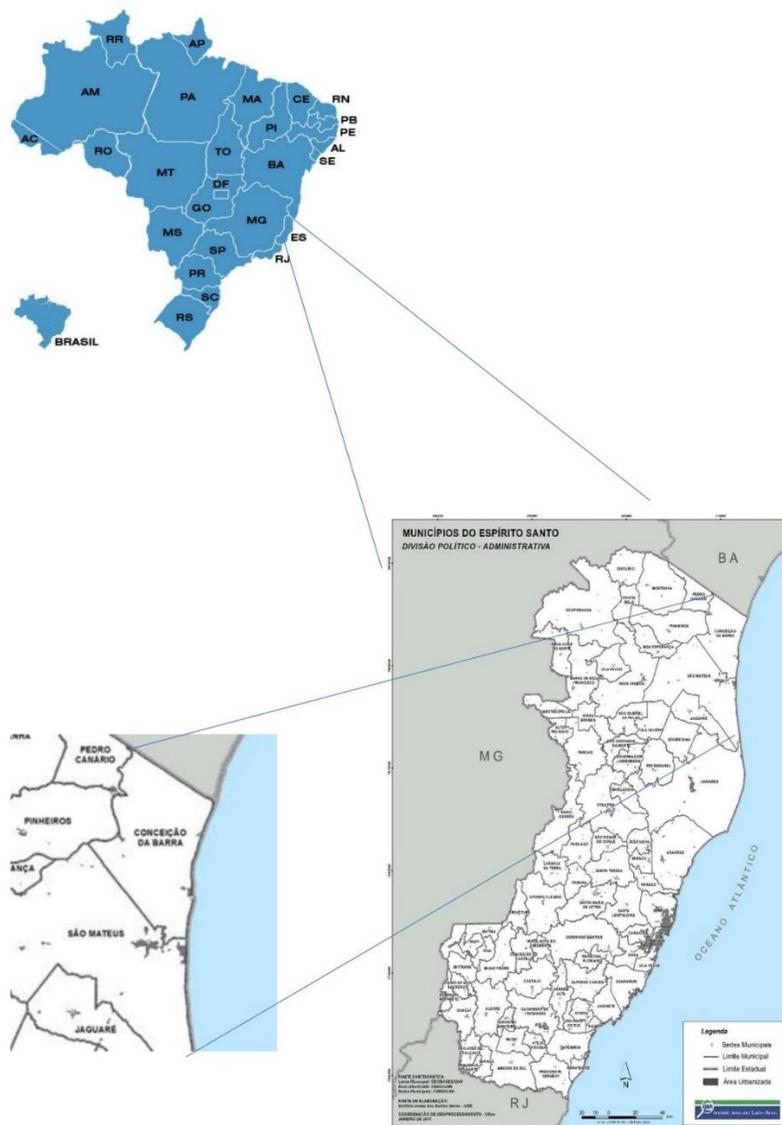
Durante o capítulo 3, retratei a trajetória de João Batista, quilombola do Angelim 1, em suas capturas ontológicas do desenvolvimento rural e da agroecologia e na forma como ele tem elaborado desenhos ontológicos em seus diferentes projetos no Sapê do Norte, assim como os desdobramentos destas práticas. A relação entre os capítulos 2 e 3 denota a vinculação das circunstâncias produzidas pela colonização do Sapê do Norte a partir da chegada da indústria de celulose, tal qual dos desenhos ontológicos quilombolas desde a constituição da região como um grande território quilombola, com os desenhos ontológicos de João.

Por fim, no capítulo 4, elaborei as conclusões deste trabalho, isto é, de que maneira esta tese ofereceu contribuições para os diferentes campos de pesquisa articulados neste estudo, bem como para o entendimento da realidade das comunidades negras rurais quilombolas do Brasil. Isto, sem deixar de pontuar as lacunas e as novas perguntas ocasionadas por essa imersão na realidade do Sapê do Norte.

1.1 PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE CAMPO E DIÁLOGOS MULTIDISCIPLINARES: OS ACESSOS AO SAPÊ DO NORTE E A CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA

O grande Sapê do Norte abrange as seguintes comunidades: Itaúnas, Córrego Santa Isabel, Guilhermina, Córrego do Sertão, Angelim 1, Angelim 2, Linharinho, Corrego do Macuco, Angelim 3, Cacimba, São Domingos de Itauninhas, Santaninha, Dilô Barbosa, Morro do Arara, Nova Vista, Chiado, Roda D'água, Coxi, São Domingos, São Jorge, Santana, São Mateus, Beira Rio Arural, Serraria, São Cristóvão, Mata Sede, Divino Espírito Santo, Santa Luzia, Córrego Grande, Palmitinho 1, Palmitinho 2, Angelim Disa, Córrego Seco e Cantagalo.

Figura 1 - A localização do Sapê do Norte



Fonte: adaptado de Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e (DNIT, [2013] e Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN, 2022).

A primeira vez que estive no Sapê do Norte enquanto pesquisador foi durante o mês de julho de 2018, quando visitei uma das retomadas de Linharinho no município de Conceição da Barra. No momento, estava junto de amigos(as) pertencentes a um mesmo grupo de capoeira angola. Estávamos ali para participarmos de uma atividade do grupo junto à família que morava na retomada. Nesse primeiro momento, percebia a retomada em questão como um desdobramento natural da militância quilombola em relação à espoliação produzida pelo monocultivo de eucalipto, no extremo-norte do Espírito Santo. Neste sentido, como amigos e interlocutores(as) compartilham comigo, as retomadas seriam terras ocupadas por quilombolas que anteriormente haviam sido expulsos por agentes do governo para que, no lugar, fossem implantadas as plantações de eucalipto da Aracruz Celulose S.A, em meados da década de 1960.

Na época da minha visita, já conhecia boa parte da história do processo de espoliação produzido pela indústria de celulose na região norte do estado, tanto em relação às populações Tupinikim e Guarani no município de Aracruz, quanto em relação às comunidades quilombolas de São Mateus e Conceição da Barra. A construção do meu imaginário sobre o monocultivo de eucalipto é fundamentalmente atrelada à forma como esse problema circulou nas falas de muitos colegas, professores, estudiosos e/ou militantes da causa quilombola, indígena e da justiça ambiental no Espírito Santo, com os quais tive interlocução e certo engajamento durante os sete anos que frequentei a Universidade Federal do Espírito Santo, onde me graduei e fiz mestrado, ambos em Ciências Sociais, de 2007 a 2014.

Porém, no primeiro contato, eu não tinha ideia da diversidade de situações e percepções que a questão das retomadas manifestava. Também não sabia de fato que o Sapê do Norte não consistia em um território contínuo, respectivo a um quilombo, mas, um mosaico complexo de comunidades remanescentes quilombolas, permeadas por fazendas, plantios de eucalipto, simultaneamente cortada por estradas construídas tanto pelo governo quanto por aquelas produzidas pela indústria de celulose para manejar suas plantações. Foi ao longo de várias interlocuções com agentes quilombolas, não-quilombolas, bem como, com a produção audiovisual e acadêmica que fui gradualmente costurando esta colcha de retalhos.

A priori, foi por meio de não-quilombolas que tive acesso ao Sapê do Norte. De um lado, através de membros do meu grupo de capoeira angola, de outro lado, por informações produzidas (principalmente através de documentários) pela organização não governamental de nome Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE/ES), em sua coordenação no Espírito Santo, atuante na questão da Justiça Ambiental há anos no estado, e especificamente no lócus desta pesquisa.

O motivo inicial que me levou às retomadas foi para participar de um mutirão organizado pelo meu grupo de capoeira angola que contribuiria com o término da construção de uma casa, entre outros serviços na roça, como roçagem e plantio, demandados pela família que vivia naquelas terras. Nesse momento, também houve a entrega de uma roçadeira comprada com ajuda de uma rifa organizada pelo coletivo de capoeira angola, no sentido de auxiliar na lida cotidiana da retomada em questão.

Por outro lado, esse mutirão se atrelava aos interesses de uma ONG de agroecologia da qual eu fazia parte à época. O mutirão contava também com membros comuns ao grupo de capoeira angola. Uma das atividades foi pensar direcionamentos para o manejo daquela área, mas, devido ao pouco tempo, não foi possível ir além de algumas conversas e algum trabalho.

O mutirão durou um fim de semana, no entanto eu e uma outra membro tanto do grupo de capoeira quanto do grupo de agroecologia participamos de uma investigação das consequências do monocultivo de eucalipto na Bacia do Rio São Domingos, durante toda a semana posterior, junto à FASE/ ES, representantes dos pescadores artesanais, das marisqueiras de Conceição da Barra, bem como dois quilombolas (da retomada de Linharinho e da comunidade Angelim 1), uma pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), habilitada para a análise da contaminação das águas e outros ativistas.

A ideia era passar por vários pontos onde seriam colhidas evidências do impacto contínuo do monocultivo de eucalipto, tanto nos ambientes quanto na vida das comunidades, com o intuito de produzir um material de denúncia para o “Dia Mundial Contra o Monocultivo de Árvores”, dia 21 de setembro. Segundo os(as) coordenadores(as) da FASE/ ES, a partir das informações colhidas seriam feitos textos e vídeos para circularem em um sítio na internet e nas redes sociais vinculadas à causa, sobretudo em alguns países da Europa, a exemplo da Alemanha, que foi apontada pela

ONG como grande consumidora dos produtos feitos a partir da celulose cultivada no extremo-norte do Espírito Santo.

O grupo de agroecologia do qual eu participava à época já tinha interagido algumas vezes com a FASE/ES em algumas atividades. Além disso, durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia, a outra membra do grupo que ficou junto comigo para a investigação na Bacia do Rio São Domingos também conheceu e se articulou com alguns dos quilombolas da retomada, entre outros que também participaram das atividades do mutirão, por exemplo uma pessoa oriunda do Quilombo de Angelim 1, que veio a ser, mais tarde, o principal interlocutor desta pesquisa. Fato que coaduna fundamentalmente para nossa participação nessa atividade.

Além disso, eu já estava terminando o primeiro semestre do meu curso de doutorado, buscando uma experiência de manejo das paisagens pelas populações negras no Espírito Santo, para que fosse foco da minha pesquisa. Nos meus anseios, estas experiências deveriam esboçar o protagonismo dessas populações, ao mesmo tempo em que dialogassem de alguma forma com a agroecologia, na lida com ambientes degradados, por projetos relacionados ao extrativismo enquanto produção de commodities para exportação. De certo modo, esta pesquisa contribui para a superação da ideia de que a transição agroecológica é somente uma transição de insumos, químicos para orgânicos ou de externos para internos, para quem já tem a propriedade assegurada e não tem sua trajetória e sua ancestralidade marcada pelo racismo, ou seja, algo quase que exclusivamente de fenótipo branco. Por outro lado, também demonstraria outro lado dos conflitos ambientais, vinculados à permanência e à reinvenção de ambientes degradados.

Meu maior aprofundamento naquilo que compreendo como agroecologia se deu quando morei no município de Alegre, extremo-sul do Espírito Santo, quando fui professor substituto de Sociologia no Campus de Alegre da UFES e depois professor de educação básica em duas escolas estaduais, experiências ocorridas entre o segundo semestre de 2015 e os dois primeiros meses de 2018. Paralelamente ao exercício da docência, participei ativamente das atividades do Grupo de Agricultura Ecológica Kapixawa, que envolviam visitas a casas de agricultores(as), mutirões, reuniões, seminários e grupos de estudos voltados à agroecologia.

Nesse período, também aprendi muito com o Sr. Newton Campos, o “Plantador de Água”, dono do sítio onde eu morava. Esse senhor, durante mais de trinta anos, transformou o sítio que recebeu de herança, convertendo pastagens em agroflorestas, através do conjunto de práticas e saberes que ele mesmo denomina como “plantio de água”. Diante disso, minha apropriação da agroecologia em um primeiro momento foi menos teórica e mais prática, ligada ao manejo de unidades agrícolas de lugares amplamente desmatados e tomados por pastagens. Por consequência, cheguei ao doutorado com a ideia de estudar experiências agrícolas e/ou agroecológicas na lida com ambientes fragilizados, pelo desflorestamento, pastagens e/ou monocultivos.

De certa forma, esse desejo somou-se à minha trajetória acadêmica, sobretudo minha dissertação de mestrado. Uma etnografia sobre as relações entre a Pesca Artesanal no município de Anchieta, no Sul do Espírito Santo, e as atividades de beneficiamento e exportação de minério, sob o controle da Samarco S.A (PEREIRA, 2014). Foi a partir dessa experiência que passei a me interessar por comunidades que viviam de manejar mais intimamente o que a sociedade moderna concebe como os “ciclos e as dinâmicas da natureza”. No caso dos pescadores artesanais, isso envolvia o manejo de todas as alterações degradantes proporcionadas pela mineração na costa dos povoados de Ubu e Parati.

Na minha dissertação reforcei uma concepção de cultura e de diferença cultural, embasada nas formas de apropriação e transformação criativa do ambiente, na geração de saberes, fazeres e de uma corporalidade, muito influenciado pela obra *The Perception of Environment* de Tim Ingold (2000), bem como, do conjunto da obra de Antônio Carlos Diegues sobre a Pesca Artesanal enquanto trabalho humano de seu próprio gênero, no sentido de sua ligação com a natureza e a sociedade, diferente tanto em relação à agricultura, quanto em relação ao trabalho nas sociedades industriais. Por outro lado, abordei a mineração da Samarco, enquanto grande projeto de desenvolvimento. Para isso, me apropriei fundamentalmente da ideia de *Campo de Desenvolvimento* de Gustavo Lins Ribeiro (2008, 2014).

Voltando ao meu primeiro contato presencial com as retomadas, naquele momento pude observar o recorte ambiental que, na minha perspectiva, são representativos da realidade de quase todas as retomadas, a partir de parte significativa

dos interlocutores(as) com quem tive contato ao longo da pesquisa. A retomada era uma clareira em meio ao eucaliptal, onde já havia uma casa de pau-a-pique, ainda incompleta, com chão de terra batida, um terreiro que mesclava alguns plantios, chão batido, compactado e duro quase como cimento. Em meio ao chão surgiam algumas plantas espontâneas, que conseguiam perfurar o solo compactado. Neste terreiro, que se alongava significativamente, já havia árvores nativas de médio porte, algumas frutíferas, mandioca e urucum, entre outras plantas. Existia também uma quantidade significativa de tocos de eucalipto, que haviam sido arrancados.

Seguindo do fundo da casa em diante, passamos por meio de uma outra trilha de tocos de eucaliptos que haviam sido queimados e cortados, mesmo assim permaneciam ali, insistentes. Ultrapassando essa trilha, chegamos a uma outra área de plantio que já se dividia com uma área de outra família da retomada de Linharinho. Esta já estava com o mato relativamente alto de uma maneira que não era possível ver o chão. Revezamos na roçagem com roçadeira, bem como na “coroação” (limpeza ao redor) das mudas de urucum.

Em uma retomada vizinha, era possível ver uma caixa d’água suspensa, de uma outra família. Este recipiente era enchido através do moto-bombeamento da água contida no interior de um poço artesiano. Já os moradores da retomada em que estávamos, coletavam água de uma área de várzea bem abaixo da casa, em um poço cavado manualmente. Eles usavam um balde e uma vara de madeira usada para levar o balde até o fundo do poço.

A unidade familiar da retomada era composta por um casal. A mulher era originária do Quilombo de Linharinho e o homem, do Quilombo de Chiado. Ambos já haviam tentado viver por mais de uma vez na zona metropolitana de Vitória, capital do Espírito Santo, bem como em outras partes do território do Sapê do Norte. No entanto, há alguns anos estavam tentando se adaptar a esta área específica, através de uma agricultura que eles definiam como sendo relacionada à agroecologia. Ambos jovens adultos, foram formados por uma longa articulação das comunidades quilombolas pelos direitos ao território, perante a ocupação do eucalipto, e também em processos formativos ligados à articulação junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, no extremo-norte do Espírito Santo, bem como ao longo de vários projetos junto à ONG FASE/ES.

Posteriormente à vivência nessa retomada em específico, tive a experiência de investigação de alguns pontos relacionados à bacia do Rio São Domingos. Passar por esses lugares me proporcionou compreender o Sapê do Norte para além das retomadas. A incursão dividiu-se em dois grupos: eu fiquei com o grupo responsável por visitar três núcleos familiares espalhados e descontínuos, no Quilombo de São Domingos, um núcleo familiar no Quilombo de Linharinho e um remanescente florestal. Todos esses locais tinham seu acesso e entorno intensamente permeados por grandes plantações de eucalipto. Os caminhos feitos, foram planejados pelos quilombolas da expedição. Eles escolheram locais que, em sua visão, ofereceriam uma perspectiva mais profunda sobre as consequências das grandes plantações de eucalipto na região.

Durante a visita aos quilombos, a interlocução ocorreu com os membros mais antigos das famílias, que já estavam chegando em uma idade mais avançada. Entre eles, havia uma senhora no Quilombo de São Domingos que possuía quase cem anos. Ademais, pude observar os terreiros (a forma como chamamos os quintais nas roças de boa parte do Espírito Santo) desses núcleos familiares, que destoavam das estradas tomadas pela paisagem monocultural do eucalipto.

Esses terreiros eram compostos por pés de manga, de jaca, entre outras frutíferas, e por galinhas ciscando e roças de mandioca. Um dos núcleos familiares possuía uma farinha onde eram feitos farinha, beiju, tapioca e pamonha (ou moqueca) de tapioca. Nesse mesmo local, vimos um poço artesiano que, segundo moradores(as), estava com mais de cinquenta metros de profundidade para dar acesso à água, mesmo assim com dificuldade. Também vimos córregos que secaram completamente, outros que viraram pequenas valetas.

Nessas mesmas visitas, ouvi moradores de um dos núcleos familiares do Quilombo de São Domingos relatarem terem ficado completamente sem água em alguns períodos durante a seca que ocorreu no Espírito Santo entre 2015 e 2017. Nessa época, eles dependeram integralmente de alguns carros pipas disponibilizados pelo governo do estado do Espírito Santo. Mais tarde, fui saber que isso aconteceu em outros quilombos do Sapê do Norte, a exemplo do Quilombo de São Cristóvão, em São Mateus, que também passou pelo mesmo problema na época.

Posteriormente, visitamos um outro núcleo familiar de Linharinho, que tinha como referência uma senhora quilombola, uma das lideranças do movimento quilombola do Sapê do Norte. A área correspondente a este núcleo familiar era um mosaico que agregava, de uma maneira difusa, hortas, pomares, casas, áreas de mata em regeneração, eucaliptos, pequenas estradas e trilhas, roças sendo usadas, outras deixadas em descanso. Esta senhora era uma das lideranças do “Jongo de Santa Bárbara” e da “Mesa de Santa Bárbara”¹, entre outras rezas manifestadas por algumas famílias da região.

Nas nossas caminhadas sobre o terreno, a senhora nos mostrou áreas onde foram desenvolvidos projetos de agroecologia vinculados ao trabalho conjunto com a Associação de Projetos e Tecnologias Alternativas (APTA), uma ONG com um longo trabalho na região norte do estado. Ela mostrou também onde eram locais de plantio de seu pai e seu avô, quando eram ainda vivos, entre outros locais significativos em relação a sua memória, bem como de projetos para o futuro, como o local de construção de uma casa de reza, feita a partir da seleção em um edital do governo do Espírito Santo.

Para além, me sensibilizaram nesses contatos os relatos que marcaram bastante a chegada do eucalipto na década de 1960, como grande vetor de transformações negativas naquelas localidades. Entre tais transformações posso citar a espoliação das terras das comunidades quilombolas e a expulsão estimada em 95% dos moradores(as) à época. Tais relatos fizeram coro com outras falas de membros das comunidades, bem como, mais tarde, os relatos e análises presentes nos principais trabalhos acadêmicos que pude ler sobre o contexto e a região, os quais citarei em vários momentos desta pesquisa.

Todavia, me chamaram ainda mais a atenção as formas de permanência dessas famílias, presentes no seu entendimento sobre a indústria de celulose, seus direitos enquanto quilombolas. Tal como, principalmente nos elementos de seus manejos diversificados dos terreiros e das suas roças, mesmo diante de um ente colossal da magnitude do monocultivo de eucalipto.

¹ Jongo é uma expressão cultural que envolve dança, música, canto e toques de tambor. Já a Mesa de Santa Bárbara é um tipo de reza, de manifestação da religiosidade típica ao Sapê do Norte.

Em meio a essa incursão de aproximadamente uma semana, me aproximei e fiz amizade com um quilombola de Angelim 1, um dos “guias” da incursão pelo Sapê do Norte, que focava locais relacionados à Bacia do Rio São Domingos. Esse interlocutor nasceu em um núcleo familiar no quilombo de Angelim 1 e de maneira semelhante a outros quilombolas de sua geração, estudou na Escola Família Agrícola de Vinhático (escola nessa modalidade mais próxima às comunidades do Sapê do Norte). Ele também já tinha trabalhado como colaborador fixo na FASE/ ES, assim como em uma das empresas prestadoras de serviço da Indústria de Celulose e aproximadamente há 7 anos se concentrava em desenvolver um manejo de uma área de sua família sob a égide de sua forma de apropriação do que seria um manejo agrícola fundamentado na implementação de sistemas agroflorestais e agroecologia em um sentido amplo.

Além disso, esse interlocutor, em especial, tinha participado durante toda a juventude das articulações do movimento quilombola do Sapê do Norte, principalmente em iniciativas ligadas à busca pela delimitação e titulação do território de sua comunidade. Também participou das ações que culminaram nas primeiras retomadas.

Desse modo, essa pessoa possuía uma visão complexa permeada pelas suas experiências sobre a configuração socioambiental relativa ao Sapê do Norte. Tal visão era dotada de uma perspectiva sobre a chegada do eucalipto e suas consequências para os quilombolas, assim como sobre a “função da terra”, ou seja, que tipo de desenvolvimento rural seria mais compatível com a localidade, ou como proporcionaria uma contribuição positiva sobre o bem-estar das populações quilombolas.

Na perspectiva desse quilombola de Angelim 1, chamado João Batista, a problemática relativa ao bem-estar dos quilombolas não estaria em relação somente à recuperação das terras espoliadas pela indústria de celulose, mas na conversão dos solos das áreas que anteriormente eram permeados pelo eucalipto. Na sua visão, isso passaria por um manejo que se aproximasse da agroecologia como medida e a superação do que ele chamava da “mentalidade de fazendeiro” presente no território, que reproduzia os paradigmas monoculturais, privilegiando o uso de agroquímicos, o monocultivo de café, de pimenta-do-reino e até de eucalipto para a feitura de carvão. João Batista não deixa de considerar, nesta interpretação, que essa mentalidade chegou ao Sapê do Norte através dos fazendeiros locais, das lojas agropecuárias, seus donos e

funcionários e da empresa do ramo de celulose, essa inclusive disponibilizava formalmente e informalmente insumos químicos para as comunidades.

A partir dessa interação inicial com esse interlocutor, em especial, fui construindo gradualmente a problematização desta pesquisa. Isto é, iniciamos um diálogo da minha trajetória e conhecimentos, tanto da minha vida pregressa ao doutorado, quanto do meu acesso às discussões relativas ao campo multidisciplinar do desenvolvimento rural e da agroecologia, em relação às perspectivas de João Batista, esboçadas em suas experiências, projetos e expectativas.

Desde então, voltei ao Sapê do Norte em janeiro de 2019 e depois, quando morei na Vila de Itaúnas, sendo vizinho de João entre setembro do mesmo ano e todo o mês de janeiro de 2020, e, posteriormente permaneci por lá durante duas semanas em agosto de 2021. Todo ou quase todo o meu acesso ao Sapê do Norte passou pela mediação desse interlocutor, desde conhecer o núcleo familiar de seus pais, até outros núcleos familiares quilombolas e algumas outras retomadas, principalmente de Angelim 1.

Ademais, fui junto a ele no 5º Encontro Estadual de Comunidades Quilombolas do Espírito Santo, que ocorreu em São Mateus, município que é abrangido pelo Sapê do Norte. Pelo motivo da proximidade, nesse encontro tinham muitos representantes das dezenas de comunidades quilombolas do Sapê do Norte, fui apresentado a algumas delas e pude ouvi-las falar durante as plenárias.

Entre essas pessoas, pude ver uma parte significativa nutrindo a preocupação em seus discursos com a forma de agricultura praticada nas comunidades, a vulnerabilidade aos agrotóxicos e as consequências negativas da espoliação dos territórios do Sapê do Norte pela indústria de celulose. Havia preocupação também em relação à capacidade dessas famílias suprirem uma alimentação de qualidade nas comunidades, assim como a menção da agroecologia como paradigma afim ao que podemos chamar de “causa quilombola”. Estes elementos estavam presentes, sobretudo, nas falas daqueles (as) protagonistas do movimento quilombola, na faixa dos vinte aos quarenta anos, em especial dos quilombos de Divino Espírito Santo e de São Cristóvão, ambos em São Mateus e no caso de João, do quilombo de Angelim 1.

No caso das interlocutoras de Divino Espírito Santo e de São Cristóvão, a agroecologia viria a fortalecer a própria capacidade das famílias permanecerem em suas

terras com qualidade de vida, sobretudo o acesso à alimentação de qualidade, à renda através da comercialização da produção, ao resgate do manejo das plantas medicinais nos quintais, entre outras coisas. Por outro lado, João Batista via a agroecologia não como pacote fechado, já pronto, como escrito em livros, artigos científicos e manuais, que, em parte, ele teve acesso. Ele a via como paradigma conectado com a forma de relação de todas as comunidades com a terra, incluindo as retomadas, tanto é que ele passou a fazer parte da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo 'Zacimba Gaba', em um setor responsável por problematizar a agricultura nos quilombos, com intuito de contribuir, na medida do alcance da coordenação, a partir dessa forma característica de apropriação da agroecologia.

Outro ponto significativo da reunião das comunidades quilombolas do Espírito Santo foi a explicitação de um ponto contrário às retomadas da parte de um outro quilombola da comunidade de Angelim 1, de um núcleo familiar distinto do meu principal interlocutor. Ele suscitou o fato de as retomadas estarem, de certa forma, fora de controle e esbarrando literalmente na ancestralidade do direito àqueles territórios que estão em litígio junto à justiça para titulação como território inalienável para as famílias quilombolas de Angelim 1. Segundo ele, muitas famílias que não são da comunidade em questão estão ocupando as áreas. Isto, conforme seu relato, é um problema, mesmo que as "retomadas retirem o eucalipto da terra", o que é, na visão dele e de outros quilombolas, um fator significativamente positivo.

Diferente desta perspectiva, João entendia que o direito de permanência das famílias nas retomadas deveria ser relativo ao manejo dos solos e às formas das relações das famílias das retomadas com as demais famílias quilombolas. Em outras palavras, se essas relações fossem saudáveis, pautadas na construção de respeito e pertencimento comunitário e o manejo seguisse os paradigmas da agroecologia, simplificados na ideia de implantação de uma agricultura relativamente diversificada, mesclada com a floresta, sem o uso de agrotóxicos, o fato das famílias permanecerem nas retomadas fortaleceria todo o Sapê do Norte. Além disso, ele concordaria caso a justiça concebesse a retirada daqueles supostos não-quilombolas das terras.

A partir dessas interlocuções, pude pensar que a pauta quilombola em relação às demandas e projetos para o desenvolvimento das comunidades excede a recuperação

ou a titulação de suas terras. Por outro lado, essa pauta encontra-se nas questões relacionadas a como essas famílias permanecerão nessas terras, obtendo bem-estar relativo, alimentação de qualidade, renda e uma gama de oportunidades para usufruir da diversidade de experiências que o mundo oferece, como, por exemplo, cursarem uma universidade e/ou terem um excedente de renda.

Ao analisar essas diferentes percepções, advindas da interlocução com alguns dos quilombolas do Sapê do Norte, notei uma diversidade de situações e formas de problematização do referido contexto. Diante disso, pontuo que as questões e elaborações suscitadas por eles acerca de sua realidade dialogam com a problemática proveniente do campo de estudos do desenvolvimento rural, assim como de campos afins.

Entre os campos afins estão os estudos e abordagens sobre as comunidades negras rurais brasileiras (SANTOS, 2015a), no sentido destes interlocutores(as) oferecerem imputações acerca das necessidades de se pensar a associação entre quilombolas ou a pauta quilombola para além da busca pela titulação das terras. Outrossim, é necessário observar que não há uma associação automática entre titulação das terras quilombolas, o bem-estar e a garantia para a permanência na terra em ambientes degradados pelo monocultivo de eucalipto.

A meu ver, o campo de perspectiva e do repertório de ações dos quilombolas, também se relaciona às realidades elaboradas analiticamente nos diferentes estudos sobre as relações entre sociedade/ natureza e dos conflitos ambientais (FLEURY *et al.*, 2014, 2017) e da Sociologia da Questão Ambiental (ALMEIDA, 2016). Isto ocorre quando são evidenciados os múltiplos desdobramentos e as múltiplas percepções e práticas operacionalizadas, em vista da forma que os quilombolas vêm lidando com a espoliação e a degradação de seus ambientes, pelo cultivo de eucalipto em grande escala desde a década de 1960.

De outro modo, as evidências acerca da realidade quilombola do Sapê do Norte destacam formas de planejamento e de produção dos territórios pelos quilombolas que dialogam fundamentalmente com as realidades apresentadas nos estudos focados nas estratégias de permanência ou de reinvenção do rural pelas famílias agricultoras e/ou de populações de alguma maneira vinculadas à agricultura. Isto é, estudos sobre o

desenvolvimento rural que focam nas populações autodenominadas camponesas ou de agricultores familiares e suas formas de reinvenção do rural perante a comoditização do mundo rural e de projetos de desenvolvimento característicos à “Modernização da Agricultura” (LONG, 1986; WANDERLEY, 2009; PLOEG, 2018).

Em complementaridade, o recorte desta pesquisa se inspira, a seu modo, no conjunto de reflexões de James C Scott (1976, 1987, 2002, 2011), acerca das formas de “resistência camponesa na vida cotidiana” em relação à exploração empreendida pelas elites locais e, logicamente, pelo Estado. Trata-se do que o autor chama de pequenas armas ou as armas dos fracos (*weapons of the weak*) (SCOTT, 2011).

Há também o diálogo com uma vasta produção historiográfica sobre as insurgências cotidianas das populações escravizadas, que iam desde a “liberdade negociada”, entre outras articulações entre quilombo e senzala, tais como alianças e relações com as populações que estavam no continente anteriormente à colonização, a sociedade colonial e os fazendeiros (GOMES, 2015; GOMES; REIS, 2016).

Nesta perspectiva, podemos entender as dinâmicas de permanência de alguns quilombolas, para além, mas, sem desconsiderar as estratégias mais voltadas à titulação das terras dos quilombos e à articulação em volta do movimento quilombola do Sapê do Norte.

No entanto, diferente da realidade dos camponeses do sudeste asiático, as circunstâncias de “exploração”, para a subsistência das populações locais quilombolas existentes no extremo-norte do Espírito Santo, consistem em uma configuração socioambiental colonial produzida e operada pelo monocultivo de eucalipto da indústria de celulose. Tal configuração socioambiental se debruça sobre o acesso à água, nas condições de produção de sua própria agricultura, no acesso ou não aos remanescentes florestais, em suma, na autonomia quilombola em relação aos ambientes para a reprodução de suas vidas e de suas famílias, na lida com conflitos internos e externos.

Somada à contribuição teórica desses campos de estudo, tive acesso a algumas pesquisas sobre a realidade quilombola no Sapê do Norte e as transformações proporcionadas pelo monocultivo de eucalipto. Entre elas, me subsidiaram principalmente a dissertação de mestrado e a tese de doutorado em Geografia de Simone Raquel Batista Ferreira (FERREIRA, 2002; 2009) e a tese de doutorado em Antropologia de Sandro José

da Silva (SILVA, 2012). Todos esses trabalhos são produções densas sobre a realidade em questão, produtos de muitos anos de relação com as comunidades, para além do tempo de pesquisa de um trabalho acadêmico. Em seus trabalhos, autora e autor estavam, cada um a seu modo, vinculados à articulação pelos direitos territoriais e ambientais dessas comunidades perante a invasão pelo monocultivo de eucalipto, incluindo a produção de relatórios técnicos como parte do processo da busca pela titulação das terras de algumas dessas comunidades.

A pesquisa desenvolvida por Simone Ferreira (FERREIRA, 2002; 2009) consistiu em uma exploração densa das territorialidades quilombolas em sua diversidade, bem como das territorialidades do eucalipto no Sapê do Norte. Já na tese de doutorado de Sandro José da Silva (SILVA, 2012) foram tratados os múltiplos sentidos das lutas quilombolas do Sapê do Norte, na produção, na transformação contínua e nas múltiplas articulações de um movimento quilombola do Sapê do Norte. O autor produziu uma abordagem que dialogava com os estudos sobre a produção de identidades e de etnicidades.

Ambas as pesquisas abordaram elementos do presente e do passado, passando pelos conflitos e negociações entre comunidades quilombolas, a indústria de celulose, o Estado e as formas de articulação desses atores. No caso dos quilombolas, focou-se bastante na formação e operação do movimento quilombola e na construção dos processos de articulação para a titulação dos territórios, algo que não foi conquistado ainda por nenhuma das comunidades do Sapê do Norte. Silva (2012) enfatizou a produção de sentidos na luta quilombola, como um movimento e com uma pauta de seu próprio gênero, vinculada a uma ancestralidade e etnicidade característica a essas populações especificamente, a conformação de sua própria “consciência negra”.

Diferentemente dessas abordagens que já podem ser consideradas clássicas e fundamentais ao entendimento do Sapê do Norte, acabei me debruçando sobre quais estratégias, práticas e alianças que João Batista, como interlocutor que se apropriou da agroecologia, tem encampado e manejado com o objetivo de fortalecer a permanência e o bem-estar das famílias no quilombo, sobretudo, através das formas de produção do desenvolvimento rural nos quilombos, como um possível vetor de transformações positivas.

Essa opção também é fundamentalmente atrelada ao fato de meu acesso ao Sapê do Norte, desde que conheci João, passar a ser mediado por ele e sua leitura acerca dessa realidade. Além disso, minha experiência nesta realidade é vinculada ao nexo de situações, sejam de redes, relações e conflitos que concernem a sua produção dos quilombos. Incluindo um fator extremamente relevante encontrado na sua ligação com as retomadas. Mesmo sem viver em nenhuma, ele é lembrado por diferentes pessoas da comunidade como se fosse de alguma maneira responsável por elas. Isso se dá, em parte, ao fato de João ter participado de alguma forma nas primeiras retomadas entre 2006 e 2010.

Em um dado momento, na construção da problematização desta pesquisa, pensei em focar somente nas retomadas quilombolas, em razão de esta questão aparentemente reunir um nexo de articulações e práticas, relativamente novo, diverso e contraditório na percepção de muitas pessoas no contexto do Sapê do Norte. Tais articulações já se apresentavam, ao longo dos primeiros trabalhos de campo desta pesquisa, como uma conjugação de novas práticas e formas de manejo dos solos onde anteriormente havia somente eucaliptos plantados por décadas.

Porém, existiam aspectos sobre o universo de enquadramentos possíveis ao Sapê do Norte em sua complexidade, que me fizeram ajustar o foco sobre a categoria “retomada” ou “retomada quilombola” e sua relação com as comunidades quilombolas em questão. Primeiramente, é necessário ao leitor compreender que o “Sapê do Norte” não é há muito tempo um território contínuo, se é que já tenha sido um dia. O nome em questão serve como marcador da existência de quilombos e quilombolas em interação contínua entre Conceição da Barra e São Mateus, no extremo-norte do Espírito Santo. Essa perspectiva, eu colhi tanto ao vivo em contatos com alguns dos quilombolas, assim como através da concepção de Silva (2012). Mas, isso não quer dizer que cada uma dessas comunidades não reivindique, junto ao Estado, a titulação de territórios específicos muito bem delimitados. A descontinuidade representa uma complexidade relativa às diferentes situações em que se encontram as famílias das dezenas de comunidades quilombolas que habitam o local, tal como o seu conjunto de práticas, formas de se posicionarem no mundo e estratégias de permanência.

Nesta lógica, não há uma total homogeneidade na forma de articulação de todos os quilombolas, perante os problemas existentes, relacionados ou não ao monocultivo de eucalipto. Analogamente, as retomadas não atendem os anseios de todas as famílias do Sapê do Norte (em algumas situações se colocam como vetores de problemas) e também não são um desdobramento exclusivo da articulação dos quilombolas, mas de algum modo concebido, significativamente por não-quilombolas, sobretudo da FASE/ ES, nas primeiras retomadas de Linharinho e Angelim 1.

Segundo relatos, essas primeiras retomadas, aparentam terem servido, juntamente a outros fatores, como exemplos para processos posteriores de ocupação de áreas de eucalipto, que não necessariamente se tratam de ações relacionadas às comunidades quilombolas, havendo relatos atualmente de comercialização de terras, atuação de milícias e de estrangeiros. De outro modo, em algumas situações existem áreas ocupadas por famílias não-quilombolas e de famílias quilombolas que haviam perdido suas terras à época da chegada do eucalipto e que formaram associações no sentido de se legitimarem como possuidores de direitos de permanência naquelas áreas para fazerem suas roças e estabelecerem suas vidas.

Além disso, fora do âmbito das retomadas também existem outras estratégias de permanência de núcleos familiares quilombolas do Sapê do Norte, que também demonstram um manejo criativo desses ambientes fragilizados.

Por fim, a própria pandemia do novo coronavírus reduziu significativamente a escala e as possibilidades de interlocução para a realização das pesquisas. Dito de outro modo, não haveria tempo para me aproximar de novos interlocutores e de novas situações devido ao tempo de 20 meses de espera até as duas doses de vacina, entre fevereiro de 2020 e agosto de 2021.

Isto posto, escolhi por abordar o conjunto da produção de alguns interlocutores(as) que pudessem ser reunidos como estudo de caso elucidativo dos projetos de permanência no Sapê do Norte, em especial vinculadas à sua maneira de apropriação da agricultura e do ambiente. Em outras palavras, busquei analisar as formas pelas quais meus interlocutores do Sapê do Norte produzem suas próprias versões nos territórios e ambientes do que conhecemos academicamente e no ramo das políticas públicas como “desenvolvimento rural”.

Em vista disso, me aprofundi mais no campo de estudos sobre quilombos, à procura do que a diversidade de estudos nessa área me apresentava enquanto circunstâncias e processos comuns à situação dos quilombos no Brasil. Também busquei o que a variedade de abordagens me ofereceria para compreender a complexidade relativa ao Sapê do Norte.

Simultaneamente, a partir da trajetória do grupo de pesquisa do qual eu faço parte, o Tecnologia, Meio-Ambiente e Sociedade (TEMAS) teve contato com um desdobramento amplamente significativo nos estudos sobre Conflitos Ambientais e Ecologia Política, que é a concepção de ontologia política. Nesta linha, os conflitos entre populações ribeirinhas, pescadoras, camponesas, indígenas, entre outras não modernas e os grandes empreendimentos empresariais ou projetos de desenvolvimento, não são disputas em torno de recursos naturais ou visões de mundo distintas sobre a natureza, mas, conflitos entre construções de mundo distintas, entre ontologias. Perspectiva que orientou algumas análises sobre situações de conflitos ambientais protagonizadas pelo Grupo Temas na segunda década do século XXI, vide Fleury (2013), Peñafiel (2016), Meira (2017) e Carvalho (2019).

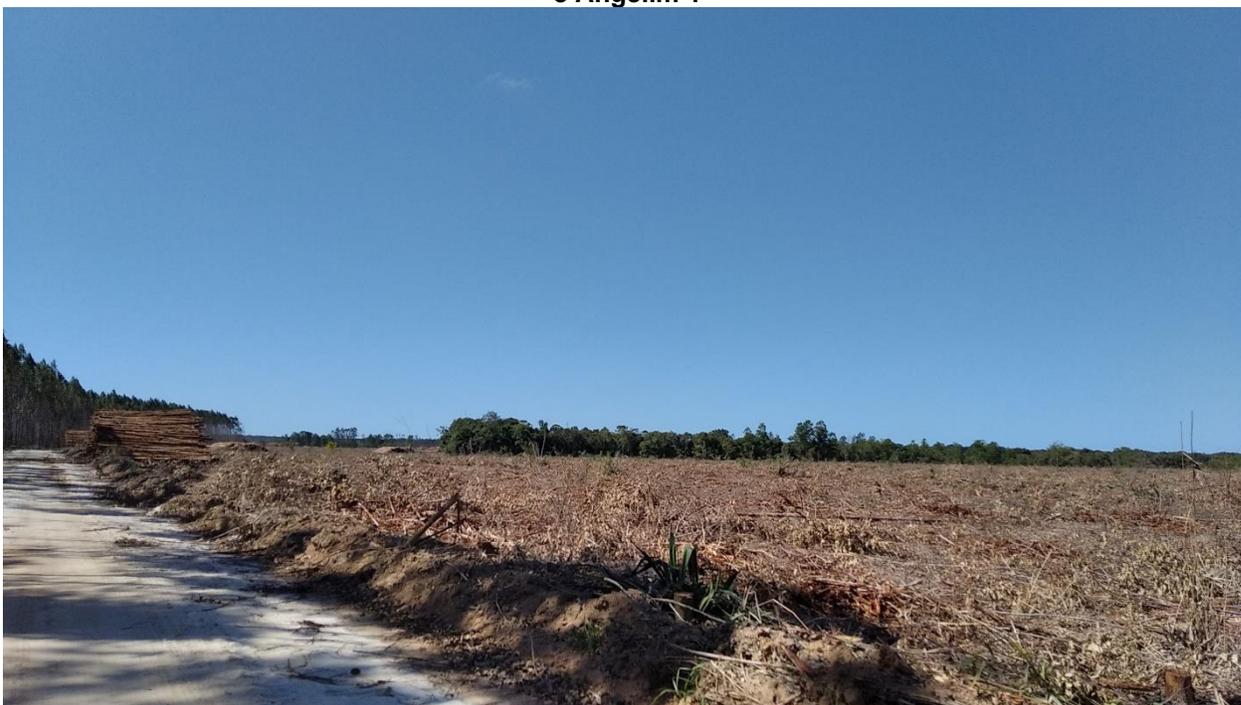
A adoção pelo Temas da virada ontológica nos estudos sobre Conflitos Ambientais teve como marco fundacional a pesquisa realizada por Fleury (2013). O trabalho analisou os conflitos em torno da instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte, na Floresta Amazônica brasileira, sobretudo, entre os grupos favoráveis e os grupos contrários e o repertório de práticas subjacentes, bem como, as circunstâncias e as formas de interferência no processo em questão. Diante disto, a autora construiu uma perspectiva que evidenciou esse conflito não somente como uma divergência em torno das formas de relacionamento com a floresta e com os rios, mas entre mundos compostos de maneiras distintas.

Entre os estudos posteriormente realizados pelo grupo de pesquisa, me chamou a atenção a abordagem de Peñafiel (2016) sobre desenhos ontológicos em uma região atravessada por projetos de mineração no Peru. Isto é, nos aspectos ligados à forma de convivência conflituosa das populações andinas com a mineração, para além da denúncia, da articulação jurídica, mas, na lida criativa com as alterações ambientais proporcionadas pela mineração, através dos desenhos feitos em Cajamarca.

Através desse trabalho, tive contato com a abordagem de Arturo Escobar sobre desenhos ontológicos. A partir disso, busquei me apropriar sobre a forma como o autor desenvolveu seu raciocínio nos estudos referentes à relação entre comunidades campesinas, indígenas e afrodescendentes, à modernidade colonial e às diferentes construções de mundo oriundas desse processo.

Deste modo, nas páginas seguintes tratarei do caminho teórico percorrido na elaboração de uma abordagem dos desenhos ontológicos. Isto é, para compreensão de algumas situações de permanência e de apropriação de um presente e um futuro desejável por alguns quilombolas no Sapê do Norte.

Imagem 1 - Área onde eucaliptos foram colhidos recentemente entre os quilombos de Linharinho e Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 2 – Casa em uma retomada na comunidade de Linharinho



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 3 – Casa na retomada de Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 4 – Vista de cima de parte dos monocultivos de eucalipto do Sapê do Norte



Fonte: FASE/ES (2018)

Imagem 5 – Mesa do 5º Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo.



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 6 – Cacimba na retomada de Linharinho.



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 7 – Local de plantação, projeto Agroecotur de João Batista em Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

1.2 QUILOMBOS E DESENHOS ONTOLÓGICOS DA PERMANÊNCIA

Ao observarmos a história indissociável da modernidade colonial e do extrativismo na América Latina, desde o fim formal da escravidão, podemos perceber que o elemento fundamental para a existência de conflitos de cunho ontológico até os dias atuais é a permanência vista sob duas perspectivas. De um lado, a permanência da ontologia colonial, ou seja, a configuração de ambientes e territórios através de práticas sistemáticas de espólio e exploração de comunidades não-humanas e humanas, protagonizados por grandes corporações e o Estado, através do fomento a monocultivos, pecuária extensiva, mineração, petróleo, entre outras atividades do mesmo gênero. Por outro lado, a permanência de comunidades indígenas, camponesas, afrodescendentes em ambientes sistematicamente afetados, também por práticas de espólio e exploração. Em outras palavras, isso denota a recusa de boa parte dessas pessoas em se direcionarem à periferia dos centros urbanos latino-americanos, para participarem de uma outra construção de mundo.

No caso das comunidades negras rurais ou quilombos brasileiros podemos pensar a permanência como algo ainda mais indesejável da perspectiva dos grupos sociais mais poderosos politicamente e economicamente, ao levarmos em conta o fato das pessoas negras de origem africana não serem trazidas para cá como povoadoras, para formarem comunidades, mas como pessoas sequestradas para a escravização de suas existências, como elementos fundamentais da exploração econômica colonial dos ambientes (MBEMBE, 2020). Portanto, toda a ocupação do território, dos ambientes e a formação de comunidades para além da condição de pessoas escravizadas, se deu pela resistência e pela insistência na permanência.

Essa permanência tem uma divisão histórica, que elenco através do grande contingente de estudos sobre quilombos no Brasil. Neste sentido, temos primeiramente os quilombos históricos, comunidades construídas durante todo o processo de escravidão, mais acentuadamente no Século XIX, estabelecidas e mantidas através da agricultura, da caça e coleta, da comercialização e da negociação e/ou da guerrilha com a sociedade colonial. De outra forma, a partir do fim formal da escravidão foi mais comum a permanência dos quilombos por meio do próprio desenvolvimento e ramificação dos

aquilombamentos, como são as ocupações de novas terras, ainda não desejadas por fazendeiros e pelo Estado, as chamadas por representantes estatais como “terras devolutas” (GOMES, 2015, GOMES; REIS, 2016).

Em um terceiro momento, o processo de compreensão da permanência pelas comunidades mudou radicalmente com a emergência da ideia político-jurídica sobre “remanescentes de quilombo”, em parte advinda do próprio movimento negro, da academia e sobretudo na instituição da Constituição de 1988, especialmente em seu Artigo 68 que destaca os direitos territoriais das comunidades quilombolas (ARRUTI, 2000; 2002) e o surgimento da Fundação Palmares enquanto órgão de Estado. Em vista disso, os quilombolas se consolidaram enquanto sujeitos políticos, portadores de direitos específicos e representantes da cultura negra em sua diversidade. Esta cultura seria materializada na religiosidade, nas festas tradicionais, nos laços de parentesco, na musicalidade ou mesmo nas expressões que congregavam todos esses aspectos.

No entanto, segundo Arruti (2000) essa potencialidade jurídica dos quilombos só foi materializada mais enfaticamente, a partir da segunda metade dos anos de 1990:

[...] no Brasil, o artigo 68 ficou um longo tempo sem provocar qualquer debate, só ganhando espaço político e repercussão social sete anos depois. Foi no ano de 1995, no bojo das comemorações do tricentenário de Zumbi dos Palmares, que os projetos para sua regulamentação foram apresentados e uma parcela mais expressiva de grupos da sociedade civil toma conhecimento de suas potencialidades quanto à resolução de conflitos fundiários ou fonte de maior atenção dos poderes públicos sobre populações carentes. Foi apenas depois desse ano também que a presença de demandas pelo reconhecimento como remanescentes de quilombos generalizou-se por comunidades de todos os estados do país (ARRUTI, 2000, p. 117).

Além do Artigo 68, Vera Rodrigues (2014) observou a emergência de outras leis que se debruçaram sobre a questão das comunidades negras rurais brasileiras e os quilombos. Entre elas, há os Artigos 215 e 216 que tratam da valorização dos Direitos Culturais e da valorização do Patrimônio Cultural. Há também o Decreto 4.228, de 13 de maio de 2002, que instituiu o Programa Nacional de Ações Afirmativas, o Decreto 4.886, de 20 de novembro de 2003, que instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR, a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para

incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Por fim, o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

De outro modo, a postura do Estado Brasileiro perante os quilombos e suas consequências se encontram na sua relação com uma série de políticas e convenções internacionais. Entre elas, há a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989, sobretudo, que versa sobre o direito das populações indígenas e tradicionais e a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida em Durban (África do Sul/2001) que se tornou um marco para a produção de novas posturas dos governos em relação aos territórios negros ancestrais, quanto à questão negra brasileira como um todo. Isto é, orientou junto à demanda do movimento negro em sua diversidade a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), as ações afirmativas no ensino superior, a aprovação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o Programa Brasil Quilombola (RODRIGUES, 2014).

Todavia, atualmente a emissão de títulos de terras para quilombolas é significativamente inferior à quantidade de processos abertos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Somado a isso, são protocoladas na justiça brasileira seguidas ações contrárias às cotas raciais e a titulação de territórios quilombolas (RODRIGUES, 2014). Ademais, temos atualmente uma acentuada predisposição do governo brasileiro em não implantar a consulta aos povos indígenas e aos demais povos tradicionais sobre a instalação de empreendimentos que possam afetar seus modos de existência. Assim como a tentativa de se instituir, via justiça, um novo marco temporal que atribui a titulação de comunidades indígenas e quilombolas somente para aquelas que estavam nos territórios à época da promulgação da constituição de 1988².

² Ver os textos: *Por que o debate do marco temporal é tão importante para os Quilombolas e indígenas e STF confirma: não há marco temporal para a titulação dos territórios quilombolas*, ambos disponíveis na página da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). <http://conaq.org.br/noticias/por-que-o-debate-do-marco-temporal-e-tao-importante-para-os->

Carvalho (2016) observou o surgimento de uma diversidade de tecnologias de governo vinculadas aos procedimentos em torno da busca pela titulação das terras de quilombo. Em outro momento, a autora pontuou que no manejo dessas novas tecnologias de governo, os antropólogos dispõem de um papel de destaque, na elaboração de relatórios antropológicos quando esses sujeitos tem seu trabalho demandado pelas comunidades, por diferentes segmentos do Estado e movimentos sociais (CARVALHO, 2007).

A busca pela titulação gerou variedades locais, regionais e nacionais do movimento quilombola e o fortalecimento do movimento negro. Estes movimentos sociais se articulam com pesquisadores, organizações não governamentais e partidos políticos, configurando blocos de luta, como nos dizem Borba (2013), Cardoso (2013), Santos (2014; 2015), Nunes (2015), Oliveira (2011) Silva (2012) e Benedetti (2020).

De acordo com Oliveira (2011) e Nunes (2013), todo esse processo vinculado à busca pelos quilombolas e seus aliados de materializarem os direitos territoriais elencados na constituição de 1988 tem um efeito muito mais profundo. Este se conecta à forma como as populações negras do Brasil reelaboram sua história. Oliveira (2011) chama este efeito de “re-semantização”, por meio do qual a ancestralidade negra passa gradualmente de algo negativo, pouco nítido, para uma coisa positiva, denotando um vínculo mais evidente entre quilombos do passado e os do presente.

Os processos relacionados à conversão de comunidades em remanescentes de quilombo é uma oportunidade de os membros desses grupos ressaltarem de uma maneira relativamente nova os traços de sua etnicidade, isto é, de observarem e destacarem seus sinais diacríticos, enquanto grupos sociais singulares (CHAGAS, 2001; MULLER, 2005; OLIVEIRA, 2011). Da totalidade dos atributos da etnicidade dessas comunidades, foram elencados em pesquisas o parentesco (RUBERT, 2009), as festas tradicionais (ROSA, 2007; OLIVEIRA, 2016), as formas de trabalho coletivo (OLIVEIRA, 2016), as manifestações artísticas (OLIVEIRA, 2016), a memória coletiva (MULLER, 2005; OLIVEIRA, 2007; 2011), as formas organizadas de compartilhamento das terras

quilombolas-e-indigenas/ e <http://conaq.org.br/noticias/stf-confirma-nao-ha-marco-temporal-para-a-titulacao-dos-territorios-quilombolas/>.

(BORBA, 2013; CARDOSO, 2015), as diferentes práticas de cuidado em relação à saúde em um sentido amplo (MARQUES, 2019), as formas de produção do conhecimento e manejo das paisagens, do clima e do relevo (MULLER, 2006; CASAGRANDE, 2012; MOUZER, 2015), as práticas de reciprocidade na circulação dos frutos do trabalho dentro do quilombo (BERALDO, 2009), isto é, a territorialidade como um todo (RUBERT, 2009; SIQUEIRA, 2012).

Em algumas situações, os estudos ligados à produção dos quilombos enquanto sujeitos de direito territorial também ampliaram a abrangência da categoria comunidades quilombolas. Neste sentido, conforme Carvalho (2007), relatórios antropológicos contribuíram para o fato de que comunidades negras urbanas também poderiam ser reconhecidas enquanto remanescentes de quilombos por órgãos estatais, movimentos sociais, pesquisadores e imprensa.

Por outro lado, uma ampla variedade de estudos demonstrou que as articulações entre quilombolas e não-quilombolas se encontram para além da titulação das terras, mas, na reprodução das comunidades em situações de degradação das condições ambientais e sociais. Nesta linha, os quilombos se relacionam com uma série de projetos e intervenções do Estado, ramificado em instituições de ensino, pesquisas e extensão. De outro modo, essas intervenções ocorrem através da atuação de Organizações Não Governamentais. Tais projetos propõem transformações nas condições de habitação, da prática da agricultura ou em relação ao manejo da natureza, e a transformação das condições ambientais locais. Algumas dessas intervenções são focadas na construção de processos afins à agroecologia. Como apontam Pedroso e Silva (2006), Benedetti *et al.* (2007), Beraldo e Martinez (2007), Campos e Costa Filho (2008), Beraldo (2009), Brito *et al.* (2009), Costa *et al.* (2009), Fidelis *et al.* (2009), Pérez *et al.* (2009), Mouzer *et al.* (2013), Bezerra e Gonçalves (2015), Costa *et al.* (2015), Rocha *et al.* (2015), Valente *et al.* (2015), Barbieri *et al.* (2018), Coradin e Santos (2018), Ferreira *et al.* (2018), Gomes (2018), Silva *et al.* (2018) e Stuchi *et al.* (2018).

Silva e Anjos (2008) observaram que para o estabelecimento dessas redes em situações de mediação, como nas citadas acima, tornou-se imperativo que as comunidades desenvolvessem formas sofisticadas de manutenção e regulação. Esse manejo das redes é um elemento fundamental para que elas não se afastem das

demandas dos quilombolas em situações de desigualdade de poder, em relação a ativistas, pesquisadores(as) e agentes do estado, não-quilombolas e não negros(as).

De um modo geral, o terceiro momento dos quilombos no Brasil, após a constituição de 1988, foi perpassado pela continuidade de situações enfrentadas pelas famílias quilombolas ao longo de todo o período posterior à abolição formal da escravidão. Em meio a tais situações, encontram-se a redução de terras disponíveis para a reprodução das comunidades em sua diversidade de práticas e a degradação das condições ambientais desses territórios, através do espólio por fazendeiros, entre outros sujeitos (BRANDÃO, 1977; MULLER *et al.*, 2006; BERALDO, 2009; RUBERT, 2009; OLIVEIRA, 2011; BORBA, 2013; CARDOSO, 2013), bem como, por projetos do próprio Estado (NUNES, 2013; 2015; CARVALHO, 2016).

Arelado a esse processo, é muito comum que as famílias escolham, dentro de uma gama limitada de oportunidades, prestarem serviços para fazendeiros, entre outros(as) empregadores(as) do entorno de suas comunidades. Geralmente, esse tipo de trabalho submete os(as) trabalhadores(as) a um regime de exploração de sua força de trabalho materializado em baixos salários e/ou uma divisão desigual do que é produzido na agricultura em regimes ligados a “meia” ou a “terça”, quando o agricultor arrenda do fazendeiro a terra para plantio e dá uma parte significativa da produção em troca (BRANDÃO, 1977; BERALDO, 2009; RODRIGUEZ, 2017).

A situação difícil se apresenta também quando em muitos lugares as comunidades em sua totalidade ou em grande parte são de fato expulsas, migrando à procura de outras áreas, tanto rurais ou mesmo para a periferia das cidades. De outro modo, essa migração pode ocorrer gradualmente, pela insatisfação devido à ausência de condições para a reprodução de suas vidas, em vista disso, existem casos em que apenas os mais jovens vão para outros lugares à procura de trabalho ou quando somente vão os homens adultos, casados ou solteiros (ROSA, 2007).

Em relação à agricultura e/ou ao extrativismo, muitos dos quilombos enfrentam dificuldades oriundas da degradação dos ambientes para a produção de gêneros agrícolas, tanto para a garantia de uma abundância alimentar para suas famílias quanto para apropriação de riqueza a partir do manejo de suas roças e/ou das florestas e rios. Quer dizer, existem situações em que essas famílias, mesmo morando na roça, têm de

comprar parte significativa daquilo que é consumido. Neste sentido, essas condições se somam às dificuldades de agregação de valor à produção agrícola ou de acessarem mercados de uma maneira que seu trabalho seja mais valorizado, galgando um percentual de renda que aumente as possibilidades de trânsito e acesso a complexidade de caminhos possíveis na sociedade brasileira, conforme fosse desejado pelos membros das comunidades (BRANDÃO, 1977; BORBA, 2013; RODRIGUEZ, 2017).

Em outras palavras, dinheiro não serve somente para aquisição de bens de consumo, mas para ampliação da autonomia e a liberdade dessas pessoas no mundo. Pois, historicamente, os quilombos nunca foram comunidades isoladas e nem fadadas ao isolamento, bem como não têm, por outro lado, a obrigação ontológica de perderem suas singularidades adotando a filosofia existencial do mundo branco.

Na esfera do acesso a políticas públicas que possam coadunar com a permanência dos quilombos em seus territórios, há também uma evidente vulnerabilidade. Dessa forma, os quilombos localizados em comunidades rurais acabam tendo de se enquadrar de uma maneira pouco efetiva na categoria de “agricultores familiares” (BERALDO, 2009; RODRIGUEZ, 2017), para que possam acessar uma ou outra política pública voltada à agricultura. No caso das políticas voltadas à adesão das comunidades ao pacote tecnológico da revolução verde e a commodificação da agricultura, nos lugares em que algumas famílias quilombolas aderiram, o resultado foi um processo de endividamento e a emergência de um sentimento de frustração (KRAEMER, 2012). Por este motivo, a constituição dos quilombos enquanto organizações políticas alternativas ao Estado (BORBA, 2013), também envolve a negociação e a produção de demandas para que sejam formuladas políticas públicas que possam abranger as comunidades quilombolas.

A situação dos quilombos no Brasil é similar à encontrada no Sapê do Norte, todavia, temos algumas diferenças significativas. Em nenhuma das pesquisas analisadas, a não ser aquelas voltadas à própria realidade do extremo-norte do Espírito Santo, foi abordado um território que congrega de maneira descontínua tantos quilombos entrecruzados como é o Sapê do Norte.

Ademais, não encontrei nesses trabalhos, assim como nos periódicos disponíveis na Internet, nenhuma pesquisa em que eram abordadas situações de retomadas de

terra³, tanto as protagonizadas por quilombolas, quanto aquelas em que a retomada é articulada com não-quilombolas. O que se encontra em muitas pesquisas (CHAGAS, 2001; MULLER, 2005; CARVALHO, 2007; OLIVEIRA, 2007; CARDOSO, 2013; SILVA, 2012; SANTOS, 2014; 2015) é o estudo do acesso a títulos de terras pela via institucional, através da produção de relatórios técnicos, a constituição de movimentos negros e/ou quilombolas nos territórios e a participação das comunidades em situações de litígio em relação ao acesso ou permanência nas terras.

Só fui encontrar abordagens sobre processos de ocupação de terras em pesquisas que focavam na produção de assentamentos. Neste âmbito, destaca-se o estudo já considerado clássico de Lygia Sigaud (2000), sobre a “forma acampamento”, identificada na luta pela terra do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, do Sul ao Nordeste do Brasil. Também destaco a pesquisa de Daniela Alacron (2013), sobre as retomadas de terra dos Tupinambás da Serra do Padeiro, na Bahia. Mesmo assim, tratam-se de contextos significativamente distintos dos problemas encontrados no extremo-norte do Espírito Santo, tanto em relação às contradições em torno das retomadas como em relação à existência de conflitos ambientais tão duradouros com grandes corporações.

De outro modo, a situação dos quilombos, incluindo o Sapê do Norte é análoga à de boa parte dos contextos relativos aos conflitos ambientais da América Latina, oriundos da expansão do extrativismo (SVAMPA, 2019) abordadas em boa parte das pesquisas na história recente da “ambientalização” dos conflitos sociais (ACSELRAD, 2010), da Ecologia Política (ESCOBAR, 2010) e do que podemos chamar de uma Sociologia dos Conflitos Ambientais (FLEURY *et al.*, 2014; 2017).

No entanto, os quilombolas das várias comunidades do Sapê do Norte não disputaram com a empresa, ao longo desses vários anos, visões e ou apropriações distintas sobre a natureza, mas condições de desenvolvimento de suas vidas a partir do acesso à terra. Neste sentido, Escobar (2013; 2015) pontua que o corpo e o território são as condições primárias para o desenvolvimento da vida em sua diversidade, pois não há vida não corporalizada e não territorializada.

³ Com exceção de um resumo expandido advindo de minha própria pesquisa (PEREIRA *et al.*, 2020), publicado nos Cadernos de Agroecologia, após ter sido apresentado em 2019 no Congresso Brasileiro de Agroecologia em Sergipe.

A problemática pertinente à relação entre quilombolas do Sapê do Norte e o monocultivo de eucalipto da indústria de celulose, através da permanência, se aproxima muito mais como uma questão de conflitos ontológicos. Ou seja, uma colisão entre diferentes construções de mundo, que por mais que existam em um mesmo território, são contraditórias, se agredem, se anulam, se alimentam uma das outras, de modo desigual.

Segundo Arturo Escobar (2010a) a terceira geração de estudos em Ecologia Política é protagonizada por uma “virada ontológica pós-construtivista”. Nesta lógica, o entendimento da problemática ambiental contemporânea, pertinente aos conflitos ambientais em torno do avanço da modernidade colonial, supera a ideia de que as disputas ambientais se dariam entre diferenças éticas acerca da natureza, como se o que é ou não é parte da natureza fosse universalmente aceito entre todas as populações humanas ao longo dos territórios.

Ora, na leitura de Escobar (2010a), a superação de uma perspectiva construtivista nas discussões acerca da problemática ambiental contemporânea, é em parte relativa ao crescimento das consequências da degradação dos ambientes da diversidade de povos não modernos. Segundo ele,

a destruição da biodiversidade, o desmatamento, o esgotamento de recursos, a insustentabilidade, o desenvolvimento do racismo ambiental, o controle dos recursos genéticos e da propriedade intelectual, bio e nanotecnologias e problemas globais como a poluição transfronteiriça, a diminuição do sequestro de carbono e a transformação da agricultura e dos sistemas alimentares (ESCOBAR, p. 92, 2010a, tradução nossa)

trazem efeitos e situações concretas, que colocam em xeque a relevância para a problemática ambiental contemporânea, da relativização descontrolada acerca do que seria de fato a realidade. Isto fez com que ao longo do século XXI a pauta dos movimentos sociais em sua diversidade se aproximasse cada vez mais daquelas do movimento ambientalista, também em sua diversidade, produzindo transformações nas formas de enquadramento da questão ambiental pelas ciências sociais.

Nesta linha, Escobar (2010a) afirma que o construtivismo ampliou as possibilidades de entendimento acerca do que é a realidade para os diferentes povos ao evidenciar as limitações humanas na compreensão da realidade e, por consequência, os limites humanos da ciência. Ao mesmo tempo, demonstrou a profundidade da diferença

entre as cosmologias modernas e não-modernas, acerca do que é a humanidade, a animalidade, a vida, o universo e/ou a morte. Porém, simultaneamente trouxe uma dificuldade de se estabelecer um parâmetro acerca da concretude da realidade.

São possíveis de serem notados argumentos extremos de relativização da realidade nos dias de hoje, ao olharmos ideias como a da “Terra Plana”, o negacionismo acerca do aquecimento global e as mudanças climáticas, sobre a não existência do racismo e da escravidão⁴, entre várias outras teorias da conspiração que têm circulado pelas redes sociais e o restante da esfera pública. Há também um discurso cada vez mais presente nas sociedades, de que todos os modelos explicativos advindos da ciência seriam “opiniões” ou “pontos de vista”. Enquanto isso, as águas estão sendo contaminadas e os rios se tornam secos, bem como os regimes de chuva se alteram bruscamente, prejudicando acentuadamente a vida nas mais diversas comunidades latino-americanas.

Como contraponto, a ontologia política aborda o conflito, a disputa para além do âmbito cosmológico, ampliando a política para:

Questões de diferenças em todos os níveis - econômico, ecológico, cultural, epistêmico e no final das contas, ontológico – são de fundamental importância, e nesse nível essa terceira geração de estudos em ecologia política, é a ecologia política da diferença, a política ontológica (ESCOBAR, p. 100, 2010a, tradução nossa).

Em outras palavras, a ontologia política trata da diferença radical, que enquadraria para além de visões distintas sobre a natureza, a profundidade da diferença nos sonhos, projetos e ações existentes entre grupos radicalmente distintos em suas formações e desenvolvimento.

De maneira coerente com esta perspectiva, Mauro Blaser (2013) no artigo *Ontological Conflicts and the Stories of Peoples in Spite of Europe: towards a conversation on Political Ontology*, desenvolve atributos importantes acerca da inovação de uma perspectiva ontológica para compreensão dos conflitos inerentes à expansão da

⁴ O atual presidente do Brasil, na época de sua campanha para se alçar à condição de presidente, disse o seguinte em uma entrevista para o programa “Roda Viva” da Tv Cultura, canal público brasileiro: “O português nem pisava na África, eram os negros que entregavam os escravos”.

modernidade. Para isso, ele dialoga com a perspectiva trabalhada na obra “A Europa e os Povos sem História” de Eric Wolf (2005), pontuando algumas insuficiências no sentido da análise do clássico autor.

Na lógica de Blaser (2013), a crítica sobre uma ideia de cultura como totalidade isolada, feita por alguns autores, entre eles destacadamente Eric Wolf, gira em torno do fato de que desde as grandes navegações, nunca existiram sociedades tradicionais, no sentido de estarem em uma condição de isolamento perante a modernidade. No entanto, para Blaser (2013), isso ressoou de maneira a pontuar o não isolamento das culturas, como se estas fossem meros resultados da expansão da modernidade sobre o mundo, dando pouco espaço para a captura da modernidade pela diferença radical.

Isto na visão do autor se relaciona às próprias limitações do conceito de cultura, que foi consolidado para classificar aquilo que era exótico da perspectiva europeia. Este conceito seria apenas compatível com uma ideia de diferença cultural como diferença de sentido sobre equivalentes, como se a realidade fosse universalmente dada em sua forma, somente havendo alterações nos significados culturais difundidos sobre a mesma. De outro modo, o conceito de ontologia, da forma como é empregado analiticamente por Escobar (2010a), De la Cadena (2010) e Blaser (2013) expõe a diferença radical para além de formas de classificação e de atribuição de sentido àquilo que já é tido como universalmente existente.

Como conjuga práticas, processos, desejos, mobilizações, portanto a existência em processo de construção inacabada, para além de uma ideia de cultura ou identidade reificada, a viabilidade analítica do conceito de ontologia ou de ontologia política não subestima a capacidade criativa das comunidades camponesas, indígenas e afrodescendentes perante as inferências da modernidade colonial. Como se o resultado da colonialidade sistematicamente reconfigurada fosse sempre o mesmo.

Quando olhamos o Sapê do Norte quilombola sob essa perspectiva, nota-se o fato de que já vão fazer sessenta anos que o eucalipto invadiu o lugar em questão e mesmo que nenhuma terra tenha sido titulada e as consequências negativas do eucalipto não param de se manifestar, encontra-se um movimento negro amplamente articulado. Este congrega associações de cada comunidade quilombola da região e se articula em redes

com movimentos estaduais e nacionais voltados à causa racial, quilombola, aos direitos humanos, à justiça ambiental e à agroecologia.

Cabe ressaltar que já ouvi, em mais de um relato de referências do movimento quilombola do Sapê do Norte, sobre o fato de que “antes” (da sofisticação da organização do movimento quilombola local) a empresa não negociava com eles, mas que hoje ela faz isso. Isto esboça, em parte, que a indústria de celulose, após décadas de embate perante o movimento quilombola em rede, percebe atualmente essas pessoas como sujeitos políticos. Entretanto, isso não significa dizer que a empresa admite que eles sejam “quilombolas”, “sujeitos de direito” sobre as terras. Ao invés, chama-os de “comunidades vizinhas”. Tampouco significa que ela vá atender a demanda fundamental das comunidades, que é a devolução de suas terras espoliadas e/ou o cerceamento dos monocultivos de eucalipto sobre as nascentes e cursos d’água.

Isto posto, é importante a formulação de um marco teórico para esta pesquisa que proporcione um entendimento da propagação do conflito ontológico entre quilombolas e a indústria de celulose e o Estado na vida cotidiana. Ou seja, como essas famílias constroem suas vidas e seus projetos perante um imperativo colossal da magnitude da maior empresa do ramo da celulose do planeta, como é atualmente a Suzano S.A.

Nesta lógica, devemos considerar a efetividade das práticas dos quilombolas frente ao Estado racista e à indústria de celulose, para além da busca pela titulação dos territórios quilombolas, a denúncia em relação a situações de injustiça ambiental e a expulsão da empresa do ramo de celulose. Isto é, abrindo nossos olhos para a diversidade de projetos que abrangem a complexidade da vida das comunidades e suas dinâmicas de superação da influência da modernidade colonial sobre suas vidas. É importante ter em vista que os grupos sociais partidários do extrativismo nunca desejaram, ou mesmo planejaram, a permanência dessas pessoas enquanto membras de comunidades negras rurais quilombolas, mas, no máximo, como mão de obra na periferia das cidades ou como possíveis alvos do genocídio da população negra.

Diante dessa problemática, Arturo Escobar fornece uma abordagem interessante para que sejam focadas as práticas ontológicas das comunidades camponesas, indígenas e afrodescendentes na contemporaneidade. Estas ocorrem perante a

acentuação das consequências da expansão da modernidade colonial sobre os ambientes e territórios da vida na América Latina.

Um exemplo interessante de utilização dessa perspectiva é o trabalho de Adriana Paredes Peñafiel (2016) sobre a convivência e os conflitos com a mineração de povoados de Cajamarca, nos andes peruanos. No trabalho da autora são abordados os desenhos ontológicos feitos pelos camponeses peruanos com o intuito do aproveitamento da disponibilidade hídrica local, em vista da apropriação do território pela atividade mineradora, protagonizada por empresas multinacionais do ramo, sob incentivo do Estado.

Sob esta lógica, por desenho são compreendidos os canais, os poços, ou sejam as formas através das quais os camponeses canalizam as águas para viverem na região. Para além disso, os desenhos também se atrelam às relações, às práticas comunitárias, na lida com a inserção da mineração industrial e os problemas decorrentes deste fato. Desse modo, são desenhados formas e circuitos de captura ontológica das circunstâncias atreladas à mineração pelas comunidades camponesas de Cajamarca (PEÑAFIEL, 2016).

No caso da concepção de desenho ontológico empregada por Escobar (2012; 2016), a inspiração tem duas fontes principais: o conceito de “desenho ontológico” de Winograd e Flores (1986) e o conceito de “autopoiesis” de Maturana e Varela (1980).

Na perspectiva de Escobar (2012), sobre a obra de Winograd e Flores (1986), desenhos ontológicos seriam formas coletivas de produção da existência, menos marcadas pelas “formas modernas”. O desenho ontológico, desse modo, é a mais importante forma de desenho, pois é através dele que produzimos novas formas de ser e de se organizar (por exemplo, na produção de novos espaços de trabalho e de lazer), não somente concebendo a ideia como atrelada a desenhos de artefatos, equipamentos e construções.

Em convergência, Escobar (2012) se apropria do conceito de “autopoiesis” de Maturana e Varela (1980) para compreensão do papel das tradições nas formas de desenho pertinentes à vida das comunidades sob afeição da modernidade colonial e seus efeitos. Sob esta linha de pensamento, o autor conceitua que durante a produção de desenhos comunitários, permaneceriam traços das tradições, que seriam

reconfiguradas de uma maneira a não haver a perda dos atributos ontológicos pregressos do grupo, em sua totalidade. Sendo assim, isto ocorreria como um tipo de autopreservação ou regulação pelas comunidades das práticas cotidianas de construção do mundo. Nesse sentido, a ontologia está contida exatamente no desenho, como materialização da autonomia de uma comunidade e de seus membros.

De modo similar, Willis (2006) também caracterizou alguns pressupostos sobre a perspectiva teórica do desenho ontológico. Neste sentido, o conceito serviria para caracterizar a relação entre os “seres humanos” e o “mundo da vida”, sendo o desenho ontológico mais “penetrante” e “profundo” que a forma como “teóricos culturais”, “designers” e “leigos” usualmente caracterizam o desenho, que neste sentido é muito mais conceituado como “design”, terminologia de mercado do que propriamente desenho.

Para a autora, o desenho, é algo inerente à experiência humana, pois nós deliberamos, esquematizamos, ou seja, prefiguramos nossas ações e fazimentos, por consequência, nos desenhamos no processo. Quer dizer, desenhar ontologicamente é um duplo movimento, nós desenhamos nosso mundo e esse mundo desenhado também nos desenha (WILLIS, 2006). Diante disto, a perspectiva do desenho ontológico não se preocupa em centralizar a análise em uma substância estanque dos sujeitos. Pelo contrário, a ontologia é encontrada nas práticas e nas relações, ou melhor, nos desenhos (WILLIS, 2006).

De outra perspectiva, Madina Tlostanova (2017) observa que além de um desenho ontológico das comunidades, existe um outro, mais próximo da ideia de “design”, no sentido mais pensado no pensamento industrial e de mercado, este seria um “design negativo” vinculado à produção da modernidade colonial. A partir deste ponto de vista, a própria modernidade colonial seria um “design total”, integrado, desde a engenharia genética em uma escala micro, até os grandes projetos de exploração da natureza e comunidades. Estes são operacionalizados através de um arcabouço profundo de formas de captura da realidade, isto é, de conhecimentos voltados a um propósito de dominação do futuro e da complexidade da realidade. Portanto, as manifestações de desenho ontológico características ao projeto composto de uma modernidade colonial, são também escolhas de desenvolvimento de um modelo civilizatório específico, neoliberal,

axiológico e não um desdobramento natural da própria história humana (TLOSTANOVA, 2017).

De modo convergente, Escobar (2013) chama como “fundo” de “nossa cultura”⁵, os elementos constituintes do fazimento sistemático deste mundo, através das práticas características à modernidade colonial. Entre eles, ele aponta a “crença no indivíduo”, ou seja, em uma individualidade soberana e autônoma no desenvolvimento das sociedades e dos ambientes, tanto no âmbito da relação entre os seres humanos, bem como das relações entre humanos e não-humanos. Isto, ignorando o fato de os seres vivos, de um modo geral, serem interdependentes em uma multiplicidade de relações, fundamentais para a reprodução da vida e a existência de comunidades, povos, nações e sociedades.

Ao seguir com seu raciocínio, o autor também aponta como fundamentos da “nossa cultura”, a crença na “universalidade do real”, através do uso e da produção colonial das ciências na modernidade. Em outras palavras, algumas ciências e seus respectivos praticantes cientistas se vinculam ao fazimento da modernidade colonial, “levando o crédito pelas descobertas”, ao mesmo tempo, que “não se responsabilizam pela destruição” ocasionada pelas intervenções produzidas de maneira atrelada à aplicação desses conhecimentos, na expansividade colonial. Deste modo, algumas ciências e alguns cientistas se tornaram os detentores da autoridade sobre o que existe e o que não existe, perspectiva impregnada de uma pretensa superioridade cultural e étnica (ESCOBAR, 2013).

Por último, o autor caracteriza a “crença na economia”, quer dizer, a crença em uma forma autônoma e universal de economia, como fundamento da cultura da modernidade colonial. Nesta lógica, a universalidade da economia, se refere a uma ideia, que entende a economia como existindo somente de maneira atrelada à obsessão pelo crescimento e pelo consumo. Simultaneamente, a economia é assimilada como descolada da natureza e de seus limites (ESCOBAR, 2013).

⁵ Na época da escrita do texto em questão, Escobar ainda não adotava o conceito de “ontologia” para caracterizar as diferentes construções de mundo existentes na modernidade. Ademais, o artigo do autor a que se referem essas reflexões demonstra fazer parte do próprio processo de construção de sua própria virada ontológica em sua abordagem, como fica evidente na parte final de seu texto, em que ele discorre sobre uma proposição ontológica para interpretação da vida na modernidade colonial.

É fundamental entender o papel do racismo, enquanto tecnologia colonial, mobilizado nos desenhos ontológicos coloniais, como justificativa moral para a violência colonial. Além disso, o racismo também é operado como método multifacetado de facilitação da desestruturação para a exploração de comunidades humanas, fazendo parte das ontologias produtoras da modernidade colonial (MBEMBE, 2020).

O racismo anda lado a lado com o controle territorial e ambiental conforme interesses não locais, quer dizer, dos colonizadores, usualmente atrelados à prática da violência (FANON, 1968). Entre manifestações extremadas desses desenhos, são os deslocamentos populacionais, a escravização e a formação de campos, análogos aos famigerados “campos de concentração nazistas”, mas mais antigos na história, datando da passagem entre o século XIX e século XX, nos empreendimentos coloniais voltados para Cuba, Filipinas, África do Sul e do Sudoeste Africano, onde as populações consideradas antagônicas ao regime colonial são submetidas à fome, trabalho forçado, epidemias e à tortura (MBEMBE, 2020).

O antropocentrismo, isto é, uma perspectiva que presume a superioridade dos humanos em relação aos demais seres vivos, também se relaciona com outros componentes dos desenhos ontológicos coloniais. Dito de outro modo, o antropocentrismo se soma ao patriarcado, ao racismo e a uma perspectiva classista na elaboração da modernidade colonial, sendo um de seus fundamentos (GUDYNAS, 2019).

De acordo com Escobar (2018), ao serem colocados em correlação, estes atributos compõem diferentes desenhos ontológicos de eliminação, totalizando uma ontologia dominante de devastação. Por consequência, ao interagir com diferentes realidades locais/ territoriais, geram diferentes tipos de insustentabilidades.

Em contraponto, Escobar (2013) propõe a “relacionalidade” como projeto de superação das crenças respectivas ao fundo cultural, inerentes à modernidade colonial, algo relacionado à evidência da interdependência entre humanos e entre humanos e não-humanos. A ideia de “relacionalidade” não foi inventada pelo autor, mas, identificada nas práticas de movimentos camponeses, indígenas e afrodescendentes, entre os quais destaca-se a ideia de “bem-viver”⁶.

⁶ “Bem-Viver” é uma filosofia existencial que vem sendo usada como referência para a superação da modernidade colonial. Deste modo, o “Bem-Viver” é inspirado no “Sumak Cawsay”, “Suma Qamaña”,

De modo similar, Tlostanova (2017), compreende os tipos de desenhos ontológicos de viés “positivo”. Dentre esses, ela cita o “*Sumak Kawsay*”, tal como a “Democracia da Terra” concebida por Vandana Shiva, de maneira inspirada no paradigma indiano de “*vasudhaiva kutumbakam*”, “*a família terrestre ou a comunidade de todos os seres sustentados pela terra*”. Estes paradigmas dizem sobre uma ideia de boa vida, ligada à equidade, à democracia participativa, defesa da biodiversidade e as condições necessárias para o bem estar social, isto é, traduzido para equivalentes não-indígenas. Para além, Tlostanova também cita experiências em Altai, Sibéria do Oeste (ou ocidental) e o Caucasus, Região de Baikal, onde existem movimentos indígenas que combinam agendas de “recuperação espiritual e ecológica”.

Na perspectiva dos desenhos ontológicos, a própria teoria é um desenho, uma forma de fazer o mundo. Em vista disso, a abordagem na forma como está desenhada nessas páginas, tem o propósito de ajustar o olhar de pesquisadores(as) em relação às formas de produção da existência das comunidades camponesas, indígenas e afrodescendentes. Estas, que nesta abordagem persistem na configuração de uma autonomia cotidiana de suas ontologias perante as inferências totalizantes da modernidade colonial (ESCOBAR, 2016).

Todavia, o caráter epistemológico da abordagem dos desenhos tem um propósito para além da explicação dos contextos ligados a projetos de desenvolvimento e comunidades ou, de um modo geral, à lida com a modernidade. A epistemologia do desenho se vincula a uma interlocução produtiva com as comunidades em que o pesquisador produz uma narrativa sobre a realidade através da abordagem, mas, também co-desenha no diálogo com seus interlocutores(as) ao propor uma reflexão sobre determinadas práticas e projetos desenvolvidos na realidade em questão.

Este co-desenho pode ser feito em vários níveis, através da participação do pesquisador na resolução de um problema da comunidade ou na contribuição para viabilização de uma demanda, um projeto e/ou desejo, o que Escobar (2016) chama como “futuralidade das comunidades”. Ou de outro modo, a abordagem dos desenhos

entre outros paradigmas comuns às sociedades indígenas dos Andes, que foram traduzidos para a sociedade não-indígena, como fundamentalmente dissociados da obsessão pelo crescimento, do acúmulo material, ao mesmo tempo em que se ligam a uma ideia de equivalência ontológica entre humanos e não-humanos e “direitos da natureza”, felicidade e convivialidade.

pode somente produzir uma pesquisa, que trará algumas reflexões sobre o contexto em questão. Deste modo, se concebe simultaneamente um co-desenho e uma co-pesquisa de diferentes tipos, relativos às circunstâncias da interlocução.

Entretanto, qualquer empreendimento que envolva a abordagem dos desenhos ontológicos na forma como é elaborada por Escobar (2012; 2016) deve, em um primeiro momento, se focar na análise dialógica da realidade em que o pesquisador está buscando se inserir. Isto envolve a compreensão da história da comunidade, bem como a história de vida de parte de seus membros e interlocutores(as).

Mesmo que a abordagem tenha sido pensada para focar em conhecer projetos de vida comunitários, onde são desenhadas práticas vinculadas a uma tradição e uma ancestralidade viva, também podem ser “identificados” desenhos ontológicos em contextos mais profundamente violentados pelas ontologias coloniais. Por exemplo, comunidades urbanas, periféricas e pessoas que “parecem não ter lugar e nem comunidade” (ESCOBAR, 2016).

O importante nesta lógica é buscar compreender que formas de autonomia estão sendo projetadas nos desenhos das comunidades e dos atores dessas comunidades, interlocutores(as) de uma pesquisa voltada à abordagem dos desenhos ontológicos. Isto é, de que maneira através de suas práticas, estes atores têm capturado ontologicamente a modernidade colonial, buscando transformá-la em um presente e um futuro mais desejado, para além da subalternidade.

Neste sentido, a esfera local, é entendida como lócus de produção e planejamentos acerca da produção das comunidades, dos territórios e das paisagens. Isto é, como local de pensar o “desenvolvimento” e a “modernidade”, levando em consideração que as comunidades, os locais, são também lugares onde se produz conhecimento (SANTOS, 2006; 2008). Isto se dá tanto no âmbito do conhecimento relacionado à co-produção entre dinâmicas sociais e dinâmicas naturais (JASANOFF, 2004) como no de conhecimentos oriundos da articulação entre ativistas, pesquisadores e sujeitos das comunidades, para a produção dos territórios (ESCOBAR, 2006).

Diante disto, são destes conhecimentos que podem nascer novas cosmopolíticas locais, na construção de outros mundos possíveis, subvertendo o papel desejado às comunidades, pelos colonizadores, sejam corporações, grandes proprietários de terra ou

mesmo o Estado, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), constituindo um desenvolvimento rural eminentemente alternativo e vinculado às demandas locais. Sendo assim, essa cosmopolítica pode se atrelar a outras cosmopolíticas críticas à organização atual da globalização, da forma como é organizada e conduzida na modernidade colonial (RIBEIRO, 2014).

No entanto, em uma realidade onde, somadas as mais de trinta comunidades, a Comissão Quilombola do Sapê do Norte estima uma população de entre 2.000 e 3.000 famílias, é quase impossível em uma pesquisa de doutorado, em plena pandemia de coronavírus, abordar a grande diversidade de desenhos ontológicos. Deste modo, foi imperativo ter de recortar que tipo de desenho seria produtivo analiticamente, trazendo alguma inovação no âmbito, tanto dos estudos no campo da ontologia política e dos conflitos ontológicos na modernidade colonial.

A seu modo, Anna Tsing (2019) fez uma contribuição fundamental para o marco teórico dos desenhos ontológicos na forma como é elaborado neste trabalho. Em outras palavras, a autora amplia a ideia do desenho para além de uma perspectiva humana. Para ela, os desenhos também são produzidos por organismos não-humanos. Segundo a autora, a associação entre os diferentes desenhos ocorre por meio de “assembleias” e essas resultam nas condições de habitabilidade, tanto no âmbito de uma espécie, quanto no patamar multiespécie, ou seja, da diversidade da vida. Por habitabilidade são tratadas as circunstâncias e as condições para a vida, quanto mais habitável é uma paisagem, mais propícias são as condições para o desenvolvimento diverso da vida.

Isto posto, a partir da expansão do mundo colonial e a criação de paisagens industriais, Tsing (2019) observa o crescente aparecimento de organismos “ferais”. Em outras palavras, podemos compreender estes organismos como sujeitos produtores de desenhos que restringem variavelmente, dependendo das circunstâncias, as condições de habitabilidade de outros organismos.

Por exemplo, a priori, o eucalipto enquanto organismo em seu habitat de origem, associado aos organismos e aos materiais característicos a este habitat, desenha as condições de habitabilidade de uma maneira significativamente específica. Esta forma de assembleia é amplamente distinta dos desenhos produzidos pelo eucalipto quando este

se associa a estrutura do monocultivo e ao manejo industrial, através de insumos químicos, a espoliação de terras de comunidades negras e indígenas.

Epistemologicamente falando, a contribuição de Tsing (2019) evidencia que a agência dos organismos não-humanos não se manifesta, ou nos seus próprios termos, não se anima, somente enquanto houver vínculo com a agência humana. Quer dizer, os desenhos multiespécie ocorrem tanto entre matéria e matéria, como entre organismos não-humanos e organismos humanos.

Na perspectiva da autora, o que é elencado no parágrafo acima não fica evidente por exemplo, naquelas abordagens características ao que:

[...] alcançou proeminência na antropologia: o novo animismo. Teóricos como Eduardo Viveiros de Castro e Rane Willerselv defendem a reabertura do *Anthropos* através da atenção às formas não ocidentais e não modernas de conhecer, habitar e fazer mundos. Nos mundos que eles descrevem, outros seres são “pessoas” animadas, tão vivas e tão sociais quanto os humanos. Essa abordagem representa um salto empolgante das categorias acadêmicas habituais. No entanto, às necessidades de mostrar como esse salto acontece inclinaram a análise para abstrações cosmológicas, em oposição às descrições práticas de seres animistas. Em vez de observar os seres interagirem uns com os outros, a maioria dos relatos nos mostra como eles informam linhas de pensamento que expandem as concepções humanas de nós mesmos. O interesse dos analistas permanece com os humanos, os outros seres são extensões de nossas esperanças e sonhos. É difícil assistir a todos aqueles seres animadamente promissores que interagem uns com os outros.

Eu não estou descartando nenhuma dessas abordagens, cada uma é inspiradora e necessária para resolver meu problema. Mas, juntas, elas sugerem que um medo irracionalmente ampliado do positivismo criou raízes na fronteira entre a antropologia e os *Science Studies*, bloqueando a atenção a questões que envolvem as interações de não-humanos com não-humanos. Lembrando-nos de não esquecer o aparato, permitimos que nosso próprio ser ocupasse tanto espaço na análise que esquecemos que outras dinâmicas também podem ser importantes (TSING, 2019, p. 144 e 145).

Isto se aproxima da crítica que Escobar (2010a; 2012; 2016) faz sobre o construtivismo no campo da interpretação das relações entre sociedade e natureza e a Ecologia Política. Quando os processos não-humanos só são levados em conta enquanto construções feitas a partir da cognição humana, como se estes não existissem de maneira anterior, exterior ou independente da compreensão das populações humanas.

Ou de outro modo, desconsidera o fato de que a associação entre humanos e não-humanos pode desencadear assembleias entre organismos e materiais não-humanos,

que persistem no tempo e no espaço, de maneira relativamente autônoma a essa interferência humana, que lhes haviam afetado anteriormente.

Por outro lado, este arcabouço de processos evidenciados por Anna Tsing (2019), expõe a necessidade de aprimorarmos nosso ferramental teórico para a análise e a interpretação das assembleias não-humanas. Isto é, através do próprio conhecimento disciplinar sobre os tipos de paisagem multiespécie em questão em uma pesquisa e/ou por meio do aprendizado de saberes e fazeres relativos aos humanos mais habituados a estabelecerem assembleias, na composição de paisagens específicas, como é o caso do Sapê do Norte, nesta pesquisa.

“Paisagem” nesta pesquisa, tem o mesmo sentido de ambiente. Em outras palavras, a paisagem é um entreposto entre organismos, assembleias e condições de habitabilidade, um desenho complexo e interdependente, produzido por humanos, não-humanos e materiais (TSING, 2019). Ou dito de outro modo, “paisagem” está para além de um enquadramento ou recorte estético de um território e/ou ambiente.

Com a contribuição dessa discussão sobre desenhos ontológicos e paisagens multiespécie, optei por analisar a trajetória e os projetos de João Batista, um quilombola da Comunidade Quilombola de Angelim 1, no sentido de entender de quais formas estes configuram desenhos ontológicos do desenvolvimento rural naquela realidade. Estes processos envolvem a apropriação da agroecologia e a construção e manutenção de parcerias, na produção de projetos em torno da agricultura e do desenvolvimento rural no Sapê do Norte. Como exemplo tem-se o projeto “Agroecotur”, o projeto “Agroflorestando o Sapê do Norte”, o projeto de revitalização do Córrego da Velha Antônia, o projeto “Morro Agroecológico”. Soma-se ainda a atuação na Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas do Estado do Espírito Santo ‘Zacimba Gaba’ e na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

De um modo geral, este caso evidencia projetos passíveis de serem analisados como desenhos ontológicos, que envolvem a reconfiguração de seus mundos, e a apropriação do futuro do território e da paisagem. Ademais, tais desenhos, a priori, se relacionam a uma apropriação da agroecologia como paradigma ou elemento advindo da emergência e a expansão em rede, desses movimentos agroecológicos em articulação

com movimentos sociais camponeses e a movimentos ligados a grupos étnicos e raciais, como são os indígenas e as comunidades negras rurais e/ou quilombolas. Isto é, algo que vem ocorrendo em toda a América Latina como apontam Escobar (2016), Rosset e Altieri (2018) como forma de desenhar comunidades, territórios e paisagens.

De outra perspectiva, a formulação de iniciativas e projetos, protagonizados por quilombolas em relação à agroecologia, demonstram uma abertura para situações de alteração do protagonismo ao longo da história do movimento agroecológico na América Latina, especialmente no Brasil, em sua ligação com comunidades não-brancas.

É importante destacar que o paradigma agroecológico, surge ao longo do século XX, como um movimento científico, fundado a partir de contribuições das disciplinas da agronomia básica, ecologia, sociologia, controle biológico, antropologia, etnoecologia e economia ecológica. Deste modo, pesquisadores e extensionistas que compartilhavam desse paradigma se debruçaram analiticamente sobre os sistemas agrícolas tradicionais, observando as intersecções entre um manejo coerente com as características dos ecossistemas e os saberes e práticas de comunidades camponesas seculares. Isto é, foram feitas pesquisas participativas nestas comunidades, também desenvolvidas novas tecnologias no manejo da natureza, sobretudo a partir da agricultura já praticada em muitos territórios da América Latina (ROSSET; ALTIERI, 2018).

Os antecedentes intelectuais mais antigos do que concebemos como agroecologia no mundo ocidental são: Rudolf Steiner, Albert Howard e Janzen (ROSSET; ALTIERI, 2018). No caso do Brasil, temos as obras *Manifesto Ecológico Brasileiro: o fim do futuro?* publicado por José Lutzemberger em 1976, *Pragas, Praguicidas e Crise Ambiental* publicado por Adilson Paschoal e *Manejo Ecológico do Solo* de Ana Maria Primavesi, ambos em 1979 (VILLAR *et al.*, 2013). Um pouco menos conhecida, foi a obra *Agroecologia* publicada em 1978, por Augusto Ruschi, considerado o patrono da Ecologia no Brasil. Em época próxima, também se consolidou a escola estadunidense de Agroecologia, com Stephen Gliessmann e Miguel Altieri como referências transnacionais (SOUZA; MARTINS, 2013).

No Brasil, a agroecologia surgiu primeiramente como um movimento social ligado ao desenvolvimento rural, com o propósito de potencializar as formas de agricultura das comunidades camponesas em um sentido amplo, através da difusão de práticas

relacionadas a agricultura e o manejo das paisagens. Neste propósito, agregaram forças organizações não governamentais e movimentos sociais rurais ligados à igreja católica, tendo sido o primeiro movimento social rural de caráter ambiental do mundo. Somente em uma época posterior a agroecologia encampou um processo gradual de se consolidar enquanto paradigma científico (WEZEL *et al.*, 2009).

Atualmente, é inegável a expansão da agroecologia através de projetos de pesquisa, de extensão universitária, como por exemplo de extensão rural e assessoria técnica por órgãos governamentais e/ou organizações não governamentais, junto a comunidades (VILLAR *et al.*, 2013; SOUZA; MARTINS, 2013; ROSSET; ALTIERI, 2018). Por outro lado, também ocorre a adoção da agroecologia como paradigma por grandes movimentos sociais camponeses, a exemplo da Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (ROSSET; ALTIERI, 2018).

Todavia, os modelos agrícolas que articulavam a agricultura com a pesca, a caça, a coleta, em sociedades majoritariamente não-brancas, diferentes da categoria “agricultor familiar”, mais vinculada à realidade das populações brancas do sul e sudeste, demoraram um pouco mais para serem compreendidos à luz da agroecologia. Principalmente no âmbito do modelo, de certa forma etapista, de “transição agroecológica” muito difundido a partir do pensamento de Gliessmann (VILLAR *et al.*, 2013).

Arturo Escobar (2016) observa que a lida com as consequências da modernidade colonial, em todo mundo colonizado e sobretudo na América Latina, envolve a articulação entre a busca por autonomia para a elaboração da diferença radical, ontológica, de uma maneira articulada à construção de redes e conectividades. Nesta lógica, destaca-se a agroecologia, como elemento que se relaciona a estes processos nos ambientes atingidos por práticas colonizadoras, sendo capturada, reinventada e manejada ontologicamente.

Por outro lado, é importante pensar sobre como a agroecologia vem sendo manejada na interlocução entre ONGs, pesquisadores e órgãos estatais com as comunidades. É essencial ter em vista que muitas das práticas advindas da emergência de uma problemática ambiental na esfera pública, acabaram se atrelando a uma hierarquização de saberes entre cientistas e comunidades no manejo dos territórios e

ecossistemas. Também resultou, através da ação do Estado, na regulação das relações sociedade/ natureza entre comunidades tradicionais seculares e seus territórios, no estabelecimento de Unidades de Conservação e de uma legislação ambiental autoritária (GUHA, 2000).

Diferente disso, na literatura, nos congressos e nas falas de uma diversidade de atores vinculados à agroecologia, afirma-se uma perspectiva que reconhece a sofisticação dos saberes e práticas das comunidades tradicionais, vinculando-as a um manejo positivado da natureza, isto é, coerente com as características dos ecossistemas. Além disso, são como saberes e práticas detentores de uma eficácia equivalente ou superior às práticas orientadas pelas ciências. No entanto, a retórica não garante o fato de que em todo processo de mediação entre quem podemos chamar como difusores(as) da agroecologia e as comunidades, haja sempre uma simetria no diálogo entre os diferentes saberes e os diferentes atores, racialmente e etnicamente localizados. Isto só pode ser verificado empiricamente, contexto por contexto.

Mesmo sob essas controvérsias, é um fato que a agroecologia tem sido sustentada como paradigma para pensar o desenvolvimento rural, fazendo parte do repertório de projetos e práticas de permanência das comunidades camponesas, indígenas e afrodescendentes de boa parte da América Latina, tomada pelo extrativismo e seu rastro de consequências negativas. Por exemplo, ao longo das vinte edições do Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), pude ler pelo menos 73 trabalhos, que analisavam e/ou retratavam o desenvolvimento de projetos de cunho agroecológico entre pesquisadores, técnicos, estudantes e quilombolas de todas as regiões do Brasil.

A partir de toda a problemática exposta, surgiram algumas questões sobre os projetos de João Batista, do Quilombo de Angelim 1 para as comunidades quilombolas do Sapê do Norte e para uma paisagem marcada pelo monocultivo de eucalipto e que foram, de certa forma, respondidas por essa pesquisa: De que formas a indústria de celulose, através dos monocultivos de eucalipto, desenhou ontologicamente o Sapê do Norte e quais são os efeitos desses desenhos na paisagem e nos quilombos? Como a agroecologia e o desenvolvimento rural estão sendo desenhados, em um ambiente degradado pela colonialidade dos monocultivos de eucalipto e quais os efeitos desses desenhos? Como é o trabalho ativo de produção desses desenhos ontológicos? Como

esses desenhos ontológicos se associam aos projetos e à “futuralidade” (ESCOBAR, 2016) das comunidades? Como as construções locais do desenvolvimento rural e da agroecologia se relacionam a elementos das tradições e práticas dos quilombolas do Sapê do Norte?

Por fim, a partir da problematização, da revisão da literatura e das questões, foram formulados os objetivos da pesquisa, que serão elencados em seguida.

- a) **objetivo geral:** Analisar os desenhos ontológicos para o desenvolvimento rural em comunidades quilombolas pressionadas pelo monocultivo de eucalipto, a partir da trajetória, das práticas, das redes e dos projetos de João Batista do Quilombo de Angelim 1.
- b) **objetivo específico 1:** Identificar e analisar a construção histórica das paisagens do Sapê do Norte para a produção destes desenhos ontológicos.
- c) **objetivo específico 2:** Analisar os projetos, desejos e expectativas, isto é, o sentido que fundamenta estes desenhos ontológicos.
- d) **objetivo específico 3:** Analisar o trabalho ativo do principal interlocutor dessa pesquisa na elaboração de seus desenhos ontológicos.

No caso dos quilombos do Sapê do Norte, tenho como hipótese desta pesquisa que atualmente devido à ausência de assessoria técnica, extensão rural, ou o acompanhamento constante de organizações não governamentais, na articulação de projetos e ações vinculadas à agroecologia neste contexto, os quilombolas citados nesse estudo de caso tenham mais liberdade criativa para elaborar e capturarem ontologicamente a agroecologia. Deste modo, a agroecologia vai servir como um dos instrumentos para a lida com as consequências sociais e ambientais da modernidade colonial quanto será utilizada para desenharem as comunidades quilombolas e, de certa forma, o próprio Sapê do Norte.

Contudo, essa autonomia relativa no desenho de projetos e práticas é sabotada constantemente pelas condições e situações produzidas pela modernidade colonial manifestada nas consequências da atuação do Estado e da indústria de celulose em suas formas de desenharem o Sapê do Norte. Em vista disso, os desdobramentos das formas de captura da agroecologia e do desenvolvimento rural por João Batista, tem sua eficácia

reiteradamente comprometida, não sendo suficientes para a transformação das paisagens e territórios do lugar em suas formas majoritárias.

Em somatório, suponho que este processo demonstra um desdobramento específico em relação aos desenhos da permanência de alguns quilombolas, paralelamente e para além da titulação das terras nesses quilombos, atrelando as tradições da comunidade com a questão ambiental, da alimentação e da agricultura. Mesmo que essas situações também se atrelem a novas vulnerabilidades, no âmbito do contexto político e ecológico atual, como a ausência de políticas públicas voltadas às comunidades negras rurais do Espírito Santo, a não titulação das terras e a acentuação dos efeitos da degradação dos ecossistemas.

1.3 ENTRE PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS E DESENHOS METODOLÓGICOS

A produção desta pesquisa se atrelou a várias inquietações acerca do propósito de uma pesquisa científica junto a comunidades, neste caso específico de comunidades quilombolas, majoritariamente compostas por pessoas negras, que historicamente carregam uma trajetória de exposição a uma diversidade de injustiças no Brasil. Em vista disso, surgiram questões que antecedem e se relacionam às questões de pesquisa: “A minha pesquisa vai trazer algum benefício para os meus interlocutores(as)?”; “A pesquisa vai atrapalhar os projetos, práticas e expectativas dos interlocutores(as)?”

Por um lado, essas questões se atrelaram fundamentalmente a inquietações já um pouco mais antigas, da época em que eu fiz o mestrado, quando tive acesso a reflexões de autores(as) que, cada um a seu modo, desde a antropologia, problematizaram a assimetria entre autores(as)⁷ e interlocutores(as) de uma pesquisa. Estes estudiosos propunham, para a superação desse processo, uma abordagem que levasse a sério a perspectiva dos interlocutores acerca de suas realidades, em que por um lado o

⁷ Bruno Latour, Marilyn Strathern, Roy Wagner, Eduardo Viveiros de Castro, Tim Ingold, Donna Haraway, dentre outros. Autores(as) mobilizados de maneira profícua nas aulas de Antropologia Contemporânea das Prof^{as} Celeste Ciccarone e Eliane Creado, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

pesquisador se despojasse ao máximo possível de suas próprias barreiras ontológicas para o acesso ao outro.

Tal literatura estimulava uma pesquisa em que o pesquisador não partisse de apriorismos a exemplo da universalidade da dualidade humanidade e natureza, que exclui as ontologias dos povos que não são meros desdobramentos de uma formação social ocidental e colonial. Destarte, que não adotasse uma perspectiva que parte de um suposto isolamento e desconhecimento dos “nativos” acerca de outros povos, de outras comunidades, incluindo o próprio grupo social do pesquisador. Por fim, que não tomasse a ciência como um conhecimento superior ao conhecimento local, este último, nessa perspectiva quase sempre ineficaz e grosseiro.

Somado a isso, me apropriei de uma literatura que propunha reorientar os propósitos da ciência em sua diversidade, tal como dos vínculos desse tipo de conhecimento, com as comunidades e povos ao longo dos territórios. Nesta linha, Boaventura Souza Santos, em seu famoso *Discurso sobre as ciências* (2008), nos encaminhamentos finais do século XX, questionou ao mesmo tempo o papel dos cientistas na degradação sistemática da natureza e na exploração sistemática dos humanos pelos humanos. Colocando em xeque uma suposta neutralidade e impessoalidade das ciências, propôs uma marcha difusa, na qual por iniciativa das ciências humanas, pudéssemos questionar e propor um novo caminho para todas as ciências.

Ao longo dos vinte anos posteriores ao seu discurso sobre as ciências, pulularam iniciativas que demonstraram que as ciências podem ser produzidas com uma outra proposta, nas mais diferentes áreas (SANTOS, 2006). A exemplo da forma como Escobar (2006) identificou as alianças entre pesquisadores(as), ativistas e comunidades negras camponesas, na defesa dos territórios da Colômbia, contra o extrativismo. Isto também pode ser visto na emergência do discurso sobre o Bem-Viver, do Equador e da Bolívia, para toda a América Latina, na busca da formulação e aplicação de novos paradigmas para os nossos povos (ACOSTA, 2016). Da elaboração de relatórios antropológicos junto a comunidades indígenas e negras quilombolas no Brasil como parte da busca pela titulação de suas terras, dentre outras formas de visibilização das comunidades (ANJOS, 2006), isto é, uma antropologia por demanda (SEGATO, 2013). Da produção de “contra

laudos” entre pesquisadores(as) e comunidades atingidas por grandes projetos industriais, em situações de desigualdade perante as instituições. Por fim, a própria consolidação da agroecologia, enquanto ciência com um propósito nítido de reorientar as relações sociedades – natureza, de uma perspectiva não autoritária e difusa, sendo capturada, reconfigurada e inventada nos territórios e nas comunidades (ROSSET; ALTIERI, 2018).

Segundo Boaventura Souza Santos (2006), estes avanços na forma de se fazer ciência, demonstraram que as críticas acerca de uma “Ciência Pós-Moderna”, se mostraram mais como uma intolerância cultural e a disputa por recursos de pesquisa, encampadas por alguns cientistas das áreas que historicamente ganharam mais financiamento público, em quase todas as partes do mundo, do que uma preocupação com a não vulgarização da ciência.

Na minha leitura, o “moderno” significa “colonial”, pois, a modernidade é inaugurada como empreendimento colonial, diante disto, uma perspectiva de ciência que realmente se proponha como superação a uma perspectiva moderna, deve operar sem propósitos coloniais. Dito de outro modo, uma pesquisa que se proponha a ser desenvolvida fora de uma perspectiva colonial, quando foca uma interlocução com sujeitos de comunidades, não pode ser feita à revelia dos interesses e demandas desses atores(as), assim como de seus processos da vida cotidiana.

Trata-se daquilo que Rita Segato (2013) chama de “antropologia por demanda”, isto é, uma antropologia e uma etnografia voltadas a somarem com os processos, projetos e demandas nos contextos de interlocução com as comunidades. Algo que já acontece desde o começo dos anos 2000 nas pesquisas de mestrado e doutorado em Ciências Sociais que focam quilombos. Em que o material produzido pode servir, por exemplo, para a produção dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs), em situações onde as famílias passam pela insegurança e o assédio sobre seus territórios.

Nesta lógica, minha ideia com essa pesquisa era adentrar o Sapê do Norte aos poucos, pois era um lugar de dezenas de comunidades quilombolas, muitos conflitos, um lugar calejado pelas pesquisas já desenvolvidas ali. Em vista disso, tive de me preocupar ao mesmo tempo, em não ser invasivo. Da mesma forma, intentava criar um ciclo de

reciprocidade vinculada a minha presença ali, para que eu fosse recortando o problema de pesquisa junto às questões e ponderações do campo vindas dos interlocutores(as), tentando conciliar o tempo da universidade e o tempo dos interlocutores(as), tarefa que se complexificou com o fator pandemia.

Neste sentido, desde 2018, quando conheci João, fui me aproximando gradualmente dele no sentido de propor acompanhar sua trajetória no Sapê do Norte. Isto é, de acompanhar seu trabalho ativo relacionado às suas formas de pensar, projetar e se articular no âmbito da produção de um desenvolvimento rural para o Sapê do Norte, enquanto grande território quilombola, diverso e interconectado.

Para isso, minhas referências metodológicas sempre foram aquelas de uma pesquisa exploratória em ciências humanas, sobretudo, da observação participante de inspiração etnográfica. Isto é, acompanhar João, conversar com ele, transitar com ele no território, conversar com interlocutores(as) dele, discutir questões relacionadas a seus projetos e a seu trabalho ativo, tal como trabalhar com ele, tanto na roça quanto na formulação e escrita de projetos, tudo nesta mediação do tempo da pesquisa com o tempo das pessoas.

Minha forma de captura da observação participante para a realização da pesquisa sempre teve a participação nos processos de trabalho como um grande vetor de descobertas. Deste modo, foi durante o deslocamento para a roça, nos trabalhos na lavoura, na pausa para o café e/ou para o almoço, que muitas conversas foram desenvolvidas. O trabalho era um grande momento de meditação em movimento onde muitas ideias de João se manifestavam e eram expostas. Era ali também que eu tinha novos entendimentos sobre a realidade vivenciada e suas possíveis formas de interpretação na tese.

A importância do trabalho, sobretudo aquele relacionado ao manejo das plantas, do solo, nas caminhadas na mata, ao longo das nascentes e cursos d'água, se vincula aos pressupostos de uma pesquisa em antropologia ecológica trazidas para o fazimento desta pesquisa. Isto é, o foco nas formas de manejo e conhecimento das plantas, animais, do relevo, do clima, de tudo que envolve a "habitabilidade" dos povos na paisagem (INGOLD, 2000).

De outro lado, é no trabalho junto ao interlocutor que a observação participante se torna uma participação observante (SAUTCHUK, 2007), no entendimento do caráter corporal dos desenhos ontológicos, de se aproximar com mais profundidade das relações entre humanos e não-humanos, isto é, o esforço físico despendido no fazimento de uma roçagem, sob o sol, na forma como seu corpo gradualmente vai se moldando, junto a esta atividade, se tornando mais resistente e apto, a foice e a enxada se tornam mais efetivas. Ou mesmo a satisfação de comer uma comida na pausa para o almoço. Neste processo aprendi muito sobre o manejo e o cuidado com as plantas e com o solo, a governança de uma propriedade agrícola, em suas dinâmicas quase intermináveis.

Outro elemento fundamental desta pesquisa foi o uso das redes sociais, para a comunicação com o João, desde os primeiros contatos, assim como, durante os 20 meses de interstício de trabalho de campo, devido à pandemia de coronavírus. Deste modo, só voltei a campo quando nós já tínhamos sido vacinados com as duas doses. Neste interstício, trocamos mensagens em vários momentos, tal como participamos juntos em alguns grupos de um aplicativo de mensagens instantâneas para smartphones, com outras pessoas, quilombolas e não-quilombolas, sobre questões relativas ao trabalho ativo de João na produção do Sapê do Norte. Paralelamente, sempre busquei acessar documentos, reportagens, vídeos, filmes-documentários, trabalhos científicos que pudessem me trazer novas informações sobre as dinâmicas do Sapê do Norte.

Em suma, meu olhar sobre as trajetórias de João sempre buscou identificar o nexo de práticas, expectativas e relações, entre as pessoas e entre as pessoas e a paisagem. Dito de outro modo, essa pesquisa focou em relacionais (ESCOBAR, 2016) e as assembleias na constituição das paisagens (TSING, 2019), somado a uma perspectiva que buscou analisar como a paisagem e os territórios são capturados nos relatos, entrevistas e na cosmopolítica.

Quadro 1 - Objetivos, Marco Teórico e Técnicas de coleta de dados

Objetivos	Conceitos e Categorias Analíticas	Técnica de coleta de dados
Objetivo Geral	- Desenhos Ontológicos (ESCOBAR, 2012; 2016).	- Entrevistas Abertas e Observação Participante
Objetivo Específico 1	- Assembleias e Paisagem (TSING, 2019).	<ul style="list-style-type: none"> -Entrevistas abertas com quilombolas dentre outros sujeitos do Sapê do Norte. -Entrevistas abertas com ativistas que lidam com a questão dos monocultivos de eucalipto há décadas na região. -Análise das pesquisas sobre a produção das consequências do monocultivo de eucalipto na região. -Participação no 5º Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo. Participação em uma palestra sobre o Programa de Desenvolvimento Territorial Rural (PDRT) da Suzano S.A, atual responsável pelos eucaliptais do lócus da pesquisa. - Participação em uma audiência pública, como etapa para a expansão dos monocultivos de Eucalipto na região, com representantes do estado e da empresa do ramo de celulose. - Participação em reuniões da Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas do Espírito Santo. - Participação em reuniões com a FASE/ ES. - Análise de vídeos e documentários produzidos, disponíveis na internet, sobre os monocultivos de eucalipto e suas consequências para as comunidades afetadas: <i>“Rodeados de Inimigos”</i>; <i>“Vozes do Clima: Sapê do Norte”</i>; <i>“Imprensados”</i>; <i>“Cruzando o Deserto Verde”</i>.
Objetivos Específicos 2, 3 e 4.	- Desenhos Ontológicos (ESCOBAR, 2012; 2016), Assembleias e Paisagens (TSING, 2019).	-Entrevistas semiestruturadas, observação participante e participação observante com João Batista e sujeitos relacionados aos seus desenhos ontológicos.

Fonte: elaboração própria.

A pesquisa seguiu o seguinte itinerário: adentrei o Sapê do Norte entre 20 e 26 de julho de 2018, depois voltei à região na segunda quinzena de janeiro de 2019. Entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020, aluguei uma casa na Vila de Itaúnas, ao lado da casa de João Batista e sua família. Passados 20 meses do período mais crítico da pandemia do novo coronavírus, depois que eu e os adultos das comunidades já havíamos nos vacinado majoritariamente, com as duas doses voltadas à atenuação dos efeitos negativos da Covid 19, voltei à região por 15 dias seguidos durante a segunda quinzena

de agosto de 2021. Nesse momento, realizei intenso trabalho de campo das primeiras horas do dia até tarde da noite.

Para sistematizar as informações colhidas no trabalho de campo e facilitar minha análise, dividi meu diário de campo em temáticas depois de digitalizado. Para isso, marquei cada trecho que se relacionava a um tema com uma cor. Nesta lógica, a divisão tomou a seguinte forma: azul claro para relatos vinculados ao ativismo político e o movimento quilombola; verde escuro para informações relacionadas às formas dos quilombolas lidarem com as plantas, animais e com a paisagem de uma forma geral; vermelho para dados atrelados à indústria de celulose e fazendeiros; verde para questões vinculadas à agricultura nos quilombos; vinho para os relatos sobre os mitos, histórias e a religiosidade do Sapê do Norte; azul para explanações acerca das retomadas e invasões; lilás para evidências acerca da trajetória de João; amarelo para questões acerca das formas de João desenhar o desenvolvimento rural no Sapê do Norte.

1.4 OS CAMINHOS DE UMA PESQUISA EXPLORATÓRIA

Minha entrada no campo foi feita anteriormente à formulação de um problema de pesquisa já acabado. Sendo assim, a primeira vez que fui ao Sapê do Norte, ainda estava no final do primeiro semestre do doutorado, entre 20 e 26 de julho de 2018, como já dito na problematização desta pesquisa. Nesse momento, conheci uma retomada no território concernente ao quilombo de Linharinho, onde pude conversar com os responsáveis por ela. Também conheci dois núcleos familiares de quilombolas nos quilombos de São Domingos e também um núcleo familiar do Quilombo de Linharinho. Momento em que pude conversar com lideranças mais antigas desses quilombos e ouvir a história do lugar. Em um desses núcleos, pude conhecer uma senhora quilombola de aproximadamente 100 anos, à época.

Somado a isso, foi minha primeira interação direta com a FASE/ ES, quando pude participar de algumas reuniões, conhecendo os objetivos da organização, sua trajetória no Sapê do Norte, seus coordenadores(as) e membros(as). Ademais, conheci alguns parceiros, que não faziam parte do corpo de colaboradores da organização, categoria em que me incluía. Também transitamos por áreas de plantações de eucalipto e adentramos

remanescentes de matas do Sapê do Norte. Tais trajetos eram guiados às vezes por João, outras vezes por Antônio Sapezeiro, um quilombola de Chiado, estabelecido na Retomada de Linharinho.

Posteriormente, na segunda quinzena de janeiro de 2019, voltei à região do Sapê do Norte, especificamente para a Vila de Itaúnas, para participar da Festa de São Sebastião. Na ocasião, misturaram-se nativos de Itaúnas e quilombolas do entorno, nos grupos folclóricos de Ticumbi, Reis-de-Bois, Jongu e Alardo, expressões que são apresentadas nos três dias de festa. Nessa época, também me encontrei com João, quando fomos na área de herança de sua mãe, onde ele estava trabalhando em um projeto agroflorestal há 7 anos, aproximadamente, junto a outro quilombola da região de Itaúnas, que atualmente morava em uma retomada de Angelim 1, mas que era descendente de um quilombola natural de Santa Isabel e de uma outra quilombola da região de córrego Santa Helena. Também fui em cinco núcleos familiares da Retomada de Angelim 1, tanto de quilombolas quanto de não-quilombolas.

Em abril de 2019, quando eu ainda cursava as disciplinas do doutorado em Porto Alegre, João e Luzia, uma senhora do quilombo de São Domingos, foram ao município para participar de um encontro com outros ativistas dos estados do Maranhão, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, assim como do Chile, Uruguai e da Argentina. Essa reunião também tinha a presença de uma pesquisadora estadunidense especialista em árvores transgênicas, assim como colaboradores das ONGs Amigos da Terra – Brasil, da FASE, tanto da seção do Espírito Santo, quanto do Rio de Janeiro e da World Rainforest Movement (WRM). A reunião serviria para discutir as consequências do monocultivo de eucalipto nas localidades e as ameaças imbuídas na difusão do uso de variedades transgênicas nestes cultivos. Pude acompanhar uma mesa redonda em que João e Dona Luzia participaram, bem como a reunião durante todo o dia seguinte.

Alguns meses depois, já em setembro de 2019, fui para a Vila de Itaúnas com a intenção de alugar uma casa para morar enquanto acompanhava o trabalho ativo de João. Chegando lá, consegui alugar uma casa com a sogra de João, por intermédio de sua esposa. Ela costumava alugar essa casa somente em época de férias e feriados para veranistas. O combinado era que durante a alta temporada, época do réveillon, eu saísse

por cinco dias para que ela alugasse para turistas, por um valor muito mais alto do que eu estava pagando.

Depois da casa alugada, permaneci em Itaúnas até o dia 1 de fevereiro de 2020. Durante essa época, acompanhei João em vários processos. Quando cheguei, ele estava trabalhando, tomando conta de uma pousada e camping, que dispunha de uma grande área à margem do Rio Itaúnas. Paralelamente à manutenção do espaço, ele molhava as plantas, fez alguns canteiros de horta, uma composteira, coroou algumas árvores antigas e tinha a esperança de que o dono quando voltasse, aceitasse transformar o lugar de uma pousada somente voltada ao turismo de massas, para algo em uma perspectiva mais voltada a uma educação ambiental baseada fundamentalmente na agroecologia, no qual João seria parceiro, não somente um prestador de serviços e/ou trabalhador diarista.

Essa mudança para o trabalho na pousada se deu pelo fato de João ter rompido a parceria com o quilombola com o qual ele estava manejando a área de herança de sua família na comunidade de Angelim 1. O rapaz tinha um passado de envolvimento em pequenos crimes na Vila de Itaúnas, além de conflitos e confusões de vários tipos. No entanto, João pensou que através do acesso à terra, da agricultura e da agroecologia ele melhoraria seu comportamento, algo que não ocorreu. Como consequência, João decidiu encerrar a parceria, que havia anteriormente sido formalizada como projeto “Agroecotur”.

Desse modo, não era um contrato de posse da área, mas de participação e trabalho coletivo em torno da agricultura e da agroecologia e, posteriormente, da divisão dos frutos desse trabalho. Considerando esse acordo, o rapaz tinha uma área sob sua responsabilidade, mas não era de posse dele. Entretanto, ele queria a posse, fato que o fez ameaçar João reiteradamente, cortar suas plantas, roubar ferramentas, quebrar cercas, parte de muros, colocar fogo perto da entrada do terreno. Também costumava falar mal de João para outros sujeitos locais e, através de mentiras, tentava colocá-lo contra outras pessoas, além de afirmar que o mataria.

Todo esse processo fez com que João parasse de frequentar a área do projeto, pois queria evitar uma situação em que tivesse de matar ou morrer. Eu cheguei nessa época, em que ele estava desanimado com tal situação e sem frequentar sua roça. Entretanto, nossas conversas e minha presença ali, depois de certo tempo, o animaram e deram segurança para voltarmos a frequentar aquela área. Então, em alguns dias da

semana, acordávamos às 5 horas da manhã, tomávamos uma xícara de café, João fazia uma farofa com ovos, feijão, arroz, farinha de mandioca e íamos de bicicleta para a roça, por uns 4 km de distância, trabalhando lá até aproximadamente as 16 horas. Fizemos isso durante algumas semanas e o trabalho rendeu bastante. Até um fatídico dia em que topamos com o ex-parceiro de João no local, que proferiu ofensas e ameaças a ele, também se dirigiu a mim, mas não tentou fazer nada.

Esse fato desanimou João novamente, mas ele foi até Conceição da Barra fazer uma queixa na delegacia, quando me colocou formalmente como testemunha. Também relatou a situação para um promotor que trabalhava no município. No entanto, até os dias de hoje nada aconteceu com o rapaz.

Outro fator complicado dessa situação era que o rapaz, além de uma casa em uma área de retomada de Angelim 1, também morava na Vila de Itaúnas em frente as nossas casas (a minha era ao lado da casa de João, em cima da casa de sua sogra), o que deixava um clima de tensão no ar. Ele era suspeito de ter roubado bicicletas da família de João, só andava à noite e na madrugada, em determinado momento já tinha inclusive xingado a filha de João na rua, à época com 13 anos, tudo isso de maneira sorrateira.

Em vista disso, paramos de ir novamente à área do Projeto Agroecotur. Porém, fizemos várias outras coisas nesse período de setembro de 2019 ao final de janeiro de 2020. Por exemplo, visitamos algumas vezes o núcleo familiar de origem de João, o "Sítio Porto das Canoas" no quilombo de Angelim 1, à margem do Rio Angelim, onde pude conversar várias vezes com seu pai, o Sr. Getúlio, sua mãe Dona Dolores e seus irmãos. Também pude ouvir vários relatos da história do lugar, das ontologias do quilombo, em sua forma de fazer agricultura, de habitar e se relacionar com a paisagem.

No dia 21 de setembro de 2019, fomos ao núcleo familiar de Dona Gessi, do quilombo de Linharinho, uma das grandes lideranças do Sapê do Norte. Meses antes, ela havia aprovado um projeto junto à Secretaria Estadual de Cultura do Espírito Santo para a construção de um "ponto de memória", uma tipologia contida em editais da respectiva secretaria estadual para custear a produção de uma infraestrutura com significado cultural para as comunidades de todo o Espírito Santo. Nessa lógica, Dona Gessi havia

construído uma grande casa de pau a pique⁸, para que essa fosse transformada em uma casa de reza da Mesa de Santa Bárbara, uma manifestação religiosa dos quilombolas do Sapê do Norte. Isto posto, no dia 21, considerado por algumas organizações como o “dia mundial contra o monocultivo de árvores”, fomos plantar mudas de árvores nativas ao redor do ponto de memória no quilombo de Linharinho, tudo sob coordenação de Dona Gessi. Na proposição e desenvolvimento desse evento também estavam colaboradores da FASE/ES. Nesse dia, também pude participar de uma reza para Santa Bárbara ministrada pela mãe de santo, “madrinha⁹” de Dona Gessi, e pela própria.

Ao longo dessa primeira estadia, também tive a oportunidade de participar com João do 5º Encontro Estadual de Comunidades Quilombolas do Espírito Santo. Fui um dos poucos não-quilombolas a participar, o único não-quilombola a dormir no alojamento junto dos quilombolas dos aproximadamente 50 quilombos do Espírito Santo. Na ocasião, pude conhecer lideranças históricas do Sapê do Norte, como Chapoca, da comunidade de São Domingos. Também conheci referências mais novas, a exemplo de Giuliana do quilombo de São Cristóvão. No evento, foram discutidas várias questões acerca da situação nos quilombos do estado, relacionadas à titulação, à falta de apoio governamental, à necessidade de se apropriar da agroecologia, da segurança alimentar das comunidades, aos entraves para a produção do Cadastro Ambiental Rural (CAR), bem como foram eleitos novos membros para a coordenação estadual.

O encontro ocorreu entre sexta e sábado, em uma parte do campus de São Mateus da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), cedida ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus. A Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas ‘Zacimba Gaba’¹⁰ é uma seção estadual da Coordenação Nacional das

⁸ Casas de pau a pique ou de estuque são um tipo de habitação tradicional brasileira, construída com troncos de árvores, que fazem o papel de esteios. Já as paredes são feitas de bambu e de barro amassado. Também se pode ou não fazer o acabamento do barro, com tabatinga ou batinga (barro branco). Este acabamento é algo que não vi no Sapê do Norte.

⁹ “Madrinha” no sentido de mentoria religiosa e para a vida.

¹⁰ Zacimba Gaba foi um quilombola do Sapê do Norte. Estima-se que ela tenha vivido ao longo do século XVIII na região. Era uma princesa trazida do continente africano que tramou por anos uma revolta contra seu “proprietário”, envenenando-o aos poucos com um preparado, a partir da cabeça de uma cobra jararaca (espécie de cobra venenosa), queimada e macerada e adicionada aos poucos à alimentação do senhor. Isto foi o matando ao longo do tempo. Após, liderou uma revolta com os negros, fundando um quilombo e morrendo, posteriormente, em um conflito com jagunços, no entorno da Vila de Itaúnas e do Quilombo de Angelim 1. Essa história circulou em muitos lugares e foi relatada na obra *Os Últimos*

Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). No evento, João se tornou parte da coordenação estadual, vinculado ao setor de “agricultura” e também de “território”.

Em outubro de 2019, fiquei sabendo de um seminário sobre “Agroecologia e Mercados da Agricultura Familiar” organizado por um professor da Universidade Federal do Espírito Santo, vinculado ao departamento de Ciências Sociais. Até então achei interessante algo do tipo no campus, entretanto me chamou a atenção a Suzano S.A estar patrocinando o evento, já que historicamente vários professores(as) do departamento de Ciências Sociais e Geografia, denunciarem sistematicamente as violações da indústria de celulose contra indígenas e quilombolas no norte do estado, bem como já terem recusado esse tipo de patrocínio. Além disso, também me chamou a atenção o fato de representantes do “Programa de Desenvolvimento Rural Territorial” da Suzano estarem presentes em uma mesa, onde falariam sobre a experiência de acesso a mercados com agroecologia, junto a comunidades parceiras da empresa.

Diante disso, fui ao evento com a intenção de ouvir a fala dos representantes da empresa e principalmente saber se trariam, em suas falas, algo sobre o Sapê do Norte. Os colaboradores da Suzano apresentaram a empresa como uma corporação benevolente e que tirou “os quilombolas do carvão” com seu programa de responsabilidade social.

Em seguida, quando abriram para falas, não me contive e fiz colocações duras acerca do histórico de violação que a empresa produziu no Norte do Espírito Santo, e também apontei o fato de não ter nenhum quilombola ali. Por último, questionei o convite a representantes da empresa em um evento que se referia à agroecologia, invocando os paradigmas, atores históricos e a trajetória de emergência desse paradigma. Acabei criando uma situação desconfortável no evento, vi que algumas pessoas do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) concordaram comigo, mas, funcionários da Suzano e alguns extensionistas do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) discordaram. Um em especial, que realiza um trabalho com a comunidade quilombola de Santa Luzia, no município de Montanha, afirmou algo como: “as pessoas ligadas à agroecologia devem estar unidas”, o que traz à tona uma espécie de

Zumbis: a saga dos negros do Vale do Cricaré durante a escravidão (2001) do escritor de São Mateus, Maciel de Aguiar.

neutralidade, totalmente incoerente com o que tem sido acordado nos últimos congressos da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

O saldo de ter ido a esse evento foi positivo para a pesquisa, pois consegui ouvir parte da leitura institucional da empresa em relação aos quilombolas, bem como ter acesso à história de seu programa de “Desenvolvimento Rural Territorial”, seu discurso sobre sustentabilidade e suas articulações com órgãos do governo do estado. Também pude notar o perfil dos coordenadores do PDRT.

Anteriormente, em abril de 2019, propus a João a escrita de um resumo expandido para o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) que seria em Aracaju-SE, em novembro do mesmo ano. O tema seria a transformação da paisagem nas retomadas de Angelim 1, que havíamos visitado em janeiro do mesmo ano, caso o trabalho fosse aprovado, afirmei que daríamos um jeito de ir. Posteriormente, em novembro, com o trabalho aprovado, pedi auxílio ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) para auxiliar minha ida e João pediu ajuda de custos à FASE/ES. Com esse recurso conseguimos ir de ônibus até Aracaju, passando por Salvador.

O congresso foi muito rico. Além de estudantes, professores(as) e pesquisadores, havia muitos agricultores(as), indígenas e quilombolas, em um ambiente rico de troca de experiências e saberes. De todos os congressos que eu já fui, esse foi, sem dúvida, o mais diversos, racialmente, etnicamente e no âmbito epistemológico. Além de apresentar o trabalho, assistimos a apresentações de outros trabalhos e palestras, de agricultores(as), professores(as) e pesquisadores(as). Ademais, compramos sementes, vimos a diversidade dos produtos produzidos através da agroecologia, sobretudo de agricultores(as) do Nordeste. Em suma, a abundância do evento parece ter estimulado João a dar continuidade aos seus projetos, ao ter contato com outras experiências de pessoas de origens semelhantes às suas.

Nesse período, entre setembro de 2019 e janeiro de 2020, eu e João combinamos de ir de bicicleta até o Assentamento Paulo Cesar Vinha, do MST, que também fica no entorno do grande território do Sapê do Norte. Para fazermos esse trajeto, João pediu a bicicleta emprestada de Damião, padrasto de sua esposa Juciane. O trajeto envolveu atravessar o Parque Estadual de Itaúnas e o Córrego Santa Helena, no quilombo

homônimo. Também fomos em um núcleo familiar do Quilombo Santa Isabel com intuito de ver como eles fizeram a reforma da casa de farinha (o que não deu certo pois a família não estava em casa), visitamos rapidamente a casa de João Velho, quilombola que morava entre os córregos Santa Helena e Santa Isabel, onde ocorriam os ensaios do Ticumbi, até chegarmos ao assentamento, onde João já tinha sido professor na escola família agrícola e também tinha ligações com lideranças por conta de sua militância ocasional no Partido dos Trabalhadores. O trajeto ao todo se estendeu por pouco mais de 30 quilômetros.

Em janeiro de 2020, minha companheira foi me visitar em Itaúnas e trabalhou voluntariamente, por algumas semanas, como monitora do Parque Estadual de Itaúnas. Durante esse trabalho, ela teve contato com pessoas da Vila de Itaúnas e do entorno do Sapê do Norte, com as quais eu não tinha interagido anteriormente. Entre esses, os mais significativos para pesquisa foram o Sr. Silvio, morador da Vila, Dona Jovem e Sr. Paulo Jacó, moradores da Aldeia Paulo Jacó.

O Sr. Silvio era oriundo de uma comunidade de remanescentes tupi, chamada Areia Branca, localizada entre a Praia de Itaúnas e a Praia de Riacho Doce, local a menos de 10 km da fronteira com a Bahia. Ele era um exímio artesão, destacado por produzir pandeiros e casacas¹¹ e, na época, morava na Vila de Itaúnas. Através desse interlocutor, eu soube de vários costumes antigos dos moradores da região, a exemplo do cauim e seus efeitos, bebida fermentada de mandioca, feita pelos indígenas e também pelos quilombolas

Dona Jovem e o Sr. Paulo Jacó eram respectivamente a matriarca e o patriarca da Aldeia Paulo Jacó, localizada entre a Vila de Itaúnas e as Dunas de Itaúnas. Dona Jovem era uma senhora negra, vinda de uma comunidade do município de Mucuri na Bahia, que faz fronteira com o Espírito Santo. Ela já morava há algumas décadas na região, e viu a invasão do monocultivo de eucalipto, assim como trabalhou com a empresa nessa época. Paulo Jacó era um remanescente Pataxó, descendente dos primeiros habitantes da Vila de Itaúnas, que foram descendo gradualmente do sul da Bahia e parando no extremo-norte do Espírito Santo. Com ele também aprendi sobre a

¹¹ Instrumento musical, feito de bambu ou de outras madeiras, tipicamente capixaba, usado no Congo, é similar ao reco-reco.

agricultura, a pesca, a história da relação dos moradores(as) com o parque estadual e com os turistas.

Ao longo desses meses, nesse primeiro contato mais demorado com a realidade do Sapê do Norte, ainda sem uma delimitação muito nítida do meu projeto de pesquisa, pude conviver de maneira contínua com as pessoas da Vila de Itaúnas, muitas vindas dos quilombos do entorno. Ademais, pude ver a relação dos quilombolas com a vila, com o turismo, com os comerciantes locais e aqueles vindos de Minas Gerais, São Paulo e de outras partes do Espírito Santo. Dito de outro modo, pude ter contato, de certa forma, com as formas de pensamento e de conhecimento do local e as relações entre seus habitantes ao longo do cotidiano.

Uma ou duas vezes por semana eu costumava cruzar de bicicleta a estrada que liga a Vila de Itaúnas até a sede do município de Conceição da Barra. Neste trajeto de aproximadamente 30 km de ida e volta eu observava os fluxos entre quilombolas, turistas, carros da empresa do ramo de celulose, o estado das lagoas e dos cursos d'água. Também pude ver o asfaltamento dessa estrada e seus efeitos.

Ocasionalmente, Antônio Sapezeiro, quilombola que vivia em uma Retomada em Linharinho, nos visitava em Itaunas. Ele levava a cesta de alimentos do Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), projeto ao qual eu era associado. Nessas ocasiões, ficávamos João, ele e eu conversando sobre o Sapê do Norte, seus potenciais, questões e desafios. Geralmente ficava tarde e ele dormia na minha casa, pois, na época, sua moto estava sem farol. Do mesmo modo, quando eu ia de bicicleta para Conceição da Barra, eu passava pela casa dele. Antônio também nos visitava quando estávamos trabalhando na roça de João. Em uma época de lua nova, veio um casal do meu grupo de capoeira angola para tirarmos algumas biribas¹² na mata com Antônio. Esses amigos já mantinham essa relação com Sapezeiro há alguns anos. Foi um momento interessante por andarmos pelas matas do Sapê do Norte, vermos sua diversidade e aprendermos a identificar biribas.

Biribas são madeiras usadas na capoeira, para confecção dos berimbaus. Nas comunidades quilombolas são utilizados para construção, para a feitura de cabos de ferramentas. Pelos indígenas era usado para a confecção de arcos-e-flecha. Essa multiplicidade de usos se relaciona a flexibilidade e a rigidez da madeira, "enverga sem quebrar".

Com certa frequência, eu ia à feira de Itaúnas, onde eram vendidos produtos da região centro-serrana do Espírito Santo. Evidentemente, tratavam-se de alimentos produzidos através da agricultura com uso de insumos químicos. Também eram vendidos produtos vindos dos assentamentos da região cujos produtores afirmavam que seus cultivos não eram feitos com “veneno”. A única barraca quilombola era de Cazuzza, do quilombo de Angelim 1, primo de João. Sua produção de frutas e verduras era bem bonita e ele afirmava não usar venenos, assim como relatou ter algum auxílio da empresa do ramo de celulose, que disponibilizava alguns insumos para ele. Em outro momento, fui à feira na sede de Conceição da Barra. De tudo que era comercializado, conheci somente uma família quilombola que vendia lá. Eles eram do quilombo de São Cristóvão, que fica no caminho entre o município de São Mateus e o município de Nova Venécia.

A casa onde eu morava na Vila de Itaúnas ficava na rua do cemitério e era um local de grande concentração de nativos¹³, entre quilombolas, pessoas da antiga Vila de Itaúnas nas dunas, pescadores(as), pessoas vindas das comunidades de Areia Branca e Riacho Doce, entre outros lugares. Durante esse período, fiquei bem próximo do núcleo familiar de Juciane, esposa de João. Dona Zezé, sogra de João, era nativa da antiga Vila de Itaúnas, descendente de pessoas da região. Vez ou outra, ela se afirmava como quilombola, seus ancestrais da família Maia eram conhecidos produtores(as) de farinha de mandioca.

Com Damião, marido de Dona Zezé, eu tinha uma afinidade a mais, pois nós dois gostávamos muito de bicicleta e conversávamos sobre isso. Damião era um remanescente da aldeia pataxó, que morava na Vila de Itaúnas há muitos anos. Ele também tinha uma roça na retomada de Itaúnas e trabalhava como vigia do Parque Estadual de Itaúnas. Tive a oportunidade de fazer uma incursão de bicicleta com ele em uma trilha antiga que ligava Itaúnas a Conceição da Barra, ao longo de matas em regeneração e cursos d’água.

Algo que também me marcou muito nessa época foi o fato de as crianças da vila brincarem o dia inteiro, por horas seguidas nessa rua, todas bem à vontade, uma energia inesgotável. Pude ver uma vez os meninos e meninas simulando o ensaio dos reis-de-

¹³ “Nativos” é uma denominação que as pessoas do lugar utilizavam para se diferenciarem dos turistas e das pessoas de fora que compraram casas e comércios na vila.

bois, sem nenhum adulto por perto, de maneira quase idêntica a uma apresentação dessa manifestação folclórica. Entre essas crianças estavam, de vez em quando, Beatriz e Pedro, filhos de João e Juciane. Beatriz estava na passagem entre puberdade e adolescência, já Pedro estava nos seus 7 anos.

Minha estadia em Itaúnas terminou no dia 1 de fevereiro de 2020, pois eu havia sido aprovado em uma seleção para professor substituto de Sociologia no Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Nova Venécia (IFES - NV), também no norte do estado, a aproximadamente 90 km de Itaúnas. Minha ideia era visitar o Sapê do Norte pelo menos uma vez por mês. No entanto, na segunda quinzena de março do mesmo ano, demos início ao distanciamento social como consequência da pandemia ocasionada pela difusão do novo Coronavírus.

A partir desse momento, fiquei isolado em Nova Venécia e não pude dar prosseguimento ao trabalho de campo. No âmbito da pesquisa, foi um momento de muitas incertezas, pois minha leitura de uma metodologia qualitativa envolve a experiência da concretude da vida, da temperatura, do cheiro, do gosto e da prática, para muito além das entrevistas. Outra questão era que, até então, minha ideia versava em trabalhar com uma pesquisa exploratória, sem muita preocupação com um recorte de escala, aberto ao que o campo me mostrasse. Entretanto, ao longo de muitos meses e passado o meu exame de qualificação, tive de aceitar reduzir a pesquisa para seguir somente com as práticas, projetos, isto é, aquilo que eu considerava os desenhos ontológicos de João, após a chegada das duas doses de vacina.

Mesmo que virtualmente, participei de uma interlocução contínua com João, com o apoio de aplicativos de mensagens, eventos e reuniões pela internet. Desse modo, fiquei sabendo, ao longo da pandemia, sobre as seguidas invasões nos territórios quilombolas do Sapê do Norte, por associações que visavam os títulos individuais das áreas, terras devolutas, e as articulações das comunidades e da coordenação estadual das comunidades quilombolas do Espírito Santo. Também soube do trágico falecimento de Dona Dolores Maria, mãe de João, em abril de 2020.

Em agosto de 2020, participei de uma audiência pública virtual, convocada pelo IDAF (Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo) como etapa do licenciamento para a expansão das plantações de eucalipto da Suzano, entre Conceição

da Barra e Pedro Canário. Nessa audiência pública estavam presentes, virtualmente, pesquisadores(as), funcionários(as) e colaboradores(as) da Suzano, servidores(as) e gestores(as) públicos, ativistas e pouquíssimos moradores(as) locais. Isto fica evidenciado no fato de apenas uma quilombola se manifestar.

Em setembro de 2020, eu e João organizamos uma roda de conversa sobre a transição agroecológica no norte do Espírito Santo para a “Semana Sem Petróleo”, evento anual organizado pela FASE/ES. Para esse momento, convidamos Ingrith, uma quilombola do quilombo de Santa Luzia, no município de Montanha, que junto à comunidade e a um extensionista rural do Incaper, vinha desenvolvendo um trabalho de entrega de cestas agroecológicas. Convidamos também Giuliana, uma quilombola de São Cristóvão, do Sapê do Norte, que junto a outras quilombolas formou um grupo de mulheres vinculadas ao fomento da agroecologia no quilombo, João do Angelim 1 e Pedro Paulo, um agricultor assentado que é uma das lideranças da associação de produtores(as) agroecológicos do município de Nova Venécia.

Durante quase todo o ano de 2020, as comunidades quilombolas sofreram assédio sistemático em seus territórios, principalmente nos quilombos de Linharinho e Angelim 1 e 2. Essas ações se tratavam da invasão de áreas de plantio de eucalipto, que estavam em posse da Suzano, mas, que ao mesmo tempo, se encontravam em litígio com as comunidades quilombolas, que buscavam titulá-las como terras de quilombo. Mais tarde, tornou-se notório que as invasões eram feitas, a partir de associações, por dezenas de pessoas desconhecidas das comunidades, que derrubavam os eucaliptos e loteavam terrenos, afirmando que aquelas terras eram devolutas e que buscavam o título das terras.

Tal ameaça despertou toda uma articulação dos quilombos do Sapê do Norte na defesa dos territórios, que fizeram reiteradas reuniões com o Ministério Público, com organizações, com o Movimento Pelos Direitos Humanos do Espírito Santo (MDH - ES), com o Incra, com a Conaq, pesquisadores(as), professores(as) e a própria Suzano. Entre 2020 e 2021, pude conversar com João várias vezes sobre essa questão, da qual ele se tornou uma grande referência no território, tendo dado entrevista ao maior canal de televisão do Espírito Santo sobre o assunto. Sua entrevista fez parte de uma reportagem

bem detalhada, que tomou certa repercussão no final de janeiro de 2021.¹⁴ Nessa época, pude participar de uma reunião virtual que tratava da reintegração de posse dessas áreas, com os sujeitos interessados no fim dessas invasões.

Ao longo de todo o ano de 2020 e parte de 2021, pude ver os documentários já produzidos sobre o Sapê do Norte e seus conflitos históricos com o monocultivo de eucalipto. Alguns deles são: *Cruzando o Deserto Verde: um filme-denúncia*, feito em 2002 pelo Movimento Alerta Contra o Deserto Verde; *Imprensados: La Lucha pelo Território Quilombola do Sapê do Norte*, produzido por Ligia Sancio, Olindina Serafim Nascimento, Tião Xará e Vitor Hugo Simon, em 2007; *Rodeados de Inimigos*, produzido em 2008 por Erling Borgen. Essas obras reúnem muitos depoimentos de sujeitos envolvidos em todo o processo de espoliação dos territórios das comunidades quilombolas do Sapê do Norte pela indústria de celulose e pelo Estado.

Durante todo o período de eleições municipais, no final de 2020, pude conversar com João várias vezes, através de um aplicativo de mensagens pela internet, sobre sua articulação em torno da eleição para prefeito e vereadores no município de Conceição da Barra, no Espírito Santo. João e sua esposa Juciane, foram bem ativos na construção das candidaturas, de um plano de governo, em especial no âmbito da agricultura e do desenvolvimento rural, pela seção do Partido dos Trabalhadores (PT) do município. Nesta época, fiquei sabendo de várias questões relativas às eleições, reuniões nas comunidades, tensões e conflitos, bem como, dos desdobramentos do pleito.

Somente entre 15 e 30 de agosto de 2021, pude voltar presencialmente ao Sapê do Norte, para acompanhar o trabalho ativo de João Batista, quando nós dois e grande parte dos adultos das comunidades já tinham tomado as duas doses de vacina contra o novo coronavírus. Antes disso, enquanto pesquisador, vivi momentos de desespero e incerteza sobre as possibilidades de realização de um trabalho de campo para a tese.

Todavia, tais sentimentos se transformaram em resignação me fazendo reduzir a escala da tese e o período de trabalho de campo. Isso foi possível sem cortar a

¹⁴ Ver a reportagem exibida em 27 de janeiro de 2021: "Polícia investiga venda de terrenos irregulares em Itaúnas, em Conceição da Barra, ES", feita pela Rede Gazeta. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9215052/?s=0s>

profundidade do trabalho devido à interlocução ativa com João, mesmo a distância e também devido ao período de campo que fiz entre setembro e fevereiro de 2020.

Sendo assim, organizei-me para a feitura da pesquisa por 15 dias na segunda quinzena de agosto de 2021. João concordou com a data e Juciane conseguiu que eu ficasse na antiga casa que eu morava em Itaúnas, que acabara de ser reformada. Nesse período, acompanhei João em todo seu cotidiano, bem como transitei por muitas partes do Sapê do Norte. As possibilidades de pesquisa foram demasiadamente aprimoradas pelo fato de que João e Juciane haviam comprado um carro, para que ela fosse dar aulas em outro distrito de Conceição da Barra, chamado Braço do Rio¹⁵. A compra do carro também se relacionou ao fato de que no verão entre 2020 e 2021, o casal adquiriu uma barraca para comercialização de tapioca na vila, que recebe um grande contingente de turistas no verão.

Desse modo, durante o trabalho de campo usei os recursos que me foram enviados para a pesquisa pelo PGDR para abastecer o carro da família, bem como contribuir para a alimentação, entre outras demandas dessas pessoas que me acolheram, conviveram e transitaram comigo da manhã à noite, durante 15 dias. O amadurecimento da minha parceria com João e a família possibilitou que esses dias rendessem muito.

Fui de Vitória a Conceição da Barra em um domingo, entre as 16 e 17 horas da tarde. Levei no ônibus uma mochila, uma pochete e minha bicicleta, pois eu sabia que no horário que chegaria em Conceição da Barra não haveria ônibus para Itaúnas. Sendo assim, pedalei aproximadamente uma hora até Itaúnas. No caminho, pude observar que toda a estrada que liga a sede do município à vila havia sido reformada, aumentando-se sua altura e possibilitando uma melhor vista das casas e da paisagem do entorno da estrada.

Tanto no caminho de São Mateus a Conceição da Barra, ainda dentro do ônibus, quanto no caminho desta última para a Vila de Itaúnas, notei que grandes áreas de

¹⁵ Juciane passou a dar aula em Braço do Rio, devido ao fato que após a eleição foi perseguida pelo atual prefeito que impediu que ela continuasse dando aula pela prefeitura de Itaúnas. O candidato pelo qual ela e João fizeram intensa campanha era concorrente direto de seu candidato. Deste modo, ela ficou alguns meses sem dar aula, até ser chamada para dar aulas pela rede estadual, só que agora no distrito de Braço do Rio.

plantação de eucalipto haviam sido cortadas, colhidas e depositadas aos montes. Nessas áreas, havia sempre caminhonetes com sirene ligada e vigilantes da polícia privada da Suzano. O aspecto da paisagem depois que o eucalipto é colhido dá a dimensão visual da magnitude das plantações e dos efeitos do monocultivo, um grande vazio. Além disso, observei que as áreas onde tinham ocupações e invasões já estavam sob o poder da empresa devido à reintegração de posse feita meses antes. Todas essas áreas tinham a presença de carros da polícia privada da empresa com a sirene ligada e grandes placas que sinalizavam a proibição da entrada sem autorização. Também percebi que havia novas placas indicando os nomes dos córregos e das comunidades quilombolas, mas não existiam placas indicando os locais das retomadas que ainda não haviam sido reintegradas, algo que representa um não reconhecimento por parte do Estado. Nesses locais, havia placas feitas pelos próprios moradores indicando “Comunidade Quilombola do Cantagalo”, “Comunidade Ninho dos Pássaros”, “Comunidade Córrego do Felipe” e “Território Quilombola da APASA”¹⁶

Chegando em Itaúnas, guardei minhas coisas, acomodei-me e fui falar com João que estava descansando, pois tinha trabalhado muito na roça no dia anterior. Nessa primeira conversa, ele me atualizou sobre quase tudo que vinha acontecendo no território e que na maioria dos casos envolvia, de algum modo, sua participação.

No segundo dia de pesquisa, passamos em algumas áreas de ocupação em terras entre o quilombo de Angelim 1 e a Vila de Itaúnas, que inicialmente surgiram como a “Retomada de Itaúnas”. Lá conversamos com algumas pessoas, nenhum nativo, mas todos eram parceiros de João em projetos de agroecologia. Na ocasião, andamos por muitas áreas onde João me contou muitas coisas sobre as ocupações, invasões, as dinâmicas envolvidas e a história daquele local para os quilombolas do entorno.

Posteriormente, fomos de carro até o “Sítio Porto das Canoas”, o núcleo familiar dos pais de João no quilombo de Angelim 1. No caminho, João e Juciane continuaram me contando muitas coisas. Passamos nas áreas de invasões que ainda não haviam sido reintegradas; eram duas invasões: uma vinculada à “Associação Esperança do Norte” e outra de nome “Associação Guimarães Barbosa”. Esses locais ficavam no caminho entre

¹⁶ “Associação de Pequenos Agricultores Sustentáveis do Angelim I”

a estrada que liga Conceição da Barra a Itaúnas e o núcleo familiar de João no Angelim 1, caminho que João faz sempre que vai ao sítio dos pais para evitar passar perto da casa do quilombola que o tinha ameaçado anteriormente.

Nesse dia, também conversei bastante com Sr. Getúlio, pai de João, sobre as formas de manejo característicos ao Sapê do Norte, na época anterior a chegada do monocultivo de eucalipto. Também conversei com os irmãos de João. Ademais, também trabalhamos na rega das mudas plantadas por João e esquadrimos onde seria construído um banheiro, em uma área do sítio separada por ele para trabalhar seus projetos. Esse foi o único dia que gravei conversas com João e Sr. Getúlio, totalizando aproximadamente uns 300 minutos de gravações. No restante dos dias, anotava simultaneamente as conversas e experiências no diário de campo.

No dia 17 de agosto de 2021, terceiro dia de pesquisa, fomos até Braço do Rio levar sua esposa para trabalhar. No trajeto, João fez vários relatos sobre questões relativas ao Sapê do Norte e seu trabalho ativo. Nessa mesma data, fomos até a casa de um parceiro de João, Edmundo, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Espírito Santo. O intuito dessa visita era para João obter acesso à internet para participar de uma reunião da Coordenação Estadual de Comunidades Rurais Quilombolas do Espírito Santo (COEQ), através de meu telefone celular. Consegui ouvir um pouco da reunião, mas logo, por cortesia, tive que conversar com nosso anfitrião que, ao longo de três horas, contou da chegada das madeiras no extremo-norte do Espírito Santo, ainda no começo do século XX, a trajetória de seu pai um quilombola de helvécia, na Bahia, bem como sua trajetória enquanto militante político da região, que se associava à trajetória dos movimentos camponeses, quilombolas e do PT. Foi uma conversa riquíssima.

Depois, fiquei sabendo que a reunião com a coordenação estadual havia tratado de alguns processos de titulação das terras dos quilombos de São Cristóvão e Serraria, no Sapê do Norte, e que estes haviam avançado, fato que resultou em uma rearticulação de um movimento chamado “Paz no Campo”, composto de fazendeiros com o objetivo de assediar os quilombolas determinados a titular seus territórios ancestrais. Além disso, foi tratado o fato das ameaças contra João e sua família terem continuado da parte do seu antigo parceiro. Citou-se também a importância dos editais de projetos voltados às

comunidades quilombolas serem uma boa possibilidade de geração de benefícios para os quilombos.

Por último, visitamos Antônio Sapezeiro na Retomada do Linharinho, onde pudemos conversar sobre uma diversidade de assuntos, tanto ligados à problemática geral das retomadas e das invasões, como em relação aos projetos de Antônio para sua roça. Também vimos seus cultivos, sua cacimba e sua nova caixa d'água.

Ao longo do quarto dia de trabalho de campo, João e eu transitamos por quase todo o Angelim 1, onde mesclam-se territórios quilombolas consolidados, retomadas, ocupações, remanescentes de mata e córregos. Observamos os tipos de habitação e a forma como esses sujeitos têm habitado essas áreas. Para nos orientar durante o trajeto, usamos um mapa da época que João trabalhou na Fibria, no qual essas áreas estão divididas como "Talhão 06", "Talhão 05 e "Talhão 04".

Também visitamos uma terra, no território do quilombo de Angelim 1, que há muitos anos foi vendida a um não-quilombola, mas que é manejada por um outro quilombola, empregado dos proprietários. Esse quilombola, conhecido como Nem, tinha bastante conhecimento acerca do manejo agroflorestal de uma diversidade plantas, criação de galinhas, compostagem, e nos contou elementos de sua trajetória que podem nos fazer entender parte das consequências da espoliação das terras pela empresa, nas perspectivas da juventude quilombola do Sapê do Norte. Em outro momento, nesse mesmo dia, houve uma reunião de João com a FASE/ES, sobre a questão do núcleo familiar problemático da Retomada de Angelim 1 e as ameaças recorrentes a João.

No quinto dia de campo, fizemos outra visita a Edmundo. Na ocasião, ele discorreu sobre os principais sujeitos do movimento de fazendeiros de Conceição da Barra e São Mateus. Posteriormente, fomos para a roça da família de João, onde trabalhamos o dia inteiro e, nos intervalos para o almoço e depois para o café, conversamos com seu pai sobre questões de agricultura, caça e sobre o passado da região. Durante esse dia, tive oportunidade de conversar com Lena, uma quilombola de Angelim 1, prima de João e referência na fazedura de farinha de mandioca, beiju e goma de tapioca. Durante a conversa, ela discorreu sobre a produção e comercialização dos produtos da mandioca, bem como sobre conflitos dentro do quilombo, que se ligam, de certa forma, às invasões.

Voltamos ao Sítio Porto das Canoas em Angelim 1, durante o sétimo dia de pesquisa. Lá conversei bastante com o Sr. Getúlio, que contou sobre as matas da região, dos conflitos com fazendeiros durante a infância, seu cotidiano de trabalho naquela época, o fato de ter conhecido africanos, assim como elementos da história do lugar. Somado a isso, eu e João também trabalhamos bastante no manejo de algumas áreas do sítio, ao longo de muitas conversas, sobre uma diversidade de assuntos que envolviam o quilombo do Angelim 1, o trabalho em uma empresa terceirizada da Fibria, o trabalho na FASE/ ES, entre várias outras coisas.

No dia seguinte, visitamos as terras da Retomada de Itaúnas, também as terras de uma invasão que foi reintegrada pela Suzano Celulose S.A, chamada "Associação de Produtores Vila Verde". Igualmente, visitamos as áreas da ocupação chamada "Ninho dos Pássaros" em área pertencente ao quilombo de Angelim 1, bem como outras áreas dos talhões 11, 12, 13, 14 e 15 da Suzano S.A. No quilombo de Angelim 1, visitamos o núcleo familiar do Sr. Humberto, irmão de Dona Dolores, mãe de João. Atualmente, é uma área dividida entre alguns núcleos familiares, mas antes, há muito tempo, foi onde a mãe de João e os irmãos foram criados. Nessa visita, demos uma volta geral sobre as roças, sistemas agroflorestais, novos e antigos e visitamos a casa de farinha onde Lena, prima de João, produz.

No decurso do nono dia de pesquisa, dia 23/08/2021, ficamos o tempo inteiro no Sítio do Porto das Canoas, trabalhando nas áreas manejadas por João. Ao longo do dia, pude ter acesso a uma diversidade de saberes, práticas e memórias, tanto de João, quanto de seu pai.

Durante o dia seguinte, fomos até Braço do Rio, quando no caminho vimos pessoas colhendo os restos dos eucaliptos nas áreas em que eles haviam sido coletados pela Suzano; havia quilombolas entre aqueles que recolham. Também pudemos observar, no caminho, a Retomada de São Domingos, da qual João relatou alguns aspectos. Nesse mesmo dia, conversei novamente com Edmundo em Braço do Rio. Ele me levou a alguns rios do distrito, que se ligam a rios do Sapê do Norte. No decurso de nossa estadia na casa de Edmundo, João participou de uma nova reunião da Coordenação Estadual de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Espírito Santo, a qual, dessa vez, pude acompanhar completamente. Além disso, visitamos a Retomada

do Cantagalo, entre os territórios quilombolas de Linharinho e Angelim 1. Nesse lugar, conversamos com Domingos, liderança da comunidade, e também pudemos transitar por várias áreas. Por fim, visitamos a roça de Antônio Sapezeiro, que, entre vários assuntos, contou a origem de sua família no quilombo de Chiado, também no Sapê do Norte, bem como situações de espoliação de terras vivenciadas por seus pais, e outros quilombolas no começo do século XX.

No decorrer do décimo primeiro dia de trabalho de campo, ficamos em Itaúnas por questões familiares de João, quando só tivemos conversas produtivas sobre questões da pesquisa na parte da noite. Durante o dia, andei pela vila, li alguns materiais e também fui ao Parque Estadual de Itaúnas.

No dia seguinte, transitamos por áreas que estavam sendo invadidas e loteadas no grande território de Angelim 1, e visitamos a Mata da Viração, mata emblemática para as comunidades de Angelim 1 e Itaúnas. Porém, hoje teve seu tamanho muito reduzido. No período da tarde, trabalhamos na roça, no fazimento de uma proteção para o viveiro de mudas de João, entre outras tarefas.

No décimo terceiro dia, visitamos uma área vizinha ao sítio dos pais de João, onde vivia o Barão de Trancoso, hoje de posse dos Donatti (ou Donatto), família muito poderosa ligada à chegada da indústria madeireira e a indústria de celulose na região. A família do Barão de Trancoso era dona de muitas terras na região e é núcleo de origem de parte dos ancestrais do pai de João. Nesse lugar, existe uma mata muito antiga. Diz-se que lá havia um tronco para castigar pessoas em situação de escravidão e as ruínas da casa do barão. Nesse dia, também passamos na roça dos pais de João. Mais tarde, houve uma reunião virtual com a FASE/ES, com o intuito de avaliar o projeto “Agroflorestando o Sapê do Norte” realizado em 2020 e 2021, e projetá-lo para 2022.

Durante o dia catorze, passamos o dia no Sítio Porto das Canoas, desenvolvendo atividades na roça e conversando com pai e irmãos de João. Era um sábado e levamos alguns peroás, peixes típicos da costa do Espírito Santo e da Bahia, vendidos na Vila de Itaúnas. João os preparou fritos e como recheio de uma moqueca. O Sr. Getúlio discorreu sobre várias questões acerca do plantio, dos fazendeiros, das madeiras e situações de magia, feitiçaria e sobrenatural no Sapê do Norte.

No decorrer da manhã do meu último dia no Sapê do Norte, dessa segunda ida ao campo, fiz um grande trajeto de bicicleta com Damião, um “verdadeiro nativo de Itaúnas”, como diz João em referência ao fato de que Damião é um remanescente pataxó. Ao longo desse trajeto, que adentrou a área do Parque Estadual de Itaúnas, passando por Córrego Santa Helena, Córrego Santa Isabel, Assentamento Paulo Cesar Vinha, Comunidade Riacho Doce e Comunidade Areia Branca, meu guia trouxe várias questões acerca dos modos de existência dos nativos do Sapê do Norte, os lugares de moradia, de pesca, de agricultura, o trabalho semiescravo nas madeireiras e nas carvoarias, enquanto passávamos nas estradas, sob córregos e até em uma trilha na mata.

Por mais que estes parágrafos sobre meus percursos no Sapê do Norte possam parecer uma transposição resumida do diário de campo, eles demonstram os caminhos percorridos ao longo dessa experiência de pesquisa, que se parece com a montagem de um quebra-cabeça incompleto e em que as peças se transformam, usualmente, através de seguir, participar e ouvir sobre o trabalho ativo de João dentre outros sujeitos relacionados a produção de desenhos ontológicos no Sapê do Norte.

Quadro 2 - percursos da observação participante e da participação observante

Local	Interlocução e Convivência	Período
Retomada em Linharinho	Antônio Sapezeiro	Jul/2018
Núcleos Familiares no Quilombo de São Domingos	Membros de diferentes famílias do quilombo	Jul/2018
Quilombo de Linharinho	Liderança de Linharinho	Jul/2018
Remanescentes Florestais e talhões de eucalipto ao longo do Rio São Domingos	Antônio Sapezeiro, João Batista, Membros da FASE/ES	Jul/2018
Reunião com a Fase/ES e colaboradores(as)	Membros da FASE/ES	Jul/2018
Festa de São Sebastião em Itaúnas	Grupos Folclóricos, turistas, nativos de Itaúnas, Pesquisadores(as), quilombolas	Jan/2019
Visitas no Núcleo Familiar do Porto das Canoas no Quilombo de Angelim 1	João Batista, Sr. Getúlio e Dona Dolores.	Jan/2019
Visitas em algumas Retomadas de Angelim 1	João Batistas e as pessoas que vivem em diferentes áreas de retomada	Jan/2019
Encontro da Rede Alerta contra o Deserto Verde em Porto Alegre	João Batista, Dona Luzia de São Domingos, ativistas e lideranças de vários estados e alguns países da América do Sul	Abr/2019

Local	Interlocução e Convivência	Período
Visitas e Trabalho na área do Projeto “Agroecotur” no Quilombo de Angelim 1	João Batista	Set/2019-Jan/2020
Visitas ao Sítio Porto das Canoas em Angelim 1	João Batista, Sr. Getúlio e Dona Dolores.	Set/2019-Jan/2020
Visitas a Retomada de Linharinho	João Batista e Antônio Sapezeiro	Set/2019-Jan/2020
5º Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo	João Batista e diversas lideranças quilombolas do Sapê do Norte e do Espírito Santo	Set/2019
Plantios de Mudas Nativas e Frutíferas no Dia Mundial Contra o Monocultivo de Árvores no Quilombo de Linharinho	João Batista, membros da FASE/ES, Dona Gessi liderança política e religiosa de Linharinho	Set/2019
Seminário “Agrobiodiversidade e Agroecologia: a construção de mercados para o desenvolvimento sustentável” na Universidade Federal do Espírito Santo	Coordenadores do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) da Suzano Celulose S. A	Out/2019
XI Congresso Brasileiro de Agroecologia em Aracaju -SE	João Batista e participantes do congresso	Nov/2019
Visita as Comunidades de Santa Helena, Santa Isabel e Assentamento Paulo Cesar Vinha	João Batista e alguns membros das comunidades	Dez/2019
Visita a Aldeia Pataxó “Paulo Jacó”	Dona Jovem e Paulo Jacó	Jan/ 2020
Oficina de produção de Casacas com Silvio, remanescente da Comunidade Areia Branca	Sr. Silvio	Jan/2020
Audiência Pública Virtual para a expansão dos monocultivos de Eucalipto entre Conceição da Barra e Pedro Canário	Representantes da Suzano (elencar quais), Representantes do Governo Estadual e Municipal, Pesquisadores(as), Ativistas, membros das comunidades afetadas	Ago/2020
Roda de Conversa Virtual sobre a “Transição Agroecológica no Extremo Norte do Espírito Santo” como parte da Semana Sem Petróleo, organizada pela Fase/ES	João Batista, Giuliana do Quilombo de São Cristóvão no Sapê do Norte	Set/2020
Reunião Sobre a Reintegração de Posse de áreas invadidas por não-quilombolas, que estão em litígio entre Indústria de Celulose e Quilombos do Sapê do Norte.	Ministério Público, Polícia Militar, Advogada da Comissão Quilombola do Sapê do Norte, Membros da Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas do Espírito Santo, Representantes da Suzano, Pesquisadores(as), Servidores do Incra.	Jan/2021

Local	Interlocução e Convivência	Período
Visitas e Trabalho no Sítio Porto das Canoas no Quilombo de Angelim 1	João Batista, Sr. Getúlio, irmãos, conhecidos e prima de João.	15-29/08/2021
Observação das Invasões de Não-quilombolas entre Angelim 1, 2 e 3 e Linharinho	João Batista e Juciane	15-29/08/2021
Visita a Edmundo Norberto liderança política camponesa da região	Edmundo Norberto e João Batista	17/08/2021
Reunião Virtual da Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas do Espírito Santo	João e demais membros da coordenação.	17/08/2021
Visita a Retomada de Linharinho	João Batista e Antônio Sapezeiro	15-29/08/2021
Visitas a Retomada/ ocupação de Itaúnas	João Batistas e membros do Coletivo Terra do Bem	15-29/08/2021
Visita as áreas de Invasão entre Itaúnas e Angelim 1	João Batistas e membros do Coletivo Terra do Bem	15-29/08/2021
Reunião Virtual com a FASE/ES sobre as ameaças que João vem sofrendo.	João Batista e os membros da FASE/ES	18/08/2021
Visita no “Sítio dos Tocos” núcleo familiar quilombola de origem de Dona Dolores (mãe de João) em Angelim 1	João, tia e primos(as)	22/08/2021
Reunião da Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas	João e demais membros da COEQ, bem como, a advogada da Comissão Quilombola do Sapê do Norte.	24/08/2021
Visita a Retomada do Cantagalo	João, Domingos e parentes moradores da Retomada do Cantagalo	24/08/2021
Visita aos remanescentes da Mata da Viração e de invasões no território do Quilombo de Angelim 1	João	26/08/2021
Visita a área onde ficava a Sede da Fazenda do Barão de Trancoso, no Angelim 1	João	27/08/2021
Reunião com a FASE/ES sobre a continuidade do Projeto “Agroflorestando”	João	27/08/2021
Incursão com Damião ao longo do Parque de Itaúnas, Riacho Doce, Areia Branca, Córrego Santa Helena, Santa Isabel, lugares onde haviam as carvoarias, o desmatamento, sítios de famílias quilombolas	Damião	29/08/2021

Fonte: elaboração própria.

O quadro acima configura uma síntese do itinerário do trabalho de campo realizado como requisito fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, que mais tarde, resultou na tese de doutorado escrita nestas páginas.

2 DESENHOS ONTOLÓGICOS, PAISAGEM E CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE: ENTRE O “SAPÊ DO NORTE” DOS QUILOMBOLAS E O “BLOCO VI DE SILVICULTURA” DA SUZANO S.A

O foco deste capítulo é analisar como os diferentes desenhos ontológicos ao longo de, principalmente, os últimos sessenta anos, produziram uma paisagem que abrange, de certo modo, o Sapê do Norte dos quilombolas e aquilo que passou a ser chamado pela Suzano Celulose S.A como “Bloco VI de Silvicultura”.

Por paisagem, me refiro ao conceito na forma como é concebido por Anna Tsing (2019), o qual foi discutido no capítulo 1 desta tese de doutorado. Nesta perspectiva, o conceito em questão tem o sentido de representar as relações entre o conjunto de seres vivos e os elementos abióticos em determinado território, e como estas relações criam condições de habitabilidade para esses seres e comunidades. Para conceituar essas relações que constituem as condições de habitabilidade e a paisagem, adotei o conceito de desenhos ontológicos de Arturo Escobar (2012; 2016; 2018), na forma como também é trabalhado no capítulo 1.

Deste modo, a constituição das condições de habitabilidade ocorre através de um processo ativo de construção de mundos pelos sujeitos destas paisagens, isto é, quilombolas, camponeses, fazendeiros, a indústria de celulose e ativistas. Estes desenhos ontológicos produzidos por estes sujeitos não ocorreram de forma compartimentada, mas se atravessaram mutuamente, se afetaram e se anularam. Isto é o que podemos chamar de ontologia política no fazimento de mundos na vida cotidiana, processo que engloba também acontecimentos, disputas e conflitos.

A constituição da paisagem do Sapê do Norte e as condições de habitabilidade, são as circunstâncias vivas para o desenvolvimento rural dos quilombos. Deste modo, ao me focar nesta tese, no caso emblemático de João Batista enquanto promotor e articulador do desenvolvimento rural e da agroecologia no Sapê do Norte, se faz necessário conhecer os processos históricos que produziram as condições para essa construção ativa de mundo.

A região conhecida como o Sapê do Norte fica entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, no extremo-norte do Espírito Santo. Na parte pertencente a

Conceição da Barra, na região mais próxima à costa, faz fronteira com o município de Mucuri, no estado da Bahia. A categoria Sapê do Norte é uma denominação popular na região e reivindicada pelo movimento quilombola desde que começaram as articulações pela defesa do território em vista da iminente colonização dessas terras pela indústria de celulose em 1960.

Entre as várias comunidades da região, a Vila de Itaúnas é o local mais conhecido, pois, desde meados da segunda metade do século XX é vendida como polo turístico, devido à beleza de suas dunas, praias e mais recentemente pelo festival de forró que ocorre usualmente no mês de julho. Geralmente, os nativos de Itaúnas são dos quilombos do entorno, bem como de outras comunidades próximas e/ou nascidos no próprio lugar. Diferentemente das outras comunidades, boa parte dos(as) moradores(as) da vila são pessoas de fora, donos de pousadas, restaurantes, mercados e casas de veraneio. Durante o tempo em que frequentei o local pude perceber reiterados casos de turistas que visitavam Itaúnas há anos, porém não tinham ideia de que estavam em um grande território quilombola.

Como parte deste grande Sapê do Norte, existem comunidades remanescentes indígenas, como a Aldeia Paulo Jacó, contígua à Vila de Itaúnas e as Comunidades de Riacho Doce e Areia Branca, quase na fronteira com a Bahia, na área que hoje pertence ao Parque Estadual de Itaúnas. Perto do Quilombo de Santa Isabel, existem alguns assentamentos: Paulo Cesar Vinha e Fidel Castro vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Jundiá, que foi concebido através de outro processo de organização. Além disso, também existem algumas grandes fazendas.

Atualmente o município de Conceição da Barra possui eucaliptos plantados em 37,5% de seu território, somados a 10,9% de pastagens e 10,1% de Cana-de-Açúcar. De outro modo, somente 16,6% do território é permeado de matas nativas e outros 5,3% são matas nativas em um primeiro estágio de regeneração (ESPÍRITO SANTO, 2018).

Segundo o Censo Agropecuário de 2017¹, Conceição da Barra dispõe de 16.452 ha de áreas de lavouras, somando-se permanentes e temporárias, isto em somatório a

¹Ver em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/conceicao-da-barra/pesquisa/24/76693>

12.582 de pastagens. Um número muito menor que os 41.996 ha de “florestas”² plantadas, concentradas em apenas 27 estabelecimentos, de um total de 646 estabelecimentos agropecuários no município. Uma concentração fundiária e de renda que pode ser relacionada ao fato de o município estar a quase dois pontos abaixo da média do Índice de Desenvolvimento Humano do estado.

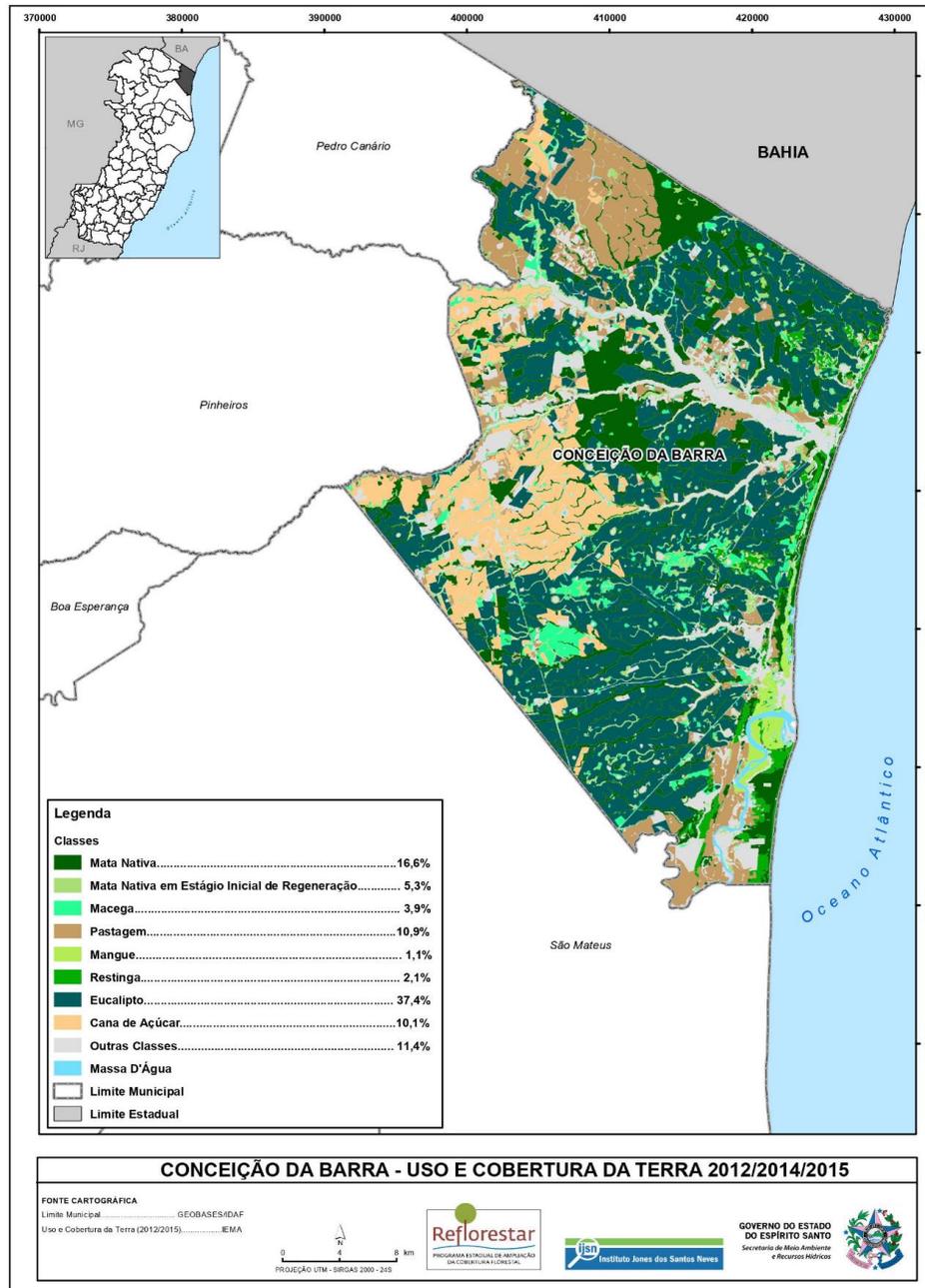
São Mateus possui eucaliptais como forma de uso/cobertura do solo em 18,1 % de seu território, somados a 31,9% de pastagens em comparação aos 9,8% de mata nativa e 5,9% de matas nativas em estágio inicial de regeneração (ESPÍRITO SANTO, 2018).

Em relação ao Censo Agropecuário de 2017³, o município detém 37.685 hectares de lavouras permanentes e temporárias, 52.822 ha de pastagens e 40.443 de “florestas” plantadas. Os estabelecimentos agrícolas são distribuídos de uma maneira que demonstra a concentração fundiária inerente ao monocultivo de eucalipto e a pecuária, 645 estabelecimentos de pecuária e 111 estabelecimentos com plantações de eucalipto. Em uma intensidade menor que Conceição da Barra, São Mateus também tem o IDH inferior à média do estado do Espírito Santo.

² Ainda neste capítulo problematizarei a definição de monocultivos de eucalipto como florestas, adotada tanto pelo Estado, quanto pela indústria de celulose.

³ Ver em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/sao-mateus/pesquisa/24/76693>

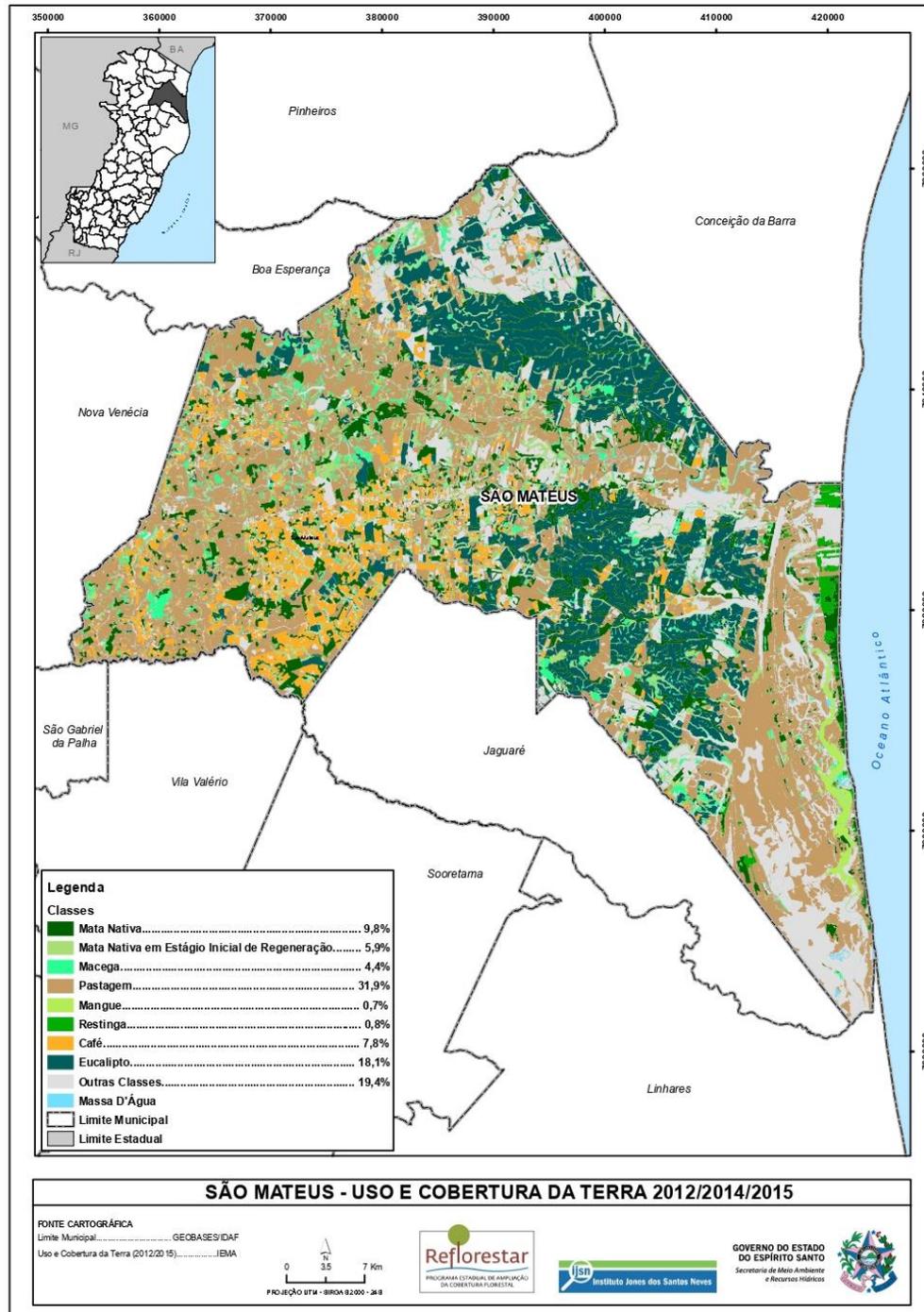
Figura 2 – Atlas da Mata Atlântica do Espírito Santo, município de Conceição da Barra
 Conceição da Barra



Fonte: Espírito Santo (2018).

Figura 3 - Atlas da Mata Atlântica do Espírito Santo, município de São Mateus

São Mateus



É notável, tanto por esses dados quanto pelos mapas, que Conceição da Barra foi submetida a um processo mais intenso de colonização de seu território pelo monocultivo de eucalipto, atravessando a quase totalidade do município com a exceção de algumas partes mais urbanizadas como é o caso da sede e parte do distrito de Braço do Rio. Diferentemente de São Mateus que, apesar de vastos eucaliptais, é tomado pela pecuária. Nos dois municípios é evidente a concentração fundiária.

Originalmente estes territórios eram compostos majoritariamente por densas florestas características da Mata Atlântica do Espírito Santo, que cobriam 70% do território do estado (ESPÍRITO SANTO, 2018) e aproximadamente 80% da região norte e extremo-norte do Espírito Santo (BORGIO *et al.*, 1996). Alguns interlocutores da região, apontaram alguns remanescentes de mata do Sapê do Norte e a própria Floresta Nacional do Rio Preto, como modestas amostras da forma como as matas da região eram frondosas.

Em trecho retirado do diário da viagem de Maximiliano de Wied ao Espírito Santo no primeiro quarto do século XIX, afirma-se que nos arredores de Itaúnas, no caminho para Mucuri, na Bahia, existiam exemplares das mais valiosas madeiras do mundo: “jacarandá, oiticica, jequitibá, vinhático, cedro, caixeta, ipê, peroba, putumuju, pau-brasil, etc.” (WIED, 1940, p. 171) No século XIX, a mata-virgem do Norte do Espírito Santo só terminava a oeste, na Serra dos Aimorés, em Minas Gerais e ao norte nas selvas de Mucuri, no estado da Bahia (BORGIO *et al.*, 1996).

O núcleo populacional de São Mateus, datando de 1554, é o mais antigo do Vale do Rio Cricaré e também é um dos mais antigos povoados fundada pelos colonizadores no Espírito Santo (ALMADA, 1984). Até meados do século XIX, a colonização não havia avançado para o interior do Espírito Santo, para além de alguns núcleos populacionais no litoral. Isto por conta das dificuldades impostas aos colonizadores pelos indígenas chamados como “botocudos”⁴, a densa floresta e a doença chamada “impaludismo”⁵, havendo poucas fazendas com condições de permanência e prosperidade. Isto soma-se ao decreto de Dom João V, no século XVIII, que proibia o

⁴ Uma diversidade de etnias do tronco linguístico Macro-Jê que viviam ao longo de todo o Espírito Santo.

⁵ Malária.

avanço da colonização do Espírito Santo, no sentido de não criar caminhos para possíveis saques ao ouro explorado nas Minas Gerais (BORGIO *et al.*, 1996).

Nos relatos históricos mais antigos, como aquele feito por Maximiliano de Wied (1940), que visitou a região em 1818, a Vila de São Mateus (atual São Mateus), a Barra de São Mateus (atual Conceição da Barra) e a Fazenda Itaúnas (no entorno do que é atualmente a Vila de Itaúnas) eram vilas habitadas majoritariamente por indígenas, tanto tupis quanto não-tupis, que passavam por um processo de escravização junto aos negros(as).

Wied (1940) também relata um ambiente de guerra entre fazendeiros e indígenas livres, principalmente dos colonizadores contra aqueles do tronco linguístico Macro-jê, conhecidos pela sociedade colonial como “botocudos”, devido aos bодоques nas orelhas e lábios. O viajante retrata uma situação de assassinato de entre 30 e 40 indígenas dessa etnia por um fazendeiro incomodado com supostos roubos de suas plantações. Além disso, o autor também observou pataxós, entre outras etnias na região, já nas proximidades com o estado da Bahia. Neste antigo relato, é possível observar que a Vila de São Mateus era um polo de exportação de farinha de mandioca e de madeira.

Na viagem feita em meados do século XIX, por Wied, o viajante cita a presença negra algumas vezes: quando alguns negros em processo de escravização o atravessam de canoa em um rio, uma segunda vez quando ouve o som de tambores ao redor da Fazenda Itaúnas e quando pontua que negros e indígenas eram alocados juntos em uma choupana na mesma fazenda (WIED, 1940).

São Mateus (que englobava também Conceição da Barra) em meados do século XIX era um dos grandes contingentes populacionais negros do estado. Junto a outras comarcas faziam com o que o Espírito Santo até o final do século XIX fosse majoritariamente negro em sua demografia (MACIEL, 2016).

Além do emprego de pessoas escravizadas para o trabalho nas plantações de mandioca, na produção de farinha e em toda logística relacionada a atividade produtiva em questão, a riqueza de São Mateus provinha do comércio de populações negras escravizadas. Boa parte dos ricos da província eram de mercadores e traficantes de escravos (RUSSO, 2011), incluindo nomes que mais tarde tornaram-se políticos influentes no estado (AGUIAR, 2001).

Durante o século XIX, Barra de São Mateus e São Mateus eram produtores(as) de café em fazendas escravistas. Produção que já era decadente no último quarto do século. Mesmo assim, em 1873 houve um pequeno crescimento da população de pessoas escravizadas na região em comparação a 1856. A concentração de mão-de-obra escrava ocorria justamente nas regiões cafeeiras. Havia também a intensa apropriação de riqueza do tráfico, juntamente à proibição do tráfico internacional na época, criando as condições que tornavam a escravidão pouco viável no Nordeste, tornando a região pouco resistente à abolição da escravidão em comparação ao Sudeste (ALMADA, 1984).

No contexto do século XIX, o progresso técnico em vista da produtividade da agricultura teve como propósito direto a preservação da escravidão, prolongando a viabilidade econômica do escravismo na cafeicultura. Na segunda metade do século XIX, o Espírito Santo tinha a maioria da sua população trabalhando na agricultura, fato que se relacionava à permanência de um grande contingente de pessoas escravizadas. Em 1872, 14,7% da população escravizada do Espírito Santo vivia em trabalho forçado nas fazendas de São Mateus (ALMADA, 1984).

No Espírito Santo, o governo pouco se esforçou para desagregar o sistema escravista, taxando pouco a escravidão na parte final da segunda metade do século XIX, em comparação a outros estados. Os fazendeiros das regiões cafeeiras tentaram protelar até o fim a abolição da escravidão. Deste modo, os políticos e fazendeiros favoráveis à permanência da escravidão institucionalizaram em 1880 suas formas de resistência, por meio da formação de associações agrícolas, com destaque para o “Centro da Lavoura e Comércio”, que possuíam sucursais em todas as regiões cafeeiras (ALMADA, 1984).

Os fazendeiros só aceitaram o fim do regime da escravidão, em parte, tempos depois da abolição formal no Brasil. Mesmo que antes disso, em meados do final da década de 1880, boa parte dos jornais do Espírito Santo não mais publicavam anúncios de escravos fugitivos. Após o fim da escravidão, houve diferentes casos de violência de fazendeiros contra negros(as) que se recusavam a permanecer cativos. Alguns representantes dos fazendeiros divulgavam a necessidade de indenização a estes pela abolição da escravidão (ALMADA, 1984).

Como já é notório em diferentes estudos, sabe-se que as pessoas sequestradas e alocadas na condição de escravidão não eram consideradas sujeitos de direito. Estes,

eram impedidos de testemunhar contra seus senhores, ao mesmo tempo em que eram responsabilizados, caso exercessem algum ato que fosse considerado crime (ALMADA, 1984).

Havia um percentual muito baixo de alforrias, que tornava a liberdade formal muito pouco provável. Isto mesmo que houvesse uma rede de solidariedade entre alforriados que tentavam contribuir com a compra de alforria de seus parentes e amigos. Somado a isso, era usual o fato de fazendeiros do Espírito Santo não respeitarem a alforria conquistada e perseguirem a população negra, com anuência direta ou indireta do governo da província (ALMADA, 1984).

Nas localidades onde haviam “plantations”, as condições extenuantes de trabalho, uma disciplina rígida e de castigos⁶ desencadeavam maiores reações dos cativos no sistema escravista. Por exemplo, a separação das famílias era grande motivação para fugas e insurreições, como registravam os fazendeiros em seus depoimentos às autoridades da província, em meados do século XIX (ALMADA, 1984).

Por consequência da violência colonial e da escravidão, existem relatos que apontam processos de aquilombamentos na região que abrange Conceição da Barra e São Mateus, desde o século XVII, a exemplo da famosa Zacimba Gaba liderança negra da região que formou uma revolta negra nos arredores de Itaunas e o quilombo de Angelim 1, como afirmam algumas lideranças negras do Sapê do Norte. Mais tarde, já no século XIX surgem desse processo, em momentos distintos, figuras como Benedito Meia-Légua e Negro Rugério, também se articulando contra a escravidão e formando quilombos na região.⁷

Cleber Maciel (2016), Oliveira (2011) e Bernardo-Neto (2017) observaram que no desenrolar do século XIX houve muitos registros de insurgências negras na região de São Mateus. Os registros oficiais de aquilombamentos ocorriam em uma quantidade significativamente superior às das demais partes do Espírito Santo, mesmo que a região seja apenas a terceira com maior contingente da população em situação de escravidão

⁶ Vide o suicídio de uma mulher em condição de escravidão, em São Mateus, em 29 de outubro de 1855, por medo do castigo do fazendeiro que detinha sua posse formal (ALMADA, 1984).

⁷ Essas lideranças negras do Sapê do Norte são mobilizadas pelo movimento negro local, mas, tiveram suas histórias sistematizadas na obra de Maciel de Aguiar um escritor de São Mateus que em meados do século XX entrevistou muitos anciões de São Mateus colhendo relatos ricos sobre a história da população negra do Vale do Rio Cricaré, isto é, do Sapê do Norte.

na época, em comparação ao Vale do Rio Itapemirim e parte da região centro-sul que abrange hoje a região metropolitana da Grande Vitória.

Nos registros oficiais durante a vigência da escravidão no Brasil, como observado por Gomes (2015), constam que quilombos e/ou aquilombamentos podiam significar qualquer forma das populações negras extrapolarem a ordem colonial. Isto é, superarem a condição de cativo, para além de somente formarem acampamentos e/ou comunidades. Cabe destacar alguns registros de insurreições no último século da escravidão em São Mateus:

Em 1827, mais de noventa escravos aquilombados em São Matheus, ameaçaram reunir-se aos das fazendas e invadir a vila, não o conseguindo por “enérgicas providências” do Presidente da Província, que para ali mandou “um Capitão de Tropa de Linha e vinte praças, com ordem de prender e castigar os insurretos” (DAEMON, 1879⁸, p. 276 *apud* ALMADA, 1984, p.167).

Já em 1851, foi articulada uma outra insurreição de negros(as) na província, motivada pela difusão da Lei de Repressão ao Tráfico de Escravos. As próprias discussões sobre a abolição nutriam reflexões e reforçaram a intenção e o planejamento de insurgências da perspectiva daqueles que estavam sendo violentados pelos fazendeiros escravistas. Mais tarde, em 1866, circulavam boatos da preparação de mais uma rebelião de negros(as) em São Mateus (ALMADA, 1984).

A povoação colonial da região do Vale do Cricaré, ocorreu primeiramente por sesmarias, depois pela criação de núcleos coloniais governamentais ou concessão de grandes glebas para a retirada de madeiras e também o apossamento puro e simples de pequenos lotes, por camponeses, em busca de terras virgens (BORGIO *et al.*, 1996).

Diferentemente da região centro-sul e algumas localidades do norte do estado, São Mateus e Conceição da Barra tiveram uma menor influência demográfica da imigração europeia, sobretudo advindos da Itália e da Alemanha que foram trazidos para a região Sul e Centro Serrana do Espírito Santo (CELIN, 1984). Deste modo, mesmo havendo fazendas e camponeses brancos, boa parte dessa região tem um grande

⁸ DAEMON, Basilio Carvalho. História e Estatística da Província do Espírito Santo. Vitória: Tipografia do Espírito-Santense, 1879, p. 276.

predomínio de comunidades negras rurais, que se misturaram aos camponeses brancos e remanescentes indígenas, dando origem aos quilombos do Sapê do Norte.

Além das fazendas e quilombos, durante a passagem do século XIX e até a segunda metade do século XX, a região que abrange principalmente Conceição da Barra e São Mateus foi atravessada pela intensa extração de madeira de suas florestas, como forma de colonização das paisagens.

O Extremo-Norte foi ocupado pela cafeicultura, mas, sobretudo, pela intensa exploração de madeira. Muitas das titulações de terra dadas por diferentes governos em Conceição da Barra condicionavam o acesso à terra ao direito de exploração da madeira por terceiros. Nesse processo eram protagonistas o agrimensor, aquele que tinha o poder sobre a medição das terras, o posseiro/proprietário e o madeireiro, serrarias e exportadores de madeira e o governo (BORGIO *et al.*, 1996).

Desde o século XVII existem referências acerca do contrabando de madeira advinda do Espírito Santo, registrada no museu ultramarino de Portugal. Com o avanço da Revolução Industrial na Europa, aumenta-se a demanda por madeiras brasileiras, fato que recrudesce a derrubada das florestas em meados do século XIX (BORGIO *et al.*, 1996).

Na década de 1920, o presidente do Espírito Santo, à época da República Velha, Florentino Avidos deu concessões para a Companhia Industrial de Barra de São Mateus (Cimbarra) e a de Trajano de Medeiros, em que era permitida a exploração de madeira nas margens de Itaúnas, fazendo o mesmo em relação à companhia “Cunha, Ayres e Cia”, todavia, para a extração de madeiras e a colonização de 3000 ha de terras de Entre Rios no Braço Norte do Rio São Mateus. Posteriormente, em 1936, o Interventor do estado do Espírito Santo, Punaro Bley, afirmou haver terras devolutas passíveis de colonização em São Mateus, entre outras províncias, incentivando a sua colonização. Já no final da década de 1940 e começo de 1950, o governador do estado do Espírito Santo, Carlos Lindenberg, ressaltou a importância da exportação de madeira para a economia capixaba devido à demanda por madeira nos anos posteriores à segunda-guerra mundial. (BORGIO *et al.*, 1996).

Em Conceição da Barra existiam duas grandes serrarias: Serraria Conceição da Barra Ltda e Companhia Industrial de Madeiras de Conceição da Barra. A primeira

exportava madeira para o Rio de Janeiro, já a segunda para além de madeiras, produzia e exportava tacos para assoalhos. Esta segunda serraria funcionou de 1925 até 1970. Na década de 1950, no auge de sua produtividade, carregava de 10 a 15 navios em direção ao Rio de Janeiro, com entre 300 m³ de 400m³ de carga de madeira em cada uma dessas embarcações (BORGIO *et al.*, 1996).

A exploração de madeira era diretamente atrelada à construção das primeiras estradas em São Mateus e Conceição da Barra, tanto no final do século XIX e principalmente no século XX. Na época, na fala de Edmundo, liderança política de Braço do Rio, distrito de Conceição da Barra, levava-se uma semana para ir do município para Vitória e outra semana para voltar, por essas estradas abertas para o transporte da madeira.

Chegada à década de 1960, a exploração de madeira ainda era parte significativa da produção econômica capixaba e ocupava uma parte do PIB, superior à média do Brasil. Por exemplo, no Espírito Santo 33,93% da mão-de-obra era ocupada na extração de madeira em comparação a 16,31% do Brasil. Na indústria da madeira o Brasil ocupava 3,71% dos empregos, já no Espírito Santo eram 13,61% (BORGIO *et al.*, 1996).

Segundo Edmundo, vieram muitas pessoas da Bahia para trabalhar na Cimbarra, para a extração da madeira, utilizando-se das matas da região. Esta empresa também era dona do estaleiro Caneco no Rio de Janeiro, onde fabricavam-se navios. O pai de Edmundo veio de Helvécia, em Posto da Mata distrito de Nova Viçosa, na Bahia. Segundo ele, o “quilombo mais antigo do Brasil”. Sua mãe veio de Alcobaça, também na Bahia.

As famílias vinham de trem até Nanuque, em Minas Gerais, depois, de Bueno, iam andando a cavalo ou a pé até Cristal do Norte, distrito de Pedro Canário, um pouco depois de Conceição da Barra, onde era a sede da Cimbarra. Na época, o território que cobria do Rio Cricaré até Ecoporanga era tomado de matas densas. Em vista disso, o Estado tinha interesse em colonizar toda a região. Com este propósito, entregou as terras a membros da família Donatti (donos da Cimbarra) para a exploração da madeira e em seguida ocuparem e/ou povoarem aquelas terras. O contrato versava sobre desmatar e explorar a madeira e, posteriormente, entregá-las a possíveis ocupantes com a madeira derrubada. Neste período, aquelas árvores mais desejadas e exploradas eram a peroba do campo e a peroba amarela.

Para a retirada de madeira nesses lugares, surgiram acampamentos e também eram feitos pastos para criação de animais com o objetivo de que estes arrastassem a madeira após a derrubada. No relato de Sr. Getúlio, do Quilombo de Angelim 1, o gado era condicionado para puxar madeira depois da mata derrubada, com cangalhas de até 12 bois. Dois puxavam de frente, da mata, e os bois de trás “é que sofriam”, pois, exerciam a maior força. No processo, o carreteiro, aquele que tocava os bois é que ficava “futucando” com uma vara para que os bois andassem. Segundo ele, “os bois chegavam a gemer”.

No período em que o rio estava seco, tiravam-se as madeiras e as depositavam em sua margem, para que, na época da cheia, as madeiras, entre 200 ou 300 toras, fossem transportadas até a serralheria em Conceição da Barra pelo Canal da Bugia, vindo do Rio Itaúnas.

A derrubada e o destocamento das árvores se deram por algumas décadas através da força humana, depois, foi sendo paulatinamente substituída pela força mecânica (BORGIO *et al.*, 1996). Na leitura de Getúlio e Edmundo, as condições dos trabalhadores eram precárias, muitos morriam no transporte da madeira, tanto esmagados, quanto caindo no rio e sendo deixados para trás. O pai de Edmundo trabalhava nesse processo e sobreviveu. Posteriormente, chegou ao cargo de chefe e foi mandado embora, após 22 anos, sem receber seus direitos trabalhistas.

Edmundo pontuou que quando a Cimbarra encerrou a operação do Estaleiro Caneca no Rio de Janeiro, os seus donos conseguiram retirar junto ao Estado, 2000 alqueires de terras em Sobrado (entre Pinheiros e Montanha), somados a 1000 alqueires em Córrego Dantas. Essa mesma família também conseguiu terras perto da sede de Conceição da Barra “de graça pelo Estado” em grandes extensões. Conseguiram que seus aliados tivessem acesso a muitas propriedades. Terras extensas, no mesmo processo, foram pegas também em Mucuri, na Bahia, município que faz fronteira com Conceição da Barra e Pedro Canário. Em suma, “os Donatti, tiraram muita madeira nativa sem pagar, com o incentivo do governo”, como apontou Getúlio.

Posteriormente, os donos da Cimbarra, fundaram a DISA, em 1983, uma grande destilaria de cana-de-açúcar, que foi, até o momento de seu fechamento, a 2ª maior destilaria do estado, perdendo em tamanho somente para Usina de Paineiras em

Cachoeiro do Itapemirim, no sul do Espírito Santo. A empresa encerrou suas atividades em 2018, deixando marcas no Rio Angelim ao depositar nele o vinhedo, o resíduo de suas atividades de destilação de cana-de-açúcar. O Angelim é um importante rio para os moradores do Sapê do Norte, em especial para as comunidades que vivem às suas margens.

Anos antes, em meados da metade do século XX, o governador Jones dos Santos Neves (1951 a 1955) criou as reservas florestais do Córrego do Veado, com área de 31.025.000 m², e Itaúnas, com Barra Seca, 137.162.000 m², ambas no município de Conceição da Barra (BORGIO *et al.*, 1996).

A criação de reservas florestais não impediu a concessão da exploração no entorno de Itaúnas, para a indústria madeireira nas décadas de 1970 e 1980. Este processo era organizado com o intuito da produção de carvão a partir das florestas queimadas. As empresas responsáveis eram a Companhia Brasileira Florestal e a Cesita.

Segundo um dos interlocutores dessa pesquisa, as madeireiras desmataram as áreas de mata, utilizando-se de motosserra, em outras áreas de trator e “correntão”. Em alguns casos, uma minoria daquelas consideradas as melhores madeiras de cerne grosso eram vendidas, as menores e os retalhos eram transformados em carvão.

Perto dos locais de desmatamento, segundo Damião, nativo de Itaúnas, eram construídas “carreiras de fornos”. Em outras palavras, foram feitos uma série de fornos para a queima da madeira. Todo esse trabalho era realizado pelos nativos, arregimentados pelas empresas, em um regime de semiescravidão, com condições degradantes de trabalho. O regime de trabalho era operacionalizado através de baixíssimos pagamentos, os trabalhadores tinham de levar seus próprios alimentos e não tinham uniforme ou proteção. Usualmente, estes empregados se locomoviam até 12 km a pé, por não aguentarem esperar por horas os caminhões das empresas que os transportavam junto ao carvão. Muitas vezes, essas pessoas ficavam até 6 dias dormindo em galpões, somente no domingo voltavam para casa. Nesse processo, eram produzidos até 5 caminhões de carvão por dia em cada carreira de fornos.

Na época do desmatamento das matas com correntão, as preguiças não conseguiam correr e eram esmagadas, os veados saiam pulando desesperadamente.

Segundo Damião, isto se ligava ao fato de os lugares de mata estarem em processo de redução e os bichos já estarem acuados, nas matas remanescentes.

De modo similar, por falta de terra, os nativos acabaram entrando nas fileiras de trabalho da empresa no fazimento do carvão, pois, seus territórios haviam sido cercados e não haviam condições de sustento das famílias para todas pessoas. Para aqueles mais próximos do litoral a pesca era uma boa possibilidade de trabalho, pois, havia muita fartura de peixe, “com pouca rede comparado aos dias de hoje, se pescava muito peixe”.

Além disso, foi criado de maneira contígua a essas áreas, o Parque Estadual de Itaúnas, em 1991. Até os dias atuais existem áreas extensas de fazendas, de famílias ricas que vieram de fora, em litígio com o parque. As comunidades de Aldeia Paulo Jacó, Riacho Doce e Areia Branca também se encontram em áreas abrangidas pela unidade de conservação, que impede as comunidades de caçarem, extraírem madeiras e fibras vegetais gerando uma série de conflitos.

A antiga Vila de Itaúnas, que foi tomada pela areia, por conta do desmatamento da restinga, começou como um aldeamento de pataxós, indígenas que vinham se deslocando ao longo do litoral, desde a Bahia, pescando, caçando e fazendo agricultura. Posteriormente, juntaram-se a outras populações que ali vivam, formando a antiga Vila de Itaúnas. Com o soterramento da antiga vila, os pataxós formaram uma aldeia existente até os dias de hoje, que tem como o integrante mais velho o Sr. Paulo Jacó, que dá nome à aldeia, tio de Damião. Os pais de Paulo Jacó e do pai de Damião, segundo ele, eram indígenas “do mato mesmo”. Quando Damião era criança, ele passava o dia inteiro na mata caçando passarinhos, utilizando-se de um bodoque e bolinhas feitas de argila. Depois de abatidos, os passarinhos eram fritos.

Nos anos 1960, a Indústria de Celulose, no bojo da extração de madeira e da apropriação de terras de uso e vida das comunidades, estabelece-se na região, sob o incentivo dos governos federal e estadual. A partir dessa entrada, a empresa começa imensas plantações de eucalipto, justamente sob as terras de dezenas de quilombos da região, mais acentuadamente no interior do Sapê do Norte.

Com a intensificação do trânsito de turistas em meados dos anos 1980, alguns dos nativos da vila começaram a trabalhar em barracas para vender produtos aos visitantes. O que lhes proporcionou um acesso a recursos e a condições de trabalho melhores do

que quando trabalhavam com o desmatamento e a produção de carvão, mas era um trabalho sazonal e insuficiente para sustentar todas as pessoas.

Em síntese, a formação histórica da paisagem do Sapê do Norte passa por terras habitadas por indígenas, depois por algumas fazendas coloniais de produção de mandioca; já no século XIX, houve um incremento da cafeicultura que operava através da utilização de um grande contingente de negros em situação de escravidão. De maneira associada, partindo da insurgência negra, formaram-se na mesma época diversos quilombos. Ao longo da colonização, também foram formadas comunidades remanescentes indígenas na região costeira. Com a chegada da indústria de madeira, as áreas de mata foram sistematicamente derrubadas, ao mesmo tempo que foram criados novos povoados, comunidades e assentamentos. Na segunda metade do século XX é dada a chegada da indústria de celulose que exerce um notório domínio sobre essas paisagens.

As áreas de uso comuns às comunidades, tanto quilombolas, quanto não-quilombolas, isto é, as florestas, várzeas, lagoas, pântanos e a beira dos rios, foram sendo reduzidas gradualmente. Primeiramente pela indústria madeireira e fundamentalmente, a partir de 1960, pela indústria de celulose.

Os quilombos do Sapê do Norte, a Aldeia Paulo Jacó, a Comunidade de Riacho Doce e a Comunidade de Areia Branca, são típicos casos do surgimento de comunidades tradicionais na Mata Atlântica e na Amazônia brasileira. Diegues e Arruda (2000) e Almeida (2004) observaram o surgimento desses grupos a partir dos diferentes projetos de exploração econômica colonial nos territórios brasileiros. Em outras palavras, os governos direcionam atividades econômicas para determinados territórios, levando áreas majoritariamente indígenas a serem também povoadas por brancos e negros. Ao se esgotarem ou mesmo se arrefecerem esses interesses econômicos sobre essas áreas, as comunidades surgidas do processo exercem uma relativa autonomia sobre esses territórios, tendendo a desenvolverem características próprias que as fazem povos com especificidades, que os diferenciam tanto dos povos indígenas, quanto dos africanos e dos europeus.

No caso do Sapê do Norte, o exercício da autonomia relativa das comunidades sobre as terras se deu no intervalo entre a exploração econômica das paisagens pelas

fazendas, depois pela indústria madeireira, durante a chegada da Indústria de Celulose. Isto não quer dizer que não houvesse, antes da chegada dos monocultivos de eucalipto, conflitos entre quilombolas e fazendeiros, assim como tentativas de espoliação de terras dos quilombos.

Por outro lado, a região também é local de desenvolvimento de movimentos sociais ligados à luta pela terra, decorrentes da segunda metade do século XX. Deste modo, foram produzidos diversos assentamentos na região, alguns vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), com forte apoio de padres e das pastorais da terra da Igreja Católica. Nesse processo, também foi fundado o Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo, envolvendo camponeses, assentados e quilombolas no extremo-norte.

No próximo tópico tratarei dos desenhos ontológicos quilombolas do Sapê do Norte, buscando analisar através de relatos de interlocutores e da observação participante, parte das dinâmicas, relações e práticas características aos quilombos da região. Em outras palavras, as ontologias e seu subproduto na constituição das paisagens e nas condições de habitabilidade do Sapê do Norte. Em seguida me debruçarei sobre os desenhos ontológicos coloniais da indústria de celulose no Sapê do Norte e suas consequências.

Imagem 8 – Barra do Rio Cricaré na sede Conceição da Barra



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 9 – Rio Angelim, na altura do Quilombo de Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 10 – Rio Itaúnas na área do Parque Estadual de Itaúnas



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 11 – Rio São Domingos na altura do quilombo de Linharinho



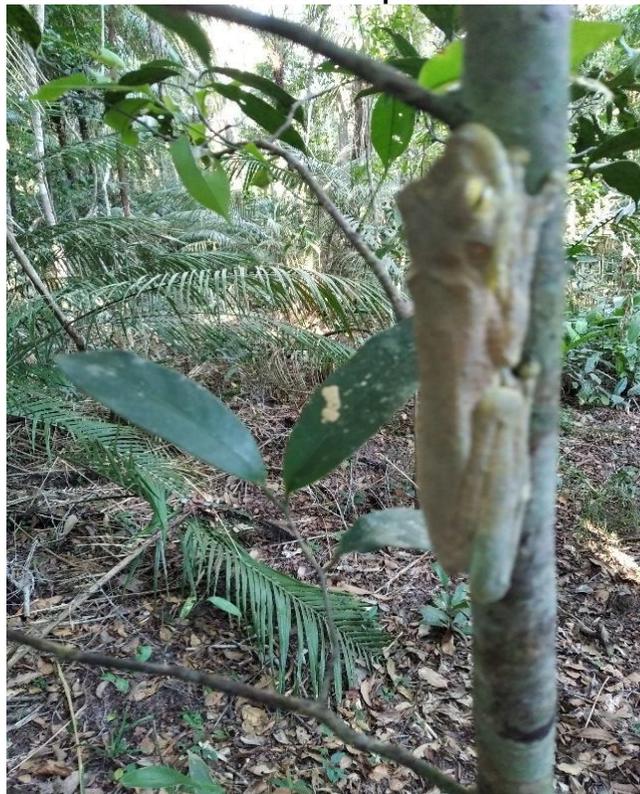
Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 12 - Remanescente florestal de mata ciliar entre monocultivos de eucalipto e o Rio São Domingos, área hoje de posse da Indústria de Celulose



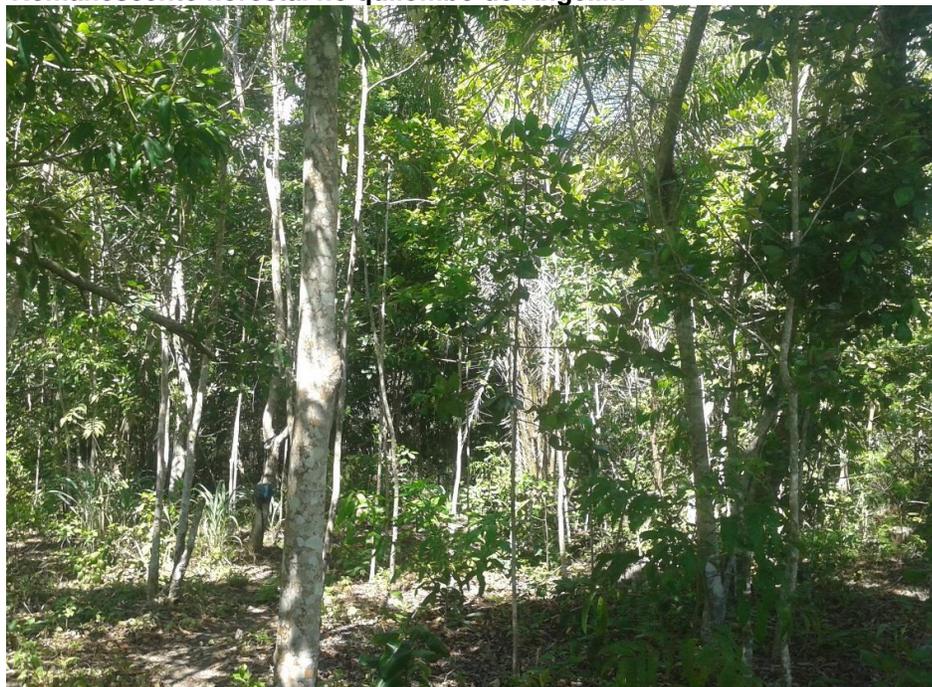
Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 13 – Remanescente florestal no território do quilombo de Linharinho



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 14 - Remanescente florestal no quilombo de Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 15 – Sapê, que dá o nome ao Sapê do Norte



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 16 – Lagoa típica do Sapê do Norte



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 17 – Dunas



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 18 – Pastagens no entorno do Parque Estadual de Itaúnas



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 19 – Monocultivo de eucalipto e pimenta-do-reino no entorno do Parque Estadual de Itaúnas



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 20 - Marcas de bala na placa do Parque Estadual de Itaúnas



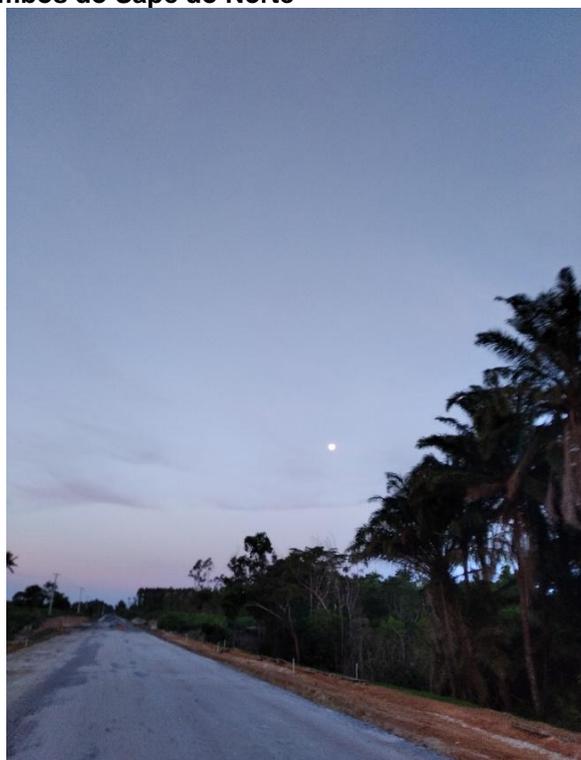
Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 21 – Vila de Itaúnas e o único cemitério ativo dos quilombos que ficam em Conceição da Barra



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 22 – Estrada que liga a Vila de Itaúnas a Conceição da Barra, ao longo do caminho estão os acessos a vários quilombos do Sapê do Norte



Fonte: Arquivo pessoal

2.1 O SAPÊ DO NORTE ENQUANTO UM GRANDE ENTRECruzAMENTO DE DESENHOS ONTOLÓGICOS QUILOMBOLAS

O propósito deste tópico é demonstrar um panorama sobre as formas como quilombolas do Sapê do Norte produziram o território e a paisagem, isto é, dos respectivos processos de construção de mundos através de seus desenhos ontológicos. Nesta lógica, busquei uma ontologia dos quilombos nas suas formas de compartilhamento do território, nas relações sociedade-natureza, isto é, nas práticas e formas de manejo da paisagem por essas comunidades. Esta abordagem está imbuída de uma perspectiva que não entende as ontologias como substâncias, mas como marcas deixadas pelos sujeitos na realidade através de suas práticas (BLASER, 2013).

Por conta da imensidão do território, a diversidade dos quilombos do Sapê do Norte e a impossibilidade de tratá-los em sua totalidade, este capítulo tratará de aspectos oriundos, basicamente, da interlocução com João Batista do quilombo de Angelim 1 e de outros interlocutores(as) do Sapê do Norte, com os quais eu pude interagir durante esta pesquisa. Deste modo, a grande parte absoluta dos desenhos ontológicos quilombolas tratados aqui se referem aos quilombos do Sapê do Norte localizados no município de Conceição da Barra, entre a sede do município e a Vila de Itaúnas, dentre eles os quilombos de Angelim 1 e Linharinho.

A partir da fala de diferentes interlocutores(as) é possível dividir, originalmente, os territórios dos quilombos do Sapê do Norte, para fins didáticos, em três dimensões existentes principalmente antes da chegada da indústria de celulose na região. Uma dimensão ligada aos lugares de habitação, isto é, onde estão localizadas as casas das famílias e seus respectivos núcleos familiares, podendo haver uma ou mais casas, onde vivem famílias ligadas entre si. Há também uma segunda dimensão ligada aos locais das lavouras que, vezes sim, vezes não, mesclam-se com os locais de habitação e por outro lado se misturam às áreas de floresta. Para além, uma terceira dimensão consiste de terras de uso coletivo, isto é, florestas, lagoas, várzeas, pântanos, rios e córregos, locais de caça e extrativismo.

Os territórios concernentes à vida nos quilombos, antes da colonização pelo monocultivo de eucalipto, eram vastos, mesmo intervalados por fazendas e

posteriormente pela indústria madeireira. Algo próximo daquilo que Rogério Haesbaert (2020) caracteriza como “territórios de vida”, dos povos originários e das populações tradicionais⁹ da América Latina. Esta territorialidade é fluida e extensa, para além da ideia de propriedade privada e exclusiva.

Nesta lógica, conviviam áreas privadas e coletivas. No entanto, o fato de existirem áreas privadas não impedia o trânsito de famílias dentro do Sapê do Norte, como apontam alguns dos relatos que eu pude ouvir enquanto transitava pela região. Deste modo, além da compra e venda de terras, havia o acolhimento de novos moradores, de um quilombo e/ou comunidade para terras contíguas a outro quilombo. Isto poderia ocorrer em razão de um casamento entre pessoas de diferentes comunidades, pela parceria entre conhecidos ou o acolhimento, de fato, a um novo morador. Os territórios eram entendidos na lógica das comunidades como vastos e passíveis de serem compartilhados.

Os casamentos entre quilombolas de diferentes quilombos eram comuns. Ouvi alguns relatos com diferentes exemplos de casamentos entre quilombolas do Angelim 1, com quilombolas que viviam no entorno do córrego Santa Helena e também do córrego Santa Isabel, bem como, da Vila de Itaúnas. De outra forma, também eram feitos casamentos entre quilombolas de São Domingos com aqueles de Angelim Disa. Por último, também eram feitos casamentos entre camponeses brancos, das comunidades remanescentes indígenas, com quilombolas.

Uma senhora, em 2018, durante uma visita em um dos núcleos familiares do quilombo de São Domingos, me disse que em determinada época, quando os fazendeiros ainda perseguiram indígenas na região, vez ou outra era comum que uma criança indígena ficasse para trás em um momento de fuga, sendo então adotada por uma família quilombola.

João Batista, principal interlocutor dessa pesquisa, é neto, por parte de mãe, de uma negra do quilombo de Angelim 1, que se casou com um indígena descendente da Comunidade de Areia Branca. Já por parte de pai, é neto de camponeses brancos e negros nascidos e criados no território do quilombo de Angelim 1. No entendimento de

⁹ Na convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, as comunidades quilombolas são consideradas populações tradicionais.

João, nos tempos antigos, a beirada dos rios, as festas das comunidades e o próprio trânsito no vasto território, eram as circunstâncias através das quais as pessoas se conheciam, iniciavam um relacionamento e posteriormente se casavam.

Todavia, as dinâmicas de uso e habitação coletiva dos territórios também podiam resultar em conflitos, no âmbito da adaptação mal sucedida de uma família quilombola acolhida em determinado território, podendo, em um extremo, resultar em violência ou na mudança de uma das partes conflitantes. Aspecto lembrado por um interlocutor, que ponderou acerca de um núcleo familiar originado em Santa Isabel, mas que hoje mora na retomada de Angelim 1. Em sua leitura, “sempre deu problemas” aonde quer que morasse no Sapê do Norte.

Por outro lado, também há o choque entre desenhos ontológicos vinculados à habitação coletiva das terras e, por outro lado, uma perspectiva colonizadora dos fazendeiros. Isto ocorreu, da parte dos fazendeiros, tanto através da violência coercitiva na tomada de terras, quanto no engano, na dissimulação e ao submeter moradores(as) das comunidades ao trabalho em condições análogas à escravidão.

Antônio Sapezeiro, quilombola de Chiado, atualmente estabelecido em uma Retomada em Linharinho, conta que seu avô trocou 5 hectares de terra com os Donatti por um rádio de pilhas. Em tais terras atualmente é plantada cana-de-açúcar, de modo intensivo. Muito possivelmente, no entendimento de meu interlocutor, a quantidade de terra que ficou com a família em questão pode ter sido muito maior, através de uma usual medição das terras pelos agrimensores, favorecendo os fazendeiros como era comum no Sapê do Norte.

Outro caso, diretamente envolvido com a família de João e relatado por seu pai Getúlio, versa sobre as atitudes de um fazendeiro que vivia nos arredores do Angelim 1. Conhecido como Nenetora, que costumava ir reiteradamente à roça da família de Getúlio, assediando o seu pai para que o mesmo vendesse suas terras. Quando o fazendeiro ia até lá, não aceitava remar a canoa usada para atravessar o rio, obrigando Getúlio e seus irmãos a remarem para ele. Certa feita, em uma dessas tentativas de intimidação, de cima do seu cavalo, Nenetora gritou para o pai de Getúlio que iria comprar aquelas terras, rapidamente quem respondeu foram as crianças, afirmando que o pai não iria vender. Em resposta, o fazendeiro sugeriu veementemente que o pai de Sr. Getúlio castigasse

as crianças com o “pirai”¹⁰, um instrumento típico da pompa dos fazendeiros, que produzia ferimentos dolorosos, por conta de sua ponta.

Getúlio, pai de João, afirma que quando era criança vivenciou a condição de trabalhador em condição análoga à escravidão da parte de um parente, que o obrigava desde a tenra infância a trabalhar na roça sem remunerá-lo pelo trabalho. Durante esta época, quando tinha sete anos aproximadamente, era obrigado a abrir rapidamente covas para o plantio de mandioca, sob a ameaça de ser repreendido. Neste processo, costumava se alimentar apenas uma vez durante o dia e depois quando chegava em casa, quase à noite. Ao longo deste período, também vivenciou trabalho desgastante na cafeicultura e na criação de gado.

Tempos depois, com 16 anos, Getúlio se recusou a permanecer nesse sistema, já tendo facão, machado, dentre outras ferramentas adquiridas pouco a pouco, tinha começado a fazer sua própria roça. Com o propósito de emancipação, sem anuência do seu tio, ocupou terras da família junto com a irmã, áreas que haviam sido tomadas anteriormente pelo seu tio. Este processo não foi pacífico tendo o pai de João que se impor mostrando disposição para caso o conflito resultasse em “vias de fato”, algo que não ocorreu.

Em Angelim 1 e de certa forma em todo o Sapê do Norte, nas formas coletivas de habitação das terras não era muito comum as pessoas usarem cercas para criação de animais como porcos e gado. Estes eram criados soltos sem que ninguém da comunidade os roubasse. Porém, para os fazendeiros o respeito à criação alheia não existia, deste modo, reiteradamente roubavam animais dos quilombolas.

Outros relatos discorrem sobre situações em que fazendeiros tomavam terras através de ameaças. Isto ocorria até mesmo da perspectiva de pessoas que possuíam escrituras e que conseguiram de algum modo as terras pela concessão do Estado, algo que era raro para os “pequenos”, isto é, camponeses e/ou quilombolas. Os(as) moradores(as) das comunidades do Sapê do Norte, também usualmente eram roubados

¹⁰ A partir da descrição de Getúlio e de imagens da internet, observa-se que o pirai é um chicote enfeitado, bem acabado, que lembra muito as representações de chicotes de fazendeiros e capitães-do-mato à época da escravidão.

por advogados, funcionários e donos de cartórios, quando dependiam dos serviços prestados por esses profissionais.

Diferentemente, quando as famílias das comunidades do Sapê do Norte precisavam comprar insumos para a agricultura ou mesmo algo que não produziam, como por exemplo, peças de bicicleta, eles andavam muito e eram humilhados por comerciantes da Vila de Itaúnas. Estes, tratavam com indiferença “os pequenos”, como diz Getúlio, não aceitando vender-lhes produtos de baixo valor a prazo.

A região do Sapê do Norte era um lugar que continha algumas fazendas escravistas. Por exemplo, ao lado das terras dos pais de João era a sede da fazenda do Barão de Trancoso, escravagista que predominou certo tempo na região. Algumas pessoas dizem que dentro da mata que se formou nessa área existem ruínas e o que sobrou do tronco usado para castigar pessoas escravizadas. Hoje essa propriedade está nas mãos da família Donatti, mas que por certo tempo foi área de habitação dos moradores de Angelim 1. O dono dessas terras nos séculos anteriores era um senhor de engenho muitas vezes cruel. João conta que ouviu relatos de que certa vez este fazendeiro tirou a barba de um escravo rebelde se utilizando do facão, “com o couro e tudo”.

O pai de João afirma ter conhecido um casal de africanos durante a infância, de cútis demasiadamente negra, diferente dos(as) negros(as) que viviam no Sapê do Norte. No relato, eles eram sempre muito corteses e tinham um sotaque bem diferente, eram conhecidos como João Félix e Velha Balbina. A partir de determinado momento, mudaram-se em direção à região que abrange os territórios do quilombo do Cantagalo e de Linharinho. O Sr. Getúlio também conta ter ouvido falar sobre haver antigamente no território de Angelim 1 um local onde vivia sozinho um homem escravizado, que era utilizado como reprodutor pelos fazendeiros, deste modo, periodicamente eram deixadas mulheres para que ele as engravidasse.

Na sociologia brasileira do começo do século XX, são notórios os exercícios de análise acerca do “mandonismo local”, como concebeu Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969). Isto é, o predomínio no território e nas paisagens dos interesses dos fazendeiros, que viviam quase como déspotas perante as comunidades do interior do Brasil. Nestas circunstâncias, quase não havia limite para o poder dessas elites, simultaneamente ao

fato de as famílias camponesas não terem nenhuma garantia ou direito, que não fosse a sua própria resistência.

As raízes desse mandonismo local foram observadas por Freyre (2012), na origem dos grandes proprietários de terra na colônia. Estes eram originados nas “casas” de Portugal, quer dizer, nos troncos familiares nobres, da aristocracia, habituados a sociedades diferenciadas por castas. Deste modo, construíram no Brasil sociedades cindidas e desiguais desde o seu germe.

Nesta lógica, a diferenciação entre colonizadores, senhores de terras e quilombolas articulava uma divisão por castas com a diferenciação racial entre brancos e não-brancos. Pois, no Sapê do Norte havia as populações negras, mas também alguns pouquíssimos brancos mestiços em condição de subalternidade perante os fazendeiros, isto sem querer dizer que brancos pobres e negros vivem as mesmas dificuldades da colonização até os dias atuais.

O Sr. Getúlio, pai de João, é um exemplo emblemático desse tipo, pois é nascido e criado no Angelim 1, participou dos mutirões de trabalho, das festas tradicionais, casou-se e teve filho com uma quilombola que morava em outro núcleo familiar na outra margem do rio. Além disso, como os negros e indígenas, vivenciou trabalho semiescravo e algumas tentativas de roubo de terras. Em dado momento, ele me mostrou uma moringa de barro de muitas décadas atrás, que seu pai conseguiu guardar, onde os grandes fazendeiros tomavam água que se mantinha fresca, enfatizando que só os “grandes” tomavam água naquele recipiente, já ele e seus familiares carregavam água nos coités¹¹, que tinham uma capacidade muito menor de manter a água fresca.

A proximidade relativa das condições sociais de brancos pobres e negros não é exclusividade do Sapê do Norte, mas da América Colonial. Angela Davis (2004) pontua que em lugares onde há uma evidente desigualdade racial, alguns grupos sociais não-negros, podem vivenciar, de algum modo, parte do tratamento que os colonizadores direcionam aos negros(as). A autora conceitua esse processo como “efeito ricochete”.

Essa divisão entre comunidade e fazendeiros, os “pequenos” e os “grandes”, existente no Sapê do Norte explica o conceito de comunidade e de certa forma, o que

¹¹ Fruta que quando seca pode ser usada como recipiente, seja com um orifício para carregar água, ou cortada em duas partes.

mais tarde nos anos 2000, resultou na formulação do conceito de quilombos e remanescentes quilombolas na região. Somando o pertencimento comunitário, nos mutirões, nas festas e expressões artísticas, na habitação coletiva das terras, na ancestralidade e na raça.

Outros desenhos ontológicos fundamentais a vida dos quilombolas e sua forma de constituição da paisagem eram sua relação com as matas, várzeas, lagoas, pântanos e rios da região. Eram nesses locais nomeados e mapeados que as famílias conseguiam alimentos, fibras vegetais e madeiras.

No entorno do quilombo de Angelim 1, existiam grandes matas, hoje apenas remanescentes, como eram a Mata da Viração, Mata do Tinga e Mata da Inveja. Na Mata da Viração, o Sr. Getúlio afirma que viviam pássaros do canto muito bonito como era a araponga, bem como circulavam muitas onças que iam à região caçar. Além disso, era comum as pessoas irem lá para caçar porcos-do-mato, aqueles conhecidos como caititus. Sobre a Mata do Tinga, o Sr. Getúlio conta que:

Ali era uma mata que quando você entrava nela, você sentia gelo, de tão frio que a mata era, a mata era gelada, você olhava muito mitinga¹², aí botaram o nome de Mata do Tinga e aquelas mariposas, só que era muito, aquelas mariposas, aquelas grandonas. Tinha abelha também, mas não tinha costume de pegar mel (Entrevista com Getúlio, dia 16/08/2021).

Além disso, João disse ter ouvido relatos que contavam que a Mata do Tinga era tão densa que à noite não se conseguia ver quase nenhum palmo à frente do rosto.

Uma outra mata nomeada da região do quilombo de Angelim 1 e que fazia parte do cotidiano das famílias, era a Mata da Inveja. Chamada assim, segundo Getúlio, pois, “se você passasse de noite montado a cavalo, o cavalo entrava mata dentro e ia embora com você”. Em outras palavras, a mata exercia uma espécie de atração nos animais.

Tão importantes quanto as matas, eram os córregos e rios, também nomeados pelas famílias da região. Dentre as dezenas de cursos d'água do Sapê do Norte, da época anterior à colonização pela indústria de celulose, estão o Córrego do Piloto, Córrego do Gomes, Córrego da Viração, Córrego do Corrêa, Córrego da Velha Antônia e o próprio Rio Angelim, somados as lagoas da região.

¹² Um tipo de mosquito/ pernilongo.

O próprio nome Sapê do Norte, advém do fato de haver um sapezal entre os quilombos de Linharinho e Angelim 1, que servia como ponto de referência para quem passasse pela região. João afirma que um escritor, ligado ao Movimento Paz no Campo, em São Mateus, disse que não havia florestas na região, mas somente esse sapezal, tentando de uma maneira grosseira negar o desmatamento produzido pelos fazendeiros, indústria madeireira e principalmente pela indústria de celulose na região.

Um exemplo de caça feita na região historicamente é a caça ao tatu. O tatu era caçado através de uma armadilha chamada “mundéu”, instalada em uma série de quatro ou cinco, onde eram capturados “tatus-mirins”, “tatus-pebas” e “tatus-canastras”. Em cada caça, eram capturados dois ou três tatus, que eram limpos e “muquiados”¹³, depois a carne e a gordura eram misturadas à farinha e conservada por até 15 dias. Somente quando findava a carne é que outros tatus eram capturados.

Nesta lógica, Getúlio afirma que não havia desperdício, as pessoas não acabavam com os animais que eram caçados e todas as famílias conseguiam caçar para a alimentação. Segundo ele, trata-se de uma forma de caçar que é diferente da prática dos caçadores que agem atualmente em alguns lugares, comercializando animais caçados com pessoas de fora da região.

Ao longo do território eram observados os melhores locais para a pesca, que usualmente eram conhecidos e compartilhados por diversas famílias. O próprio Rio Angelim era riquíssimo em quantidade de peixes. Por este motivo, quando os pais de João se instalaram com as crianças, até os primeiros plantios vingarem, eles ficaram por aproximadamente um ano comendo majoritariamente os peixes pescados no rio, com os quais alimentavam com fartura uma família de nove pessoas.

Outrossim, ao longo das muitas caminhadas pelas trilhas que existiam entre as várias comunidades e localidades, incluindo idas e vindas até a sede de Conceição da Barra, era usual que as pessoas não levassem água para beber. O motivo para isso se relaciona ao fato de nos caminhos haver cursos d’água com disponibilidade de água pura.

As matas também eram locais de retirada de madeira para o fazimento de canoas de um “pau só”, feitas do tronco da oiticica e usadas para locomoção ao longo dos rios

¹³ Assados na chapa do fogão a lenha.

da região. Além disto, também se faziam “samburás”¹⁴, armadilhas e retiravam-se materiais para construção de casas assim como restos de madeiras e troncos eram usados para servir de combustível para a feitura da farinha de mandioca.

A exemplo dos samburás e jequiés feitos pelo Sr. Getúlio, ou aqueles feitos pelo já falecido Humberto, tio de João por parte de mãe, também, eram feitos cestos, balaios e correias de diferentes tipos, utilizando-se de fibras vegetais, como aquelas oriundas das jaqueiras, gameleiras e das biribas. Inclusive, João afirma que Humberto faleceu sem que ninguém tenha aprendido com ele o saber sobre o artesanato.

Eugênio Canoeiro, avô de João, fazia da gameleira a prensa para espremer mandioca, ferramenta utilizada na feitura de farinha e goma. João ainda lamenta que um de seus primos derrubou o parafuso feito pelo seu avô e no lugar botou para funcionar um espremedor com uma prensa de ferro.

O pilão feito do cerne de diferentes árvores também era uma ferramenta muito importante na região. Na casa dos pais de João existe um pilão que data de 1951. O Sr. Getúlio pontuou que a madeira que deu origem ao pilão tinha um cerne muito grande.

Em um menor ritmo de intensidade algumas pessoas iam até os mangues no entorno do quilombo de Santana, já próximo à sede de Conceição da Barra, para pegar caranguejo. Em um dado momento, eu pude ver uma quilombola de Linharinho comercializando caranguejo nessa mesma região. Entretanto, nunca foi prática comum, devido à distância e uma maior dedicação à agricultura e à pesca no entorno das matas do Sapê do Norte, na época em que ainda eram abundantes.

Para além da caça e da coleta, boa parte dos trabalhos realizados para prover alimentação das famílias se vinculava a uma agricultura característica ao Sapê do Norte, fortemente baseada no cultivo de mandioca. Foi através da agricultura que os quilombolas transformaram as paisagens e criaram novas espécies de plantas cultiváveis.

A agricultura do Sapê do Norte congregava os terreiros ao redor das casas que incluíam plantas frutíferas, temperos, plantas medicinais, criação de galinhas, sobretudo cultivados pelas mulheres dos quilombos e diferentes áreas de lavouras ao longo dos

¹⁴ Cesto de fibras vegetais.

territórios. Em muitos casos, as plantações permanentes de uma diversidade de cultivos se misturavam às florestas nativas.

Nas lembranças de Sr. Getúlio, encontra-se bem nítida a lógica subjacente ao desenho da agricultura no Sapê do Norte nos tempos anteriores à chegada da indústria de celulose. A agricultura era feita abrindo-se clareiras na mata, através do uso do machado. Posteriormente, colocava-se fogo nas árvores derrubadas; segundo ele, “o fogo nem entrava nas matas do entorno, porque chovia bastante”, isto é, a queimada não se alastrava de maneira descontrolada, pois, “aqui era bom de chuva, chovia bastante”. Depois de algumas roças serem feitas nessa clareira recém aberta, o local era deixado em descanso, pois, posteriormente, “aquilo ali voltava ao natural de novo, ninguém repetia roça ali não”. Essa forma de se fazer agricultura era antigamente chamada como “montoado”.

A primeira roça no sistema produtivo do “montoado” tinha uma altíssima produtividade, na qual se conseguia colher 10 cargas¹⁵ de mandioca rapidamente, uma vez que a terra era fofa. Mesmo na terra regenerada, pois foi deixada em descanso, a produtividade não era igual. Nos dias atuais, para se ter um quinto desta produtividade depende-se um grande esforço, pois a terra “está diferente”, segundo Sr. Getúlio, ela está dura, em vista disso, trabalhará-la produz “calo na mão com o enxadão”.

O cultivo ancestral de mandioca concebeu diferentes funcionalidades para a raiz no Sapê do Norte. Em uma linha de seleção de espécies e de melhoramento, que atenuou a “brabeza” das diferentes “mandiocas bravas” que levavam mais de um ano para serem colhidas. Estas, se fossem consumidas cruas ou cozidas, por criações como porcos, gado, cavalos e galinhas, intoxicavam os animais. Já os tipos de mandioca que levavam menos tempos para serem retiradas da terra serviam para alimentação das criações e o consumo humano.

Mandioca de primeira que a gente tinha aqui era Mandioca “ruim” ou “braba”, Mandioca Alegria ou São Pedro Pampo, Mandioca Negra Rica, Aipim Cacau, Aipim Manteiga, Aipim Caixão, tinha aquela que dava visgo na nossa mão, até a casca dela se você jogava assim no campo, matava vaca, comia e morria, chama-

¹⁵ Segundo João Batista, uma carga de mandioca, eram dois balaies cheios de mandioca, feitos de cipó de jaqueira, um valor aproximado de 150 kg, mas, que poderia variar conforme o animal que a carregaria, pois, o burro aguenta mais peso que jegue e mais ainda que o cavalo.

se mandioca roxinha, e essas não existem mais. A Negra Rica, nós temos agora, também temos a Tesourinha, a Caravela, a Aipim Caixão, que com 6 meses você pode cozinhar, você pode bater para galinha que a galinha não sente. Tem várias mais novas aí agora, mas, todas mais mansas que as mandiocas antigas. As mais antigas, eram mais do mato, eram “zarras”, bravas, você só conseguia arrancar depois de 1 ano e meio, ela tinha um fermento muito zarro (forte). Antigamente a mandioca, dependendo da qualidade, em poucas horas a galinha que comia tava tonta e depois morria. (Sr. Getúlio, entrevista 16/08/2021).

Essa relação entre quilombolas e a mandioca, que resultou na transformação da própria mandioca, das suas possibilidades de servir de alimento tanto para humanos quanto para outras espécies, pode ser compreendida, segundo Tsing (2019) enquanto uma relação ou assembleia de coordenação entre espécies e entre espécies e a paisagem multiespécie. A coordenação é uma forma de relação em que uma ou mais espécies influenciam o sentido da transformação de determinados organismos, sua relação entre si, com a paisagem e suas condições de habitabilidade, como é o caso da mandioca que foi de “brava” para comestível.

De acordo com João, a mandioca, quando tem suas manivas plantadas, quer dizer pequenos pedaços de seu tronco, nasce de 8 a 21 dias. Se não nasce nesse intervalo de tempo, o plantio deve ser refeito. Em solos mais desgastados pela falta de diversidade de outras plantas, as formigas podem cortar as mudas em seus primeiros estágios de crescimento. Para o plantio de mandioca, é necessário o intervalo de 1,5m de espaço entre um pé e outro. Algumas variedades, como é o caso da Mandioca Periquita, necessitam de 2,5m de espaço entre um pé e outro.

Outrora, eram produzidos muitos sacos de farinha de mandioca nas casas de farinhas dos núcleos familiares do Sapê do Norte. Bois chegaram a ser criados para trazerem madeira das matas para o fazimento da farinha. Depois de pronta a farinha era transportada em canoas enormes que carregavam até 70 sacos.

A feitura da farinha era usualmente realizada através de mutirões, trabalho coletivo entre pessoas vindas de diferentes comunidades, para a derrubada das árvores, que serviam de combustível na casa de farinha. Depois de terminado o processo, as pessoas ficavam até dois dias posteriores, comendo, bebendo, dançando forró na casa dos donos da farinheira. De fato, toda noite após o trabalho também costumavam dançar forró.

Nessa época, somente a farinha de mandioca era comercializada. O beiju, a goma de tapioca e mais recentemente, a pamonha/moqueca de beiju eram usados para alimentação das famílias, principalmente no café da manhã. Isso decorre do fato de que a única matéria-prima para a feitura de produtos análogos aos pães, biscoitos e bolos, como é o caso do beiju, tapioca e a pamonha/moqueca de beiju era a farinha de mandioca.

Lena, prima de João, uma das moradoras do Sítio Porto dos Tocos, também Quilombola do Angelim 1, é referência na produção e comercialização de farinha, beiju, goma de tapioca e pamonha/moqueca de beiju. Conforme seu relato, desde que trabalha com isso, o beiju e a pamonha/moqueca de beiju têm bom viés de comercialização.

Atualmente, o procedimento de comercialização do beiju é o seguinte: semanalmente ela e a família colhem mandioca, deixam de molho, ralam e fazem beiju no quitungo. Posteriormente vendem de carro em Conceição da Barra, bem como entregam em padarias de Itaúnas, que vendem para turistas.

Uma outra cultura agrícola muito importante no Sapê do Norte é o cultivo de feijão, que, a partir dos desenhos ontológicos das comunidades, se ramificou em uma diversidade de variedades. Dentre elas, o Feijão Preto, o Rosinha e o Feijão Mulatinho. Estes tipos de feijão levavam aproximadamente 90 dias entre o plantio até a colheita. Conforme Sr. Getúlio, antigamente existia um feijão “meio rosinha, bem menor que o carioca” que nascia em aproximadamente 60 dias. Ele não conseguiu lembrar o nome dessa variedade. O agricultor ainda pontua que o feijão carioca é bem mais recente na região.

Nos tempos anteriores à chegada da indústria de celulose, plantava-se um saco de feijão e colhiam-se entre 15 e 17 sacos. Segundo João, o feijão é irmão do milho na agricultura tradicional quilombola, “você via muito feijão embaraçado no milho”, na visão dele é um saber agrícola que se perdeu. Atualmente, planta-se um saco de feijão para tentar colher a mesma quantidade.

Além dos diferentes tipos de feijão e de mandioca, entre as comunidades do Sapê do Norte, também existiam variedades próprias de café. No Angelim 1, existiam especificamente o Café Grande e o Café do Jacaré.

Das árvores frutíferas, na minha experiência no Sapê do Norte, teve grande destaque a jaqueira, que era tanto usada para o consumo, sendo um grande componente da alimentação dos quilombos, bem como para o fazimento de móveis e construções, quando derrubada. Algumas das jaqueiras foram nomeadas pelas famílias em Angelim 1, entre essas pude conhecer a Jaqueira do Gambá, no sítio Porto dos Tocos, que foi muito importante na tenra infância de João e de seus irmãos, servindo como alimento na época em que frequentavam o núcleo de origem de sua mãe, do outro lado do Rio Angelim. Outra lembrada por Sr. Getúlio, era a Jaqueira do Ovo, que dava frutos nos quais o gomo parecia um ovo. Segundo ele, os gomos não tinham visgo e tinham um sabor muito bom.

Em outro momento, acompanhado de dois interlocutores quilombolas e alguns ativistas da FASE/ES, pude entrar em um remanescente de floresta, que hoje está sob posse da Suzano S.A. Lá encontramos um sinal evidente das ontologias quilombolas do Sapê do Norte, eram dendezeiros e jaqueiras. Um fato que me chamou a atenção é que nas proximidades dessas plantas existiam dendês e jacas com marcas de mordidas de animais silvestres. De acordo com os quilombolas, as marcas eram de tatus, pacas e aves.

Em vista disso, pude entender o papel dos cultivos dos quilombos na alimentação dos animais silvestres, tal como, o caráter da forma como os desenhos ontológicos quilombolas vinculados à agricultura compõem as paisagens multiespécie do Sapê do Norte, interferindo positivamente nas condições de habitabilidade.

Além disso, também pude observar que nas áreas onde vivem quilombolas, principalmente no território quilombola que abrange o Angelim 1, existe uma frequente incidência de animais silvestres atraídos pela diversidade agrícola e florestal dos quilombos, em comparação aos eucaliptais do entorno. Entre esses animais pude ver macacos-prego, quatis, carcarás, surucuá-de-barriga-amarela¹⁶, caxinguelês, maritacas, uma diversidade de insetos, bem como, ouvi relatos acerca de caititus, onças, saruês, pacas e capivaras, dentre outros.

¹⁶ Este pássaro pousou em um Jequitibá, ao lado da casa dos pais de João, quando juntos a outro colega tentamos tirar sementes do jequitibá para que João fizesse mudas. Todos ficaram impressionados com a imponência da ave. No momento, o pai de João pontuou: “esse passarinho não é de capoeira (área desmatada em regeneração), mas, de mata fechada”.

O dendê, uma planta natural do continente africano, é outro cultivo muito incidente no Sapê do Norte e presente em quase todo o território, até algumas vezes entre os eucaliptais. A palmeira produz frutos que, depois de macerados e cozidos, servem para o fazimento do azeite-de-dendê. Junto à gordura de porco, o dendê era a única gordura usada na culinária local. Nos dias atuais, ainda existem mulheres no quilombo de Angelim 1 que produzem o óleo do dendê, mas algo bem menos presente que no tempo anterior à chegada da indústria de celulose.

Tradicionalmente eram criados porcos e galinhas no Sapê do Norte, por quase todas as famílias. Ao longo dos quilombos que visitei, observei muitas galinhas soltas em meio às áreas de sistemas agroflorestais, só voltando para dormir nos galinheiros. Vacas e bois eram criados em menor incidência, nas regiões de brejos. Não se faziam pastos para a sua criação.

Fala-se que nos arredores da Mata da Viração morava um conhecido criador de porcos, cuidador das fazendas que existiam na região. Como os porcos tradicionalmente eram criados soltos, muitos de seus fugiram, cruzando com os caícutos, porcos-do-mato, dando origem a uma nova variedade da espécie na região. Em vista disso, muitas pessoas das comunidades vizinhas vinham até o local para caçarem os porcos desta mata. João me contou que a carne era considerada muito boa, entretanto, os porcos eram muito fortes. Um relato diz que, certa vez, deram um tiro de chumbo em um desses porcos e a bala ricocheteou caindo no chão.

As formas de constituição das paisagens multiespécie do Sapê do Norte, têm forte influência feminina, que na divisão do trabalho nos quilombos lidavam ao mesmo tempo com as atividades da agricultura, do beneficiamento dessa produção. Além disso, ocupavam-se com atividades de cuidado relacionados à saúde física e espiritual, não detendo o monopólio sobre essas tarefas, mas, ocupando esses papéis com certo protagonismo.

Exemplos emblemáticos, neste sentido, estão na família por parte da mãe de João: a avó Vevéia, sua mãe Dolores e algumas de suas tias. Todas essas mulheres eram agricultoras, que também dominavam a arte da culinária ao produzirem alimentos que pudessem sustentar todos que conviviam na esfera da família. Uma técnica culinária de Vevéia, lembrada por João, era o “feijão no machucador”, processo que envolvia pilar o

feijão depois de cozido. De acordo com João uma de suas tias foi a mais destacada herdeira da culinária de Vevéia e foi por muitos anos cozinheira de Humberto Serra, um dos prefeitos de Conceição da Barra.

Dolores, mãe de João, segundo ele, sempre gostou muito de plantar, tanto é que ao redor da casa existem inúmeros pés de frutas, como jaqueiras, laranjeiras, limoeiros, pé de biri-biri, pitangueiras, cajazeiras e abacaxis, tal como, flores e plantas ornamentais e em especial plantas medicinais como a babosa e o capim-santo. Às vezes, a matriarca saía de sua casa para plantar na antiga terra de suas famílias, por gosto. Ela também se dedicava bastante ao cuidado com a alimentação e por vezes orientava João a dar gomos de jaca e bananas para as crianças que ficavam soltas nas ruas da Vila de Itaúnas, no período em que eles moraram por lá.

No núcleo familiar de Humberto, irmão de Dolores, pude ver várias ervas ao longo do quintal, que em uma rápida explanação João e sua tia as identificaram e disseram sobre seus possíveis usos. Eram: quiôio, utilizada para temperar comida, tipí/ guinê, usado para defumação em rituais religiosos, a vassourinha que pode ser empregada em banhos rituais para proteção e limpeza espiritual e o cordão de frade, que serve para combater a diabetes. Durante outro momento, João também me mostrou outras dessas plantas espontâneas e seus possíveis usos, encontradas nas terras que ele estava manejando no Sítio Porto das Canoas, também no Angelim 1. As plantas eram: língua-de-teiú, erva indicadora de solo ácido e a salsa bubalina, que pode ser utilizada na feitura de garrafadas curativas.

Nos tempos da fartura no Sapê do Norte, até nas brincadeiras das crianças, a agricultura estava presente. Em uma das nossas travessias ao longo do Sapê do Norte, João me apontou algumas plantas forrageiras e disse que quando criança ele e os irmãos costumavam derrubá-las, brincando como se elas fossem cachos de banana que eles estavam colhendo.

De um modo geral, compreendo a agricultura dos quilombos do Sapê do Norte, nos tempos anteriores à chegada da indústria de celulose, como uma agricultura tipicamente tradicional. Dito de outro modo, análoga tanto à dos povos indígenas do Brasil, quanto à dos povos tradicionais da América Latina, África e Ásia.

Darrell Posey (1986) fez uma análise emblemática da forma de manejo das capoeiras e das florestas pelos Kayapós que vivem entre o centro-oeste e o norte do Brasil, demonstrando o caráter sofisticado dessa relação que envolvia ganhos tanto para a diversidade vegetal, animal das paisagens quanto para as comunidades indígenas em questão. Diferentes elementos dessas formas de manejo existem de maneira semelhante no Sapê do Norte.

Entre as semelhanças dessas duas realidades estão a existência de plantas perenes, plantadas há anos no Sapê do Norte. Isto é, bananeiras, jaqueiras, coqueiros, mangueiras, entre outras que quase sem nenhum manejo continuam fornecendo alimentos por décadas, para as famílias. Um outro elemento análogo é a existência de plantas semi-domesticadas no Sapê do Norte, isto é, plantas que não foram plantadas pelas famílias, mas que tiveram o entorno modificado por elas, pelas práticas dos quilombolas, ao mesmo tempo que extraídas e utilizadas sistematicamente pelas comunidades, a exemplo das plantas medicinais e daquelas que fornecem fibras vegetais.

Outrossim, as agriculturas praticadas pelos quilombolas não se utilizavam de insumos externos e não envolviam capital. Somado a isso, essa agricultura não era orientada por paradigmas advindos da influência do conhecimento científico. Diferentemente, havia outros tipos de conhecimento que envolviam a identificação e classificação de animais, de tipos de solo, da compatibilidade ou incompatibilidade entre cultivos. Algo típico das comunidades camponesas e dos povos originários em diferentes partes do planeta (ALTIERI, 2009).

Para além, segundo Altieri (2009), estas formas de manejo da paisagem, através da agricultura, também proporcionam materiais de construção, lenha, ferramentas, medicamentos, alimentos para criações e para o consumo humano. Frequentemente, agricultores tradicionais desenvolveram sistemas agrícolas de caráter sustentável. Entre eles, aqueles vinculados aos agroecossistemas tropicais, manejados, através de: pousios, hortas domésticas complexas, lotes agroflorestais, com uma diversidade de cultivos. O incremento da biodiversidade através da agricultura tradicional também se liga à influência de áreas do entorno como florestas, lagos, pastagens, arroios e pântanos.

A agricultura de pousio, isto é de clareiras no meio da floresta, permite que pragas e insetos que provavelmente consumiriam os plantios migrem para as matas. O consórcio entre diferentes plantas previne a concorrência por ervas adventícias, pois a cobertura das folhas proporcionada por uma diversidade de árvores impede que a luz solar chegue até essas ervas espontâneas que podem concorrer com os cultivos.

Nesta lógica, a agricultura também pode incrementar a biodiversidade e por consequência colher benefícios ecológicos para a própria agricultura e para as formas de habitação dos agricultores(as). Isto é, na fertilidade dos solos, na disponibilidade de água e no incremento da diversidade de insetos benéficos para a agricultura, a exemplo do controle de pragas e da polinização (ALTIERI e NICHOLLS, 2010).

A diversidade de cultivos, bem como o rodízio entre áreas de plantio e de descanso, como ocorreu tipicamente no Sapê do Norte, produz uma série de consequências que incrementam a abundância da paisagem. A diversidade genética incrementa a resistência a doenças e outros tipos de problemas e o aumento da diversidade nutricional.

Através do plantio intercalado, os agricultores beneficiam-se da capacidade dos sistemas de cultivo de reutilizar seus próprios estoques de nutrientes. A tendência de algumas culturas de exaurir o solo é contrabalanceada através do cultivo intercalado de outras espécies que enriquecem o solo com matéria orgânica. (ALTIERI, 2009, p. 32).

Nos tempos atuais, estes cultivos diversificados e agroflorestais proporcionam maior resiliência às mudanças climáticas e seus eventos críticos como chuvas intensas, secas, dentre outras. Isto, devido à proteção dos solos contra a erosão pelo impacto da chuva ou proporcionando um melhor armazenamento de água. Ademais, as árvores criam condições microclimáticas protegendo as plantações e os solos contra intempéries climáticas como tempestades e secas, que têm aumentado e vão aumentar ainda mais com a acentuação dos eventos críticos vinculados as transformações nos ciclos climáticos dos territórios do planeta (ROSSET; ALTIERI, 2018).

As transformações na agricultura tradicional dos quilombos do Sapê do Norte vêm ocorrendo principalmente como consequência da colonização das terras pela indústria de celulose e, de modo interligado, por processos advindos da expansão dos valores da

Revolução Verde e do agronegócio na região, aquilo que João caracteriza como a expansão da “mentalidade do fazendeiro”. No tópico seguinte, irei me aprofundar nos desenhos ontológicos coloniais da indústria de celulose sobre o Sapê do Norte e seus processos relacionados.

Por outro lado, no Sapê do Norte e especialmente no quilombo de Angelim 1, viviam várias pessoas consideradas curandeiras e feiticeiras. O local também apresenta um caráter de transcendentalidade para além do mundo físico e material.

A figura mais lembrada, nesse sentido, era um curandeiro que vivia na região da Mata da Viração, no território do quilombo do Angelim 1, chamado Ducatora. Muitas pessoas cruzavam o território em direção a Angelim 1 para tomar benção de Ducatora. Ele também fazia feitiços de cura, de defesa contra agressões e, conforme os relatos, possuía um punhal encantado, que matava quem fosse por ele atingido. As curas eram feitas em segredo, longe dos olhos de quem as solicitava, o curandeiro só depois dava as recomendações aos pacientes.

Em um relato de Sr. Getúlio consta que em certa feita, durante um temporal, Ducatora ouviu um relâmpago de dentro de casa e no mesmo instante uma voz que chamava seu nome. Em seguida, ele se dirigiu ao filho, orientando-o a ir à beirada do rio, pois havia alguém precisando de ajuda para atravessar. Quando seu filho chegou ao local indicado havia realmente um homem esperando auxílio.

Mais recentemente, havia várias pessoas que exerciam o papel de curandeiras na região, a exemplo de Dona Dolores, que fazia reza de quebrar mau-olhado e de cura física e espiritual. No primeiro semestre de 2020, nas semanas próximas do falecimento desta figura importante das comunidades, ocorreu uma infestação de sapos na casa da família. Mesmo que sistematicamente os animais fossem retirados, eles não cessavam de retornar. Entretanto, quando Dolores veio a falecer a infestação parou. João conta que, na mesma época, houve uma infestação de morcegos na casa dele, que também cessou posteriormente ao fatídico perecimento de sua mãe.

Para mais, existem outras manifestações espirituais e religiosas, como são as Ladainhas e a Mesa-de-Santa-Bárbara. Desta última, tive oportunidade de participar de uma reza no quilombo de Linharinho, sob liderança de Dona Gessi e de uma outra

senhora. Uma cerimônia que reunia elementos do cristianismo, bem como de divindades e entidades das religiões de matriz africana.

Ainda na década de 1990, era comum ver muitos trabalhos religiosos em encruilhada, lembra Sr. Getúlio. Segundo ele, um rapaz viu uma oferenda em que a galinha correu para dentro do eucaliptal, logo em seguida voltando para onde a oferenda estava. Essas manifestações religiosas são cada vez mais raras, em contrapartida, pululam no entorno dos quilombos igrejas evangélicas.

Para concluir este tópico, que teve a proposta de discorrer sobre a produção do Sapê do Norte enquanto um entrecruzamento de desenhos ontológicos quilombolas, trago uma história contada por Sr. Getúlio. O relato conta que certo dia, uma onça, uma cobra pico-de-jaca e uma cabra escolheram um mesmo terreno para fazerem uma casa. No entanto, isto ocorreu sem que cada um dos animais soubesse que os outros tinham escolhido o mesmo local. Pois, coincidentemente, quando um deles chegava ao local, os outros estavam fora, buscando materiais para a construção da casa. Somente quando terminada a construção da casa é que eles se encontraram e perceberam que coincidentemente, se organizaram para morar nesta mesma área.

Ao meu ver, esta história é uma metáfora sobre a forma como o Sapê do Norte se constituiu pela perspectiva dos quilombolas, antes da chegada das grandes plantações de eucalipto. Isto é, como um território enorme que abrange partes de dois municípios, dezenas de quilombos, centenas de famílias, com uma forma de habitação coletiva e comum, baseada nos subprodutos de seus desenhos ontológicos sobre a paisagem, nas brechas das grandes fazendas. Deste modo, mesmo estando sobrepostos no mesmo território, uma fazenda não é um quilombo, assim como um quilombola não é um fazendeiro.

Os quilombolas possuíam formas de agricultura, de caça, coleta, de uso comum das terras, festas, expressões artísticas e religiosas, relações de reciprocidade ligadas ao trabalho coletivo e a troca de favores, dito de outro modo, um conjunto de formas instituídas de vida comum. Estas, somavam-se ao parentesco, a ancestralidade no território, constituindo um nexu indissociável transversal aos atributos de um território tradicional (ANJOS, 2009).

Na constituição das paisagens do Sapê do Norte, seguindo o fio de Anna Tsing (2019) é nítido que os desenhos ontológicos quilombolas interferiram nas condições de habitabilidade das diferentes espécies que habitam as paisagens da região, de uma maneira não degradante, em alguns casos desencadeando coordenações que conceberam novas espécies, como são as variedades de mandioca, de café, de feijão, e de porcos-do-mato. Mantiveram, ainda, os regimes de chuvas, os ciclos de reprodução das águas nos rios, nascentes e córregos, em uma densidade demográfica que chegou a ter aproximadamente 12.000 famílias vivendo nos quilombos, conforme afirmam diferentes lideranças da Comissão Quilombola do Sapê do Norte.

A maneira desses quilombolas se relacionarem com os diferentes componentes das paisagens oferece uma contribuição multifacetada para o entendimento das relações sociedade-natureza ou da relação entre humanidades e ambientes e por consequência da problemática ambiental contemporânea. A partir da experiência do Sapê do Norte observamos uma forma de relação entre espécies e entre espécies e paisagens que mantendo seu ritmo e características, como era antes da colonização pela indústria madeireira e, principalmente, pela indústria de celulose, poderia se repetir ao longo do tempo, sem acabar com as condições para a diversidade de espécies, da fertilidade dos solos, da capacidade de reprodução das águas, das condições para reprodução das comunidades quilombolas e para a profusão de sua criatividade ontológica, uma experiência concreta do que podemos entender como sustentabilidade. Essa relação, na forma de coordenações e assembleias, associa técnicas, práticas, o conhecimento dos quilombolas sobre os elementos, seres e entes da paisagem. De maneira análoga, há a manutenção das formas de compartilhamento das terras, mesmo frente a práticas de fazendeiros que buscavam se sobrepor a essas ontologias. Algo que passou a não ser mais possível em vista da violência colonial da indústria de celulose, como será exposto nas páginas seguintes.

Este exemplo ilustra o fato de que a existência e a perpetuação de uma paisagem, habitável como é o caso das paisagens florestais do Brasil, entre outros territórios semelhantes, não depende de fatores técnicos, políticos, econômicos e cosmológicos isoladamente. De outro modo, necessita da forma como a associação entre essas dimensões do comportamento de um povo ou espécie cria um lastro ontológico específico

e por consequência uma forma de constituir as paisagens multiespécie, suas possibilidades de habitação para diferentes povos e espécies.

No próximo tópico tratarei dos desenhos ontológicos coloniais da indústria de celulose no Sapê do Norte, em sua sobreposição aos desenhos ontológicos quilombolas. Já no tópico subsequente analisarei os subprodutos advindos do choque entre os desenhos ontológicos quilombolas e aqueles advindos dos desenhos ontológicos coloniais da indústria de celulose.

Quadro 3 - Desenhos ontológicos quilombolas e a constituição das condições de habitabilidade nas paisagens no Sapê do Norte

Desenhos	Desenhos relacionados	Paisagem	
Formas coletivas de uso das terras entre famílias e comunidades	Agricultura de Pousio/ Coivara/ "Montoado"	Rodízio e descanso das terras	
	Sistemas Agroflorestais	Misto de plantas cultivadas com plantas nativas	
		Criação de novas espécies de plantas cultivadas	
		Alimentação de animais silvestres com plantas cultivadas nas lavouras	
		Manutenção da disponibilidade de água	
		Manutenção da fertilidade dos solos	
	Criação de animais soltos	Novas espécies de animais	
	Caça e Pesca	Predação de animais sem levar a extinção de espécies	
	Extração de plantas, madeiras e fibras vegetais	Extração e predação sem levar a extinção de espécies animais e vegetais	
	Trilhas e caminhos por todo o território		
	Conhecimento sobre as plantas do Sapê do Norte		
Florestas e córregos nomeados			

Desenhos	Desenhos relacionados	Paisagem
	Festas, mutirões e religiosidade entre famílias de diferentes quilombos	
	Casamentos entre quilombolas de diferentes comunidades	
	Possibilidades de estabelecimento de novos locais de habitação no grande território do Sapê do Norte	
	Mediação entre a propriedade privada e coletiva	

Fonte: Elaboração própria.

Imagem 23 - Galinheiro no terreiro contíguo aos sistemas agroflorestais, Portos das Canoas, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 24 - Café em um sistema agroflorestal antigo, Porto das Canoas, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 25 - Maniva de mandioca brotando, Porto das Canoas, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 26 - Galinha chocando no samburá, Porto das Canoas, Angelim 1



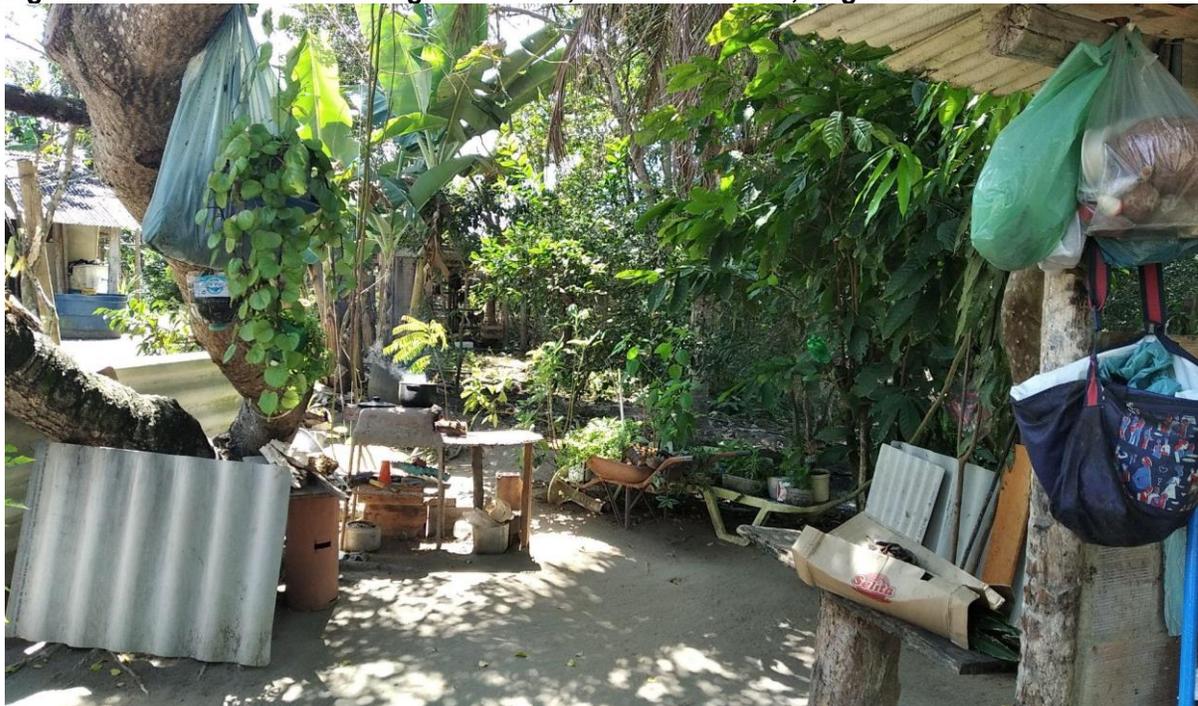
Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 27 - Jaqueira do Gambá, Porto dos Tocos, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 28 - Terreiro e sistemas agroflorestais, Porto dos Tocos, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 29 - Tacho da Farinheira, Porto dos Tocos, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 30 - Prensa para mandioca, Porto dos Tocos, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 31 - Babosa de Dona Dolores, Porto das Canoas, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 32 - Capim Santo de Dona Dolores, Porto das Canoas, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 33 - Terreiro mesclando-se com agrofloresta, Quilombo de Linharinho



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 34 - Casa de Farinha, com terreiro agroflorestal ao fundo, mesclando-se com a mata ciliar do Rio São Domingos, Quilombo do Cantagalo



Fonte: Arquivo pessoal

2.2 O BLOCO VI DE SILVICULTURA ENQUANTO DESENHO ONTOLÓGICO COLONIAL

O objetivo deste tópico é analisar os desenhos ontológicos da indústria de celulose na colonização do Sapê do Norte, através de suas plantações de eucalipto. Em especial, as formas de constituição da paisagem empreendidas pelos monocultivos de eucalipto e sua estrutura subjacente.

A chegada da indústria de celulose no norte do Espírito Santo, em meados dos anos de 1960, significou um novo momento de colonização da região, ao mesmo tempo em que se conectava aos interesses das lideranças políticas estaduais e nacionais. De outro modo, a retórica que justificava o seu surgimento estava no centro da forma como as grandes corporações e os Estados capturaram a problemática ambiental na época do seu nascimento.

No Sapê do Norte, a colonização empreendida pela indústria de celulose se conectou fundamentalmente à influência de fazendeiros e descendentes de traficantes de pessoas escravizadas na região. Também se associou à indústria madeireira em suas duas formas existentes, a exportação de madeira e a produção de carvão.

Os monocultivos de eucalipto implantados a partir dos anos 1960, em grande parte dos territórios dos municípios de São Mateus e principalmente de Conceição da Barra, foram a matéria-prima para alimentação das linhas de produção da Aracruz Celulose S.A, instalada em época próxima, no município de Aracruz, também na região Norte do Espírito Santo.

Na época, a Aracruz Celulose S.A foi parte dos “grandes projetos” elaborados pelo governo estadual em diálogo com o II Plano Nacional de Desenvolvimento do regime militar. Projeto que incluía a implantação e/ou expansão da Companhia Vale do Rio Doce, da Samarco Mineração, da Companhia Siderúrgica de Tubarão, do Corredor de Transportes para Exportação e estaleiros de desmonte e construção naval (VILASCHI, 2015). Todos esses projetos industriais se debruçaram sobre as paisagens relacionadas às vidas das populações tradicionais do Espírito Santo. Dito de outro modo, os pescadores artesanais na costa, afetados pelos portos industriais e as siderúrgicas, e as populações indígenas e quilombolas, atingidos pela indústria de celulose.

Desde o começo da colonização dos territórios e das paisagens concernentes ao lugar onde atualmente se situa o estado do Espírito Santo, tudo aquilo que não era considerado parte da sociedade colonial, era concebido como “sertão”, onde selvagens antropófagos viviam (OLIVEIRA, 2008), perspectiva que foi reforçada e ampliada pela historiografia capixaba por muitas décadas (BERNARDO-NETO, 2017). Do mesmo modo, foi difundido que o estado quase não dispunha da presença negra em sua demografia (BORGO *et al.*, 1996) e que o litoral era habitado somente por maratimbas¹⁷ preguiçosos (CELIN, 1984).

Para o colonizador racista, os não-brancos, especialmente os negros e os indígenas só existem enquanto servos úteis para seus projetos. Quando fogem a esse papel, são tratados com violência (MBEMBE, 2020). Dito de outro modo, durante os

¹⁷ Termo popular para denominar as populações tradicionais de pescadores artesanais do litoral do espírito-santense, um equivalente aos “caiçaras” do litoral de São Paulo e Paraná.

aproximadamente 400 anos de escravidão formal, estas populações foram úteis, quando sob julgo dos feitores, mas fora da autoridade colonial, eram consideradas “selvagens”, entraves a província do Espírito Santo, passíveis de serem perseguidos e exterminados, como ocorreu com etnias vinculadas ao tronco Macro-Je e aos quilombos da região.

Em vista disso, na época da instalação dos projetos industriais no Espírito Santo, foi operacionalizada a ideia dos “vazios demográficos”, quer dizer, a difusão da ideia de que o estado em questão era um território despovoado (DARÉ, 2010). Essa retórica já havia sido utilizada anteriormente no último quartel do século XIX, como parte da justificativa para o projeto de incentivo à imigração italiana e germânica para diferentes localidades do estado. Nessa época, era difundida a ideia de que somente um terço do Espírito Santo era povoado (CELIN, 1984), desconsiderando as populações indígenas e os quilombos dispersos pelo interior.

Fu Kiau, (2001) observou que séculos antes, na colonização portuguesa do Grande Congo, os territórios de uso comum e as terras em descanso para regeneração foram tratados pelos colonizadores como despovoadas. Tal atitude fazia parte de uma elaboração retórica somada ao racismo, para justificar a colonização.

Mais recentemente, Camana e Almeida (2019) observaram a produção de vazios demográficos em Moçambique, através da divulgação de documentos e de peças publicitárias pelo Estado, vinculadas ao projeto Prosavana, que foca na transformação de regiões moçambicanas habitadas por camponeses em lugares de produção de commodities agrícolas. O objetivo dessa produção discursiva é a transformação da percepção pública acerca de uma região habitada por uma diversidade de comunidades camponesas em um lugar de atraso e pobreza, carente de “desenvolvimento”, o que justificaria a adesão ao projeto em questão.

A ideia dos vazios demográficos também se atrela a uma outra forma de não reconhecimento da alteridade, isto é, de negação do status ontológico do outro não-branco e não-moderno, vinculada à concepção de que lugares florestados são sinônimos de lugares despovoados de comunidades humanas. Essa perspectiva supõe de maneira enfática que a presença humana anda lado a lado com a degradação das paisagens multiespécie. Perspectiva herdada da formação e expansão da civilização ocidental, a partir da Europa para o restante do planeta. Sociedades que até o último quarto do século

XX, nutriam grande orgulho de suas capacidades de dominarem os não-humanos, como se isto fosse algo indissociável da condição humana em sua plenitude (DEAN, 1996; THOMAS, 2010).

De outra parte, à época dos grandes projetos no Espírito Santo já era gestado por alguns grupos políticos no estado há décadas um desejo de “modernização,” vinculado à criação de uma sociedade de mercado, como eram as outras capitais da região sudeste. Algo que com a economia cafeeira não tinha sido possível até então, mesmo com seguidos planos e projetos governamentais de proteção e investimento na atividade (SOUZA, 1990).

Especificamente, no caso dos monocultivos de eucalipto que abrangeram o Sapê do Norte, tal como aqueles feitos nas terras Tupinikim e Guarani no município de Aracruz, havia uma outra justificativa, a saber, a ideia de reflorestamento. Dito de outro modo, uma suposta contramedida ao passado de desmatamento recente do Espírito Santo, tanto através dos monocultivos de café (SOUZA, 1990) quanto da indústria madeireira (BORGO *et al.*, 1996).

Nesta argumentação, a formação de plantações de eucalipto significaria o reflorestamento das áreas desmatadas. Somado a isso, todos os processos ligados ao fomento e a manutenção das plantações, tal como, das atividades da indústria de celulose seriam regulados por aquilo de mais sofisticado na ciência e da tecnologia da época (BORGO *et al.*, 1996), o que supostamente garantiria a sustentabilidade de suas atividades, um exemplo evidente da “modernização ecológica” (ALMEIDA, 2009). Isto é, das formas de captura da questão ambiental pelas grandes corporações poluidoras e pelos Estados colonizadores recrudescendo o capitalismo, disfarçando-o retoricamente pelo discurso ambientalista (GREEN, 2013).

O cultivo exclusivo e intensivo de determinadas variedades de árvores foram tipos de empreendimentos mais intensamente implementados na segunda metade do século XX, sob a égide de uma retórica que afirmava tal prática como reflorestamento. No entanto, esses cultivos tratavam-se exclusivamente de uma prática produtiva, direcionada aos territórios dos países do Sul global. Segundo Augusto Ruschi (1969; 1978; MEDEIROS, 1995), o monocultivo de eucalipto seria reflorestamento se os

ecossistemas característicos da região de onde a planta é originária viessem proporcionalmente aos eucaliptais.

Outrossim, a retórica de reflorestamento cai por terra quando somos confrontados pelo fato de que na Ásia, na África e na América Latina, as florestas nativas foram substituídas por grandes plantações de uma única espécie de árvore, através, sobretudo de um processo de desmatamento abrupto (SHIVA, 2003).

Durante a chegada dos monocultivos de eucalipto no Espírito Santo, um dos maiores críticos da equiparação entre monocultivos de eucalipto e florestas, foi Augusto Ruschi, professor do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e atualmente considerado o patrono da ecologia do Brasil. Ruschi (1969; MEDEIROS, 1995), afirmou por diversas vezes que a plantação na escala de monocultivos, de uma árvore nativa da Austrália, não integrada aos ecossistemas da região, além de não significar a constituição de florestas, traria consequências negativas para a disponibilidade hídrica da região, fato que mais tarde se confirmou, como veremos nos tópicos seguintes.

Em convergência, a empresa também adotou uma argumentação preservacionista criando reservas florestais privadas. Nestes locais, a caça, a pesca e a extração de madeiras são proibidas, bem como o trânsito de pessoas não autorizadas pela empresa. Arturo Escobar (2010b) observou prática semelhante no pacífico colombiano, onde o preservacionismo serviu como mais uma maneira do Estado separar as comunidades negras rurais da autonomia sobre o acesso à diversidade ambiental do local.

Portanto, diante da retórica dos “vazios demográficos”, do “reflorestamento” e da “modernização” do Espírito Santo, teve início o processo de espoliação das terras do Sapê do Norte para o estabelecimento das plantações de eucalipto. Este processo ocorreu articulando simultaneamente a aquisição de terras do Estado pela empresa, através de pessoas físicas, seus funcionários, bem como houve um processo de coerção para que os quilombolas vendessem, caso tivessem os títulos das terras, ou simplesmente saíssem no caso de não possuírem a posse formal.

A posse formal da terra por pessoas não-brancas no Espírito Santo, assim como em todo o Brasil, sempre foi algo raro, principalmente após a instituição da Lei de Terras de 1850, quando a posse pelo uso foi proibida legalmente, havendo somente a posse

pela compra do Estado, mesmo que através de algum tipo de facilitação ou financiamento (LINHARES; SILVA, 1999; MEDEIROS, 2015). Deste modo, nas terras capixabas, quase que somente fazendeiros, imigrantes italianos e germânicos tiveram acesso à terra proporcionado pelo Estado (CELIN, 1984). Os descendentes de negros, indígenas e camponeses, mesmo vivendo por décadas em determinada região, dificilmente conseguiam acessar a posse formal.

Outro aspecto atrelado ao conceito de posse da terra mobilizado no assédio do território quilombola pelo Estado, indústria de celulose e fazendeiros se encontra no fato das comunidades do Sapê do Norte, como demonstrado no tópico anterior, habitarem a região através de regimes de compartilhamento coletivo de terras comuns. Estas incluíam áreas de lavoura, várzeas, florestas, rios e lagoas.

O método para espoliar as terras dos quilombolas, de acordo com o relato de diferentes interlocutores, conjugava o convencimento e a ameaça. Destarte, encarregados da Aracruz Celulose S.A, junto a militares, se dirigiram até as casas das famílias impondo que vendessem suas terras. Em sua argumentação coercitiva, todas aquelas áreas inevitavelmente se tornariam plantações de eucalipto. Acrescentado a esse tipo de assédio, a empresa contratou um comerciante para convencer os quilombolas a venderem suas terras. Essa pessoa tinha um comércio no Porto de São Mateus, era negro como a maioria absoluta dos quilombolas e também era conhecido das pessoas da região, pois, era com ele que as famílias costumavam estabelecer relações comerciais quando iam a São Mateus. Isto posto, grande parte das famílias deixou a região do Sapê do Norte, tanto de maneira abrupta quanto gradualmente.

A partir deste momento, a Aracruz Celulose S.A deu continuidade à derrubada das matas da região, processo que havia sido iniciado pela indústria madeireira. Para isso, arregimentou pessoas que já moravam na região despojados de suas terras para cortarem as árvores. Primeiramente, as matas foram derrubadas ao se atear fogo e cortá-las com machado, posteriormente foram utilizadas motosserras. De maneira associada, foi iniciado o desmatamento através do uso de tratores e “correntões”.

O uso dos “correntões” ainda está muito presente na memória dos mais velhos das comunidades do Sapê do Norte, tendo sido o modo de desmatamento mais violento. Neste modelo, dois tratores são ligados por correntes enormes que arrastam as florestas

inteiras. De acordo com seguidos relatos, o desmatamento a partir desse método gerava um barulho muito grande, ouvido ao longe.

Um outro fato relacionado ao desmatamento com tratores e correntões, também, muito lembrado por diferentes moradores antigos da região pontua que as florestas eram arrastadas e derrubadas com os animais dentro. Diante disso, era comum ver pássaros, macacos, veados fugindo em desespero.

Nesse processo, quase nenhuma árvore era aproveitada, pois as florestas eram incendiadas inteiras. Foi relatado que as árvores de cerne mais grosso eram enterradas inteiras em algumas situações, com o objetivo de esconder vestígios desta forma de desmatamento.

Tempos depois, quando algumas comunidades quilombolas passaram a se organizar com vistas a conseguirem a titulação das terras que estavam em posse da empresa do ramo de celulose ou de fazendeiros, o desmatamento foi negado. Certa feita, como já afirmado neste mesmo texto, uma das lideranças do Movimento Paz no Campo¹⁸, no extremo-norte do Espírito Santo, disse que não havia florestas no Sapê do Norte, mas somente um sapezal.

Em outro momento, durante uma audiência pública proposta pelo IDAF (Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo) na passagem para o segundo semestre de 2020, ouvi de pesquisadores que apoiavam a expansão dos monocultivos de eucalipto na região que, em comparação às pastagens, os eucaliptais causam os mesmos danos na disponibilidade hídrica. Este argumento nega que anteriormente à chegada dos monocultivos de eucalipto existiam florestas na região, bem como esconde a existência de terreiros e lavouras agroflorestais e de florestas, relacionados às formas dos quilombolas constituírem as paisagens multiespécie, como se anteriormente só houvesse pastagens na região.

Seguido do desmatamento, a empresa implantou seus vastos monocultivos de eucalipto. Conforme representante da empresa, somando-se às plantações de Aracruz e do Sapê do Norte, foram inicialmente plantados 92 milhões de pés de eucalipto, com o

¹⁸ Seção local no extremo-norte do Espírito Santo, de um movimento organizado por fazendeiros para se contrapor ao processo da busca por titulação de terras indígenas e de quilombo, em todo o território brasileiro, bem como contra movimentos sociais ligados à reforma agrária.

objetivo de se produzir 400 mil toneladas de celulose ao ano. Neste mesmo relato afirma-se que, na época, foram utilizadas 37 variedades de eucalipto, escolhidas aquelas que forneceriam maior quantidade de celulose, tal como aquelas mais resistentes a doenças (BORGIO *et al.*, 1996).

Todo o processo de implantação da Aracruz Celulose S.A, bem como dos seus monocultivos de eucalipto, teve forte apoio do Estado, seja através do fornecimento do aparato militar para a forçar os quilombolas a deixarem suas terras, seja no financiamento das atividades da empresa. Nesse sentido, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e o próprio governo do Espírito Santo forneceram grande parte do capital para que a empresa iniciasse suas atividades.

Aquino (2013) afirma, que o monocultivo de eucalipto se configura como um “Complexo Florestal Celulósico”, que só existe devido ao protagonismo do Estado, como financiador e articulador, se caracterizando:

1) pela articulação, antes praticamente inexistente, entre o segmento produtor de madeira e o segmento industrial; 2) pela modernização das fábricas e expansão de sua capacidade industrial; 3) pela ascensão de um novo segmento fabricante de celulose de mercado; originou o que denominamos nesta tese de complexo florestal celulósico (AQUINO, 2013, p. 137).

Artur Gerhardt, governador do Espírito Santo, indicado pelo regime militar na época da instalação da Aracruz Celulose S.A, chegou a ser presidente da empresa depois de terminado o seu mandato no governo do estado¹⁹. Até os dias atuais, os monocultivos de eucalipto e a indústria de celulose obtêm financiamento através do BNDES²⁰. Também são direcionados incentivos financeiros diretos à Suzano Celulose S.A, a atual dona da fábrica de celulose branqueada e dos monocultivos de eucalipto, pelo governo do Espírito Santo, a exemplo da participação no programa “Invest-ES”²¹.

¹⁹ Fato afirmado por Arthur Carlos Gerhardt Santos no documentário denominado “Rodeado de Inimigos” (2008). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E3qNpC3_mSE

²⁰ A Suzano S.A é uma das 50 maiores clientes do BNDES, estando na 7ª posição. Ver: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/maiores-clientes>

²¹ De acordo com a página na internet do “Programa Invest-ES”, este “é instrumento de política pública eficaz, eficiente e que tem por objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos do Espírito Santo, estimulando a realização de investimentos, a implantação e a utilização de armazéns e infraestruturas logísticas existentes, renovação tecnológica das estruturas produtivas, otimização da atividade de importação de mercadorias e bens e o aumento da competitividade

No decurso da audiência pública sobre a expansão dos monocultivos de eucalipto entre Conceição da Barra e Pedro Canário no extremo-norte do Espírito Santo, citada anteriormente neste mesmo tópico, era notória a convergência de interesses entre servidores do IDAF, consultores contratados pela Suzano S.A e seus representantes, muitas vezes tornando difícil diferenciá-los. Em determinado momento, o diretor do IDAF, órgão do governo do Espírito Santo ponderou que a audiência pública não era uma obrigação constitucional, dando a entender que a mesma era uma benesse oferecida pelo órgão às comunidades, mesmo que tenha sido feita virtualmente durante a pandemia do novo coronavírus, sem a preocupação das possibilidades de acesso à internet das comunidades atingidas, que por consequência tinham pouquíssimos representantes presentes.

Os monocultivos de eucalipto do Sapê do Norte já estiveram de posse, majoritariamente, de três corporações. Primeiramente a Aracruz Celulose, fundada por um norueguês casado com uma descendente da família real de seu país de origem, chamado Erling Lorentzen. Em 2009, a empresa foi vendida ao Grupo Votorantim, passando a se chamar “Fibria”. Somente em 2018, foi adquirida pela Suzano S.A, se tornando a maior empresa produtora de celulose do planeta. Atualmente, a empresa denomina as plantações de eucalipto do extremo-norte do Espírito Santo, de “Bloco VI - Silvicultura”.

Nos tempos atuais, a Suzano S.A possui 35.000 empregados, do quais 15.000 são funcionários da empresa e a maioria, 20.000 pessoas, são empregados de empresas terceirizadas. Os produtos produzidos pela empresa chegam ao mercado consumidor de 86 países e aproximadamente 2 bilhões de pessoas em todo mundo. A empresa dispõe de 1.3 milhões de hectares de monocultivos de eucaliptos, produzindo 11 milhões de toneladas de celulose ao ano. A celulose dá origem ao papel, dentre outros produtos.²²

estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais”. Ver: <https://inovacaoedesenvolvimento.es.gov.br/invest-es>.

²² Dados colhidos nas falas dos representantes da empresa na audiência pública para a expansão dos monocultivos de eucalipto no “Bloco VI - Silvicultura” em agosto de 2020.

2.3 A FORMA MONOCULTIVO E O EUCALIPTO COMO ORGANISMO FERAL

No âmbito da constituição das paisagens, independente dos seus donos, os desenhos ontológicos produzidos pela indústria de celulose são majoritariamente similares ao longo de sua história no Sapê do Norte. Nessa perspectiva, houve algumas mudanças tecnológicas no âmbito dos insumos utilizados, bem como, nas variedades de eucalipto plantadas, mas, sem mudar o sentido e a forma das vastas plantações de eucalipto influenciarem nas paisagens da região.

Conforme representantes da empresa, o itinerário relacionado ao estabelecimento dos monocultivos de eucalipto consiste no seguinte processo: a produção de mudas, o plantio, a manutenção e monitoramento das plantações e a colheita da madeira e o seu transporte até a fábrica de celulose.

As mudas da empresa são produzidas em um viveiro localizado em Mucuri, distrito do município baiano de Itabatã. Neste local, são feitas uma média de vinte milhões de mudas anualmente. Diferentemente da época de instalação da empresa no Espírito Santo, quando eram plantadas até 37 variedades, a empresa reduziu a quantidade para duas espécies: *Eucalyptus grandis*, *Eucalyptus urophylla* e seus híbridos, alegando que esses tipos representam melhorias na qualidade da madeira, velocidade e potencialidade de crescimento e maior tolerância à doenças.²³

Em 2015, o Brasil se tornou o primeiro país da América Latina a implementar o cultivo de eucalipto transgênico, processo capitaneado pela Suzano Celulose S.A. A variedade transgênica de eucalipto reduz o ciclo de cultivo e corte da planta em 20%. Porém, as consequências deste tipo de cultivo para a saúde humana e dos ecossistemas são desconhecidas (WRM, 2019).

Conforme o WRM (2019), as empresas vinculadas ao monocultivo de árvores dispõem de uma malha de atores dedicados à pesquisa com o propósito de aumento da produtividade, assim como produzem peças científicas e retóricas para legitimar os cultivos enquanto práticas de reflorestamento. Nesta lógica, ocorreu em Curitiba, no

²³ Ver SUZANO PAPEL e CELULOSE S.A. RIMA - Relatório de Impacto Ambiental. Silvicultura - Bloco VI: Fazendas São Joaquim da Água Preta e Dourada Úna. 2 Tree Consultoria, 2020.

Paraná, o “XXV Congresso Mundial da União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal (IUFRO).

Diferentes movimentos sociais, entre eles organizações não governamentais como a FASE, Amigos da Terra e, especialmente, a World Rainforest Movement, vêm se articulando para denunciar o advento de variedades transgênicas de eucaliptos nos monocultivos da planta, por diversas partes da América Latina, com destaque para diferentes territórios no Brasil. Essas organizações contrárias aos monocultivos de árvores e de árvores transgênicas produziram uma carta pública direcionada principalmente à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), uma das patrocinadoras do XXV Congresso Mundial da IUFRO (WRM, 2019). No documento, afirma-se que o monocultivo de árvores é considerado uma prática de fomento de florestas, todavia desconsiderando todas as consequências negativas imbuídas nesses cultivos, incluindo fundamentalmente a inviabilização de florestas.

Outra organização que se coloca como patrocinadora e incentivadora do evento é a Conselho de Manejo Florestal (FSC):

Fundado em 1993 como resposta às preocupações sobre o desmatamento global, o FSC é um fórum que define o que seria um “bom” manejo florestal. Apresentou-se inicialmente para certificar o manejo industrial de corte de madeira em florestas. Depois incorporou a certificação de plantações empresariais de árvores, com um jargão de que essas plantações seriam ambientalmente adequadas, socialmente benéficas e economicamente viáveis, capazes de promover mudanças positivas para as comunidades locais. É o principal selo verde da atualidade para plantações de monoculturas de árvores. Mas, na verdade, o FSC promove uma lavagem verde muito útil para as empresas de monoculturas de árvores. Com esse selo, as empresas se apresentam como ambiental e socialmente responsáveis, enganando os consumidores. A maquiagem promovida pelo selo verde oculta o fato de que monoculturas em grande escala de eucalipto, certificadas ou não, que substituem a vegetação nativa por plantações estão na raiz dos impactos que destroem comunidades e territórios e conseqüentemente a vida da biodiversidade planetária (WRM, 2019, p. 5).

A engenharia genética molda variedades vegetais específicas com o intuito de potencializar sua maior propensão a ser valorizada enquanto mercadoria amplamente comercializável. Com este propósito, o tipo de cultivo que entrou mais intensamente nos territórios da Ásia e da América do Sul foi o cultivo de eucalipto. O eucalipto foi escolhido, pois produz muita polpa para a indústria de celulose em relação às demais plantas. A

biomassa do eucalipto só tem utilidade quando as plantas são derrubadas, diferentemente das variedades vegetais que dão frutos, forragem, sementes e óleos vegetais. Estes últimos, passíveis de se envolverem em sistemas de cultivo que integram o manejo equilibrado entre os solos, a água, os recursos genéticos das plantas em uma relação de interdependência (SHIVA, 2003).

O manejo subjacente à produção de monocultivos é governado pelo pacote tecnológico da Revolução Verde, em que é substituída a integração dos sistemas de cultivo mais coerentes com as dinâmicas florestais, por um modelo no qual são integrados insumos externos, sementes transgênicas (“Variedades de Alto Rendimento”) e produtos químicos. Deste modo, os paradigmas que governam estas práticas se encontram divorciados das condições de perpetuação a longo prazo da própria produção agrícola, se associando à dependência crescente ao petróleo, entre outros combustíveis fósseis, assim como a irrigação intensiva e acurada (SHIVA, 2003).

As variedades transgênicas chamadas “Variedades de Alto Rendimento” (VAR) só possuem o suposto alto rendimento se cultivadas através de irrigação intensiva e mais comumente se utilizando de insumos químicos como fertilizantes e pesticidas. Distantes dessa estrutura de plantio, elas possuem um rendimento inferior às variedades nativas. Os custos monetários do manejo de monocultivos seja no modelo agropecuário ou no cultivo de árvores são relativos à aquisição crescente de fertilizantes químicos, pesticidas, herbicidas, construção de represas e a infraestrutura de irrigação intensiva (DAL SOGLIO, 2017).

Depois de prontas as mudas em seus viveiros, a indústria da celulose divide o Sapê do Norte em talhões para o plantio. De acordo com um interlocutor que trabalhou em uma empresa que prestava serviços para a indústria de celulose, cada talhão tem sua idade. Os talhões são lotes de plantio de eucalipto em série e recortam as paisagens e o território com formas geométricas sempre retas, eucaliptos enfileirados, em uma organização análoga a qualquer linha de produção industrial e distante das características das florestas típicas do território do Espírito Santo.

As primeiras plantações da indústria de celulose no Sapê do Norte foram feitas pelas próprias pessoas das comunidades do entorno, contratadas pela empresa. Este trabalho envolvia a preparação das mudas, ou o que um interlocutor chamou “encher

saquinho com eucalipto” (de uma maneira jocosa no sentido de demonstrar como isso de certa forma deprecia o potencial do trabalho humano), o plantio e o coroamento²⁴ das mudas depois de plantadas, bem como sua manutenção. Durante este período, não havia proteção contra o sol, nem equipamentos de segurança para o trabalho. A partir de determinada época, estas atividades passaram a ser majoritariamente mecanizadas, diminuindo significativamente a quantidade de postos de trabalho disponíveis.

Com a acentuação da fiscalização sobre as condições de trabalho em meio aos eucaliptos, foi adotada como procedimento pelas empresas, uma tenda para os trabalhadores que fazem o monitoramento e a manutenção dessas plantações. A maioria dos trabalhadores que exercem essas atividades são contratados de empresas terceirizadas, situação da maioria dos empregados relacionados às atividades da Suzano S.A. Durante minha experiência no Sapê do Norte, nunca ouvi que algum quilombola havia sido contratado para além das terceirizadas das empresas, as quais pagam baixos salários em comparação aos trabalhadores diretamente contratados pela Aracruz Celulose S.A, a Fibria S.A ou mesmo a Suzano S.A.

Além do monitoramento das plantações de eucalipto, há também um grande contingente de pessoas trabalhando na polícia privada da empresa. Estas pessoas circulam nos talhões de eucalipto de motos e caminhonetes, armados e fardados. Também existem plantações com monitoramento por câmeras de vídeo, assim como a polícia privada da empresa monitora suas reservas florestais. Estes trabalhadores também fazem parte do grupo de empregados contratados por empresas terceirizadas.

Para a produção dos talhões de eucalipto, a empresa abriu novas estradas, acabando com estradas e trilhas antigas usadas pelos quilombolas. Além do mais, aterrou nascentes, cursos d'águas, córregos e várzeas, de modo que existem plantações de eucalipto quase à beira de córregos e rios.

No decorrer do crescimento das plantações, são aplicados periodicamente herbicidas e pesticidas, com o intuito do extermínio e a coibição do crescimento de plantas espontâneas e de insetos que possam prejudicar o desenvolvimento dos eucaliptos. Existem relatos de quilombolas, que apontam já terem presenciado

²⁴ Técnica da agricultura ligada ao manejo das áreas em torno do caule de uma planta para que ela não fique demasiadamente exposta ao sol ou chuva excessiva ou possa ser sufocada por outras plantas.

pulverização aérea sobre os eucaliptais. Durante as chuvas, estes resíduos entram em contato com os solos e os cursos d'água.

Passados entre cinco e oito anos do plantio, as toras de eucalipto são cortadas e colhidas. Esse processo é feito através do uso de um tipo de colheitadeira chamada *tree harvester*, um trator com um guindaste acoplado, que lembra uma garra com quatro dedos. O veículo em questão corta e arranca as árvores dos solos, empilhando-as em seguida em local que facilite o seu transporte. Esse trabalho é feito tanto durante o dia como à noite. As toras empilhadas podem ficar por dias esperando o transporte pelos caminhões da empresa. Durante esse período, a polícia privada da Suzano S.A fica de prontidão nessas áreas, inclusive com as sirenes de seus veículos ligados. A imagem das áreas após a colheita dos eucaliptos é análoga a um cenário de terra arrasada, solos secos e compactados, quase nenhuma planta e bastante poeira.

De um modo geral os monocultivos de eucalipto do Sapê do Norte, juntamente com a atuação da indústria de celulose e do Estado, conjugam uma forma própria de colonialidade. Um conjunto de desenhos ontológicos coloniais que conformam um só desenho totalizante (TLOSTANOVA, 2017) sobre as paisagens e territórios ou o que Arturo Escobar (2018) chama de desenho de eliminação.

A lógica subjacente às plantações de eucalipto, de acordo com Tsing (2012) é a “escalabilidade”, a reprodução em série de um organismo e/ou artefato em uma escala colossal. A escalabilidade foi concebida no sistema produtivo das “plantations” escravistas durante a colonização do novo mundo. É um aspecto fundante das lógicas de produção industrial, portanto, a escalabilidade e o monocultivo estão na base da formação colonial da modernidade e da realidade contemporânea.

Fanon (1968) concebe a colonização como um processo desencadeado pelos colonizadores no sentido do reordenamento dos territórios por propósitos alheios às comunidades locais, sobretudo se utilizando da violência coercitiva e de tecnologias de controle social. Deste modo, ocorre um processo de essencialização negativa dos colonizados e a subvalorização de suas vidas, somada à assimilação forçada dos códigos dos colonizadores.

Antônio Bispo Santos (2019) pontua algo semelhante: para ele, a colonização se coloca para as comunidades-alvos, como um processo de desterritorialização que

congrega a dissolução de comunidades e a mudança cultural (ontológica) e filosófica forçada em consequência dos ataques sistemáticos às formas coletivas das populações colonizadas compreenderem a si próprias e a realidade vivida. De forma complementar, Mbembe (2020) observa que o deslocamento forçado de populações é inerente à experiência colonial.

O racismo e a colonialidade se associam na produção das instituições da modernidade colonial, em especial na América Latina (QUIJANO, 2005). Deste modo, o Estado e suas ramificações são formulados desde a sua concepção para não reconhecerem a alteridade dos não-modernos, para além do lugar de sujeito colonizado, como servo ou como organismo indesejado descartável. Portanto, a ideia dos “vazios demográficos” é uma síntese do não reconhecimento dos quilombolas, desde sua cor e demais traços fenotípicos até suas formas de desenho ontológico vinculados a sua relação com a paisagem, sua religiosidade e seus sistemas coletivos de uso da terra. É a partir da ideia da negação da existência de quilombos que toda forma de perseguição pode ser dissimulada, se tornando legítima.

Por si só, a árvore de eucalipto é uma planta como qualquer outra, integrada à sua paisagem de origem, em assembleia com outras espécies animais e vegetais na produção de condições de habitabilidade específicas (TSING, 2019). Pode ser usado por comunidades humanas como fonte de madeira de construção ou mesmo ter suas folhas como matéria-prima para o xarope expectorante utilizado no combate à tosse e excesso de catarro no trato respiratório.

Porém, é exatamente através da colonialidade, do racismo e do monocultivo que o eucalipto, um organismo como qualquer outro se torna um instrumento de colonização, isto é, um “organismo feral” (TSING, 2019). Os organismos ferais são aqueles que, através da escalabilidade, são convertidos em seres hostis ao desenho das condições de habitabilidade nas paisagens multiespécie. No caso do eucalipto, cultivado através do uso de agrotóxicos, em grandes plantações, sobre áreas desmatadas, gera escassez hídrica, a degradação da fertilidade dos solos. Para além disso, a planta se torna muito difícil de ser retirada, mesmo cortada e queimada, usualmente rebrotando entre 3 dias (caso chova) e 8 dias, a não ser que sejam retirados os tocos, tarefa hercúlea sem ajuda

de um trator. Em síntese, Escobar (pág. 70, 2018, tradução nossa) caracteriza o que ele chama da “forma monocultivo” (“*plantation form*”):

A forma monocultivo apaga as relações mantidas com e pelos mundos florestais; ao emergir de uma ontologia dualista de dominação humana sobre a natureza, a plantação é um dos meios mais eficazes para realizar a ocupação ontológica dos mundos relacionais locais. Em segundo lugar, as plantações são inconcebíveis da perspectiva relacional dos mundos florestais; dentro desses mundos, as práticas florestais assumem uma forma totalmente diferente dos monocultivos, aquilo que os ecologistas descrevem como agroecologia e agroflorestas.

Ao longo destes dois tópicos foi construída uma análise das formas majoritárias através de como os monocultivos de eucalipto foram usados para desenhar o Sapê do Norte. Nos dois tópicos seguintes, tratarei do subproduto do choque e do atravessamento entre os desenhos ontológicos quilombolas e os desenhos ontológicos coloniais da indústria de celulose.

Quadro 4 - Os desenhos ontológicos coloniais da indústria de celulose e constituição das condições de habitabilidade nas paisagens no Sapê do Norte

Desenhos	Paisagem
Espoliação das terras de uso comum e de habitação dos quilombolas	Desmatamento
	Redução abrupta das terras disponíveis para habitação (moradia, agricultura, caça e pesca)
Controle do Território	Privatização de remanescentes florestais
	Construção de estradas em substituição as trilhas e caminhos entre as comunidades
Monocultivos	Redução da diversidade de seres vivos.
	Monopólio da disponibilidade hídrica
Uso de agrotóxicos (pulverização terrestre e aérea)	Contaminação dos solos e da água

Fonte: elaboração própria

Imagem 35 - Talhões de Eucalipto às margens da estrada entre Angelim 1 e 2 e o distrito de Braço do Rio



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 36 - Talhão de Eucalipto no quilombo de Angelim 1



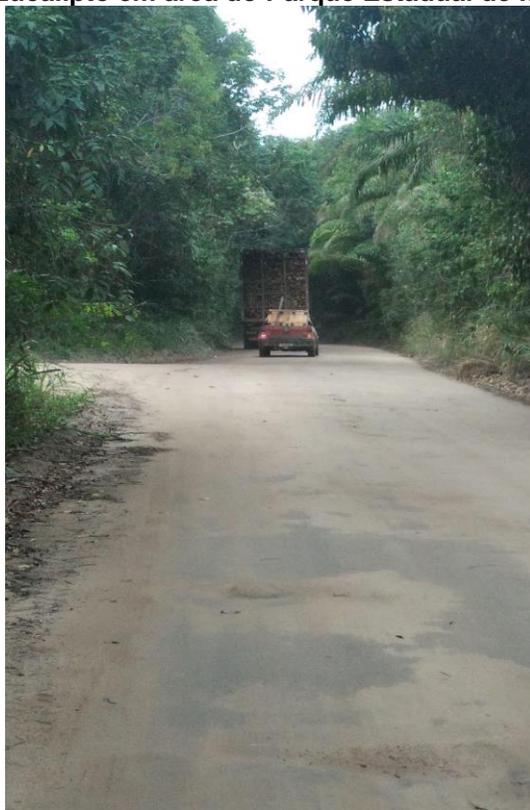
Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 37 - Tenda para o trabalho dos empregados da Suzano S.A em área onde recentemente foram colhidos eucaliptos



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 38 - Transporte de Eucalipto em área do Parque Estadual de Itaúnas



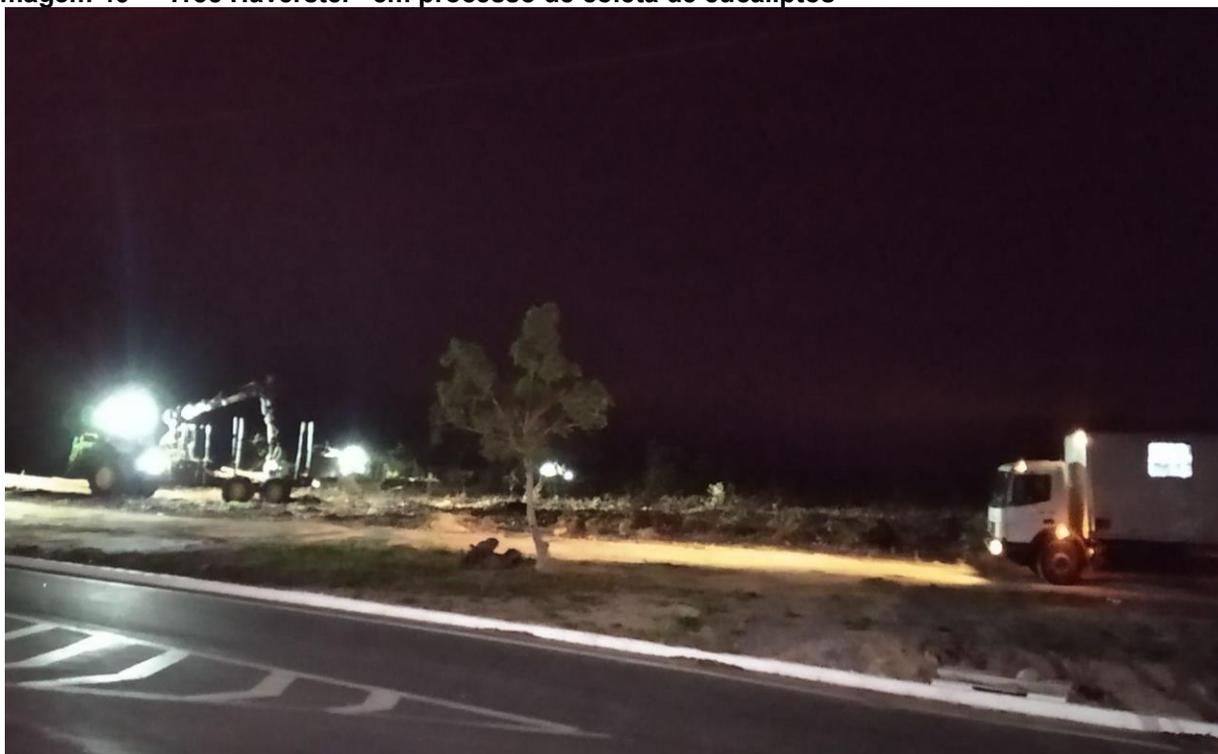
Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 39 - Eucaliptos contíguos ao Sítio Porto das Canoas, em Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 40 - “Tree Haverster” em processo de coleta de eucaliptos



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 41 - Caminhão captando água de um córrego no entorno do Parque Estadual de Itaúnas para irrigação de mudas de eucalipto já plantadas



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 42 - Área em momento posterior a colheita de eucaliptos nas proximidades de Linharinho e São Domingos



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 43 - Área em momento posterior a colheita de eucalipto nas proximidades de Angelim 1 e 2



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 44 - Polícia privada da Suzano S.A



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 45 - Polícia Privada da Suzano S.A



Fonte: Arquivo pessoal

2.4 OS DESDOBRAMENTOS NAS PAISAGENS E NOS QUILOMBOS DOS DESENHOS ONTOLÓGICOS COLONIAIS DA INDÚSTRIA DE CELULOSE

A primeira consequência da colonização do Sapê do Norte pelo monocultivo de eucalipto foi a espoliação das terras de uma quantidade aproximada de 95% de um total de 12.000 famílias que viviam no território. Essa quantidade foi estimada pela Comissão Quilombola do Sapê do Norte, composta de muitas pessoas que vivenciaram a chegada da indústria de celulose na região. Em vista disso, essas famílias foram morar em diferentes lugares, tanto na própria região, quanto em lugares mais distantes, como é o caso da região metropolitana de Vitória. Sr. Getúlio, lembra de uma rua no município de Conceição da Barra, chamada “Pai João”, que foi povoada por gente vinda no Sapê do Norte na época do espólio das terras.

De outro modo, as famílias que conseguiram permanecer tiveram que conviver com os desdobramentos na paisagem da colonização exercida pelos eucaliptais. Entre essas consequências se encontram: a substituição por plantações de eucalipto de áreas

de floresta, de agricultura, de religiosidade, trilhas e caminhos, locais de moradia e do entorno das moradias, isto é, de quase todo o conjunto de áreas comuns inerentes aos desenhos ontológicos dos quilombos. De maneira associada a essas transformações, encontram-se a degradação da fertilidade dos solos e a sua contaminação, assim como a degeneração das condições de disponibilidade hídrica. Todos processos com efeitos diretos nos desenhos ontológicos das comunidades da região.

A redução das áreas florestais do Sapê do Norte ocorre de duas formas, uma através do desmatamento e outra através do reflorestamento privado e/ou da produção de reservas florestais puramente contemplativas. Esta última forma se relaciona ao fato de permanecerem alguns remanescentes florestais, mas as comunidades são proibidas de caçar, pescar, extrair madeira e fibras vegetais, tanto através da vigilância privada das empresas, quanto pela ação de guardas florestais vinculados às unidades de conservação da região, em especial do Parque Estadual de Itaúnas. Em poucas palavras, Sr. Getúlio descreve o tipo de abundância no Sapê do Norte, antes da colonização pela indústria de celulose: “Esse rio era lindo, tinha peixe, ninguém comprava nada, tudo era tirado do rio e da própria terra. A terra nossa aqui, esse “meinho” aqui, era muita caça, muitas coisas, mas hoje não tem mais nada” (Sr. Getúlio, dia 16/08/2021).

Conseqüentemente, as famílias deixaram de praticar a pesca e a caça como desenhos fundamentais para a sua reprodução e o manejo das paisagens, seja pela escassez ou pela proibição. De maneira associada, os quilombolas também foram alijados da possibilidade de extrair madeira para construção, confecção de ferramentas de diferentes tipos e de artesanato.

Na minha interpretação, a partir da interlocução com diferentes personalidades da região, entendo os quilombos do Sapê do Norte como tendo desde a sua concepção uma ligação da mesma intensidade com a caça, a pesca e a agricultura. Diante disto, a redução das possibilidades de pesca e caça foi um grande golpe nas ontologias dos quilombos.

Esta lacuna poderia ser suprida pela agricultura, porém os monocultivos de eucalipto também incidiram negativamente nas condições de desenho de uma agricultura típica ao Sapê do Norte. Isto se deu de duas formas: uma ligada à redução de áreas para

a feitura de lavouras e sistemas agroflorestais, e a outra com a decadência da fertilidade dos solos.

A agricultura do Sapê do Norte era fortemente dependente de um rodízio de terras. Em outras palavras, enquanto algumas culturas eram cultivadas por determinados períodos de tempo, outras terras estavam em descanso. Com o espólio das terras pela indústria de celulose e fazendeiros, diminuíram fundamentalmente as possibilidades de se deixar o solo se regenerar. Concomitantemente, de acordo com diferentes interlocutores, diminuiu-se a produtividade da terra. Por outro lado, a ausência de florestas fez com que o solo também perdesse seu alimento, que era a diversidade de matéria orgânica depositada tanto naturalmente, quanto nas queimadas controladas feitas pelos quilombolas na abertura de áreas para a agricultura.

Comparando as condições pretéritas aos monocultivos de eucalipto com as circunstâncias atuais, Sr. Getúlio pondera que:

[...] hoje a gente para plantar e para colher é difícil, tem que ter água boa, tem que ter adubo, tem que ter um bocado de coisa e não colhe igual a gente colhia. Quando a gente não botava nada, nós não colocávamos adubo, não colocávamos água e a gente colhia. Hoje se você plantar um saco de feijão, não colhe nada. Hoje plantei 20 kg de feijão na esperança de colher, ao menos, os mesmos vinte quilos (Sr. Getúlio, dia 16/08/2021).

Esta situação se torna evidente ao lermos o relatório antropológico dos quilombos de Angelim 1, 2, 3 e Disa, realizado entre 2012 e 2013. Neste documento, os pesquisadores notaram que da totalidade das famílias visitadas, somando-se os quatro quilombos, apenas três núcleos familiares conseguiam produzir uma agricultura diversificada, com produtos de autoconsumo, para comercialização e se utilizando do emprego da mão de obra da própria família. De outro modo, o restante das famílias comprava, com demasiada dificuldade, os gêneros alimentícios, bem como precisavam participar de programas de assistência social e ocupar postos de trabalho em empregos temporários, precários e de baixa remuneração (ARAÚJO *et al.*, 2013).

Os solos não são imutáveis, têm sua qualidade ligada ao clima, aos elementos bióticos e abióticos presentes nos territórios. Portanto, os solos existem enquanto um elemento fundamental para o desenvolvimento das plantas, juntamente com a água, o sol e as substâncias presentes em sua composição. (PRIMAVESI, 1982). No caso dos

solos típicos de lugares florestados, a mata produz de matéria orgânica em dezoito anos, aquilo que as florestas temperadas produzem em cem anos. Ademais, a diversidade vegetal coaduna com a diversidade de micróbios e insetos dentro do solo, que se alimentam dos resíduos vegetais ao mesmo tempo em que também servem de alimento (PRIMAVESI, 2009a).

De um modo geral, estes tipos de solo se atrelam a ambientes de grande diversidade da vida. Portanto, quando esta abundância é desequilibrada, o solo fica fraco nutricionalmente. Por consequência, as plantas ficam sujeitas ao ataque de parasitas. Conforme Ana Primavesi (2009a), as plantas são fruto das possibilidades ofertadas pelo solo e pelo clima; já os solos, são consequência do que as plantas (ou a sua ausência) e o clima fizeram delas. Por esse motivo, os seres humanos são amplamente interconectados com a saúde dos solos e das plantas.

Cabe destacar que nos solos tropicais, a maior parte do volume de matéria orgânica que o alimenta está disponível em sua superfície, ao contrário do que acontece nos solos temperados. Sendo assim, para sua nutrição, é uma terra que depende de largo volume de matéria depositada recorrentemente sobre si mesma devido ao seu alto ritmo de decomposição, (RUSCHI, 1978). Caso isso não ocorra, em situações de desmatamento da cobertura florestal, a terra se torna impermeável e quente, como acontece no Sapê do Norte atualmente, majoritariamente desflorestado e/ou tomado por extensos eucaliptais.

A degradação das condições de fertilidade dos solos no Sapê do Norte é analisada pela família de João Batista, especialmente por seus pais, como uma espécie de depressão da terra, considerando o fato de que, logo depois do desmatamento abrupto, através dos tratores e correntões, nenhum plantio vingava ou somente retornava em uma colheita muito carente, por um longo período de tempo. Esta depressão da terra também motivou famílias a deixarem a região, mesmo que tenham conseguido resistir à coerção dos encarregados de os expulsarem das terras anteriormente.

De forma integrada, o desmatamento e sua substituição por monocultivos de eucalipto também agrediram fundamentalmente as capacidades das paisagens do Sapê do Norte absorverem, guardarem e reproduzirem água. De um lado, por conta da retirada

da cobertura florestal, de outro por consequência das características específicas do eucalipto, plantados na escala de monocultivos.

A disponibilidade de água está ligada às características do clima, os tipos de solo, da vegetação e sobretudo da cobertura do solo em determinada paisagem. Por isso, existem lugares com maiores ou menores regimes de chuvas, assim como diferentes capacidades de retenção e armazenamento de água nos solos (VANZELA *et al.*, 2010). A pluviosidade está intimamente atrelada à existência de florestas, como é o caso das florestas tropicais transversalmente chuvosas. Por consequência, o desflorestamento, quando ocorre em grande escala, traz consigo a transformação nos ciclos das chuvas (RUSCHI, 1969).

No caso do Sapê do Norte, passa a ocorrer sistematicamente um fenômeno conceituado como “chuva por talhão”. Diferentemente de uma chuva que abrange paisagens e territórios próximos, a chuva cai somente sobre determinadas áreas. Uma espécie de confusão climática e falta de regularidade das chuvas, diferente dos tempos anteriores à chegada dos monocultivos de eucalipto. Sobre este processo, João observa que:

[...] hoje chove por talhão, aos pedaços, a chuva cai aqui e não molha ali, o desequilíbrio. Então antes, sabe por que que a galera colhia muito feijão? Porque chovia toda noite, mãe falava que serenava, mesmo que fosse uma chuva fina, mas, chovia [...] (João Batista, 16/08/2021).

Por outro lado, a cobertura vegetal condiciona o impacto físico da chuva no solo, sua possível desagregação e erosão, caso o solo esteja descoberto. Dessa maneira, um solo coberto possibilita um menor impacto e um maior armazenamento de água nas sub-bacias que se conectam às bacias hidrográficas e a todos os cursos d'água (VANZELA *et al.*, 2010).

No caso do solo tropical, interligado às paisagens tropicais, o profundo enraizamento do solo faz com que este disponibilize sempre água fresca. Ademais, em condições equilibradas, a temperatura desses solos não ultrapassa 25°C, consequentemente nunca secando (PRIMAVESI, 2016).

Por outro ângulo, o eucalipto, plantado indiscriminadamente em várzeas e nascentes, requer quase 1000 mm a mais de chuva que a média anual de pluviosidade de Conceição da Barra e São Mateus. A planta captura essa quantidade de água dos

lençóis freáticos no subsolo, diminuindo a disponibilidade hídrica na localidade (RUSCHI, 1969; 1978; MEDEIROS, 1995).

Como consequência, falta água no Sapê do Norte, de modo que é necessário fazer poços artesianos cada vez mais profundos para se ter acesso à água. Algo possível apenas contratando-se alguém que detenha o maquinário necessário para isso, o que é um serviço de custo elevado. De maneira associada, secaram lagoas, várzeas, e rios e riachos tiveram seus volumes amplamente diminuídos, fato que coaduna com a queda abrupta da diversidade de peixes encontrados.

Em um evento extremo entre 2015 e 2017, a saber um período relativamente longo de estiagem, diversos núcleos familiares da região ficaram literalmente sem água. Nessa época, essas famílias dependiam diretamente de caminhões-pipa fornecidos pelo governo do Espírito Santo. Todavia, essa oferta não foi suficiente para suprir minimamente a demanda de água das comunidades.

Conforme diferentes moradores da região, é nítida a contaminação dos cursos d'água restantes e dos solos com resíduos de agrotóxicos vindos das plantações de eucalipto, isso é notório quando chove e esse líquido escorre. Pessoas do quilombo de Angelim 1 relatam que, em meados de 1995, houve uma grande descarga de resíduos no Rio Angelim, oriundos das linhas de produção da Disa²⁵, usina de destilação de cana-de-açúcar que existiu até 2018 no entorno dos quilombos de São Domingos e de diferentes quilombos que margeiam o Rio Angelim. Esse processo causou a morte de muitos peixes e a degradação da qualidade da água do rio.

A redução das terras e das florestas, bem como das possibilidades de vida a partir da terra, desencadeou um processo de marginalização dos quilombolas dentro do próprio território. Por um lado, as famílias remanescentes ficaram mais sujeitas ao trabalho extenuante de baixa remuneração, enquanto diaristas para fazendeiros, comerciantes da Vila de Itaúnas e para a própria indústria de celulose.

Por outro lado, emergiu um novo tipo de trabalho vinculado à coleta do facho, restos de eucalipto, sobretudo galhos que permaneciam na área onde havia ocorrido colheita das árvores de eucalipto pela empresa. A coleta do facho servia para abastecer

²⁵ A Disa era uma empresa de posse da família Donatti, de grande influência política na região relacionada à chegada da indústria madeireira, do cultivo de cana-de-açúcar e eucalipto na escala do monocultivo.

carvoarias e era feito em um regime de trabalho análogo à escravidão, sem equipamentos e com baixíssima remuneração.

A Aracruz Celulose S.A, em meados dos anos 1990, contratava uma firma para a colheita dos resíduos do eucalipto e a transformação em carvão. Na época, a empresa pagava 2 reais por metro cúbico de carvão recolhido pelos trabalhadores e vendia a mesma quantidade pelo preço de 30 reais à empresa de celulose. Trabalho exploratório, semiescravo, de crianças, adultos e idosos.^{26,27}

A coleta do facho atraiu grande parte dos moradores do entorno das plantações de eucalipto, abrangendo um grande contingente de trabalhadores. Esse fato despertou a atenção da empresa do ramo de celulose, que passou a se preocupar com o trânsito de muitas pessoas em áreas que estavam em posse da empresa. Sendo assim, ela resolveu proibir a prática.

Após reiterados protestos²⁸ e ações diretas, que resultaram na prisão temporária de dezenas de quilombolas, a empresa passou a permitir somente a coleta do facho por associações constituídas em cada comunidade e posteriormente mudou elementos da tecnologia da colheita dos eucaliptos, passando a deixar poucos resíduos. A prática permanece até os dias atuais. No entanto, em um nível significativamente menor que em seu auge durante os anos 1990 e 2000.

As plantações de eucalipto também trouxeram para o Sapê do Norte o isolamento de comunidades quilombolas que recorrentemente se encontravam para mutirões e festas, através de trilhas e caminhos seculares. Desde a chegada dos eucaliptais, as pessoas têm medo de se perderem entre os talhões. Para mais, as atividades da empresa do ramo de celulose aumentaram o trânsito de caminhões transportando madeira nas estradas das comunidades, gerando perigo aos quilombolas que se deslocam em carros menores ou bicicletas.

²⁶ Ver documentário: DESERTO VERDE, Movimento Alerta Contra. Cruzando o Deserto Verde: um filme-denúncia. 2002. <https://www.youtube.com/watch?v=U3yeeep1BNRw>.

²⁷ No clássico livro *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil* dos Prof^{os} Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, cita-se como exemplo de trabalho análogo à escravidão aquele realizado na coleta do facho e produção de carvão na região que compreende o Sapê do Norte no Espírito Santo.

²⁸ Houve seguidas ocupações, bem como a queima de *tree haversters* pelos insurgentes. Não somente quilombolas, mas ativistas de organizações não governamentais e movimentos sociais.

Quando estive no 5º Encontro das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo, uma das lideranças relatou que um representante da Suzano havia dito que as comunidades do Sapê do Norte eram desunidas. Em contrapartida, essa mesma liderança afirmou que elas não eram desunidas, mas separadas pelos talhões de eucaliptos.

A partir do relato de Sr. Getúlio, é possível entender pelo menos uma parte significativa das dificuldades relacionadas ao trânsito pelo Sapê do Norte, desde a chegadas dos eucaliptais da indústria de celulose:

Então, hoje se você sair para ir a pé para a Barra pela estrada antiga, que eu nem sei mais por onde passa, você morre de sede, porque você não vai achar mais água, e se achar água também é de um pântano que não tem como você nem entrar lá dentro para pegar água, água suja (Sr. Getúlio, dia 16/08/2021).

Sob outra perspectiva, João Batista interpreta as consequências da colonialidade do monocultivo de eucalipto na mentalidade dos quilombolas, dividindo-as entre o adoecimento e a assimilação da “mentalidade dos fazendeiros” nos quilombos. Nessa análise, o adoecimento se manifesta na infelicidade advinda da degradação das condições de vida nos quilombos, somados a relatos de mortes por derrame²⁹ de senhoras das comunidades da região.

Em alguns casos extremos, jovens e adultos em sua maioria do sexo masculino, “ficaram perdidos”. Isto é, desenvolveram problemas com álcool e crack, cometendo pequenos furtos, se envolvendo com o tráfico em pequena escala de substâncias psicoativas ilícitas e vivendo uma vida propícia a conflitos violentos.

Na leitura de João, a crescente assimilação nos quilombos da “mentalidade do fazendeiro” também é uma forma de adoecimento. Em outras palavras, o crescimento do individualismo e do egoísmo, a dificuldade de desenvolvimento de trabalhos, projetos e do compartilhamento coletivo de terras, a busca por uma agricultura voltada somente ao mercado de commodities, à revelia da desvalorização de elementos ou atributos de uma agricultura tradicional aos quilombos, a perda da ligação com a paisagem com o rio e a floresta.

²⁹ Acidente Vascular Cerebral ou Derrame Cerebral.

Isso se manifesta, na leitura do interlocutor desta pesquisa, principalmente no foco obsessivo que algumas pessoas das comunidades têm no monocultivo de pimenta-do-reino. Uma cultura cultivada sob as bases da revolução verde e de insumos externos, com o objetivo exclusivo de comercialização. A mentalidade do fazendeiro se apresenta como um desdobramento daquilo que Shiva (2003) caracterizou como “monoculturas da mente”. Dito de outro modo, seria a forma como os monocultivos, o pacote tecnológico da modernização da agricultura e a comoditização das paisagens e da agricultura difundem valores, filosofias e cosmologias, também vinculados à própria expansão da sociedade de mercado.

Para o plantio de pimenta-do-reino, são necessários irrigação, adubo para carga, adubo para correção e preparo do solo. No período posterior à aração, tira-se a amostragem e corrige-se o solo com insumos externos: cálcio, fósforo e nitrogênio. Conforme João Batista, quando a pimenta-do-reino floresce, aplica-se o adubo de carga, todavia esse modelo de adubação somado ao sistema de irrigação é caro e gera a degradação dos solos e da paisagem. É comum os vendedores de lojas agropecuárias assediarem os quilombolas, buscando convencê-los a utilizarem fertilizantes, pesticidas, entre outros insumos. Para isso, vão diretamente à casa dos quilombolas para ofertarem os produtos ou se utilizam de aplicativos de mensagens instantâneas pelos smartphones.

A cultura do plantio de pimenta-do-reino atravessa quase todo o extremo-norte do Espírito Santo, tendo surgido com o aumento do seu preço para comercialização em diferentes períodos de tempo. Entretanto, o preço do produto oscila usualmente. A pimenta-do-reino é usada como componente para a produção de pólvora.

2.5 ATIVISMO QUILOMBOLA, GESTÃO EMPRESARIAL DOS CONFLITOS ONTOLÓGICOS PELA INDÚSTRIA DE CELULOSE E SEUS DESDOBRAMENTOS

Em compensação, ao longo dos anos posteriores à invasão do Sapê do Norte pela indústria de celulose, foi encampado um processo crescente de sofisticação das formas de associação e de mobilização dos quilombolas. Através da ligação com movimentos sociais vinculados aos sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos sociais ligados à

reforma agrária, e por meio do acesso à formação política com pastorais e a Igreja Católica.

De maneira associada, as comunidades quilombolas do Sapê do Norte também começaram a se articular em torno de pautas próprias a uma causa étnica e racial, formulando uma variedade local de um movimento social negro e de povos e comunidades tradicionais. Este processo retomou e afirmou a ancestralidade quilombola do lugar, nos relatos e nas memórias do Sapê do Norte, para além da concepção de agricultor, trabalhador rural ou camponês (SILVA, 2012).

Em meados dos anos 2000, iniciou-se a articulação dos quilombolas do Sapê do Norte para a titulação das terras de algumas comunidades, entre elas São Domingos, Linharinho e Angelim 1. Isto ocorreu de maneira vinculada à vitória nas eleições para a presidência da república de um governo ligado aos movimentos sociais, de algum modo aberto às demandas do movimento negro, dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais.

A articulação em vista da titulação das terras de quilombo no Sapê do Norte significou a busca pela materialização dos direitos territoriais a “comunidades remanescentes de quilombos” contidos na constituição brasileira de 1988. Esse processo envolveu a formação de alianças entre comunidades, pesquisadores e organizações não governamentais, em especial a FASE/ ES.

A FASE/ ES atua no extremo-norte do Espírito Santo desde meados da segunda metade do século XX, sob os preceitos de estímulo à “educação popular de base” no sentido da formação política de trabalhadores rurais e camponeses. Nesse período, a organização atuou com os trabalhadores das carvoarias. Somente na passagem para os anos 2000, a organização passou atuar junto aos quilombolas tendo contribuído ao mesmo tempo para a formação política deles, nas “escolinhas quilombolas” e para a produção de denúncias sobre as consequências do monocultivo de eucalipto para o Sapê do Norte e também para os indígenas do município de Aracruz.

A organização atua subsidiada por recursos provenientes de organizações internacionais interessadas, sobretudo, no ativismo pela Justiça Ambiental. Através da FASE/ES, ativistas de diferentes partes do planeta tiveram contato com a situação do

Sapê do Norte. Essa atuação gerou uma série de livros, livretos, panfletos, reportagens, artigos, tal como, alguns filmes documentários³⁰.

Para além desta organização, o processo de busca pela titulação envolveu a aliança com pesquisadores e servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Tais sujeitos produziram largos estudos sobre a história e a territorialidade de dezenas de núcleos familiares de alguns dos quilombos do Sapê do Norte. Esse processo deu origem a alguns Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID). No entanto, não houve a titulação das terras de quilombo dessas comunidades.

Mesmo assim, a busca pela titulação de terras, as seguidas denúncias produzidas por ativistas e pesquisadores em relação à situação da relação entre Indústria de Celulose e quilombolas no Sapê do Norte, e os protestos ligados à proibição da coleta do facho causaram mudanças na postura da Indústria de Celulose. Esta passou a negociar com as comunidades, bem como criou setores dentro da empresa responsáveis pela lida com as comunidades do entorno dos monocultivos de eucalipto.

Uma das alianças feitas pela empresa, no sentido de coibir o êxito das reivindicações dos quilombolas, foi junto a fazendeiros do Movimento Paz no Campo. Para isso, tal movimento usualmente ameaçava as famílias dos quilombos, além de buscar a desconstrução da argumentação dos sujeitos dos processos de titulação, através de palestras e entrevistas. De outro modo, junto à empresa do ramo de celulose, esse movimento dispunha de amplo espaço na mídia do Espírito Santo. Em relação à atuação da indústria de celulose, junto ao Movimento Paz no Campo, o principal interlocutor desta pesquisa aponta que:

A Aracruz (Celulose S.A) criou um movimento “Paz no Campo” liderado por um falso magistrado Eliezer Nardoto “desmistificando” o Sapê do Norte: olha o nome Sapê do Norte, quer dizer que não tinha mata era só sapê. Utilizando a ciência, pegou a ciência e jogou contra a história, isso é mentira o que ele falou. Tinha sapê também, mas, tinha muita mata. Quer que eu fale os nomes das matas? Por isso que eu quero rodar com meu pai para saber o nome das matas, para saber onde elas estavam. Por isso vou ficar brigando por essas matas sagradas, por essas águas sagradas e por esse território até o dia da minha morte. Isso é uma dívida que eles têm com o território aqui. Cadê o saíru? Cadê a traíra? Cadê

³⁰Entre esses documentários destaco: DESERTO VERDE, Movimento Alerta Contra. Cruzando o Deserto Verde: um filme-denúncia. 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U3yeeep1BNRw>; Rodeado de Inimigos. Erling Borgen (Documentário 46.03 min). Boergen Production A.S, 2008. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E3qNpC3_mSE.

o morobá? Cadê o jundiá? Cadê o judeu? Cadê o curumatã? Cadê a piaba do sertão? Cadê a cará ferreira? Cadê o muçum? Cadê o piau? Cadê a piabanha? Cadê a cará amazona? Cadê a cará tilápia? Quem destruiu o Sapê do Norte? Foi o eucalipto [...] (João Batista, dia 16/08/2021).

As empresas do ramo de celulose além de constantemente comprarem espaço para publicidade nos jornais capixabas, também dispunham de uma diversidade de matérias e artigos jornalísticos que propagandeavam as ações da empresa. Constantemente, essas empresas de jornalismo tomam partido da indústria de celulose na disputa pelas titulações das terras de quilombo.

Silva (2019, p. 181 e 182), ao estudar a cobertura sobre os conflitos entre quilombolas e a indústria de celulose no extremo-norte do Espírito Santo pelo jornal “A Gazeta”, um daqueles de maior circulação no estado, chegou à seguinte conclusão:

Conforme o que evidenciamos ao longo deste trabalho, o jornal A Gazeta, ao privilegiar e referendar os enquadramentos propostos por fazendeiros e multinacionais do agronegócio, reforça todo tipo de ideologia por eles representado, colaborando, neste caso, com a perseguição e com a violência simbólica produzidas em desabono aos povos quilombolas capixabas. Além do forte componente de racismo estrutural presente no processo de modo geral, os enquadramentos identificados demonstraram que a ideologia capitalista reforça e retroalimenta a ideologia racista, potencializando a perseguição àqueles que ameaçam os grupos hegemônicos que desde a escravização mantém a mesma estratégia de dominação econômica, social e cognitiva no Brasil.

Já Gomes (2020, p. 88), ao analisar a cobertura da mesma questão pelo jornal “A tribuna”, também um dos mais consumidos pelos capixabas, produziu as seguintes considerações finais:

[...] os resultados mostram que há nas coberturas de A Tribuna uma tentativa de silenciamento das vozes quilombolas e de apagamento de suas trajetórias, dada a quantidade de vezes que estes são invisibilizados no debate sobre a ocupação da terra na Região Norte do Espírito Santo, tema diretamente relacionado à existência desses povos.

Em ambos os casos, é evidente que os jornais materializaram uma imagem sobre a disputa por terras no Sapê do Norte de uma maneira convergente com os interesses da empresa do ramo de celulose e dos fazendeiros da região. Isto gera o efeito de descredenciar, perante os leitores desses jornais, a perspectiva e as justificativas dos

quilombolas e seus aliados na busca pela titulação de suas terras, atualmente em posse de fazendeiros e da indústria de celulose.

Outra ação empreendida pela Aracruz Celulose S.A, foi o “Programa de Fomento Florestal” iniciado no começo dos anos 1990, com vistas a acentuar a socialização dos custos ambientais e políticos do monocultivo de eucalipto, tendo em vista as crescentes denúncias sobre as consequências negativas das grandes plantações de eucalipto nas esferas públicas nacionais e internacionais. Também objetivavam reduzir custos da ampliação da produção de eucaliptos, pois a prática isentava as empresas da compra de novas terras (AQUINO, 2013).

As famílias do Sapê do Norte que aderiram ao programa, mesmo após a interrupção da plantação, têm de lidar com a rebrota constante do eucalipto. Em contrapartida, algumas famílias também acabaram se utilizando do eucalipto plantado para a produção de carvão em fornos grandes, feitos de barro.

Na última década, a Fibria e posteriormente a Suzano estruturam setores dentro da própria empresa, responsáveis por estabelecer diálogos com algumas das comunidades quilombolas do Sapê do Norte. A empresa oferece a elas recursos para a realização de eventos, para a construção de alguma infraestrutura, assim como, para aquisição de insumos e equipamentos agrícolas.

Nesta lógica, foi implementado um projeto chamado Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT), voltado supostamente ao incremento da agricultura nas comunidades do entorno. De acordo com um dos coordenadores do projeto, ele abrange 103 comunidades, englobando Bahia, norte do Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso e Maranhão. Na região onde se encontra o Sapê do Norte, o PDRT funciona através do Centro de Operação de Conceição da Barra se articulando com alguns núcleos familiares das comunidades, dispostos a serem acompanhados por técnicos da empresa.

O PDRT, chegou nas comunidades através de interlocuções com as associações. Conforme o relato de um dos participantes desta pesquisa, os coordenadores do programa têm uma postura em que aparentam, juntamente a algumas lideranças das associações, serem donos das comunidades.

Segundo a narrativa dos funcionários alocados na “Diretoria de Sustentabilidade” da empresa dona das monoculturas de eucalipto, o PDRT surgiu em 2009, para “tirar as famílias do carvão”. Entretanto, tal perspectiva omite propositalmente o passado da intensa proatividade da indústria de celulose na degradação da diversidade de vida e das condições de abundância do Sapê do Norte. Portanto, a afirmação: “tirar as famílias do carvão” se atrela a elaborações discursivas tipicamente racistas ao responsabilizar as populações negras pelas próprias condições precárias em que as relações coloniais as colocaram. Como se a coleta do facho e a produção de carvão se dessem sob circunstâncias livres, dissociadas das consequências criadas pela indústria de celulose em relação à sobrevivência das comunidades negras rurais do extremo-norte capixaba.

Originalmente, segundo relato dos funcionários responsáveis, o PDRT se tratava da compra de insumos para a produção de uma agricultura de autoconsumo por algumas famílias do Sapê do Norte. Em tempos mais recentes, a empresa passou a se apropriar da agroecologia e do termo “transição agroecológica” como elemento retórico de suas práticas no desenvolvimento do programa.

Desse modo, a Suzano contratou técnicos e consultores(as) ligados de alguma maneira à agroecologia. Segundo relatos da equipe técnica, no PDRT haveria a liberdade das famílias abrangidas na elaboração conjunta de um “PTA (Plano de Transição Agroecológica)”, em que a empresa forneceria os insumos e auxiliaria tecnicamente no processo.

Em um encontro da Rede Alerta Contra o Deserto Verde (articulação entre ONGs, movimentos sociais, ligados à contestação dos monocultivos de eucalipto), ouvi que o fomento a atividades tidas como ambientalmente sustentáveis seriam um pré-requisito ao acesso ao mercado internacional de commodities e a perpetuação das grandes extensões de eucalipto no território. Além disso, a apropriação feita de paradigmas ligados à agroecologia na operacionalização dos PDRTs é emblemática, pois representa o desdobramento mais recente da distorção por corporações poluidoras de aprofundamentos significativos ao entendimento de aspectos críticos da relação entre as populações humanas e o ambiente, protagonizado por movimentos ambientalistas, da mesma forma que ocorreu com categorias como “sustentabilidade” e outras vezes “educação ambiental”. Nessa linha, a agroecologia serve como uma suposta “solução

técnica” para a problemática ambiental, dissociada do problema real que é a colonização dos territórios no sentido do acúmulo privado ao infinito, representado no Sapê do Norte pelo monocultivo de eucalipto, uma única variedade exótica que substituiu toda diversidade de vida no território em questão.

Conforme Val e Rosset (2022), esta forma de apropriação da agroecologia deve ser entendida como uma “agroecologia neoliberal”, uma forma falsa que gera outras formas também falsas do paradigma, ou aquilo que os autores chamam de “agroecologias para inglês ver”. Projetos desse tipo congregam a incorporação de aspectos do paradigma agroecológico ao modelo industrial, de caráter público-privado e operados com grande disponibilidade de capital proveniente de corporações extrativistas. Tais iniciativas servem também como *green washing*, quer dizer, como meio de construção de uma imagem de empresa ambientalmente e socialmente responsáveis para os seus proponentes e financiadores.

Estas práticas, da perspectiva da indústria de celulose e compartilhadas por outras corporações extrativistas, têm o caráter da construção da estabilidade política do entorno dos empreendimentos. Isto no sentido da redução dos prejuízos financeiros oriundos de insurgências e protestos que possam interromper a produção (ACSELRAD, 2018).

A gestão corporativa dos conflitos ocorre orientada pelos estudos de gestão empresarial sobre os mecanismos de intervenção no ambiente externo as empresas, a “gestão do social” e das “estratégias de não mercado”. Por outro lado, também se atrela a uma espécie de substituição do papel do estado pelas empresas, legitimando sua presença nos territórios (ACSELRAD, 2018).

Desse modo, mudanças na lida das empresas com as comunidades representam apenas uma alteração nas estratégias, com o intuito de dissociar as práticas de uma violência mais aparente, transformando-as em algo mais implícito, visando à inibição da eficiência da crítica (BOLTANSKI, 2013). Isto, sem a empresa perder o propósito fundamental que é a permanência no território e nas paisagens do Sapê do Norte, como meio de produção de acumulação de riqueza através da colonialidade do monocultivo de eucalipto.

Tal processo se associa à ausência de políticas públicas que contribuam com a permanência e a reprodução dos quilombos do Sapê do Norte. Desse modo, os

quilombolas não têm acesso à extensão rural e assessoria técnica, bem como não dispõem de fomento para a agricultura ou para outras atividades produtivas com potenciais de geração de riqueza para as famílias do território, a exemplo do turismo de base comunitária.

Uma das únicas fontes de recursos públicos disponíveis de certa forma nos quilombos são os editais anuais da Secretaria Estadual de Cultura do Governo do Estado do Espírito Santo (SECULT). Caso hajam projetos selecionados nesses editais, os quilombolas têm acesso a algum recurso para a realização de “projetos culturais”, sobretudo, focados na promoção e divulgação de algumas práticas tradicionais aos quilombos, a exemplo da religiosidade, de expressões artísticas, da culinária, como já ocorreu em relação à fazedura de dendê e da farinha.

Paralelamente, a indústria de celulose possui interlocução com políticos locais, em nível municipal, assim como com aqueles mais influentes no âmbito do governo federal. Certa feita, uma liderança política da região contou-me sobre uma audiência pública para a expansão do monocultivo de eucalipto nos municípios, convocada pela presidente da câmara municipal de Conceição da Barra, há aproximadamente 5 anos, como exemplo de influência política da indústria de celulose. Durante a audiência, os moradores só poderiam fazer perguntas por escrito, fato que inibiu totalmente quase qualquer tipo de contestação por parte dos quilombolas.

Em 2018, os donos da Suzano S.A financiaram, a campanha para deputada federal de Carla Zambelli, que foi, entre 2020 e 2021, presidente da Comissão de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Ademais, os empresários também financiaram a organização “Endireita Brasil”, fundado em 2006 pelo ex-ministro do meio-ambiente Ricardo Salles, com o propósito da difusão de “pautas liberais” que, no âmbito da problemática das relações sociedade-natureza, significam o afrouxamento de leis e regulamentos que orientam como o Estado fiscaliza possíveis impactos aos ecossistemas, provenientes de atividades extrativistas e industriais.³¹

³¹ Ver a reportagem: “Suzano é elo entre Carla Zambelli e Ricardo Salles, as faces brasileiras da implosão ambiental” do site de jornalismo investigativo “De olho nos ruralistas”. <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/03/10/suzano-e-elo-entre-carla-zambelli-e-ricardo-salles-as-faces-brasileiras-da-implosao-ambiental/>

De outra forma, através de alianças com organizações não governamentais, alguns dos quilombolas do Sapê do Norte também puderam participar de projetos, recebendo algum recurso ou benfeitorias em seus núcleos familiares ou da própria comunidade. Entre esses projetos, houve alguns trabalhos junto à FASE/ ES e à APTA (Associação de Programas em Tecnologias Alternativas), uma organização vinculada ao desenvolvimento de projetos de cunho agroecológico.

A APTA atuou com sede em um terreno da Universidade Federal do Espírito Santo no município de São Mateus, captando verbas, sobretudo de organizações internacionais interessadas no fomento à justiça ambiental e agroecologia no Brasil. Com este propósito, a ONG atuou junto a alguns quilombolas do Sapê do Norte, entre os quais havia pessoas da comunidade de Linharinho, no fomento a sistemas agroflorestais. A partir de determinado momento, a APTA não conseguiu acessar novos editais e se encontra paralisada, desde a passagem de 2017 a 2018, aproximadamente. Entre os interlocutores(as) do Sapê do Norte que eu pude conhecer durante esta pesquisa não há nenhuma continuidade, mas, no máximo, alguns resquícios das atividades dessa organização.

Um outro componente que exerceu, e ainda exerce, um papel importante na formação dos quilombolas são as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). Elas existem em municípios próximos ao Sapê do Norte. Diferentes pessoas dos quilombos da região, bem como de suas lideranças, na faixa dos 30 e 40 anos de idade, tiveram a oportunidade de frequentar essas escolas. As EFAs operam através do regime de Pedagogia da Alternância, na qual os estudantes ficam uma semana na escola e uma semana na casa de suas famílias.

Além disso, essas instituições têm foco na agroecologia ao longo dos quatro anos de formação. Para a conclusão do curso Técnico em Agropecuária, os estudantes devem fazer um projeto vinculado ao incremento dos seus territórios ou unidades agrícolas de origem. Através dessa formação, alguns quilombolas tiveram a oportunidade de se apropriarem da agroecologia, bem como pensarem e planejarem os rumos dos quilombos em diferentes escalas, desde seu núcleo familiar de origem até o Sapê do Norte enquanto território integrado. Por exemplo, o irmão de João fez um projeto final de curso técnico

em agropecuária que focava no plantio consorciado entre café e feijão para o Sítio Porto das Canoas, de seus pais.

A partir de 2006, como uma espécie de desdobramento atravessado por todos os processos que permearam o Sapê do Norte após a colonização pela indústria de celulose, surge uma modalidade de ocupação de terras conhecida como “retomadas”. As retomadas são ocupações de terras, feitas por quilombolas e não-quilombolas em áreas de posse da indústria de celulose. As áreas onde essas ocupações foram feitas são terras ancestrais quilombolas não tituladas, em litígio com a indústria de celulose e o Estado.

As primeiras retomadas ocorreram no bojo dos conflitos em torno da coleta do facho, bem como no decorrer das articulações acerca da titulação das terras de alguns quilombos do Sapê do Norte. Esse modelo de ocupação teve incentivo da FASE/ES que, mesmo participando ativamente do processo de titulação no território, não acreditava que o Estado fosse titular aquelas terras. Isto se soma à própria convivência dos quilombolas com o processo de ocupação de terras empreendido pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no extremo-norte do Espírito Santo.

Foram feitas seguidas ocupações, João Batista observou que a divisão das terras nas retomadas se utilizava das lógicas de divisão dos talhões para a coleta do facho, pois muitos dos que trabalhavam nessa coleta participaram dessas ocupações. As primeiras retomadas envolviam mutirões de derrubadas de grandes plantações de eucalipto contando com a presença de algumas dezenas de homens habituados ao trabalho braçal. A divisão das terras era feita junto às pessoas envolvidas no processo. Neste primeiro momento foram concebidas retomadas em terras dos quilombolas de Linharinho e Angelim 1. Posteriormente, foram feitas as retomadas de Ninho dos Pássaros, Córrego do Felipe, Itaúnas, Cantagalo e São Domingos.

Todas as retomadas acomodaram quilombolas com não-quilombolas. No entanto, as retomadas de Cantagalo e São Domingos tiveram maior coesão em relação aos interesses das lideranças mais antigas das referidas comunidades. No caso das retomadas de Linharinho e Angelim 1, as lideranças mais velhas das respectivas comunidades não concordaram com as ocupações, pois foram feitas em áreas que estavam contidas no processo de titulação e eram vistas como terras de direito de suas famílias. Por exemplo, na retomada de Linharinho foram ocupadas terras por quilombolas

(tanto da própria comunidade, quanto de outros quilombos do Sapê do Norte) e não-quilombolas que ancestralmente eram de outras famílias do quilombo, que não concordaram e não participaram das ocupações. No caso das retomadas de Ninho dos Pássaros, Córrego do Felipe e Itaúnas, são iniciativas que não têm vínculo com o movimento quilombola no Sapê do Norte, mesmo havendo alguns quilombolas entre os envolvidos.

A partir do começo do ano de 2020 e mais intensamente em abril do mesmo ano, quando já vigorava a política de distanciamento social difundida pelo Estado como medida de proteção em relação ao novo coronavírus, pululavam invasões em áreas de plantio de eucalipto da indústria de celulose, contíguas aos quilombos. Estas áreas também são defendidas pela Comissão Quilombola do Sapê do Norte como pertencentes aos quilombos da região, especificamente dos quilombos de Angelim 1, Angelim 2 e Linharinho.

Diferentemente das retomadas que tinham algum vínculo com atores sociais vinculados ao movimento quilombola e com a luta histórica pela permanência no Sapê do Norte, essas invasões ocorreram de maneira abrupta e com uma estrutura profissional. A organização das invasões envolvia cartórios, advogados, pessoas com recursos financeiros, pois estas chegaram assediando as comunidades quilombolas em vários carros, derrubando os eucaliptais com fogo e motosserra, loteando áreas e prometendo aos envolvidos os títulos individuais das terras, bem como a formalização de associações.

Desde os conflitos em torno da coleta do facho, a formalização de associações tornou-se uma estratégia dos quilombolas para o diálogo tanto com a empresa do ramo de celulose, quanto com o Estado. As retomadas, assim como as invasões, utilizaram-se dessa tática no sentido de legitimar sua permanência nesses locais. A retórica dos invasores é de que essas áreas são devolutas, nem de posse dos quilombolas e nem de posse da indústria de celulose.

Sempre aos finais de semana, principalmente aos sábados, as áreas de invasão ficam lotadas de carros e pessoas. Cada lote é demarcado com uma placa, indicando o nome do “dono”, além de um barracão construído com os próprios eucaliptos retirados e lona. A maioria absoluta dos lotes não tem moradores; tais barracões denotam serem

apenas um simulacro de casa no intuito de legitimar a posse, entretanto, existem alguns moradores com barracões mais estruturados e plantações.

Além disso, esses invasores, que se afirmam como divididos em 14 associações, têm interlocução com o Deputado Estadual Torino Marques e a Deputada Federal Soraya Manato, aliados do atual presidente da república, tendo realizado reunião com eles dia 20 de julho de 2021, juntamente ao superintendente da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Esse modelo de invasão de terras tem ocorrido em outras partes do Brasil, justamente sobre áreas de unidades de conservação e reservas indígenas³². De um modo geral, esse interesse do governo federal e aliados nesse modelo de invasão de terras se liga a emissão de títulos individuais de terras, que podem voltar ao mercado fundiário, inclusive para a própria indústria de celulose que dispõe de recursos para a compra, diferentemente dos títulos coletivos das terras quilombolas que significariam áreas relativamente extensas, sem a possibilidade de comercialização.

Para lidar com esse processo, ao longo de 2020 até hoje, meados de 2022, a Comissão Quilombola do Sapê do Norte se articulou com a Coeq, Conaq, INCRA, Ministério Público, Movimento Nacional pelos Direitos Humanos, pesquisadores que fizeram os RTDI e com representantes da própria Suzano S.A. Sendo assim, foram feitas seguidas reuniões, bem como, a ouvidoria de conflitos agrários do Incra fez visitas no Sapê do Norte.

Durante as reuniões, representantes do Ministério Público afirmaram que não seriam feitas reintegrações de posse em áreas onde houvessem quilombolas. Em vista disso, ao longo do ano de 2021 foram feitas seguidas reintegrações de posse em diversas áreas de invasão. Estas terras voltaram para o domínio da Suzano S.A, que passou a controlá-las com sua polícia privada. Todavia, durante o ano de 2021, continuaram incêndios propositais em plantações de eucalipto e o loteamento de diferentes áreas ao longo dos territórios do quilombo de Linharinho, Angelim 1 e Angelim 2.

Ao longo destes tópicos fica evidente a complexidade de processos e perspectivas que conformam o grande território do Sapê do Norte após a sua colonização pelo Estado

³² Ver : “Aumento de invasões de áreas protegidas revela a ascensão dos 'sem-terra de direita’” no Jornal Folha de São Paulo: <http://temas.folha.uol.com.br/amazonia-sob-bolsonaro/sem-terra-de-direita/aumento-de-invasoes-de-areas-protetidas-revela-a-ascensao-dos-sem-terra-de-direita.shtml>;

e a indústria de celulose. Diante dessa discussão, torna-se mais nítida a forma como a modernidade colonial foi elaborada localmente, como conjunto de circunstâncias ativas para qualquer desenho ontológico quilombola.

No capítulo seguinte farei uma análise de como João Batista do quilombo de Angelim 1, em meio a essa complexidade de processos, vem desenhando ontologicamente o Sapê do Norte. Isto, em vista de uma perspectiva própria de desenvolvimento rural para o território e as paisagens contíguas aos quilombos da região.

Quadro 5 - Os desdobramentos dos desenhos ontológicos coloniais da indústria de celulose no Sapê do Norte

Paisagem	Desenhos Ontológicos Quilombolas
Diminuição abrupta das florestas	Diminuição das terras (florestas e cursos d'água) para habitação (moradia, caça, pesca, agricultura, para sucessão familiar)
Diminuição dos cursos d'água	Diminuição da produtividade e da sustentabilidade da agricultura
Diminuição abrupta da fertilidade dos solos	Diminuição da água disponível para as famílias
Diminuição abrupta da disponibilidade de água	Expulsão de 95% das famílias do Sapê do Norte
Estiagens e “chuvas por talhão”	Trabalho precário e/ou análogo a escravidão na coleta do facho para as carvoarias
	Trabalho precário e/ou análogo a escravidão no desmatamento do Sapê do Norte
	Trabalho informal nas fazendas, comércios e estabelecimentos turísticos na Vila de Itaúnas
	Marginalização dos jovens e adultos
	Adoecimento
	Perda dos caminhos e da ligação entre os quilombos
	Perda do acesso aos remanescentes florestais
	“Mentalidade do Fazendeiro”
	Constituição de um movimento quilombola em rede: Comissão Quilombola do Sapê do Norte, Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas do Espírito Santo “Zacimba Gaba” (COEQ) e Coordenação Nacional das

Paisagem	Desenhos Ontológicos Quilombolas
	Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)
	Articulação com Organizações Não Governamentais, especialmente a FASE/ES
	Produção de denúncias sobre as práticas da Indústria de celulose no Sapê do Norte
	Procedimentos em vista da titulação das terras de quilombo
	Retomadas
	Invasões

Fonte: elaboração própria.

Imagem 46 - Poço artesiano praticamente seco no quilombo de São Domingos



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 47 - Lagoa seca, entre Conceição da Barra e Itaúnas



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 48 - Lavoura de Mandioca com eucaliptais ao fundo, Sítio Porto das Canoas, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 49 - Baixa vazão do Rio Angelim, na altura do Porto dos Tocos em Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 50 - Morobás, alguns dos poucos peixes sobreviventes no Rio Angelim



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 51 - Área em estágio posterior ao “fomento florestal” em Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 52 - Fornos para a produção de carvão em Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 53 - Monocultivo de pimenta-do-reino em Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 54 - Roça na Retomada de Linharinho



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 55 - Roça em Retomada em Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 56 - Roça na Retomada do Cantagalo



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 57 - Incêndio de eucaliptais para a posterior invasão e ocupação



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 58 - Área de Invasão no entorno de Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 59 - Área de Invasão no entorno de Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 60 - Área de Invasão no entorno de Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 61 - Áreas loteadas em invasões no entorno de Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

3 DESENHOS ONTOLÓGICOS E DESENVOLVIMENTO RURAL NA TRAJETÓRIA DE UM QUILOMBOLA DE ANGELIM 1

O propósito deste capítulo é analisar os desenhos ontológicos de João Batista, um quilombola da comunidade de Angelim 1, no Sapê do Norte. Em vista de compreender em parte, o significado destes desenhos e as consequências subjacentes em relação às condições de habitabilidade das paisagens multiespécie da região.

Os desenhos ontológicos de João envolvem uma primeira dimensão relacionada à forma como ele analisa a realidade ambiental do Sapê do Norte, assim como captura e interpreta a história dos quilombos e do território em questão. Deste modo, ele analisa as formas de organização das famílias quilombolas sobre o território, os modos de habitação e os sistemas de uso coletivo das terras e sua desestruturação a partir da chegada da indústria de celulose.

Em uma segunda dimensão, esses desenhos ontológicos se utilizam dessa leitura da realidade dos quilombos do Sapê do Norte para a construção de projetos e práticas que possam transformar essa mesma realidade. Isto, tendo em vista a reconfiguração das condições de habitabilidade das paisagens e do território do Sapê do Norte, no sentido da produção de condições de permanência dos quilombolas para além de uma posição multifacetada, onde o quilombola é subalterno aos papéis impostos pela modernidade colonial, quer dizer, o papel de “marginal”, do “empregado diarista” ou do quilombola com a “mentalidade do fazendeiro”.

Para além de projetos próprios, João desenha o Sapê do Norte com o olhar de alguém que faz parte da Comissão Quilombola do Sapê do Norte e da Coordenação das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo ‘Zacimba Gaba’. Além disso, ele também tem forte interlocução e parceria antiga com a FASE/ES.

Ao longo do Capítulo 1 deste trabalho, foi produzida uma discussão que visava demonstrar a pertinência da abordagem dos desenhos ontológicos, sobretudo na forma como é construída por Arturo Escobar (2012; 2016) para esta pesquisa. Em vista disso, no desenvolvimento deste capítulo, busco demonstrar que os desenhos ontológicos de João Batista congregam ao mesmo tempo a situação dos povos não-brancos (indígenas e negros) e dos camponeses perante o recrudescimento ambiental da modernidade

colonial. Isto ocorre de maneira simultânea ao fato de que a experiência junto a este interlocutor nos demonstra como pessoas e comunidades projetam e reconfiguram suas próprias condições de existência, seus territórios e suas condições de habitabilidade.

No desenvolvimento deste capítulo busco desenhar um diálogo entre os desenhos ontológicos de João Batista com os atributos dos desenhos ontológicos elencados por Escobar (2012; 2016). Deste modo, observei nos desenhos ontológicos de João um caráter de autopoiesis, isto é, uma forma de apropriação das tradições dos quilombos do Sapê do Norte através da resignificação dos antigos sistemas coletivos de uso da terra, da reconfiguração da agricultura quilombola perante os novos imperativos ambientais e da retomada do trabalho coletivo/comunitário para superação do desenvolvimento rural como o desenvolvimento puramente individual de uma pessoa ou núcleo familiar em relação ao mercado.

Aliado a isso, os desenhos ontológicos de João Batista também significam a produção de novos espaços de trabalho dentro do Sapê do Norte. Projetos que articulam espaços de educação, um trabalho contínuo de monitoramento e assessoria da transição ecológica das paisagens, entre terras consolidadas e retomadas, bem como o fomento a uma agricultura e um manejo da paisagem com base na agroecologia. Ao mesmo tempo, os desenhos ontológicos encampados pelo principal interlocutor desta pesquisa são co-desenhados por ativistas, pesquisadores(as) (me incluo nesta categoria), outros quilombolas e não-quilombolas.

Esses desenhos envolvem o que João formula como categorias para análise do Sapê do Norte, tanto no âmbito dos fenômenos de ordem da paisagem, como de processos sócio-históricos e dinâmicas territoriais. De maneira associada, grande parte da produção de conhecimento desencadeada por João envolve a captura e a reconfiguração da agroecologia para propósitos locais. Isto ocorre na formulação de técnicas e categorias para orientar a agricultura e o manejo da paisagem afetadas pelos seus desenhos.

Nesse sentido, a agroecologia ocupa o papel central nos desenhos de João, nos seus projetos e na sua forma de pensar e construir o desenvolvimento rural, isto é, nas estratégias para a lida das comunidades com a modernidade colonial. Dessa maneira, passará pela agroecologia quase toda forma de articulação em vista da busca por

autonomia para a elaboração da diferença radical, ontológica, para a construção ativa de mundos.

Em síntese, os desenhos ontológicos de João representam um desenvolvimento rural fundamentado na relacionalidade. Processo que envolve de diferentes maneiras o desenho de novas assembleias, tanto entre humanos, quanto de humanos e não-humanos em vista da reconfiguração para as condições de habitabilidade das paisagens multiespécie para além da influência do organismo feral contido nos monocultivos de eucalipto.

Nas páginas seguintes, passo por todos esses aspectos contidos nas formas através das quais João vem desenhando o Sapê do Norte. Entretanto, é necessário retomar inicialmente sua trajetória, para compreensão de como ele se torna sujeito de diferentes processos nesse grande território quilombola.

3.1 A TRAJETÓRIA DE JOÃO BATISTA DO QUILOMBO DE ANGELIM 1

João Batista é um quilombola nascido em um dos núcleos familiares do Quilombo de Angelim 1, uma das dezenas de comunidades quilombolas do Sapê do Norte. A comunidade em questão é o quilombo da região mais próximo da Vila de Itaúnas e da costa. Os núcleos familiares de origem dos seus pais margeiam o Rio Angelim de lados opostos. O sítio onde nasceu seu pai chama-se Porto das Canoas, já o local de nascimento de sua mãe é conhecido como Porto dos Tocós.

De acordo com João, o Sr. Getúlio, seu pai, é descendente em parte de parentes diretos do Barão de Trancoso, colonizador, senhor das terras de onde encontra-se o Quilombo de Angelim 1. Florêncio, bisavô de João, casou-se com Tomásia, que tinha um grau de parentesco próximo ao barão. Entretanto, como é afirmado no capítulo anterior, parte dos ancestrais brancos de João eram camponeses, como outros, além de seus avós e pais que formaram famílias com negros e indígenas da região e viviam em situação de vulnerabilidade perante o assédio de fazendeiros.

O avô de João perdeu grande parte das terras para fazendeiros, bem como para a indústria da madeira, quando ela chegou na região. Já Sr. Getúlio trabalhou em regime de semiescravidão para o próprio tio e conseguiu recuperar parte das terras que lhe eram

de direito. Esse fato fica evidente ao se perceber que a família Donatti, dona da antiga destilaria de cana-de-açúcar, de boa parte das terras da indústria da madeira e de plantações de eucalipto, tem posse das terras onde ficava a sede da fazenda do Barão de Trancoso e onde posteriormente habitaram muitas famílias camponesas que plantavam, caçavam e pescavam naquelas terras, em formas de organização que, como também foi pontuado no capítulo anterior, congregavam propriedades privadas e coletivas.

Do outro lado do Rio Angelim, Dona Dolores nasceu do casamento de Eugênio “Canoeiro” com Natalina “Vevéia”. O avô materno de João era indígena descendente de residentes da Comunidade de Areia Branca, filho de Bento e neto de Adão. Já sua avó era negra, proveniente de famílias que viviam nos arredores do Córrego de Santa Helena, entre a Vila de Itaúnas e o Córrego Santa Isabel. Assim como os avós paternos, os avós maternos também praticavam a pesca, a caça e a agricultura, criando sua família no entorno do Rio Angelim.

Quando os pais de João se casaram, foram morar no Porto das Canoas, mas, também costumavam frequentar o Porto dos Tocos, onde os irmãos de Dona Dolores permaneceram e constituíram família. João e seus irmãos nasceram no limiar da transição da colonização do Sapê do Norte pela indústria madeireira para a indústria de celulose, entre o final dos anos 1960 e 1970. Portanto, nasceram no começo do fim da fartura naquela paisagem, no entanto, conseguiram comer uma diversidade de peixes do Rio Angelim, carne de caça e vivenciaram, no início de suas vidas, uma agricultura ainda pujante.

Em determinado momento, na época da “depressão da terra” causada pelo desmatamento violento feito pela indústria de celulose e fazendeiros, com tratores e correntões nos arredores do Quilombo de Angelim 1, a família se mudou para a Vila de Itaúnas. Nessa época, até mesmo pescar no mar e pegar caranguejo no mangue ao redor do Rio São Domingos o pai de João tentou, sem deixar de manter a roça no Porto das Canoas.

Na medida em que João e seus irmãos chegaram à adolescência, passaram a trabalhar com o pai na roça, principalmente no plantio de mandioca. No entanto, como era costume à época, os pais não remuneravam seus filhos pelo trabalho na roça das

famílias. De um lado, os motivos pairavam sobre o fato de os rendimentos desse trabalho não serem suficientes para que os filhos tivessem salário, de outro lado, pelo fato de o trabalho ser tradicionalmente entendido como uma obrigação daqueles que ainda moravam com os pais. Quando os irmãos chegaram à adolescência e queriam algum recurso financeiro próprio, colhiam mandiocas, furtivamente, sem que o pai soubesse e iam comercializá-las na Vila de Itaúnas. Na época em que o turismo já movimentava a vila e as praias nas dunas, João trabalhou em alguns verões como garçom nas barracas de praia, também sem o conhecimento do pai que não aprovaria caso ficasse sabendo.

Durante a infância e adolescência, João estudou na escola da Vila de Itaúnas, mas interrompeu os estudos ainda jovem. Quando voltou a estudar, completou seus estudos na Escola Família Agrícola de Vinhático, que fica no município de Montanha, a pouco mais de 100 km do Quilombo de Angelim 1. Em situação semelhante a outros quilombolas de diferentes quilombos do Sapê do Norte, atravessava um percurso extenuante aliando caminhadas com o transporte público em ônibus a cada vez que deveria voltar para casa, de acordo com o calendário da pedagogia da alternância.

Nessa época, João teve acesso a uma educação voltada à agricultura camponesa de base agroecológica, durante quatro anos de formação. Paralelamente à formação na EFA, ele introduziu alguns sistemas agroflorestais nas terras de seus pais, consorciando pés de café, cacau e árvores nativas da região. Até os dias atuais, esses experimentos agrícolas existem e ainda produzem, com raros momentos de manejo. Sua monografia de conclusão do curso Técnico em Agropecuária propunha o estabelecimento de sistemas agroflorestais e a construção de um restaurante que serviria pratos típicos da culinária quilombola, inspirado nos saberes de sua avó por parte de mãe, Natalina Vevéia. Mais tarde, esse trabalho serviu de fundamento para a produção de um projeto no núcleo familiar de sua mãe no Porto dos Tocos e em uma outra área também no território de Angelim 1.

Após o término da formação na escola família agrícola, João ocupou o cargo de monitor, equivalente ao de professor na EFA, mas, com acréscimo de responsabilidades relacionadas à organização do espaço escolar. Nessa época, passou a se relacionar com sua esposa Juciane, que engravidou de sua primeira filha.

Durante esse período, em meados dos anos 2000, João começou sua interlocução com a FASE/ES, ao mesmo tempo em que participava do processo de construção da questão quilombola no Sapê do Norte. Nesse sentido, ele participou da releitura da história e das dinâmicas dos quilombos da região em vista da titulação das terras de remanescentes de quilombo. Somado a isso, João passou a investir boa parte de seu salário na reforma da antiga casa de sua falecida avó Vevéia. Com auxílio da FASE/ES, deu início à construção de um espaço em parceria com seus primos onde mais tarde seria ativado um restaurante e ao mesmo tempo um espaço para manifestações e eventos culturais do quilombo. Para isso, ele preparou receitas baseadas na culinária tradicional dos quilombos, especialmente com foco nas comidas feitas por sua avó, mãe e tias, com destaque para a invenção da receita: “pato no quiôô”.

Entretanto, devido a conflitos de interesse entre João e os parentes envolvidos, especialmente alguns primos, o restaurante não se concretizou e ele foi excluído do processo. Diante desse acontecimento, o restaurante se tornou um bar na comunidade ao mesmo tempo em que é usado como local de reuniões. Todavia, é um espaço que não atendeu o propósito inicial de possibilitar que as famílias se apropriassem de parte da riqueza gerada pelo intenso turismo na Vila de Itaúnas, através das práticas tradicionais aos quilombos.

Simultaneamente a esse fato, João não pode ficar morando na antiga casa de sua avó, habitação que ele havia reformado com o intuito de morar com sua esposa, pois, anteriormente não estava sendo utilizada. Isso ocorreu devido ao fato de que na divisão da herança entre Dolores e seus irmãos, a casa ficou em uma área destinada a uma outra tia. Em vista disso, João e sua esposa construíram sua casa em cima da moradia de sua sogra na Vila de Itaúnas.

Aproximadamente nesse mesmo momento, devido à forma como João se apropriou da questão quilombola, bem como das consequências dos desenhos ontológicos coloniais da indústria de celulose no Sapê do Norte, ele foi convidado para trabalhar como colaborador da FASE/ES. João era oriundo de dois núcleos familiares muito resistentes à colonização. Em uma rápida conversa com seus pais, era facilmente perceptível a forma como eles entendiam as ações da indústria de celulose e do Estado,

bem como a concretude de seus direitos territoriais no Sapê do Norte. Além disso, sua mãe Dona Dolores era uma das lideranças espirituais da região.

Com a FASE/ES, João recebia um bom salário¹. Somado a isso, exercia um trabalho complexo de articulação com ativistas da própria organização, além de outras organizações brasileiras e internacionais. Esse processo possibilitou que ele aliasse sua compreensão de uma perspectiva local e nativa ao Sapê do Norte com componentes mais vinculados à conjuntura nacional e internacional.

Por conseguinte, João participou ativamente do processo de articulação contra a colonialidade da indústria de celulose, tanto como quilombola quanto como ativista de uma organização não governamental, sem também dissociar-se da forma como tinha se apropriado da agroecologia. A partir dessa posição, acabou ocupando um papel chave no advento das retomadas não como promotor ou responsável direto, mas fazendo uma leitura bem fundamentada. Por conta disso, sempre teve bastante interlocução com as diferentes retomadas no entorno do quilombo de Angelim 1, sendo acionado por interessados em participar delas, e também ouvindo sobre suas questões e conflitos. Essa proximidade também permitiu que João compreendesse o desenvolvimento dessas retomadas e suas consequências para as paisagens, tendo livre trânsito entre esses assentamentos por certo período de tempo.

Todavia, pelas retomadas serem uma questão controversa perante o movimento quilombola do Sapê do Norte, João acabou sendo rotulado como responsável por essas ocupações, junto a outros quilombolas da sua faixa etária que participaram do processo. Nessa época, nutriu certa cautela em relação à Comissão Quilombola do Sapê do Norte, tendo se afastado relativamente das discussões desse coletivo.

O trabalho na FASE/ES envolvia um grande contingente de viagens, fazendo com que João pouco permanecesse no Sapê do Norte. De um modo, isso fazia com que ele ficasse por muito tempo longe de sua esposa e de sua filha que estava em seus primeiros anos de vida. Por outro lado, esse trabalho distante de casa impossibilitava que João desenvolvesse aquilo que considerava um trabalho de base no território através da

¹ João faz colocações interessantes sobre essa época quando diz que através desses ganhos salariais extrapolava em algumas situações, o lugar dado a ele e seus familiares pelos colonizadores, tanto aqueles “de fora” donos das pousadas e restaurantes, quanto fazendeiros e a indústria de celulose.

agroecologia. Isto é, a experimentação na agricultura e no manejo das paisagens de uma maneira que pudesse ser referência para outros quilombolas e as retomadas. Diante disso, João resolveu pedir demissão da organização, expondo seus motivos, sem fechar os caminhos para novas parcerias e articulações.

A partir dessa mudança, João se dedicou ao desenvolvimento de um novo projeto em uma área de herança de sua mãe no território do Quilombo de Angelim 1. O projeto se chamaria “Agroecotur” e envolveria a implantação de sistemas agroflorestais, a construção de um espaço para eventos de educação voltada à agroecologia, camping e restaurante. Para isso, ele conversou com sua mãe, pedindo autorização para entrar nas referidas terras. Para João, elas tinham grande importância pois foram manejadas há muitos anos pelo seu avô e nunca tiveram eucaliptos plantados. Além disso, ao redor dessas terras, as ações relacionadas às retomadas derrubaram e retiraram grandes quantidades de eucaliptos que tomavam conta daquelas paisagens, tornando-a mais convidativa para sua iniciativa. Além disso, com as retomadas ele poderia encampar novas parcerias, servindo como referência em agroecologia.

Para essa iniciativa, João convidou um outro quilombola do Sapê do Norte, que é proveniente de um núcleo familiar de Santa Isabel. Todavia, essa família já havia morado em Itaúnas e também no Quilombo de Angelim 1, tendo se estabelecido recentemente em uma área na Retomada de Angelim 1. A família em questão sempre teve acesso instável a terras; há muitos anos tiveram seus sítios tomados pela indústria de celulose e usualmente transitavam por diferentes áreas dentro do Sapê do Norte. O patriarca participava do Ticumbi e também era considerado um feiticeiro. Já o parceiro de João teve uma infância e adolescência precária, quase não frequentou a escola e tinha um comportamento conhecido em toda a região.

Esse rapaz, ao longo da juventude, costumava se envolver em pequenos crimes, brigas e conflitos. Ao mesmo tempo, pregava peças em diferentes pessoas da região, tendo sido preso uma vez. Entretanto, dispunha de um gosto e uma aptidão facilmente perceptível pela agricultura e, segundo João, sonhava em ter uma terra para plantar. Isto posto, ele e João começaram a se aproximar. O rapaz passou a demonstrar bastante proatividade durante as retomadas, tendo auxiliado João na construção de sua casa, entre outros processos. Também demonstrava estar mudando gradualmente seu

comportamento antes problemático. Sendo assim, mesmo contrariando todas as pessoas ao seu redor que o advertiram para que não tomasse essa atitude, João convidou o rapaz para participar do projeto “Agroecotur”.

O “Agroecotur” foi um projeto escrito e posteriormente formalizado entre João, sua esposa Juciane e o rapaz por meio de um termo de adesão. No projeto, as terras de herança de sua mãe eram divididas em áreas, cada uma com um propósito específico. Ademais, o interlocutor desta pesquisa separou um pedaço de terra para que o seu parceiro trabalhasse conforme sua criatividade, logicamente em diálogo com as indicações de João sobre a agroecologia.

Paralelamente, João com uma filha pequena para criar optou por aceitar um emprego em uma empresa que prestava serviços para a Fibria S.A, na época, dona dos monocultivos de eucalipto do Sapê do Norte. Ao longo desse período, ele trabalhou no monitoramento das extensas plantações de eucalipto. Com esse trabalho, ele teve acesso aos mapas da empresa, que continham as divisões dos lotes retirados dos quilombolas durante a chegada da empresa a partir dos anos 1960. Em cada um desses mapas, esses lotes eram classificados com caracteres alfanuméricos e tratados como “talhões”, lotes de plantio de eucalipto na escala dos monocultivos. De outro modo, aprendeu parte da forma e das lógicas de operar da empresa do ramo da celulose sobre o Sapê do Norte.

Passado algum tempo, com a expansão das retomadas e a continuidade do ativismo de João junto ao movimento quilombola, ele foi reiteradamente pressionado e questionado no trabalho, chegando ao ponto de ser demitido, mas sem a empresa declarar abertamente que o motivo se relacionava a seu ativismo. Na sua perspectiva, o ponto que fez com que a empresa o demitisse foi a participação em um vídeo documentário gravado por colaboradores da FASE/ES sobre as retomadas de Angelim², mesmo que na época João tenha pedido aos diretores do filme para não aparecer em demasia, algo que mesmo após a sua advertência acabou acontecendo.

No decorrer desse período, Juciane já havia se graduado em pedagogia e exercia o cargo de professora na educação básica da Vila de Itaúnas. Simultaneamente, o casal

² O filme se chama “As sementes do Angelim”. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=TliHvhLLFDs>

costumava exercer trabalho sazonal durante o verão. Em vista disso, a família que se ampliava para um segundo filho não passou necessidade.

O projeto de João na área de sua mãe prosperava no âmbito do manejo da paisagem e da agricultura, quando foram implantados sistemas agroflorestais, plantas nativas, e plantas de adubação verde para a nutrição da fertilidade dos solos. Porém, o comportamento de seu parceiro não mudou, pois ele continuou se envolvendo em pequenos delitos. Uma das consequências resultou em João ser alvo de um disparo de arma de fogo, quando o algoz em uma noite escura o confundiu com seu parceiro, para qual o tiro era direcionado.

Ao mesmo tempo, esse rapaz continuou causando problemas reiteradamente com as famílias do entorno, tanto quilombolas das famílias tradicionais do quilombo de Angelim 1 quanto aquelas pessoas que estavam se estabelecendo nas retomadas. Em determinado momento, o próprio resolveu encerrar a parceria com João, que aceitou imediatamente. Entretanto, a partir desse momento, o rapaz passou a requerer a escritura da área onde João permitiu que ele praticasse agricultura, alegando que ele havia comprado. Obviamente, o interlocutor desta pesquisa não aceitou afirmando que eles deveriam calcular quanto de dinheiro ele investiu na área para que João o ressarcisse na medida do possível. Porém, ele nunca aceitou negociar passando em contrapartida a ameaçar seu antigo parceiro e família, sistematicamente.

No Sapê do Norte, já houveram conflitos que em algumas situações resultaram nas popularmente chamadas “vias de fato”. Houve, inclusive, o assassinato de uma das partes conflitantes. A polícia não costumava investigar ou atender nada ao longo daquele território que não fosse uma demanda dos donos de pousada, comerciantes e/ou da indústria de celulose. Por esse motivo, João decidiu deixar de frequentar a área onde estava em desenvolvimento o projeto Agroecotur, com o intuito de não criar uma situação onde esse conflito produzisse a morte de uma das partes. Desse modo, ele pacientemente esperou que o rapaz resolvesse negociar com ele, algo que até os dias da escrita deste texto não ocorreu.

Além do mais, João compreendia que seu parceiro era uma vítima do processo de marginalização que acometeu muitos quilombolas ao longo da invasão e colonização do Sapê do Norte, pela indústria de celulose, uma espécie de adoecimento. Em vista do

incômodo que a permanência dos quilombolas naquela região causa aos interesses da indústria de celulose, seria bastante conveniente para a empresa que eles se matassem em conflitos ao longo do território. Algo próximo da ideia de “genocídio” da população negra conceituada por Abdias do Nascimento (1978). Um genocídio vinculado às condições proporcionadas pelo tecido social brasileiro à população negra, no período posterior à abolição da escravidão.

No decurso desse tempo, os problemas causados pelo parceiro de João no entorno do quilombo de Angelim 1, fez com que os quilombolas do lugar se contrapusessem ainda mais à retomada. Uma das lideranças, um primo de João, responsável pela sua exclusão do projeto de restaurante na comunidade, entrou como uma ação na justiça acusando a FASE/ES de ser responsável por essas ocupações. De alguma maneira, este processo somado à atuação da indústria de celulose respingou em João que foi intimado pelo Ministério Público para esclarecer o que eram de fato aquelas áreas invadidas. Visto que estava sem emprego formal, João a partir deste momento passou a monitorar mais dedicadamente as retomadas de Angelim 1 e escrever sobre elas.

Sem poder frequentar a área do Projeto Agroecotur e necessitando ganhar algum dinheiro, João aceitou tomar conta de uma pousada que dispunha de uma grande área quase às margens do Rio Itaúnas. O dono era um paranaense, uma das primeiras pessoas “de fora”, enquanto turistas, a chegarem para morar em Itaúnas nos anos 1970. Diante dessa oportunidade, João tinha esperança de iniciar uma parceria com ele para além da hospedagem de turistas ou “alugar o espaço para botar barracas”, tendo em vista as possibilidades daquela grande área. No entanto, tal área só era usada no mês de julho e entre janeiro e fevereiro no verão para a hospedagem de turistas em quartos e, sobretudo, para o acampamento de viajantes em dezenas de barracas de camping. Neste processo, João não combinou salário com o proprietário do espaço e tratava o serviço prestado como uma parceria, não como uma relação patrão e empregado. Deste modo, fez canteiros no local, coroamentos nas árvores antigas e também usava seu tempo para a escrita do seu relatório sobre as retomadas no Angelim 1, bem como possíveis novos projetos.

Justamente nesse período cheguei em Itaúnas e pude conversar com João sobre essas situações, assim como acompanhá-lo em outras atividades. Uma atividade importante para a redefinição de sua posição perante os quilombolas do Sapê do Norte foi a participação no 5º Encontro das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo, que ocorreu em São Mateus e, pela proximidade com o Sapê do Norte, teve adesão de boa parte das lideranças dos quilombos da região.

No encontro, foram discutidas questões caras à realidade dos quilombolas do Espírito Santo, no geral, e daqueles do extremo-norte do Espírito Santo em particular. Entre essas questões estavam as retomadas e a redistribuição dos participantes nas coordenações da Coeq. João se colocou como interessado para assumir o papel de responsável pela seção relacionada à agricultura e territórios da coordenação. A partir desse momento, ele começou a participar ativamente das discussões da Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas do Espírito Santo e também da Conaq, que envolviam as retomadas e, sobretudo a partir de 2020, as invasões que passaram a ocorrer no Sapê do Norte.

Devido aos conflitos com o antigo parceiro na área do projeto Agroecotur, João começou a amadurecer a ideia de voltar a trabalhar junto com seus pais no seu núcleo familiar de origem, no Angelim 1. Com vistas a isso, no final de 2019, escreveu junto com sua esposa, e com alguma contribuição minha, um projeto voltado à reforma da casa de farinha do núcleo de origem de seus pais. A proposta disputou com outras em um edital anual do Governo do Espírito Santo e acabou sendo selecionada.

No projeto, Dona Dolores mãe de João teria papel fundamental, uma vez que o projeto foi cadastrado no seu nome. Ela ocuparia o papel de mestra da feitura dos beijus, uma forma de reconhecimento de seus saberes. Nas atividades do projeto, ela ministraria oficinas de produção de farinha de mandioca, goma de tapioca e beiju para estudantes de escolas públicas da região. Porém, infelizmente, em abril de 2020, a matriarca da família de João faleceu, já durante a pandemia de Covid-19. A causa de seu óbito foi classificada pelo médico responsável pelo atendimento como mal súbito. Segundo João, ela se sentiu mal e durante a caminhada até o Posto de Saúde acabou por falecer.

Logicamente, essa perda abalou toda a família de João e, somada a permanência da pandemia, impediu que o projeto fosse desenvolvido. Nos primeiros seis meses de

pandemia, a família ficou reclusa. Entretanto, após esse período, João começou a produção de mudas, bem como encontros com parceiros como parte das atividades de um outro projeto surgido da interlocução com a FASE/ES, denominado por ele como “Agroflorestando o Sapê do Norte”.

No final do ano, João e a esposa adquiriram uma barraca na Vila de Itaúnas para a produção e comercialização de tapiocas a partir da goma produzida na farinha do núcleo familiar de seus tios. Esse empreendimento era uma boa possibilidade de geração de alguma apropriação de riqueza que suprisse demandas da família e possibilitasse novos projetos.

Nesse ínterim, João e Juciane também participaram das articulações para a produção de uma candidatura do Partido dos Trabalhadores à prefeitura de Conceição da Barra. Além do trabalho de base em muitas comunidades, João elaborou um plano prévio de governo no âmbito do desenvolvimento rural e da agricultura. A ideia inicial era que João se candidatasse a vereador, mas, mesmo se articulando com o partido há anos, nunca havia se filiado formalmente, quando foi se filiar, já havia passado o intervalo permitido por lei para o lançamento da candidatura. Findado o processo eleitoral, o partido não conseguiu eleger o prefeito, somente uma vereadora. Toda a articulação de campanha fez com que João se aproximasse de mais lideranças da região, fato que na leitura dele permitiria novas articulações e parcerias no futuro.

Devido a sua interlocução com as retomadas, a circulação no território de Angelim 1 e Itaúnas e pela sua atuação na Coeq, João ocupou um papel proeminente nas discussões acerca de como as comunidades quilombolas procederiam em relação às invasões do Sapê do Norte. Nesse caso, participou de seguidas reuniões com servidores do INCRA, Ministério Público, pesquisadores, Movimento Nacional pelos Direitos Humanos, Polícia Militar e representantes da Suzano.

Paralelamente, ajudou na escrita de dois projetos vinculados à agroecologia para dois núcleos familiares, um no Quilombo de São Domingos e outro no Quilombo de Linharinho. Com a aprovação dos projetos nos respectivos editais, trabalharia junto às famílias na execução dos mesmos.

Conforme João foi superando o luto pelo falecimento de sua mãe, passou aos poucos a retornar à ideia de trabalhar no Porto das Canoas, seu núcleo de origem. Para

isso, escreveu e aprovou um novo projeto de reforma de farinha, colocando agora seu pai como mestre na feitura de farinha e beiju e dando início à reforma assim que os recursos ficaram disponíveis. Além disso, foi dialogando com o pai no sentido de separar uma área dentro do sítio para que trabalhasse seus projetos, a implantação de novos sistemas agroflorestais, a construção de uma casa e de um espaço para a educação voltada a receber pessoas interessadas na agroecologia, quilombolas e não-quilombolas. Para isso, formalizou um termo de concessão com o seu pai.

Através do projeto “Agroflorestando o Sapê do Norte”, João iniciou uma parceria com alguns dos moradores da retomada de Itaúnas. Entre esses moradores estavam pessoas auto-afirmadas como quilombolas, nativos de Itaúnas e pessoas de fora que se estabeleceram na região. Esse grupo havia cindido com a associação dessa retomada após o falecimento da liderança dessa ocupação, um nativo de Itaúnas, e também por uma espécie de tomada da associação por uma outra liderança de fora.

A partir dessa parceria, surgiu um grupo de pessoas interessadas em regenerar as áreas de retomadas a partir da agroecologia, chamado “Coletivo Terra do Bem”. O coletivo escreveu um projeto para que iniciasse a regeneração de um córrego importante para a comunidade do Angelim 1, a Vila de Itaúnas e para o Sapê do Norte como um todo, Córrego da Velha Antônia. Além disso, esse grupo passou a reproduzir as formas de João monitorar e analisar o manejo das paisagens, bem como sua progressão em contraposição aos extensos monocultivos de eucalipto.

O conjunto da trajetória de João, na forma como foi narrado nessas páginas, tem o objetivo de demonstrar a construção de seu campo de perspectiva, isto é, de onde ele faz leituras acerca do Sapê do Norte e sob que circunstâncias, processos e experiências ele produz seus desenhos ontológicos. Este tópico faz mais sentido quando é colocado em diálogo com o capítulo anterior, que retoma a constituição da paisagem do Sapê do Norte, a partir dos desenhos ontológicos que moldaram suas condições de habitabilidade.

A forma como João se torna um exemplo emblemático acerca da produção de desenhos ontológicos que visam a transformação do seu entorno e, especialmente, o Sapê do Norte enquanto território e paisagem integrados, encontra-se no fato de ele estar no limiar de muitos processos constituintes da modernidade colonial. Na abordagem dos desenhos ontológicos na forma como é confeccionada por Escobar (2012; 2016) fica

evidente que o território é imprescindível para a construção de qualquer desenho ontológico. Sendo assim, o primeiro território é o corpo, pois é através do corpo que o sujeito se conecta com outros sujeitos humanos e não-humanos e se torna vetor de relacionalidades.

Desse modo, João se encontra enquanto corpo racializado e nômade (ANJOS, 2006) conforme atravessa diferentes situações de desigualdades raciais, sendo confrontado com obstáculos e armadilhas sistematicamente. Nesse sentido, tem seus projetos sabotados por circunstâncias e práticas advindas da forma como a constituição da modernidade colonial o desfavorece, ao mesmo tempo que desenvolve estratégias e adaptações em vista dessas condições.

Simultaneamente, o interlocutor desta pesquisa também é um exemplo evidente da situação dos camponeses na realidade brasileira. Tanto no âmbito das dificuldades para a sucessão rural, de apropriação de riqueza a partir da agricultura, quanto de acesso ao Estado e os bens públicos. Sobretudo, no acesso instável ou o não acesso à terra, fato que liga fundamentalmente a problemática camponesa e a questão agrária (WANDERLEY, 2009).

De outra parte, João se encontra no limiar da ecologia política na configuração da realidade contemporânea, como sujeito que vivencia reiteradamente junto aos seus a degradação de paisagens e territórios de vida. Em contrapartida, participa de diferentes modos de iniciativas e articulações contrárias à colonização, seja como ativista quilombola em busca dos direitos territoriais e da diferença ontológica radical ou como ativista ambientalista e da justiça ambiental e, nesse sentido, encampa um processo de captura ontológica da agroecologia.

Isto posto, a partir dessa posição relacional, que conjuga o negro, o quilombola, o ativista, o agricultor agroecológico que seus desenhos ontológicos são produzidos. Nos tópicos seguintes serão explorados analiticamente os desenhos ontológicos de João na produção do desenvolvimento rural no Sapê do Norte, de dois modos associados, a partir da interlocução, análise e desenho das retomadas e através de projetos de agroecologia.

3.2 “O EUCALIPTO ACHAVA QUE NUNCA IA SAIR DALI”: DESENHOS E CO-DESENHOS, RETOMADAS E INVASÕES

Como foi dito no tópico anterior, devido a uma série de acontecimentos, João acabou se tornando uma pessoa chave para o entendimento e interlocução com as retomadas do Sapê do Norte. Em especial, as retomadas do Angelim 1 e de Itaúnas, que se sobrepõem ao território reivindicado do quilombo de Angelim 1. Em vista disso, o propósito deste tópico é elaborar uma análise dos desenhos ontológicos desse interlocutor em relação às retomadas, que incluem as suas formas de interpretação, interlocução e lida com as mesmas ao longo desses últimos dez anos, aproximadamente.

De antemão, é importante ressaltar que a relação entre o interlocutor desta pesquisa e as retomadas está para além do apoio e aprovação ou um antagonismo e a desaprovação. Diferentemente, está vinculado a seu entendimento acerca do que é território, comunidade, a função da terra e sua ligação com a paisagem e as condições de habitabilidade dos quilombolas do Sapê do Norte. Essa perspectiva, justifica o motivo pelo qual mesmo sem nunca ter ocupado uma área para si é entendido muitas vezes como responsável ou favorável às retomadas.

Para o entendimento da perspectiva de João sobre as retomadas, é necessário retornar às formas de habitação do Sapê do Norte que foram desestruturadas pelo monocultivo de eucalipto. Sobretudo a relação entre os sistemas coletivos de uso da terra, a paisagem e as relações comunitárias existentes. Nesse aspecto, encontra-se a autopoieses, aspecto dos desenhos ontológicos das comunidades camponesas, feitos com o propósito da defesa de seus territórios de vida, da forma como foi identificado por Escobar (2012; 2016; 2018).

Antes da chegada dos eucaliptais no Sapê do Norte, as famílias quilombolas compartilhavam o território e a paisagem através de formas comunitárias. Novas famílias eram aceitas nos territórios conforme participavam da vida coletiva local e à medida que não causavam problemas às outras famílias. O sentido de não causar problemas pode ser entendido no âmbito de uma socialidade exclusivamente entre humanos, quanto na relação das famílias com a paisagem. Isto é, formas de habitar que não esgotam a caça,

as terras férteis, as lavouras e não fomentam demasiados conflitos com as famílias já estabelecidas. Desse modo, essa forma de acesso à terra associava-se com a posse da terra pela hereditariedade, pela compra e venda e pelo parentesco.

Essas formas de habitação foram majoritariamente esmagadas pelos vastos monocultivos de eucalipto, que esvaziaram o Sapê do Norte da vida social pujante que havia antes, isto sem desprezar a permanência dos remanescentes deste processo. Essa obliteração de boa parte dos desenhos ontológicos quilombolas tem efeitos multidimensionais que, em conjunto, afetam as possibilidades de permanência dos quilombolas de diferentes modos.

As formas de habitação coletivas das terras mantinham, ao mesmo tempo, comunidades, isto é, religiosidades compartilhadas, festas, expressões artísticas coletivas, mutirões. Em outras palavras, uma diversidade de formas de reciprocidade que configuram populações e territórios tradicionais (ANJOS, 2009). De maneira associada, também proporcionavam a vitalidade da terra, isto é a fertilidade dos solos, a abundância das florestas, dos animais e plantas passíveis de predação para a reprodução das famílias.

A terra enquanto propriedade, mas sem condições de habitabilidade não é passível de permanência. Sendo assim, o “imprensamento”, forma popular de entender a situação das famílias quilombolas entre os eucaliptais, não se encontra somente na quantidade de terra disponível para as famílias, mas se refere majoritariamente às condições de habitabilidade da paisagem. Com a não titulação das terras de quilombo do Sapê do Norte, os eucaliptais permaneceram em grandes contingentes de terras, impedindo a ligação entre os rios e cursos d'água, bem como, a conexão entre remanescentes florestais e entre comunidades.

Em vista disso, a reflexão central de João acerca das retomadas é sobre qual é o real problema do Sapê do Norte: os monocultivos de eucalipto ou famílias ocupando terras para a agricultura? Ou, de uma maneira mais profunda, quais são as consequências das retomadas na região, nos últimos 10 anos aproximadamente? Em que medida as retomadas trazem consequências que podem ser consideradas positivas e/ou negativas para os quilombos?

Conforme João, a primeira retomada em Angelim 1 foi iniciada no ano de 2010, em áreas contíguas a dois núcleos familiares do quilombo, as famílias Batista e Guimarães. No mapa das plantações de eucalipto da Fibria, essas áreas correspondem aos talhões “SM 207”, um total de 38,89 hectares de terras. Destes, 26,05 hectares eram plantios de eucalipto e 11,13 hectares consistiam de remanescentes florestais privados da empresa.

Na época, foi uma decisão coletiva de diferentes membros das famílias de Angelim 1 ocuparem essa área pelo fato de lá terem sido desenvolvidos diferentes conflitos com a empresa do ramo de celulose. De um lado, essas áreas eram caras à produção de condições de habitabilidade na região. Isto é, a disponibilidade de água, a fertilidade dos solos e a necessidade do aumento de áreas com potencial para a agricultura. De outro lado, nesses mesmos locais de plantação de eucalipto ocorreu um conflito quando a empresa proibiu os quilombolas de coletarem o facho. Em 2009, como desdobramento desse conflito, os quilombolas em protesto impediram que a empresa retirasse os eucaliptos colhidos. Ademais, as famílias notaram que nessa área especificamente a empresa demorou mais de 12 meses para fazer novos plantios, algo que já ocorria em outros locais de posse da empresa, fato que se apresentou como uma oportunidade para a retomada.

Sendo assim, foi elaborada uma metodologia para a ocupação dessas áreas, tarefas foram distribuídas entre os envolvidos, projetando cada etapa da retomada. O acordo entre eles era de que o foco principal dessas ocupações seria o cultivo de alimentos, com base na agricultura já praticada pelos quilombolas, bem como em um possível diálogo com a agroecologia.

Em 2014, foram encampadas novas ocupações nas adjacências do quilombo de Angelim 1, nos talhões identificados pela indústria de celulose como “S134”. Conforme João, esse processo ocorreu de forma espontânea, sem uma metodologia nítida, sobretudo protagonizado por pessoas com raízes familiares na Vila de Itaúnas, com parentesco com famílias de Angelim 1. Diferentemente, também participaram pessoas que viviam na sede de Conceição da Barra e de outras localidades.

A área ocupada já estava sendo analisada pela comunidade, devido à existência de diversas lagoas tomadas pelo monocultivo de eucalipto, em especial as lagoas do

Murici e do Marobá. Para a proteção destas, a comunidade havia retirado os eucaliptos do centro dos alagados, reflorestando alguns locais com árvores nativas da Mata Atlântica.

Logo após a colheita feita pela Fibria em 2014, os interessados na realização da retomada, liderados pelo núcleo familiar daquele que foi parceiro de João no projeto “Agroecotur”, ocuparam gradualmente essa área, sem fomentar um planejamento e propósitos comuns para o desenvolvimento das ocupações, havendo somente uma breve organização para que as terras fossem ocupadas. Focando a permanência, muitos dos envolvidos na ocupação formaram associações de agricultores, totalizando seis na respectiva área.

O interlocutor desta pesquisa observou que a maioria dos presentes nesse processo eram detentores de saberes arraigados à agricultura quilombola do Sapê do Norte. Sendo assim, dispunham de conhecimentos relacionados à conciliação entre os plantios e as fases da lua, sobre formas de armazenamentos e conservação das sementes, da sazonalidade de cada tipo de plantio, do comportamento das plantas nativas e animais, aquilo que João compreende como “relação animal/floresta” e saberes necessários ao preparo do solo para agricultura.

Diferentemente, existem agricultores das retomadas desenvolvendo plantios orientados pela agricultura convencional, isto é, utilizando-se de insumos químicos (glifosato e NPK) para o cultivo de pimenta-do-reino com vistas à comercialização da produção. Isto é algo que se contrapõe à proposta inicial das retomadas, que seria a produção de alimentos e de um ambiente saudável tanto da perspectiva humana quanto não-humana.

De um modo geral, ao longo das retomadas do Angelim 1 há um significativo processo da conversão de terras tomadas pelos monocultivos de eucalipto em terras que agora são cultivadas através de uma agricultura relativamente diversificada, entretanto, isto não quer dizer, segundo João, que sejam áreas orientadas pela agroecologia, mas por uma agricultura mais tradicional, ainda aquém da domesticação das potencialidades paisagísticas e do solo dessas terras. Nesse sentido, a agricultura dessas retomadas já proporciona algum consumo e certa comercialização de seus produtos entre as comunidades do entorno.

Em algumas retomadas do Angelim 1, pude observar o cultivo de culturas tradicionais do Sapê do Norte, a exemplo da mandioca, da abóbora, banana, e de uma diversidade de árvores frutíferas. Usualmente também se criavam galinhas e porcos. Em uma dessas unidades agrícolas, chamou-me a atenção a diversidade de plantas frutíferas cultivadas: abacaxi, caqui, manga, urucum, jambo branco, pêssego, siriguela, cajá umbu, cacau, jaca, cupuaçu, acerola, goiaba, cambucá, caju, pitanga, pitanga roxa, pitaia, coco, uva, limão, abiu, abricó, manjerição, almesca, fruta-pão, cana-de-açúcar, entre outras variedades.

Uma outra dificuldade para o estabelecimento das condições de habitabilidade das retomadas é a rebrota constante dos eucaliptos, mesmo quando queimados e/ou cortados insistem em renascerem agressivamente, dificultando o manejo desses locais. A solução mais definitiva para essas situações, como já descrito em um tópico anterior nesta tese, se relaciona à destoca dos eucaliptos, dito de outro modo, à remoção completa dos tocos, manualmente algo muito demorado e desgastante fisicamente. Diante disso, a alternativa mais apropriada é a contratação de um trator, algo que exige uma significativa quantia de dinheiro, não disponível para a maioria absoluta das pessoas que estão nas retomadas.

As consequências das retomadas nas paisagens são notórias, advindas principalmente da retirada dos monocultivos de eucaliptos. As áreas de várzea que antes estavam secas, passaram a alagar em épocas de chuva, assim como lagoas e nascentes recuperaram a capacidade de armazenamento de água. Há casos emblemáticos, que demonstram essa transformação da paisagem. Um primeiro deles refere-se a quando um sitiante construiu uma casa em uma área que era aparentemente seca na época em que eram plantados somente eucaliptos. Porém, quando houve a retirada do eucalipto e o plantio de bananeiras, essa região passou a alagar, obrigando-o a mudar os cultivos e o próprio local de construção da casa. Um segundo caso se materializa no fato de uma estrada usada por anos, enquanto permaneciam os monocultivos de eucalipto, ter sido convertida atualmente em uma área constantemente alagada. Somado a isso, remanescentes florestais se expandiram e com eles também cresceu a circulação de animais e insetos nas áreas de retomada.

Em um dos nossos trajetos pela região, João exemplifica uma situação que representa a vinculação entre recuperação da paisagem e as retomadas:

Por que tem água? porque tem retomada aqui. Aqui tem Ninho dos Pássaros, do outro lado tem a Retomada do Angelim, aí em cima, então estão produzindo água aqui, tudo nascente do Velho Antônia. Por exemplo, está dentro daquela mata uma nascente, que abastece aquele córrego, que deveria estar sendo protegido, então a partir do trabalho de monitoramento ele está dentro do quilombo. Vou te mostrar outra nascente, que está em crise, para você ver como é onde não tem retomada. (João Batista, 16/08/2021)

Por outro lado, João identificou diferentes conflitos e problemas nas retomadas: a comercialização de terras, a falta de um propósito comum coerente com os interesses das comunidades quilombolas da região, uma postura de certa forma colonizadora de um núcleo familiar específico das retomadas, causando reiterados conflitos. Estas convulsões fizeram com que algumas lideranças do quilombo do Angelim 1 se colocassem de maneira organizada em uma posição contrária às retomadas.

A maioria dos problemas causados nas retomadas do Angelim 1 se vinculam a um sujeito específico que cria conflitos com diferentes membros dos outros núcleos familiares. Plantas são cortadas, ferramentas roubadas, parte de roças são queimadas, casas apedrejadas, objetos são trocados de lugar, animais são soltos dentro da casa de terceiros. Além disso, há ameaças, sistematicamente feitas em direção a diferentes pessoas das comunidades. Em um caso mais grave, vários moradores da região diziam que esse sujeito teria acolhido e escondido pessoas envolvidas em assaltos na Vila de Itaúnas. Todas essas práticas foram feitas de uma maneira sorrateira, de madrugada, através de trilhas e caminhos pouco conhecidos, entre remanescentes florestais.

Ademais, existem relatos que apontam que esse sujeito tem vendido terras nas retomadas, colocando pessoas nas terras, desconhecidas e descoladas dos interesses das comunidades, em relação ao manejo das terras e das paisagens. Nesse sentido, há situações de desmatamento dos remanescentes florestais, mal trato em relação às nascentes, cursos d'água, construções em locais de armazenamento de água, como são várzeas e lagoas e o uso de agrotóxicos.

Por consequência, é perceptível que as áreas do entorno desse núcleo familiar têm desenvolvido pouco sua agricultura, a construção de casas e a permanência das

famílias nas retomadas. Essas atitudes dão a entender que o objetivo desse sujeito é reduzir as condições de permanência dessas famílias para lhe tomarem as terras.

Em comparação a alguns núcleos familiares do Quilombo de Angelim 1, as terras das retomadas aparentam estarem menos “imprensadas” e com mais condições de sucessão familiar, isto é, com terras disponíveis para que descendentes possam permanecer no quilombo e praticar a agricultura. Em vista disso, diferentes famílias que optaram por não participar do processo, aguardando a titulação das terras do quilombo em uma possível reparação do espólio produzido pelo Estado e a indústria de celulose, passam a cogitar fazerem suas próprias retomadas.

Para além de conversas, relatos e visitas às retomadas, João, orientado pelo Ministério Público Federal (MPF), propôs oficinas com o objetivo de produzir um diagnóstico e um plano de desenvolvimento. Tendo em vista o aprimoramento da relação das retomadas com as comunidades quilombolas, as formas de manejo da paisagem, a agricultura e a superação dos conflitos. Um último aspecto muito delicado desse processo seria a identificação dos não-quilombolas nessas retomadas.

As oficinas ocorreram em 2017, durante cinco oportunidades diferentes, em casas de membros das associações que existiam à época nas ocupações. Nesse processo, João identificou quatro perfis de moradores nas retomadas: um primeiro perfil de pessoas com ligações familiares com os quilombos da região, que participaram da articulação das retomadas, bem como desenvolveram uma agricultura para a produção de alimentos e permaneceram em diálogo com as comunidades e as associações; um segundo tipo com o perfil parecido com o primeiro, mas que chegou posteriormente à retomada, buscando se articular com as comunidades e associações; um terceiro composto de pessoas não-quilombolas que chegaram às terras através da venda ou troca com quilombolas que participaram das retomadas. Estas haviam cultivado as terras por um período de tempo e depois as repassaram, um quarto perfil é de pessoas totalmente descoladas de qualquer organização dos quilombolas, que estão em contraposição à existência de uma luta histórica dos quilombos e ao processo de articulação dessas comunidades quilombolas do Sapê do Norte para a reprodução de seus desenhos ontológicos no território e nas paisagens.

Mais tarde, durante os anos de 2020 e 2021, este último perfil ficou conhecido entre os quilombolas como “invasores”, quando passaram a se expandir por diferentes áreas nas adjacências dos quilombos do Sapê do Norte. Ao longo de diferentes reuniões que visavam constituir formas de os quilombolas lidarem com essas invasões, foi feita a exposição do levantamento feito por João sobre as retomadas. Por consequência, quando a partir de ações na justiça perpetradas pela Suzano S.A foi dado o respaldo para que fossem feitas reintegrações de posse, nenhuma área onde havia quilombolas foi afetada. Somente foram reintegradas, em sua maioria, ocupações que estavam totalmente desarticuladas dos propósitos dos quilombolas.

No entendimento do interlocutor desta pesquisa, os não-quilombolas que vivem nessas áreas de ocupação, caso se aliassem com os quilombolas, de diferentes maneiras, desde a forma da agricultura e o manejo da paisagem, tal como o pertencimento a associações e o não fomento a conflitos e a irrupção das práticas comunitárias, poderiam nutrir maiores possibilidades de permanência, contanto que em um diálogo amplo com as comunidades. Posteriormente, no caso dessas terras serem tituladas como “terras de quilombo”, estas pessoas deveriam resolver a situação com as comunidades.

Isto não seria algo inédito pois de maneira associada aos sistemas coletivos de uso da terra do Sapê do Norte sempre houve o comércio/troca de terra e terrenos, tanto entre quilombolas quanto entre quilombolas e não-quilombolas. Relações desse tipo ocorreram no período anterior à colonização pela indústria de celulose e também posteriormente.

Por exemplo, durante esta pesquisa, conheci um jovem quilombola de Angelim 1, oriundo de um núcleo familiar que conseguiu reter parte de suas terras mesmo perante a chegada dos monocultivos de eucalipto. Ele estava trabalhando como trabalhador rural, no manejo de sistemas agroflorestais, no cultivo de flores e criação de galinhas de uma propriedade de pessoas “de fora”, porém dentro do território do Angelim 1. Essa propriedade havia sido vendida há alguns anos para essas pessoas, em um processo deliberado, em que não havia conflitos e nem um sentimento de insatisfação das comunidades perante esses proprietários.

Logicamente, o fato de quilombolas venderem suas terras em um local onde existem muitas famílias necessitando de terras agricultáveis para a produção de alimentos e a sucessão familiar demonstra as dificuldades de apropriação de riqueza por outros meios na região. Mas ainda assim, é um contexto bastante diferente da chegada da indústria de celulose, que contou com um aparato militar advindo do Estado e a ação de agrimensores que mediam as terras de maneira a roubar os quilombolas.

De maneira um pouco diferente, em outras retomadas, como são aquelas do Cantangalo (feita em 2014) e São Domingos (iniciada em 2010), membros das comunidades convidaram, de forma organizada, parceiros de fora para contribuírem com as ocupações e terem acesso à terra. Essa atitude tem origem no fato de que qualquer processo de ocupação de terras necessita de um volume de pessoas para que a resistência seja efetiva contra ações de repressão da parte do Estado, como ocorre por exemplo nos acampamentos vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que já foram montados várias vezes ao longo de boa parte da região norte do Espírito Santo. Nessa lógica, dentro dessas retomadas não existem conflitos vinculados à venda e/ou invasão de terras para/por estranhos às comunidades.

Na forma como João analisa, um problema se manifesta quando ocorre a invasão e a ocupação de terras de interesses de quilombolas, sem diálogo com as formas de organização das pessoas do lugar, reproduzindo, de certa forma, as táticas do Estado nos anos 1960. Estas, que foram fundamentadas na ideia racista de “vazios demográficos” e “terras devolutas”. Tal situação atualmente ocorre de duas maneiras, a partir de uma ação deliberada dessas associações que estão em busca de títulos individuais de terras, como já foi explicitado em outros tópicos deste trabalho, ou a partir da ação individual de um quilombola ou outro que vende terras, de maneira individual e sorrateira, orientados pela “mentalidade do fazendeiro” à revelia dos interesses coletivos das comunidades.

Ao longo das discussões do movimento quilombola em torno das retomadas e invasões, a maior preocupação de João foi que aquelas áreas invadidas não voltassem para as mãos da empresa do ramo da celulose, e que conseqüentemente fossem convertidas novamente em vastas plantações de eucalipto. Isto é algo que já ocorreu com as áreas que foram reintegradas em 2021, de modo que no segundo semestre do

mesmo ano já estavam sendo preparadas para o cultivo de eucalipto. A retirada das retomadas e das invasões, respeitando-se reintegrações de posse solicitadas na justiça pela Suzano S.A, significa o reconhecimento pelo Estado de áreas reivindicadas pelos quilombolas, como de posse da empresa.

De maneira vinculada a esta forma de interpretar as coisas, João passou a se aproximar de algumas pessoas que estavam na retomada e que se sobrepõem ao território do Angelim 1. Essa aproximação, mais tarde, resultou na criação do “Coletivo Terra do Bem”. A retomada de Itaúnas passava por uma cisão que coincidiu como falecimento de sua principal liderança, tal como é relacionada aos desdobramentos das reintegrações de posse ocorridas em outras ocupações.

Dessa forma, havia membros dessa ocupação que não eram quilombolas e renegavam esse tipo de reivindicação de direito territorial sobre as terras. Também existiam pessoas com ligações familiares com quilombolas, mas que não se identificavam como pertencentes a esse grupo social. Isto, em parte, estava ligado ao fato de essas pessoas nutrirem ressentimentos em relação a um quilombola de Angelim 1 em específico, que se articulou para a reintegração de posse dessas áreas, assim como, existem casos de quilombolas que não se reconhecem como tais por não terem participado das formações em relação à causa quilombola, que ocorreram mais intensamente na primeira década dos anos 2000.

Essas pessoas passaram a se organizar em torno de uma nova liderança, vinda de fora do Sapê do Norte e que buscava o caminho de interlocução com a Suzano S.A para a permanência. Nesse processo, essa liderança sugeriu adicionar “amigos da Suzano” ao nome da associação. Também, foi-me relatado que os associados, caso não pagassem regularmente mensalidades perderiam o acesso à terra, um acontecimento desse tipo acometia um nativo de Itaúnas, remanescente das primeiras famílias da localidade, que estava cultivando uma área nessa retomada.

Entre os dissidentes desse processo, estavam as pessoas que se aproximaram de João. Entre eles, quilombolas, nativos de Itaúnas e pessoas de fora. Tais sujeitos participaram das atividades do projeto “Agroflorestando o Sapê do Norte”, em seguida fundando o “Coletivo Terra do Bem”, como já relatado em tópicos anteriores deste mesmo trabalho. Ao fazer um estudo junto a alguns dos mais antigos do quilombo de Angelim 1,

João entendeu que a área onde essas pessoas estão estabelecidas era conhecida antigamente como o “pântano”, não sendo local de moradia, mas um território de uso comum para caça, pesca e extração de fibras vegetais e plantas nativas pelas comunidades.

No decorrer da convivência de João com esses parceiros, foi criado um grupo em um aplicativo de mensagens instantâneas para uso em smartphones com o propósito de comunicação e troca de informações. É perceptível que essas pessoas passaram a utilizar diversas categorias propostas por João no entendimento do Sapê do Norte, assim como passaram a desenvolver formas de manejo da paisagem afins às suas propostas.

Uma das categorias herdadas da convivência com João é a ideia de “monitoramento dos territórios”. O objetivo desse monitoramento é analisar o que está sendo produzido nas retomadas no âmbito de seus desdobramentos na paisagem, em especial, se estão sendo produzidos alimentos, reflorestamento, o condicionamento dos territórios para o armazenamento e a reprodução das águas, a incidência de animais silvestres nas retomadas, o uso ou não de agrotóxicos, a invasão ou não dessas áreas pela Suzano e os rastros e consequências da atuação da corporação no Sapê do Norte. Para ele, trata-se do equivalente ao que entendemos, a partir do pensamento de Tsing (2019), como as diferentes assembleias possíveis entre humanos e não-humanos e seus efeitos nas condições de habitabilidade das paisagens multiespécie.

O principal desdobramento da aliança em torno do “Coletivo Terra do Bem” é um projeto focado na produção de novas assembleias vinculadas ao Córrego da Velha Antônia. A proposta em questão é o planejamento de toda a área de retomadas de Itaúnas que abrangem o antigo córrego, envolvendo desde as formas de construção de moradias, a produção agrícola, a recuperação e conservação das águas, a restauração florestal e a comercialização da produção advinda da agricultura, em uma área que abrange 300 hectares, 76 famílias, remanescentes florestais e terras que estão de posse da indústria de celulose desde aproximadamente os anos 1960.

Nas palavras de João, a escolha do curso d'água em questão se deu pelo seguinte motivo:

Porque ele é um rio importante para Itaúnas, para a vida da comunidade, ele tem um significado muito importante, estão deixando a empresa sufocá-lo com eucalipto. Aqui onde passou o asfalto é um leito normal dele, atravessa ali. Aqui tem uma nascente morta e aqui a nascente principal, a do toco ela tá do lado de lá, porque eu quero entrar, preciso pedir autorização para eles (a empresa), mais esse bloco todo e ali onde tá aquele cara acenando, ali é um rio, não era para ter o asfalto era para ter uma ponte, o córrego atravessa aqui também. Então, ou seja, se produzir água lá na cabeceira mais tarde aqui vai ter uma enxurrada e eles vão ser obrigados a quebrarem o asfalto (João Batista, 16/08/2021).

Nos últimos anos, o Córrego Velha Antônia, além de ser afetado negativamente pelas consequências do desmatamento e dos monocultivos de eucalipto, tem seu curso interrompido pela estrada que liga Itaúnas a Conceição da Barra. Simultaneamente, as comunidades que sempre conviveram com o córrego tiveram suas possibilidades de interferência nas condições de vitalidade do curso d'água afetados pelo Estado e os eucaliptos. Em vista disso, o projeto tem um intuito de produzir as retomadas para além do acesso à terra.

Com este propósito, o foco seria a construção de moradias através do que ficou conhecido como bioconstrução, isto é, a releitura das formas de construção tradicionais ao Sapê do Norte, utilizando-se de diferentes tipos de barro e madeira, assim como novas formas de construção vinculadas aos paradigmas da permacultura. Somado a isso, sistemas de saneamento seriam construídos através de modelos de saneamento ecológico, entre eles o círculo de bananeira³ e a fossa biodigestora⁴. Para isso, seriam coletados materiais disponíveis na região como barro, capim, esterco e madeira, e também seria fomentada a realização de cursos de bioconstrução e saneamento ecológico junto às famílias envolvidas.

No âmbito da agricultura, seriam impulsionados sistemas agroflorestais que não dependem majoritariamente de insumos externos, assim como, de irrigação. Desse modo, são organizados através do equacionamento entre plantas que convivem bem entre si e que são bem adaptadas às características da região. Nessa lógica, haveriam culturas passíveis de serem colhidas a longo, médio e curto prazos. Com esse intuito,

³ Técnica de saneamento que destina a água proveniente da lavagem de roupas, do banheiro e da cozinha para um local isolado, onde são plantadas bananeiras, entre outras plantas com folhas largas, de alta capacidade de evapotranspiração, isto é, de absorção e transformação da água em vapor.

⁴ Modelo de saneamento a partir do qual a água proveniente de uso doméstico é filtrada, tratada e convertida em fertilizantes naturais, mais conhecidos como biofertilizantes.

seriam feitas análise dos solos, coletas e armazenamento de sementes, bem como práticas de extensão rural participativa, tendo como referência os agricultores da região mais experientes no âmbito da agroecologia como é o caso de João. Isso soma-se ao intercâmbio com outros agricultores e o contínuo estudo de técnicas e formas de manejo vinculadas à agroecologia e dos sistemas agroflorestais.

Os sistemas agroflorestais seriam o meio produtivo através do qual as famílias das retomadas produziram alimento. Tendo em vista que grande parte da população de Itaúnas constitui sua alimentação através do acesso a frutas, verduras, leguminosas e hortaliças vindas de longe e comercializadas no supermercado ou através de atravessadores na feira semanal, em ambos os locais são ofertados produtos oriundos da agricultura convencional, cultivados através do pacote da Revolução Verde.

Nas reflexões do coletivo, também é aventada a possibilidade da constituição de modelos cooperativos de beneficiamento e comercialização da produção. Os produtos seriam identificados como oriundos de um processo de retomada, dessa maneira se apropriando das possibilidades de escoamento da produção a parceiros e apoiadores da causa, bem como turistas. Atualmente, na Vila de Itaúnas, parte do Grande Sapê do Norte, não há produtos comercializados que identifiquem sua origem em um quilombo e/ou em uma retomada.

Como etapa para concretização desse objetivo, seriam estabelecidos locais para o beneficiamento e escoamento da produção, somado a um local de comercialização dentro da própria Vila de Itaúnas. Também é proposta a construção de um local de escoamento e comercialização nas proximidades da BR ES 010, local de intenso trânsito de veículos. Em convergência, os agricultores das retomadas poderiam acessar programas institucionais para o fornecimento de alimentos como são o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e também de redes de comercialização solidária como é o caso da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA).

Além das agroflorestas, como medida de elaboração de novos desenhos ontológicos e por consequência da constituição de novas assembleias em relação à paisagem, o Coletivo Terra do Bem também elaborou diretrizes para a conservação e a recuperação das águas e para a restauração florestal.

No caso da conservação e recuperação das águas, as principais ações consistiriam na identificação e no isolamento das áreas de nascentes, da inserção de plantas que contribuem para o armazenamento de água, um dos aspectos do manejo chamado como “plantio de água” (PEREIRA *et al.*, 2018). Regularmente, seria feito o monitoramento contínuo das nascentes.

O processo de restauração florestal ocorreria através de diferentes práticas, entre elas: a identificação de árvores matrizes para a coleta de sementes e a produção de mudas, o armazenamento do material genético advindo dessas matrizes, a reintrodução de espécies que foram extintas e quase extintas. De maneira associada, haveria uma postura de monitoramento da fauna local, pois os membros desse coletivo estimam que nas retomadas transitam 50% das espécies catalogadas no território do Parque Estadual de Itaúnas.

O coletivo estimou os custos e a sequência lógica de métodos e procedimentos que configurariam esse extenso projeto para o desenvolvimento integrado das retomadas, no intuito de articulação com o Parque Estadual de Itaúnas, as associações, a organização Sociedade Amigos Por Itaúnas (SAPI), tal como, para a própria Suzano S.A que visa a reintegração das áreas de retomada.

Atualmente o grupo realiza os primeiros estágios do projeto, sem financiamento. No entanto, os membros ficam atentos a oportunidades de submissão de subprojetos que tratam de aspectos desse projeto maior, como é o caso de um aprovado junto ao Governo do Estado do Espírito Santo para conservação e recuperação de algumas nascentes vinculadas ao Córrego Velha Antônia.

Lembro que na abordagem de Escobar (2012; 2016) os desenhos ontológicos podem ser protagonizados por comunidades indígenas camponesas e quilombolas, tal qual, também podem se referir a ação e os projetos de ativistas e visionários (ESCOBAR, 2018), mas, de outro lado também se referem a projetos e práticas desenvolvidas por atores na margem, sem lugar nem comunidade específica. Portanto, a relação de co-desenho que constitui o Coletivo Terra do Bem, entre João, que construiu ao longo de sua vida uma perspectiva acerca do que é ser quilombola do Sapê do Norte, com pessoas descendentes dos quilombos da região que não compartilham e/ou não tiveram acesso a essa formação, e com não-quilombolas de fora da região, do estado e até do país,

evidencia a necessidade e a escolha estratégica por alianças entre sujeitos de diferentes origens.

Por um lado, isso se refere ao fato de que ao longo de sua trajetória, João teve seguidas dificuldades ao trabalhar projetos de agroecologia somente com quilombolas, por uma diversidade de motivos que envolvem discordâncias, deslealdades e o que na sua visão é a carência do interesse por uma apropriação mais profunda da questão. Por outro lado, este interlocutor busca constituir dentro dos quilombos uma apropriação enfática da questão ambiental contemporânea, baseada numa captura e reconfiguração da agroecologia, alçando a paisagem, a agricultura, os solos e o acesso à água como atributos centrais da territorialidade quilombola, para além da posse da terra.

Em vista disso, compreendo que na relação com as retomadas e com não-quilombolas João está encampando uma alteração nas normas sociais relacionadas à produção do território e da paisagem pelos quilombolas, motivado por uma situação emergencial contínua, advinda do avanço da degradação das paisagens e das condições de permanência, fato que não oferece espaço para esperar a titulação. Essa postura não é algo exclusivo de sua perspectiva em comparação a outros povos. Maurice Godelier (1989) observou, ao fazer análise de diferentes etnografias, que em situações de escassez e recrudescimento das condições ambientais de existência nos territórios, surgem acordos entre etnias para a sobrevivência mútua, nos quais são alterados os regimes de propriedade, bem como as permissões/proibições existentes.

Na relação entre quilombos e retomadas, esse tipo de aliança não ocorre somente nos trabalhos de João, mas no compartilhamento da água, de uma propriedade para outra, e no comércio entre quilombolas e não-quilombolas ou de quilombolas do lugar com quilombolas de outros lugares estabelecidos nas retomadas. Além desses, existem alguns outros exemplos emblemáticos: um quilombola contrário às retomadas compra, vez ou outra, mandioca produzida nessas ocupações, para que seja usada na feitura de farinha no quitungo de seu núcleo familiar; outro exemplo é de um quilombola que vende farinha para que um morador de retomada insira o produto em uma cesta para entrega através de um projeto de rede de comercialização solidária.

Outro elemento transversal à trajetória de João, que é notada na sua relação com as retomadas, é sua rejeição por desenvolver projetos ou mesmo a agricultura e a

agroecologia de uma perspectiva individual. Por esse motivo, ele sempre buscou parcerias, a participação e a elaboração de coletivos. Isto não se atrela somente às dificuldades de se produzir qualquer projeto sozinho, mas pelo desejo de fazer parcerias, de integrar.

Em vista disso, mesmo com poucas condições materiais para materializar seus projetos, João se propõe a pensar etapas do que poderia ser o desenvolvimento do Sapê do Norte enquanto território integrado, relacionando diferentes sujeitos individuais e coletivos. Isto é o que Escobar chama dos desenhos ontológicos de futuralidade (ESCOBAR, 2012; 2016; 2018), essenciais à compreensão da profundidade da captura e da lida com a modernidade colonial pelas comunidades.

Nessa lógica, a futuralidade é um desenho ontológico de projeção do futuro a longo prazo, tendo em vista um futuro desejável para as comunidades, para além da ideia de resistência ou da produção de demandas perante o Estado. De outro modo, a futuralidade significa o exercício de elaboração, pelos sujeitos das comunidades, de cenários possíveis e desejáveis para os anos vindouros.

Por mais que a domesticação do futuro tenha se expandido do século XVIII para os dias atuais, através da racionalização e sobretudo pelo conhecimento especializado, a serviço da colonização dos territórios e paisagens, para uma lógica de exploração (ESCOBAR, 2018), o pensamento visionário sobre o futuro é também uma necessidade e um incremento na articulação para a permanência das comunidades camponesas e dos povos tradicionais. Aliás, o cuidado com o futuro torna-se ainda mais necessário tendo em vista que as condições ambientais disponíveis no Sapê do Norte, somadas às mudanças climáticas e à sobreposição de formas de colonização em busca de terra e recursos naturais que se acentuam cada vez mais. Dessa forma, torna-se cada vez mais relevante compreender as consequências dessas condições problemáticas a longo prazo, assim como o desenvolvimento de formas de habitar um território reduzido e uma paisagem fraturada.

Por essa perspectiva, os projetos e as formas de articulação desse quilombola do Sapê do Norte junto às ocupações denominadas comumente na região como retomadas são desenhos que propõem formas de autonomia de uma perspectiva multidimensional. Dito de outro modo, a retirada dos eucaliptos, a recuperação das condições de fertilidade

do solo de reprodução das águas, novas oportunidades para o comunal, a produção e a disponibilidade de alimentos para as comunidades do entorno, possibilidades de apropriação de riqueza do turismo e, sobretudo, a produção de experiências que se tornem referência dentro do contexto de comunidades quilombolas do Sapê do Norte.

Para além disso, a interlocução com esses processos de retomada, bem como a lida com as invasões, fez com que João desenvolvesse formas de análise e de diferenciação dos diferentes propósitos que circulam em torno dessas ocupações. Nesse sentido, existem nas ocupações tanto nas retomadas como nas invasões, algumas pessoas que ele compreende com uma espécie de “sanguessugas da terra”, isto é, residentes completamente descolados de uma ideia de cuidado com as paisagens e com os solos, que utilizam insumos químicos e apoiam a ideia de monocultivo.

Por outro lado, entranhados nesse processo existem nativos de Itaúnas, quilombolas e não-quilombolas, mas que cuidam da terra, demonstram desejo de praticar a agricultura e até produziram resultados interessantes nas áreas de ocupação. De forma análoga, uma associação, que se caracteriza como “Associação de Agricultores Familiares de Ninho dos Pássaros”, que ocupa uma área de retomadas, congregando uma maioria de não-quilombolas, doou alimentos, entre eles, mandioca, farinha, maracujá, abóbora, para o quilombo de Santana, uma comunidade localizada na periferia de Conceição da Barra. Essa doação se soma àquelas feitas por quilombolas, organizadas pela Conaq e a Coeq com o propósito de possibilitarem a sobrevivência das famílias mais vulneráveis às políticas de distanciamento social no período mais crítico da pandemia do novo coronavírus.

João interpreta a causa da intensidade de diferentes tipos de ocupações no Sapê do Norte como atrelada também ao aumento da pobreza e a falta de oportunidades, inerentes à forma de constituição do agronegócio nos territórios e suas consequências:

Derli Casali⁵ já dizia, o dia que a cidade acordar, o agronegócio tá perdido, pois a fome vai aumentar e os caras (empresas e grandes fazendeiros) ocupam a terra para a produção de commodities, para branco, preto que seja, ficar limpando o toba⁶, transportando toneladas e toneladas de água (João Batista, 16/08/2021).

⁵ Um padre ligado à constituição de grandes ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no norte e no extremo-norte do Espírito Santo.

⁶ Expressão popular no Espírito Santo para se referir ao ânus.

Em vista disso, por mais que na leitura do mais fundamental interlocutor desta pesquisa exista uma questão agrária histórica que congrega não somente os quilombolas, mas indígenas, camponeses dispersos ao longo de todo o Brasil, o cerne da organização do Sapê do Norte passa pela questão quilombola. Isto é, as comunidades e a organização das comunidades quilombolas locais, seu autorreconhecimento e a busca pela titulação desses territórios. Essa percepção denota que mesmo que seja justa a reivindicação por terras de associações de agricultores de diferentes tipos, isto não pode ocorrer sobrepujando os interesses dos quilombos, ou trazendo consequências negativas para as famílias locais e muito menos reproduzindo táticas que se sobrepõem a questão quilombola. Nessa lógica, João diz:

eu entendo a luta pela terra, eu sei da questão agrária, mas, vocês estão lidando com um tema, de território quilombola, que já existe há muito tempo, talvez você tenha até direito F⁷, mas, do jeito que você está fazendo, não é o método, nós não somos inimigos, somos inimigos do Estado, nós estamos com o alvo certo, mas, temos que compreender a questão para não virarmos inimigos (João Batista, 16/08/2021).

Além desta interlocução com as retomadas no Angelim 1 e Itaúnas, João através de seu trabalho na Coeq ajudou na formulação de um projeto aprovado junto a um fundo focado em subsidiar projetos de comunidades e povos tradicionais. Ele pretende contribuir na execução do projeto também. Este que se chama “Agroflorestando a comunidade Jacupemba” será executado na área retomada de um núcleo familiar do Quilombo de São Domingos. A área em questão foi tomada durante anos por monocultivos de eucalipto pela indústria de celulose e foi há alguns anos retomada pelas famílias de São Domingos.

No caso dessa família especificamente, o contexto em que eles estão inseridos é de significativo “imprensamento” pela indústria de celulose, vivendo à beira de uma rodovia, com pouquíssimas áreas agricultáveis, com membros mais jovens trabalhando com carvão ou como terceirizados da empresa do ramo de celulose. Em vista disso, o projeto foca na contratação de tratores para a retirada dos tocos dos eucaliptos já

⁷ Líder de uma das associações que invadiram as terras em litígio entre quilombolas e a indústria de celulose.

cortados, que insistem em brotar e atrapalham o aproveitamento da área para a agricultura.

Ademais, devido à forma como os eucaliptos captam a água disponível, e contribuem negativamente para o armazenamento e reprodução das águas, tornou-se necessária a perfuração de poços artesianos cada vez mais profundos para o acesso à água. Isto posto, o projeto também foca a contratação de mão de obra e infraestrutura especializada para a tarefa, focando nas possibilidades de aproveitamento dessas áreas de retomada para a agricultura dos quilombolas.

Um projeto similar surgiu da interlocução de João com uma liderança quilombola de Linharinho. A proposta também foi submetida a um fundo dedicado ao financiamento de projetos feitos por populações tradicionais. A partir do interesse dos quilombolas em preparar uma área para implantação de sistemas agroflorestais como forma de recomposição da mata ciliar, onde havia anteriormente eucaliptos, nosso interlocutor estimou os custos e os processos necessários. Desse modo, estão contidos no projeto, recursos para a contratação de tratores para a retirada dos tocos de eucalipto, os custos de uma assistência especializada, isto é, o trabalho de João, e recursos para produção e plantios das mudas, entre nativas e de outros gêneros agrícolas, para autoconsumo e comercialização.

Ao longo desses anos, João vem nutrindo uma série de interlocuções e parcerias com um outro quilombola do Sapê do Norte, que vive atualmente na retomada de Linharinho, conhecido popularmente como Antônio Sapezeiro. Como os dois são da mesma geração, participaram juntos das escolinhas quilombolas, feitas em parceria com a FASE/ES e também participaram cada um a seu modo das retomadas.

Sapezeiro tem origem em um contexto mais problemático que o de João dentro da diversidade de realidades do próprio Sapê do Norte. Ele passou por situações de muita dificuldade, já morou na periferia da região metropolitana de Vitória, em um bairro com altos índices de assassinato de jovens negros, bem como foi ameaçado algumas vezes pelo seu ativismo em prol da causa quilombola. Ele também teve alguma interlocução com diferentes movimentos sociais, em especial com o MST e a FASE/ES. Além disso, tem significativa apropriação da agroecologia, enquanto forma de manejo das paisagens através da agricultura.

Em vista dessas afinidades, eles organizaram em 2018, junto a ativistas de Vitória, um núcleo local de uma rede de comercialização solidária denominada “CSA Sapê do Norte”, onde agricultores(as) das retomadas e dos quilombos de Linharinho e Angelim 1 entregariam produtos para compor uma cesta quinzenal para consumidores⁸ que vivem na região metropolitana de Vitória.

Entretanto, a parceria no CSA durou apenas um mês, pois João entendeu que a ausência de um veículo para fazer as entregas, bem como para recolher os alimentos na casa dos agricultores(as) e a falta de regularidade na produção tornaram o processo de certa forma irrealizável em sua plenitude. Dessa maneira, além de inviável, acabou atrapalhando outros projetos seus e encarecendo a atividade em um grau em que não valia mais a pena economicamente falando. Em vista disso, João e alguns outros de Angelim 1 deixaram de participar, mas as entregas continuaram apenas com Sapezeiro e outros(as) agricultores(as) do entorno de Linharinho.

Mais recentemente, Sapezeiro veio a fazer parte do Coletivo Terra do Bem, através das atividades do projeto “Agroflorestando o Sapê do Norte”. De maneira associada, o interlocutor desta pesquisa o tem chamado para fazer trabalhos de roçagem e corte de madeiras para construção no seu núcleo familiar no Sítio Porto das Canoas.

Ao observar o conjunto da discussão feita neste tópico é possível perceber que o foco foi analisar as formas de João desenhar o Sapê do Norte, através de sua relação com as retomadas e também com as invasões. Isto é, a forma como ele estabelece co-desenhos com outros sujeitos e processos que ocorrem ao longo deste grande território quilombola.

Somado a isso, também busquei elencar algumas circunstâncias e consequências desses co-desenhos nas paisagens do Sapê do Norte. Além disso, tentei mostrar os

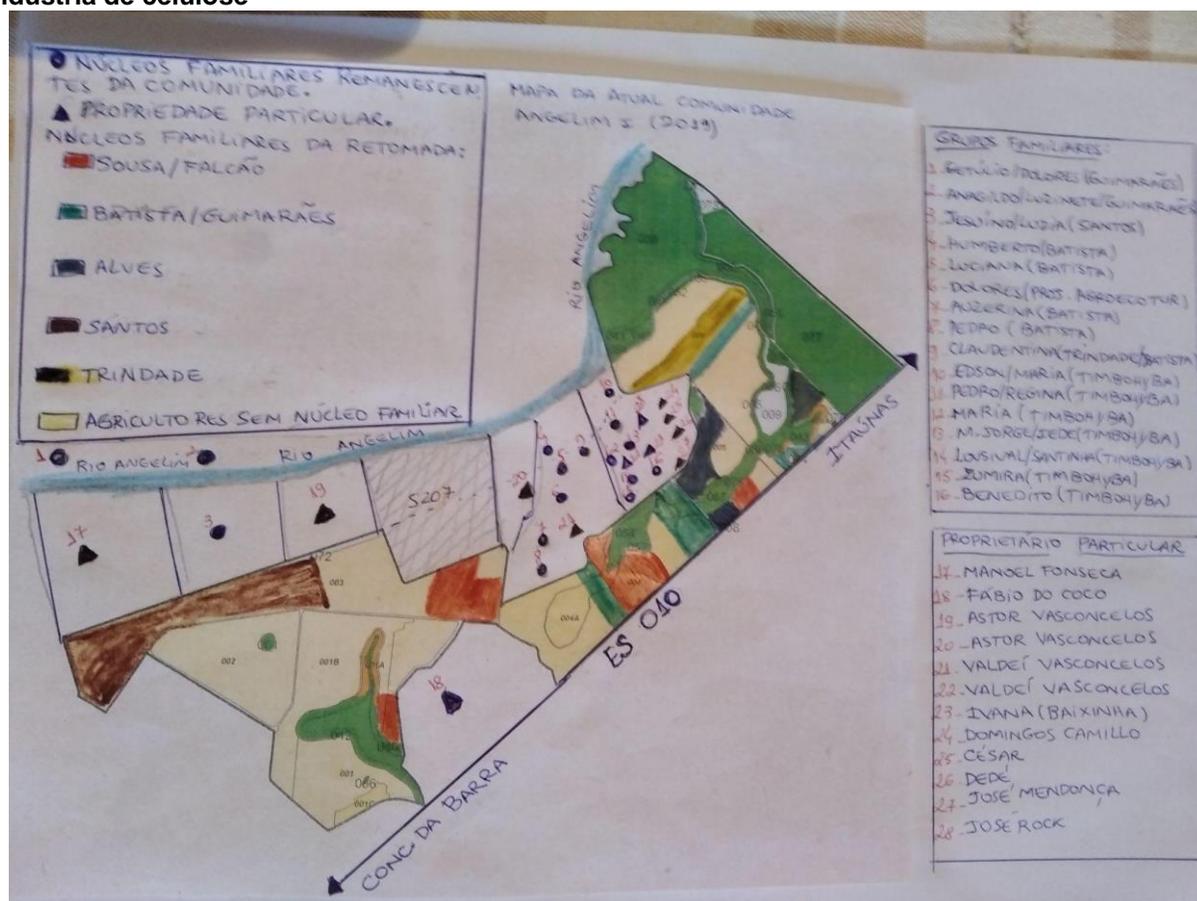
⁸ O modelo CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) é uma rede de comercialização solidária na qual agricultores(as) e consumidores(as) se associam. Desse modo, os consumidores são chamados de “co-agricultores”, financiando mensalmente a produção agrícola dos parceiros. Eles também podem participar usualmente dos processos produtivos ligados à agricultura, desde o manejo das roças, mutirões e atividades logísticas ligadas ao escoamento dos gêneros agrícolas. Os co-agricultores podem receber semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente, os itens produzidos pelas famílias agricultoras. Os produtos podem variar em quantidade e tipo conforme a sazonalidade e as intempéries da produção agrícola. O propósito é que sejam produzidos frutas, legumes e verduras através de agriculturas que sejam relacionadas à agroecologia, agricultura natural, agricultura orgânica, agricultura biodinâmica e à permacultura.

desdobramentos nas condições de habitabilidades das famílias quilombolas da região e nos diferentes desenhos de alguns dos sujeitos dessas comunidades.

Por último, a partir desses desenhos ontológicos, é possível a compreensão das expectativas, do sentido e dos processos que fazem parte de um projeto maior do interlocutor desta pesquisa, em vista do desenvolvimento rural integrado do Sapê do Norte quilombola. O qual João vem construindo e reconstruindo ao longo de sua trajetória.

No tópico seguinte irei discorrer sobre os processos de captura ontológica (BLASER, 2013) da agroecologia a partir dos seus desenhos ontológicos de experimentação da agroecologia, enquanto meio de o interlocutor desenhar novas assembleias e as condições de habitabilidade das paisagens do Sapê do Norte.

Imagem 62 - Mapa das Retomadas do Angelim 1, feito por João, sobre o mapa dos talhões da indústria de celulose



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 63 - Marcação das retomadas de Angelim 1, ao fundo área onde anteriormente só tinham eucaliptais



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 64 - Casa na retomada em Angelim 1, abandonada, pois após a retirada dos eucaliptais a área se tornou um alagado, conforme foi recebendo água da chuva



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 65 - Plantação alagada na Retomada do Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 66 - Casa e terreiro na Retomada de Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 67 - Farinheira na Retomada de Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 68 - Captação de água na Retomada de Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 69 - Área de membro do Coletivo Terra do Bem na Retomada de Itaúnas



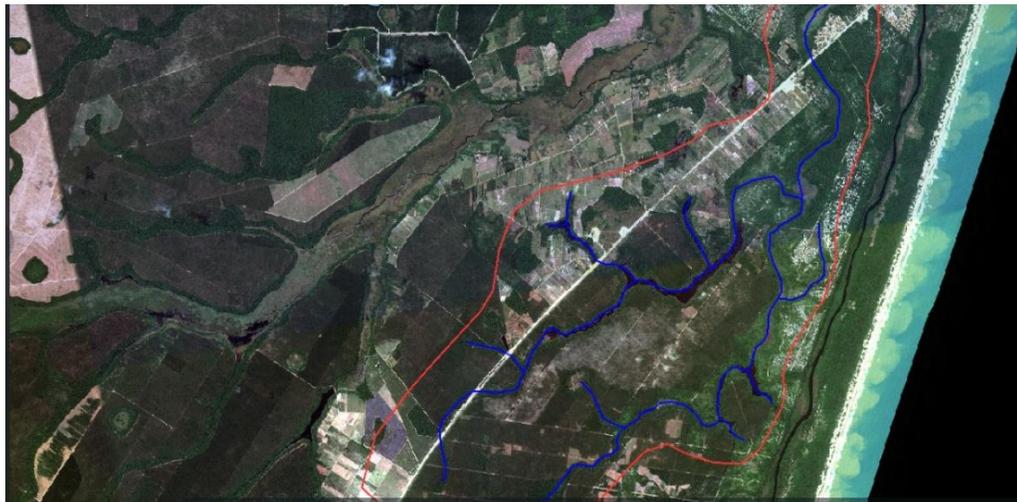
Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 70 - Fossa de evapotranspiração na Retomada de Itaúnas



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 71 - Mapa com o trajeto do Córrego Velha Antônia (em azul) feito pelo Coletivo Terra do Bem



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 72 - Placa do projeto de recuperação de nascentes do Córrego Velha Antônia, colocada pelo Coletivo Terra do Bem



Fonte: Arquivo pessoal

3.3 “A PLAQUINHA DO AGROFLORESTANDO DEMARCA UM OUTRO COMPROMISSO COM O TERRITÓRIO”: CAPTURAS E DESENHOS ONTOLÓGICOS DE AGROECOLOGIA

Ao longo das minhas experiências acompanhando o trabalho ativo de João enquanto agente construtor de mundo, durante esses aproximadamente quatro anos de pesquisa, pude perceber o significado, o propósito, a forma e as consequências da captura ontológica da agroecologia por este interlocutor. Além disso, também foi possível entender como esse paradigma é elaborado em seus desenhos ontológicos.

Mesmo para atores que se julgam como pertencentes, apoiadores e simpatizantes do que é possível caracterizar como um movimento agroecológico, nem sempre são muito nítidas as possibilidades através das quais a agroecologia pode fazer parte de diferentes construções de mundo, havendo formas distintas de captura ontológica da mesma.

De um lado, o paradigma em questão acaba sendo entendido, em uma diversidade de situações, como conjunto de técnicas e/ou procedimentos quase universais a qualquer contexto, viabilizados através do trabalho de assessoria técnica e extensão rural de técnicos, sobretudo, agrônomos de órgãos governamentais ou de órgãos não governamentais. Neste sentido, a agroecologia vai conjugar pressupostos das disciplinas vinculadas à ecologia, ao estudo dos solos e do manejo de insetos e organismos nocivos a determinadas culturas agrícolas, entre outros campos disciplinares. Associadamente, vai dispor de um conjunto de técnicas como são a compostagem, o controle biológico de pragas, o uso de pesticidas orgânicos, a adubação verde, o uso de fertilizantes minerais, a rotação de culturas, plantio direto, dentre outras (SOUZA *et al.*, 1998, ALTIERI, 2009, ROSSET; ALTIERI, 2018, VAL; ROSSET, 2022).

De outra perspectiva, a agroecologia pode ser entendida simplesmente como algo próximo das formas através das quais as populações tradicionais vêm manejando paisagens, ao longo da ocupação humana dos territórios, quando estas tinham uma relativa autonomia sobre os territórios e paisagens. Principalmente, os desenhos ontológicos e as assembleias produzidas pelas populações indígenas e camponesas ao habitarem a América do Sul, a Ásia ou a África (BARRERA-BASSOLS; TOLEDO, 2015).

Em terceiro, temos a agroecologia enquanto um paradigma de análise das relações/sociedade natureza, organizado por pesquisadores de universidades e órgãos de pesquisa. Dessa forma, dialoga-se com disciplinas como economia ecológica, sociologia, antropologia, ecologia e as subáreas das ciências agrárias (ROSSET; ALTIERI, 2018).

Pairando entre essas diferentes perspectivas e formas de se fazer agroecologia, associadas ou não, neste trabalho, compreendo o referido paradigma como aquilo que é caracterizado por Arturo Escobar (2018) pelo conceito de “discurso de transição”. Quando se fala em discursos de transição, faz-se uma referência a uma transição multidimensional, isto é, civilizacional, paradigmática, de época e por consequência uma “reinvenção do humano” vinculado às “plantations”, à exploração sistemática das paisagens, à colonialidade e à busca pelo acúmulo material ao infinito e a própria modernidade. Ao fazer uma referência ao pensamento de Tony Fry, Escobar (2018), conceitua esta transição como do “Iluminismo” para a “sustentabilidade real”, em outras palavras, a transição vai de encontro ao iminente colapso das sociedades atuais e seus paradigmas centrais.

Os discursos de transição em sua diversidade regional se encontram fundamentalmente nas formas de defesa e recuperação dos territórios e das paisagens por movimentos sociais, ativistas e organizações comunitárias de diferentes povos. Por outro prisma, esses discursos são materializados na produção de novos paradigmas e abordagens por intelectuais acadêmicos e não acadêmicos, nos campos da cultura, ecologia, religião, ciência alternativa, alimentação, energia, pesquisas feitas por movimentos sociais e tecnologias digitais, conformando um novo campo chamado “Estudos de Transição”. De maneira associada, essas abordagens fazem parte da construção de uma “ciência pós-normal”, dito de outro modo, uma ciência construída levando em conta, de maneira comprometida, epistemologias e saberes formulados e sistematizados fora das universidades e/ou nas instituições de pesquisa e desenvolvimento, mas que demonstraram eficácia nas práticas de comunidades e movimentos sociais.

A perspectiva de transição também se vincula à captura de um futuro desejado, operando previsões, expectativas e especulações, uma visão a longo prazo. Nesse

sentido, o desejo de transição e seus projetos subjacentes ensejam uma diversidade de desenhos ontológicos voltados à construção da autonomia de povos e comunidades, perante a modernidade colonial. Com esse propósito, é retirada a perspectiva do desenho enquanto somente uma prática puramente racionalizada, funcionalista e proveniente de tradições industriais, isto é, do “design” para uma perspectiva relacional da vida (ESCOBAR, 2018).

Sob a contribuição da ideia de transição e de discursos de transição, é possível elaborar um sentido mais preciso da agroecologia e da “transição agroecológica”, para além de uma transição agrônômica e/ou de insumos, químicos para biológicos e/ou externos para internos, aquilo que Val e Rosset (2022) conceituam como “agroecologia reformista”. Inclusive mantendo-se a organização de sistemas produtivos fundamentados em monocultivos. Diferentemente, os discursos e os desenhos ontológicos vinculados à transição devem partir do pressuposto da inerente conexão entre as dimensões social, política, econômica e dos sistemas naturais em diferentes níveis e escalas, havendo de interagir com essa multiplicidade.

A forma como projetos de agroecologia constituiu seus públicos-alvo no Brasil acompanhou, de certa maneira, a consolidação política da categoria “agricultura familiar”, compatível majoritariamente com os agricultores brancos do sul e do sudeste, enquanto categoria universalizante para os povos rurais do Brasil (GRISA; SCHNEIDER, 2013). Esses agricultores, usualmente mais estruturados, com acesso à terra promovido pelo Estado na virada do século XIX para o XX, mostraram-se mais compatíveis para a implantação de projetos vinculados à agroecologia. De outro modo, a agroecologia foi absorvida gradualmente por movimentos sociais camponeses como são o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Via Campesina, organizações com amplas estruturas organizativas (ROSSET; ALTIERI, 2018).

De uma forma mais tardia, a agroecologia atravessou a realidade dos povos tradicionais do Brasil (SOUZA; MARTINS, 2013). Fato que também ressalta uma dificuldade de generalização dos paradigmas agroecológicos, que acompanha o movimento desde a sua concepção, o impedindo de extrapolar as percepções e o perfil de um grupo específico de técnicos e pesquisadores e a sua conversão em uma

alternativa que possa bater de frente com os paradigmas da agricultura moderna (ALMEIDA, 2002; 2009).

As dificuldades de acesso e construção de projetos de agroecologia junto a comunidades camponesas mais dispersas e as populações tradicionais se relacionam ao fato de que no âmbito da questão agrária os povos camponeses e as populações tradicionais sempre tiveram uma situação similar de acesso instável e precário à terra. Wanderley (2009) classifica esta situação como a “volatilidade dos camponeses”, que usualmente transitam entre localidades, estados e até regiões, na maioria das vezes pressionados pelo recrudescimento das condições de existência advindas da expansividade da grande propriedade de terra, com anuência e/ou incentivo do Estado

Por outro lado, Val e Rosset (2022) pontuam que por mais que o Estado possa fomentar projetos afirmados como de agroecologia em países que se encontram na periferia da modernidade colonial, é indissociável o vínculo entre Estado e o agronegócio enquanto modelo extrativista em grande escala. Por esse motivo, o balanço de investimento sempre será desigual, isto é, ao mesmo tempo em que o Estado cria condições para a apropriação da agroecologia por camponeses e populações tradicionais, também possibilita e potencializa as práticas de fazendeiros e grandes corporações relacionadas à degradação das paisagens e dos territórios dessas comunidades.

Em acréscimo a isso, no Brasil desde meados de 2016, de maneira ligada ao golpe de Estado que retirou a presidenta à época e suas consequências na mudança das políticas voltadas à ciência, tecnologia, à questão ambiental e ao desenvolvimento rural, os financiamentos para projetos desse tipo, em diferentes instâncias governamentais, tornaram-se cada vez mais raros. Por consequência, os contextos em que a agroecologia só chegava muito timidamente enquanto política pública ou como ação oriunda da presença pouco frequente e estruturada de órgãos não governamentais, passaram a não ter acesso a quase nenhuma contribuição externa às formas de apropriação do respectivo paradigma pelos sujeitos das comunidades.

Este é o caso do Sapê do Norte, onde há anos ocorrem alguns projetos afirmados como agroecológicos, mas que ou não dispõem de recursos suficientes e não tem continuidade, ou em outro caso não tem o propósito de fomentar a autonomia concreta

das famílias quilombolas, como é o caso dos projetos vinculados ao PDRT da Suzano S.A. Em outro caso, o principal responsável pelo trabalho de uma organização voltada para a agroecologia no extremo-norte tinha uma postura de pouco diálogo com a perspectiva dos quilombolas do lugar, colocando-se, conforme diferentes relatos, como o “dono do saber”, com uma notória dificuldade na mediação das diferenças.

Um outro aspecto da forma como a agroecologia se relacionou com a realidade dos quilombolas do Sapê do Norte e em especial da perspectiva do sujeito daquela região, com o qual essa pesquisa mais dialogou, está conectado com a forma como as comunidades passaram a ler as relações sociedade/ natureza ou aquilo que é possível de ser caracterizada como a Questão Ambiental. Em outras palavras, que a partir das contribuições do paradigma da agroecologia, atores das comunidades vinculados à luta quilombola passaram a ler as tradições dos quilombos de uma perspectiva ambiental, isto é, percebendo como a agricultura quilombola, a caça e a pesca, o extrativismo vegetal e o conjunto de ontologias e seu subproduto na paisagem, eram completamente diferentes da forma dos monocultivos de eucalipto constituírem as paisagens multiespécie.

Desse modo, a luta quilombola tem um caráter particular do direito à terra e os territórios da perspectiva de grupos étnico-raciais específicos. Mas, por outro lado, as demandas dos quilombolas, isto é, a busca pela diferença ontológica radical, tem um caráter universal de ressignificação das relações sociedade/natureza nas paisagens do Sapê do Norte, para além da ideia de que isso seja simplesmente uma postura de uso retórico da questão ambiental como instrumento de acesso à terra por populações tradicionais (CUNHA; ALMEIDA, 2009). Diferentemente, essa construção local da problemática ambiental é fruto de uma apropriação mais profunda, para a qual a agroecologia tem feito contribuições, fazendo parte de uma ontologia política dos quilombos, como é demonstrada na experiência de João.

Para a compreensão dos desenhos ontológicos de agroecologia do interlocutor desta pesquisa e seus aliados, é essencial compreender que o manejo das paisagens e a agricultura estão para além da reprodução sistemática de formas tradicionais institucionalizadas, consistindo em se desenvolver enquanto processo criativo. Por este ângulo, a agricultura, a agroecologia e os desenhos ontológicos envolvidos, são

influenciados pelos ecossistemas, a fauna, a flora, o clima, em suma, as condições locais ambientais, somadas às especificidades de cada comunidade, município, ainda são um vetor de manifestação de uma diversidade de problemas e dinâmicas que chegam à vida cotidiana dos agricultores e agricultoras, exigindo continuamente deles formas também dinâmicas e específicas de lidarem e criarem soluções para esses processos, que excedem as soluções padronizadas historicamente (ARCE; LONG, 1994).

Esse caráter criativo situa, junto a outros aspectos, as condições dos quilombolas do Sapê do Norte, como condições análogas à situação dos povos camponeses no mundo. Nessa lógica, a criatividade voltada para a apropriação da agricultura e do manejo das paisagens através da agroecologia pode ser fundamental nas estratégias dos núcleos familiares, para que seja possível a permanência das famílias no Sapê do Norte. Situações semelhantes foram observadas por diferentes pesquisadores do âmbito dos estudos sobre comunidades camponesas em todos os continentes (PLOEG, 2016).

Por esse motivo, a captura da agroecologia por João envolve o desenvolvimento de novos jeitos e novas formas de manejo da paisagem e das condições de habitabilidade das paisagens multiespécie, conforme as circunstâncias e a sua criatividade, abrindo brechas na colonialidade da modernidade. Nessa linha, nos parágrafos seguintes, analisarei os desenhos agroecológicos vinculados ao projeto de desenvolvimento rural integrado do interlocutor da pesquisa que deu fruto a este texto.

Como já elencado nos tópicos anteriores deste mesmo capítulo, assim como em outras passagens deste trabalho, João tem uma percepção já amadurecida ao longo de anos, de modo que ele compreende que a agricultura tradicional dos quilombos, bem como o manejo tradicional das paisagens, já não é mais suficiente para a reprodução das famílias, através de formas de trabalho dentro do próprio território. Logicamente isso se deve às transformações negativas na paisagem e no acesso à terra, advindos da colonização feita pelos monocultivos de eucalipto.

Isto posto, a agroecologia se soma à forma como ele promove a luta dos quilombos do Sapê do Norte, como ligação entre o território e a paisagem. Com essa perspectiva, é possível compreender três dimensões associadas (quase impossíveis de serem separadas, mesmo de maneira abstrata e com fins didáticos), relacionadas à forma como ele tem construído a agroecologia na região através de seus desenhos ontológicos: uma

dimensão vinculada ao aprimoramento dos sistemas produtivos; uma segunda dimensão atrelada à educação e à construção do conhecimento; e uma terceira dimensão relacionada à recuperação ambiental.

Na esfera da reconfiguração dos sistemas produtivos agrícolas do Sapê do Norte, João tem capturado a agroecologia através da organização de sistemas agroflorestais. Ao longo do capítulo 2, foram trazidos elementos da agricultura e das formas de constituição da paisagem feitas nos quilombos, que em alguns casos são análogas às formas de difusão dos sistemas agroflorestais na agroecologia.

Entretanto, no caso dos sistemas agroflorestais produzidos ao longo das experimentações de João, o planejamento desses sistemas produtivos que emulam as características das florestas para a produção de uma diversidade de cultivos excede o simples encontro no território entre áreas nas quais existem plantas nativas e locais onde são cultivadas plantas para o consumo e/ou comercialização. Dessa forma, são pensadas possibilidades de compatibilidade entre as plantas a serem cultivadas, bem como o cultivo de variedades que tenha maior interesse para o consumo e comercialização e por fim, organismos vegetais que são mais compatíveis com as características das paisagens do Sapê do Norte.

Uma das principais diferenças entre os sistemas agroflorestais tradicionais dos quilombos do Sapê do Norte e aqueles propostos por João se encontram no âmbito da densidade desses cultivos. Isto quer dizer que antes dos monocultivos de eucalipto, as famílias tinham, ao seu dispor, uma extensão territorial que permitia a mistura entre terreiros agroflorestais, com uma diversidade de árvores frutíferas, temperos e plantas medicinais em um grau mais amplo de espaçamento entre as plantas, que possibilitava a convivência entre árvores maiores. Além disso, eram constituídas lavouras feitas em clareiras abertas nas matas, onde em cada clareira eram plantadas lavouras quase exclusivas de culturas tradicionais, por exemplo a mandioca e o feijão.

Todavia, no caso dos sistemas agroflorestais do nosso interlocutor, são inseridas quantidades maiores de cultivos em um espaço menor de terras. Desse modo, a disposição entre as plantas é pensada de uma maneira mais atenta e demorada visando uma precisão maior. A lógica desses sistemas agrícolas e florestais concilia organismos cultivados visando a produção e além disso, outros vegetais que exercem funções

específicas, de sofisticação das condições da fertilidade do solo, da reprodução das águas e trazendo benefícios para o desenvolvimento daquelas plantas escolhidas para serem cultivadas visando a produção.

Sendo assim, são plantadas variedades para “adubação verde”, isto é, cultivos orientados para o acréscimo de matéria orgânica sobre o solo, ao mesmo tempo que protegem estes do sol e de chuva em demasia, assim como de plantas de folhas largas em determinadas lugares para a ampliação da capacidade de um terreno armazenar água e manter a umidade dos solos.

Entre a variedade de plantas de adubação-verde usadas para este propósito, cada tipo oferece benefícios distintos. Desse modo, existem aquelas que proporcionam cobertura florestal rapidamente, e que também, ao serem podadas periodicamente, depositam grande quantidade de matéria orgânica sobre os solos. Este é o caso da gliricídia, uma planta que chegou ao Sapê do Norte através dos plantadores de pimenta-do-reino, que a utilizavam como condutores vivos para o referido cultivo.

Diante disto, João percebeu que ela seria uma ótima árvore para a produção de sombra para outros cultivos, assim como para geração de matéria orgânica, pois ela não se desenvolve como uma madeira de cerne grosso, decompondo-se mais rapidamente quando podada. Aliás, essa característica permite que ela seja podada com facilidade, usando-se um facão, algo muito dificultoso e inapropriado para as plantas de madeira mais dura. Uma outra característica é que essa variedade vegetal pode ser multiplicada e replantada a partir do corte de estacas, do caule, sem a necessidade de germinação de sementes e geração de mudas.

Outras plantas usadas para adubação verde são o feijão-de-porco, a mucuna-preta, o guandu (ou feijão-guandu) e a fava. Todas essas plantas são forrageiras e servem para aeração dos solos compactados, permitindo a oxigenação e a circulação de água e também para a recuperação da fertilidade. Além disso, fornecem cobertura para os solos e conseguem inibir plantas espontâneas, que possam competir com plantas cultivadas, dificultando fundamentalmente o seu desenvolvimento.

Entre essas, o guandu e a fava servem para alimentação, se cozidas de maneira semelhante ao preparo de feijão. Algumas pessoas mais antigas do Sapê do Norte lembram bem do papel de destaque desses grãos nos hábitos alimentares das

comunidades. Ademais, as favas nascem com muita facilidade ao longo do Sapê do Norte, fornecendo grãos muito belos em uma diversidade de cores. No geral, as populações dessas leguminosas devem ser controladas para não se alastrarem mais que o desejado. Esse controle é feito através da roçagem, seja com facão, com foice ou estrovenga.

Certa feita, eu e João conseguimos meio-litro de mucuna-preta para plantarmos em uma das áreas dos sistemas agroflorestais do projeto Agroecotur. Em vista disso, intercalamos o plantio de mucuna-preta, feijão-de-porco e sementes de melancia entre pés de café, bananeiras, pés de cacau, gliricídias e pés de pimenta-do-reino, entre outras plantas. Em seguida, houve um grande período de chuva e também pelo fato do interlocutor desta pesquisa, devido a conflitos com o antigo parceiro, resolver por não voltar mais àquela área, ficamos bastante tempo sem frequentá-la. Por consequência, quando pude voltar ao lugar, para verificar o seu estado mais de um mês depois, a mucuna-preta tinha se alastrado.

Outro aspecto presente nos sistemas agroflorestais de João, que não faziam parte dos itinerários de trabalho dos quilombolas em relação à agricultura, é a poda periódica nas árvores. A poda tem o propósito de renovação das plantas e o estímulo ao seu desenvolvimento, pois, ao invés das plantas concentrarem sua energia para muitos galhos ela pode direcioná-la para os frutos, isto, somado a poda para limpeza dos galhos mais fracos ou secos.

Durante os manejos realizados no primeiro projeto de João que eu pude conhecer, o projeto Agroecotur, fizemos podas em bananeiras tirando o excesso das folhas, bem como, deixando apenas três árvores em cada moita, isto é, a “avó, a filha e a neta”. Também podamos as gliricídias no sentido da geração de matéria orgânica, no caso da ambas árvores dispusemos a matéria orgânica cortada ao longo das leiras, protegendo a superfície dos solos do sol excessivo. De outro modo, podamos também os coqueiros da espécie coqueiro anão, retirando os galhos mais baixos deixando somente aqueles mais altos. Com os galhos retirados, coroamos os troncos dessas árvores. O coroamento é uma técnica de manutenção de plantas cultivadas quando se deposita matéria orgânica ao lado dos caules das plantas com o intuito de proteger e de nutrir estes organismos.

A maioria dos processos de poda que fizemos nesta área de João, foram feitos com facão, pois os antigos equipamentos que ele tinha, mais próprios para a tarefa haviam sido roubados, dentre eles uma boa serra de poda e uma tesoura de poda. A poda feita com esses equipamentos machuca menos as plantas que aquela feita com o facão, além disso, o trabalho com o facão requer seguidas pausas para a fazedura da amolação, arte que João domina e pôde me ensinar.

O facão durante o período que passei com João foi o principal instrumento do manejo agroecológico, desde as podas, a roçagem, até a abertura de cocos para nos alimentarmos ao longo das horas de trabalho. A amolação do facão, é feita com uma lima, com cabo ou sem cabo, o procedimento consiste em colocar a ponta do facão em uma superfície, fincando no chão ou em uma madeira, quando se esfrega a lima da base do facão até a ponta, seguidas vezes, de ambos os lados. Se o processo for bem feito o facão fica demasiadamente afiado e corta as coisas com mais facilidade, exigindo menos força dos trabalhadores e fazendo o trabalho render mais, no entanto, exige uma maior atenção de quem está manejando a ferramenta para não se auto infligir um corte doloroso, algo que usualmente acontece, tendo ocorrido comigo durante estes dias de manejo das agroflorestas.

No segundo semestre de 2021, pude presenciar uma outra forma de poda feita no Sítio Porto das Canoas, por João e um parceiro do Coletivo Terra do Bem. Esta poda tinha o objetivo de diminuir parte do dossel de um grande e antigo jequitibá e também de colher sementes da árvore para que pudessem ser feitas mudas para o reflorestamento. Para isso, o rapaz do coletivo subiu no jequitibá, através de uma escada, se ligou a árvore com uma corda e serrou os galhos se utilizando de uma serra de poda. A escolha dos galhos a serem serrados, bem como, o lugar específico do corte se relaciona aonde se deseja que o galho caia, para, por exemplo, não despencar sobre alguma construção, como era o caso dessa planta que estava próxima ao galinheiro, a uma tulha onde eram armazenadas diversas coisas e a própria casa dos pais e irmãos de João. Devido a precisão do corte, os galhos em questão caíram sem causar nenhum dano, trazendo sementes que podiam ser aproveitadas para o fazimento de mudas

Um outro trabalho fundamental ao manejo dos sistemas agrofloretais da perspectiva de João são as roçagens feitas com o propósito de controle das plantas

espontâneas forrageiras, quer dizer, das plantas mais próximas do chão que competem com as mudas plantadas por ele, como eram os pés de café e de cacau, ao mesmo tempo que essa roçagem serve para a produção de biomassa, o montante de matéria orgânica para a alimentação dos solos. A roçagem e a poda são processos em que os seres humanos aceleram os ciclos que ocorreriam em um tempo mais demorado, como é o depósito de galhos e folhas e sua decomposição, que vieram substituir o fogo na agricultura quilombola, devido à escassez de terras florestadas passíveis de se fazer uma rotação entre locais de agricultura e de descanso e regeneração.

A roçagem no manejo de sistemas agroflorestais pode ser feita com facão, enxada, enxadão (no caso da retirada de braquiária⁹), foice, estrovenga e mais recentemente com uma roçadeira, com motor movido a gasolina. Nos meus primeiros momentos acompanhando João no manejo agroflorestal escolhemos por fazer a roçagem de facão em um dos setores do projeto Agroecotur, este trabalho chegou a ser feito de uma maneira a ficarmos agachados ou ajoelhados para que nos mantivéssemos mais próximos do chão, sem machucar nossas costas. Em outros momentos, já quando estávamos trabalhando na área do projeto “Morro Agroecológico” no sítio Porto das Canoas, fizemos a roçagem de foice e enxada.

Uma forma de manejo essencial para proteção das lavouras e dos sistemas agroflorestais frente à falta de chuva e a áreas desmatadas, são os aceiros. Os aceiros são roçagens mais profundas ao redor de uma propriedade e de um terreno. O referido procedimento tem o intuito de cercear os caminhos em que um foco de incêndio possa se expandir, tomando proporções quase incontroláveis, acabando com um manejo agroflorestal de muitos anos, quando se tem plantas permanentes que demoram um tempo relativamente longo para o seu desenvolvimento. No projeto Agroecotur, no segundo semestre de 2019 fizemos um aceiro no entorno de quase toda a área utilizada, já em agosto de 2021 realizamos procedimento similar para preparar um local na entrada do Sítio Porto das Canoas para o cultivo de mandioca. A ideia do principal parceiro dessa

⁹ A planta é uma gramínea nativa do continente africano, trazida ao longo da Revolução Verde para o Espírito Santo, no sentido de produção de capim para a alimentação de bovinos na pecuária. Esta planta é extremamente insistente e difícil de ser manejada sem o uso de insumos químicos como é o glifosato. Para a retirada da braquiária é necessário retirá-la com a raiz se utilizando do enxadão, cavando-se a terra, em uma profundidade de uns 20cm aproximadamente. Posteriormente deve-se virá-la de cabeça para baixo na medida que suas raízes não tenham contato com o solo e venha a secar e morrer.

pesquisa era iniciar um fogo controlado em uma área relativamente extensa onde ele e o pai fariam uma grande roça de mandioca, algo que sem o fogo levaria muito tempo somente com o trabalho dele e do pai com mais sessenta anos de idade.

A forma como o interlocutor deste trabalho captura e desenha através da agroecologia se vincula também a uma tentativa por diferentes caminhos de valorização das tradições agrícolas do quilombo. Com esta vontade, ele tenta desconstruir um outro aspecto da “mentalidade do fazendeiro” que é a comoditização daquilo que é produzido através da agricultura.

Conforme João essa commodificação se manifesta na desvalorização da produção local, quando é dissociada de sua ancestralidade e de seu caráter de pertencimento a uma tradição quilombola, por consequência, a farinha de mandioca, o beijú e a goma de tapioca são comercializadas apenas como uma farinha qualquer, que poderia ter sido feita em qualquer comunidade ou fazenda. Como contraponto a este processo, o quilombola de Angelim 1 pensa em acessar mercados que valorizam mais os produtos vindos dos quilombos e em especial aqueles cultivados e beneficiados através da agroecologia. Para isso, ele submeteu e está executando, junto a seu pai e esposa, a reforma e a operação da casa de farinha do Sítio Porto das Canoas, com intuito de produção de derivados da mandioca para comercialização. Somado a este, também escreveu um projeto para adquirir um aparelho para a torrefação do café produzido no Angelim 1, algo que o seu pai já fazia manualmente e também para reforma do galinheiro, isto com o intuito de autoconsumo, mas, também de comercialização direta ao invés de vender as sacas de café a baixo preço para atravessadores.

De outro modo, mesmo tendo interrompido a participação no núcleo Sapê do Norte do CSA, João acredita que essa forma de comercialização da produção é aquela que mais valorizaria não somente economicamente, mas, em um sentido mais profundo, a produção agroecológica dos quilombos. Diferentemente, a mentalidade transversal a Vila de Itaúnas, dentre outras comunidades do entorno que se acostumaram a estabelecer a base de sua alimentação com produtos vindos de fora, industrializados e cultivados a partir do pacote tecnológico da Revolução Verde.

Isto se associa a outro aspecto difundido com a colonização do Sapê do Norte, mas que é transversal aos efeitos da integração do mundo rural a sociedade de mercado

(WANDERLEY, 2009), a perda da produção para autoconsumo em vista, da produtividade de determinados gêneros agrícolas para comercialização, como é o caso do café, do côco e da pimenta-do-reino. De outra forma, soma-se a isso, a proibição do consumo de determinados produtos pelas famílias quilombolas devido ao foco na comercialização.

Sobre isso, o interlocutor desta pesquisa pontua que conheceu diferentes sujeitos que se acostumaram tanto com esta mentalidade que não colhem coco para consumo e deixam de consumir ovos caipiras produzidos na propriedade, priorizando a comercialização. Logicamente, isto não é uma mentalidade que ocorre de maneira espontânea, mas se vincula ao ambiente de escassez que tomou conta do Sapê do Norte se destacando sobre outras mentalidades que existiam no local.

Por este motivo, ao longo dos nossos trabalhos na roça, meu parceiro sempre incentivava o consumo de água e da carne do coco (às vezes cada um de nós chegava a tomar entre 4 e 5 cocos durante um dia de trabalho), de bananas, tal como, chegamos a assar mandioca e banana da terra na brasa. O almoço era farto, sempre que possível quando existiam alimentos disponíveis oriundos da roça. Esta perspectiva serve também para ressignificar a roça do lugar da escassez para o lugar da abundância, dito de outro modo, no contexto da agricultura quilombola e da agroecologia, a escassez monetária não necessariamente significa a falta de abundância alimentar.

De acordo com Grisa (2007), a produção para o autoconsumo gera uma série de consequências positivas para as famílias de comunidades camponesas. Dentre essas, a resistência a volatilidade dos preços de produtos alimentícios, que podem coadunar na restrição alimentar, tal como, a conversão dessa produção para autoconsumo em renda, em momentos de crise. Ademais, essa produção também serve como fundamento material para encontros religiosos, festas e manifestações artísticas do mundo rural brasileiro em sua diversidade.

De maneira atrelada, todos os projetos de agroecologia de João, desde os primeiros sistemas agrofloretais cultivados no sítio de seus pais à época em que ele se formou na escola família agrícola, assim como do projeto Agroecotur e atualmente o “Morro Agroecológico”, levaram em consideração a disponibilidade de água do Sapê do Norte. Pois, no momento posterior à colonização pelos eucaliptais, a água escasseou

gradualmente e variavelmente de lugar para lugar. Também são conhecidos para este interlocutor os danos causados aos solos pelas culturas agrícolas dependentes de irrigação intensiva.

Em vista disso, foram escolhidos cultivos agroflorestais perenes pouco dependentes de irrigação. Entretanto, em situações em que as paisagens estão mais degradadas e desflorestadas é necessária a irrigação tanto nos viveiros onde as sementes estão germinando e brotando, como nos locais onde foram plantadas mudas já um pouco mais desenvolvidas. A irrigação dessas mudas deve ser diária, devido ao calor, caso isso não ocorra é muito provável que parte dessas plantas não vingue, desperdiçando o trabalho feito com a germinação, o preparo das mudas, o plantio e a manutenção. Quando pude acompanhar e contribuir com a irrigação das mudas na área do projeto Morro Agroecológico, fazíamos isso carregando entre três e quatro recipientes de aproximadamente 10 litros cada, em um carrinho de mão. Com cada um desses recipientes, conseguíamos regar duas mudas. Dessa maneira, um trabalho demorado, que toma tempo e esforço.

O processo de lida com a disponibilidade hídrica na implantação de sistemas agroflorestais não se trata somente da escolha de plantas mais adaptadas à pouca disponibilidade de água na região, mas também do manejo dos fatores de reprodução da disponibilidade hídrica, como é o fomento da cobertura florestal. Então, diferentemente dos sistemas agroflorestais tradicionais do Sapê do Norte, que consistiam de plantações em áreas de floresta, nas agroflorestas cultivadas por João são plantadas, ao mesmo tempo, árvores nativas para a reprodução de condições florestais e plantas postas em vista dos frutos, raízes e/ou grãos.

Por conta desse processo, é necessária a aquisição de sementes e mudas de diferentes espécies, bem como um cuidado na germinação e na preparação destas para que, posteriormente, sejam plantadas e que se desenvolvam bem. Com esse propósito, ao longo de 2020 e parte de 2021, através do projeto Agroflorestando o Sapê do Norte, João encampou um processo de produção de mudas de diferentes árvores nativas para reflorestamento, juntamente com variedades exóticas frutíferas. Depois de prontas, o responsável pelo projeto divulgava, através de um aplicativo de mensagens para smartphones, o dia e a hora da distribuição.

Na área do projeto Morro Agroecológico, construímos um viveiro para germinação de sementes com o objetivo de protegê-las do sol excessivo, fazendo com que elas mantivessem a umidade, caso passassem um dia ou dois sem serem regadas. Para isso, aproveitamos uma grande touceira de bambu que fica entre a área que João vem trabalhando e o barranco que dá acesso ao Rio Angelim, para a retirada de matéria-prima. Posteriormente, cortamos os galhos, depois dividimos as varas de bambu em pedaços de aproximadamente 1,8 metros, em seguida fizemos uma fogueira e queimamos os bambus por alguns minutos¹⁰.

Por fim, cavamos buracos grandes o suficiente para inserirmos as varas de bambu enfileiradas com vistas a formar uma cerca em volta das mudas e das sementes germinando. Somado a isso, atravessamos algumas varas bambus e jogamos folhas de coqueiro, produzindo uma espécie de telhado. Com isto, criamos condições melhores para a germinação das sementes de diferentes tipos, em especial de cacau, uma árvore frutífera que o interlocutor sempre quis cultivar na modalidade dos sistemas agroflorestais com intuito de produzir chocolate. Posteriormente, João prevê a construção de um banco de sementes crioulas, no sentido da conservação dos recursos genéticos de seu manejo, mas também aquelas que ainda são encontradas nos quilombos e que não foram perdidas pela chegada do monocultivo de eucalipto.

O trabalho de construção passo-a-passo de um manejo agroecológico de uma determinada área, como já foi dito no tópico anterior relacionado à interlocução de João com as retomadas, envolve a identificação das dinâmicas da água. Com essa finalidade, o interlocutor desta pesquisa já detém alguns pressupostos, entre eles o fato de as nascentes estarem localizadas nos olhos d'água ou nas áreas mais altas de determinado terreno, e que para regenerá-las é necessário o plantio de plantas semialagadas (inhame, taioba e bananeira). Posteriormente, caso determinado local se torne completamente alagado, colocam-se plantas compatíveis com este tipo de ambiente ou mesmo nenhum organismo vegetal. Em convergência com isso, também é benéfico para a recuperação das matas ciliares conciliando a produção de alimentos em agroflorestas com a conservação da vitalidade dos cursos d'água.

¹⁰ Este procedimento é indicado para o tratamento de bambus para que eles durem mais enquanto são usados como materiais de construção.

Ademais, o propósito da constituição de sistemas agroflorestais e de sistemas de produção agroecológicos, envolvem um caráter especial para além da produção agrícola e da recuperação das paisagens. Portanto, esse caráter especial se encontra no fato desses desenhos ontológicos serem constituídos com a intenção de servirem de modelos e inspiração para outros sujeitos do território do Sapê do Norte, como exemplos de efetividade da agroecologia enquanto discurso de transição paradigmático para a construção deste grande território quilombola.

Esse último aspecto se relaciona ao fato deste quilombola de Angelim 1 ter sido reiteradamente subestimado em seus discursos e práticas, quer dizer, seus desenhos em torno da agroecologia, seja pelo fato de seus projetos terem esbarrado em sabotagens e conflitos com outros sujeitos locais, ou devido às suas dificuldades de apropriação de riqueza através destes. Também foi classificado de modo relativamente pejorativo por outros sujeitos do território como “ambientalista”, isto é, alguém que esbarra na produtividade da agricultura ou alguém que tem uma relação meramente romântica e pouco racional com a paisagem.

Nesse sentido, essas classificações operam como formas de simplificação e rotulação comuns as pessoas que desenvolvem formas de estarem na terra que estão para além do pacote tecnológico da Revolução Verde e de uma agricultura produtora de commodities, pois “certos agricultores que manejam áreas com grande diversidade de plantas, algo contrastante com os monocultivos contam que são frequentemente chamados de loucos e, às vezes até de relaxados ou atrasados.” (FERREIRA, 2016, p.208).

Em confluência com essas formas de preconceito, operam a racialização negativa dos sujeitos colonizados (MBEMBE, 2020). No caso desta pesquisa, os próprios quilombolas do Sapê do Norte. Isto é, uma percepção que emergiu no Sapê do Norte, onde não são observadas qualidades e efetividade nas ações e nos projetos de dentro das comunidades, mas somente naqueles feitos pelas pessoas de fora, sejam membros de organizações não governamentais, ou de setores da própria indústria de celulose.

Para jogar com estas circunstâncias, o interlocutor desta pesquisa sempre tem se utilizado do apoio de parceiros externos à comunidade, sejam turistas interessados na questão ambiental, estudantes e pesquisadores. Não somente por isso, mas no sentido

de agregar valor e eficácia discursiva de seus projetos e práticas, isto é, na maneira através das quais estes transformam a materialidade da realidade (FOUCAULT, 2014).

Por esse motivo, em todos os seus projetos pessoais vinculados à agroecologia, a saber, no projeto feito para o núcleo familiar de sua mãe no Sítio Porto dos Tocos, no projeto Agroecotur e, atualmente no projeto Morro Agroecológico, foi planejada a construção de uma infraestrutura voltada ao recebimento de pessoas interessadas nos quilombos e na agroecologia. No caso do projeto Agroecotur, chegou a ser construído um grande galpão e uma cozinha para que fossem desenvolvidos eventos e cursos voltados à agroecologia.

Na área do projeto Morro Agroecológico, João planeja a retirada de uma grande touceira de bambu para que em seu lugar seja feita a construção desse tipo de espaço para eventos educativos, a localização é interessante, pois, o lugar serviria como mirante sobre o Rio Angelim e boa parte do território quilombola de Angelim 1, as retomadas e a Vila de Itaúnas. A própria reforma da farinha também dispõe de um caráter educativo, pois, após a reconstrução, serão feitas oficinas com estudantes, que poderão aprender sobre a feitura de derivados de mandioca. Sobre este conjunto de ideias e projetos João discorreu da seguinte maneira:

A ideia é limpar esse pedaço aqui e usar esse plano aqui entendeu. Vai dar para montar um deck, tipo o cara esticar ele mais lá, certo? Fazer trilha de escada que desce no Rio, atravessou o rio, é Itaunas. Nós estamos atrás da retomada do Angelim. Então do lado de lá agora não tem como identificar que João agora está no quilombo né. Então quero deixar um sinal aqui, onde encontrar João. E aquela estrada eu vou fazer a rota do Morro Agroecológico, porque aqui popularmente é conhecido como morro. Agora a primeira tarefa aqui é animar os irmãos, meu pai e meu irmão queriam derrubar isso aqui tudo e tacar fogo, eu falei, vocês vão comprar tela de galinheiro depois? Então tem que trazer e mostrar quanto que o bambu é útil. Eu sozinho e Sapezeiro nós trabalhamos, ele tira e eu vou limpando, já tem uns que eu vou começar a cortar de facão, esses que não caem para lá eu vou tirar todos nessa lua agora (João Batista, 16/08/2021).

Todas as áreas trabalhadas por João têm o caráter do que ele chama de “laboratórios de campo experimental”, isto é, locais de experimentação em agroecologia. Tal categoria inclui as áreas trabalhadas por ele diretamente, bem como locais manejados por parceiros e interlocutores que ele vem acompanhando, tanto em áreas já

consolidadas nos quilombos, quanto nas retomadas. Segundo ele, estes locais seriam “desenhos desse novo território”.

Em convergência com isso, João compreende a necessidade constante de acompanhamento e “monitoramento” (um termo muito utilizado por ele), das experiências e das consequências nas paisagens de determinados desenhos ontológicos voltados à agroecologia para a regeneração do Sapê do Norte.

Um produto deste tipo de interlocução é essa própria tese de doutorado que envolveu um processo do que ele chama como “monitoramento” das paisagens das retomadas e dos territórios consolidados. Durante nosso trânsito pelo Sapê do Norte, chegamos a refletir sobre isso, sobre como através de recursos para essa pesquisa, somados a economias pessoais minhas e de João e sua família (incluindo o uso do carro próprio de sua família) estávamos fazendo um trabalho de monitoramento dos diferentes processos que afetam a região: as invasões, retomadas, o monocultivo de eucalipto e seus subprodutos na paisagem. A pesquisa também gerou a produção de um artigo escrito por mim, por ele e sua esposa Juciane, analisando as consequências das Retomadas do Angelim 1, apresentado por nós dois¹¹ no Congresso Brasileiro de Agroecologia, em 2019, e posteriormente publicado na revista *Cadernos de Agroecologia*. Trata-se de um texto recorrentemente acionado pelo interlocutor, em conversas e discussões com outros quilombolas acerca das retomadas e seus desdobramentos.

Com essa perspectiva, ele sempre foi atento a qualquer contribuição de pesquisadores(as) parceiros na compreensão da realidade do Sapê do Norte. Também tem o ouvido atento, sabendo incorporar nas suas análises coisas aprendidas com diferentes sujeitos. Durante esta pesquisa, João também me pedia opinião sobre formas de manejo da paisagem através da agroecologia, como me confidenciou incertezas e desafios presentes na sua trajetória. Em contrapartida, pude incentivá-lo a prosseguir nos seus projetos, e dei contribuições sobre eles, quando me sentia preparado para isso.

Envolto nessa forma de co-desenhar o Sapê do Norte, com pesquisadores e ativistas, vincula-se também um aprendizado transversal a muitas das comunidades

¹¹ Sua esposa não foi conosco, pois estava trabalhando como docente da rede municipal de educação de Conceição da Barra, ES.

quilombolas do Brasil, na sofisticação nas suas formas de articulações ao longo da busca no século XXI de seus direitos territoriais. A lida com atores externos, sejam de diferentes segmentos do Estado e de organizações não governamentais, no sentido da mediação das suas formas de interferência nas realidades locais, e na condução de um constante processo de mediação, uma espécie de filtro em relação a quem e como atores externos às comunidades irão permear suas lutas (SILVA; ANJOS, 2008).

Além de agricultor agroecológico, João demonstra um desejo de também conseguir trabalhar e ter retorno financeiro no acompanhamento das propriedades familiares das famílias quilombolas e das pessoas não-quilombolas que habitam o Sapê do Norte, em um trabalho de extensão rural, algo que ele já realiza sempre que tem a oportunidade. Pode-se observar que boa parte de seus desenhos ontológicos se relacionam à interlocução e à construção coletiva do Sapê do Norte. Para isso, ele também abriu uma empresa chamada “A3 Assessoria”, com objetivo de formalizar sua atuação enquanto agroecólogo.

A criação da empresa também se associa às dificuldades de captação de recursos financeiros para a realização de projetos, bem como de investimento na infraestrutura da área onde ele está trabalhando no sítio de seus pais. Segundo ele, a abertura formal de uma empresa “cria o olho do branco”, dito de outro modo, possibilita que ele consiga defender a seriedade e a sofisticação de seus projetos, assim como lhe dá permissão para obter empréstimos, mesmo que muito distantes daqueles conseguidos pelos grandes proprietários.

De um modo geral, o conjunto da trajetória pessoal de João, isto é, sua interlocução com processos coletivos dos quilombos e sua captura ontológica da agroecologia e seus desenhos ontológicos, é um exemplo emblemático de alguém que criou sua variedade local da “pedagogia da encruzilhada” (JUNIOR, 2018). É a superação das seguidas armadilhas que a modernidade colonial coloca sobre os caminhos das populações negras. Mesmo tendo sido ameaçado, agredido, sabotado, subestimado, ainda dispondo de poucos recursos, tem desenhado o grande Sapê do Norte em torno de um projeto de desenvolvimento rural integrado, junto a diferentes sujeitos humanos e não-humanos. Boa parte da pouca continuidade e estabilidade de seus projetos não se vinculam à eficácia de seus desenhos e nem por falta de persistência, mas têm relação

com as condições deixadas pela modernidade colonial materializada, sobretudo, na presença dos monocultivos de eucalipto e da indústria de celulose no Sapê do Norte.

Por outro lado, a experiência de João Batista de Angelim 1 na forma como foi retratada ao longo deste trabalho buscou visibilizar a seu modo o que Val e Rosset (2022) conceituaram como aquelas “agroecologias invisíveis”. Em outras palavras, aquelas agroecologias subfinanciadas e subfomentadas materialmente, que estão sujeitas a condições não controladas pelas comunidades que as protagonizam. Entretanto, diferente das apropriações feitas pelas grandes corporações colonizadoras no fomento a “agroecologia para inglês ver”, aquelas são realmente direcionadas por um propósito de autonomia e emancipação das comunidades camponesas, indígenas ou negras na construção de mundos possíveis perante a acentuação da colonialidade sobre paisagens e territórios.

Imagem 73 - Roçagem de facão, área do Projeto Agroecotur, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 74 - Coqueiros após poda e coroamento, projeto Agroecotur, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 75 - Parte das favas colhidas no projeto Agroecotur, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 76 - Sistema agroflorestal, em momento posterior a poda, projeto Agroecotur, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 77 - Intervalo para descanso, junto as bananas e cocos colhidos, projeto Agroecotur, Angelim 1



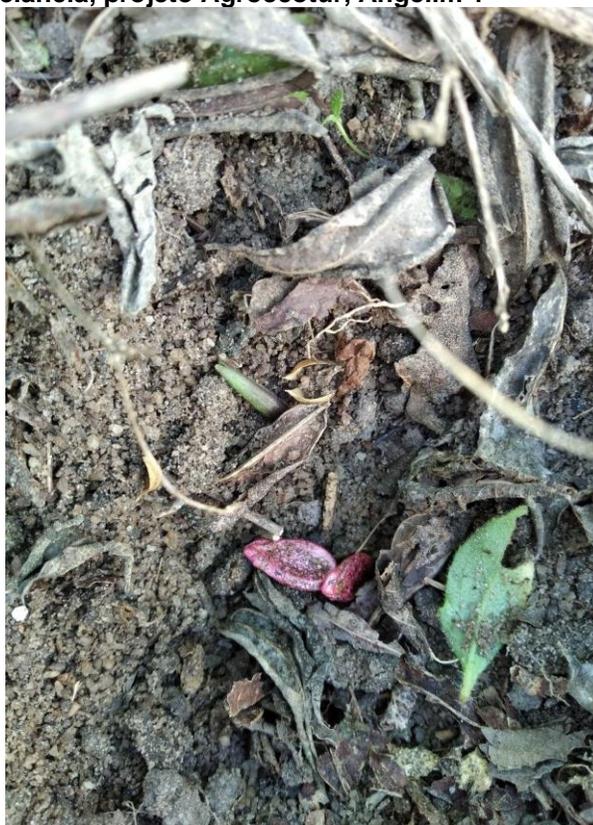
Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 78 - Área após aceiro, roçagem e poda, projeto Agroecotur, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 79 - Plantio de melancia, projeto Agroecotur, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 80 - Plantio de mucuna-preta, para adubação verde, projeto Agroecotur, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 81 - Plantio de feijão-de-porco, para adubação verde, projeto Agroecotur, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 82 - Minhocas, indicadores de fertilidade do solo, projeto Agroecotur, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 83 - Pereca em folha da bananeira, projeto Agroecotur, Angelim 1, exemplo de incidência de animais silvestres nos sistemas agroflorestas em Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 84 - Plantio de quiabo, projeto Agroecotur, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 85 - Área em momento posterior a roçagem, coroamento e plantio, projeto Agroecotur, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 86 - Primeiros plantios do sistema agroflorestal do projeto Morro Agroecológico



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 87 - Rega das mudas, projeto Morro Agroecológico, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 88 - Placa do projeto Agroflorestando o Sapê do Norte, Sítio Porto das Canoas, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 89 - Área de um SAF antigo e processo de revitalização após roçagem, projeto Morro Agroecológico



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 90 - Área em momento posterior ao aceiro, projeto Morro Agroecológico, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 91 - Área para construção de um espaço para atividades educativas, projeto Morro Agroecológico



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 92 - João e as sementes de Jequitibá, após poda e coleta das sementes



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 93 - Broto de cabaças, projeto Morro Agroecológico, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 94 - Plantio de uma muda de coqueiro, projeto Morro Agroecológico, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 95 - Interior do viveiro, projeto Morro Agroecológico, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 96 - João e o viveiro, projeto Morro Agroecológico, Angelim 1



Fonte: Arquivo pessoal

4 CONCLUSÕES: OS DESENHOS ONTOLÓGICOS E O DESENVOLVIMENTO RURAL ENQUANTO ONTOLOGIA POLÍTICA

Esta tese de doutorado teve o objetivo de trazer, para a escrita, a relação entre interesses de pesquisa e de vida, a experiência vinculada à imersão em parte da realidade do Sapê do Norte e o confronto dessa experiência com os estudos sobre quilombolas no Brasil, a colonialidade, o desenvolvimento rural e o campo de estudos sobre a questão ambiental. O resultado foi a compreensão de que os quilombos constroem uma relação multidimensional de seu próprio gênero, tanto com a formação territorial e das paisagens do Brasil, como com o Estado e seus projetos. Por consequência, mesmo que a forma das comunidades quilombolas fazerem parte do mundo rural e se apropriarem da construção do desenvolvimento rural e da agroecologia seja, em parte, análoga a outras formas camponesas, ela tem um caráter específico que, entre outras coisas, se vincula à maneira como os quilombolas e as populações negras são expostos à violência colonial ao longo da formação do Brasil.

Além disso, o primeiro capítulo também tratou de trazer as contribuições da virada ontológica sobre a ecologia política e da sociologia da questão ambiental para a esfera dos estudos em desenvolvimento rural. Em outras palavras, buscou se apropriar da abordagem dos desenhos ontológicos e sobre a constituição da paisagem e implementar um caminho até a problematização da relação entre quilombolas e a produção do desenvolvimento rural perante a modernidade colonial manifestada na indústria de celulose, nos monocultivos e no Estado.

No capítulo seguinte, busquei retomar a história da constituição da paisagem do Sapê do Norte, elaborando com ajuda dos relatos de interlocutores e dos dados colhidos em fontes secundárias, na forma de desenhos ontológicos que representam diferentemente a influência dos quilombolas e da indústria de celulose na constituição das paisagens da região. Também foram apresentados e analisados os resultados do confronto entre os mundos construídos pelos quilombolas e a indústria de celulose, manifestados como condições para a habitabilidade e para a criatividade ontológica na captura e produção do desenvolvimento rural.

No terceiro e último capítulo, elaborei uma análise fundamentada na trajetória de João Batista do Quilombo de Angelim 1, buscando demonstrar como este sujeito produziu seus desenhos ontológicos na captura e produção da agroecologia e do desenvolvimento rural no Sapê do Norte. Ficou evidente que o principal interlocutor desta pesquisa teve que interagir sistematicamente com as circunstâncias produzidas nas paisagens e nos quilombos, dos desenhos ontológicos coloniais da indústria de celulose e do Estado. Por consequência, ele teve uma trajetória cheia de nuances e armadilhas, tendo de reconfigurar sistematicamente seus projetos, relações e parcerias. Todavia, logrou produzir, em conjunto com parceiros, transformações nas paisagens que abrangem os quilombos dessa localidade.

Nessa perspectiva, ao invés de universalizar a compreensão do mundo rural como algo mais ou menos transversal à realidade de agricultores(as) descendentes de europeus, camponeses, indígenas, quilombolas e, de um modo geral, populações tradicionais, busquei demonstrar que a ruralidade pode compor a diferença radical e o atravessamento entre construções de mundos.

Com esta intenção, foi fundamental o contato e a adoção da abordagem dos desenhos ontológicos, pois esta me permitiu observar atentamente as diferentes formas de captura do desenvolvimento rural e da agroecologia, convertendo-os em instrumentos de construção ativa de mundos, fraturando continuamente a modernidade colonial. Isto é significativamente diferente de uma perspectiva que, de um lado, enxerga o desenvolvimento rural como um campo de estudos que visa entender a relação de agricultores com a sociedade/economia de mercado ou, de outro lado, apresenta-se como campo de conhecimento instrumental para a adequação e/ou adaptação a essa mesma modernidade colonial.

Diferentemente, penso que esta pesquisa demonstrou que quando sujeitos de comunidades étnicas específicas, como são os quilombolas, apropriam-se de formas de pensar o futuro, o desenvolvimento rural, as relações sociedade-natureza, não estão deixando de ser quilombolas para se tornarem “modernos”. Que, supostamente, assimilaram os códigos dos colonizadores e, por consequência, buscam simular suas práticas ou imitá-las. Essa é uma perspectiva essencialista e ao mesmo tempo racista, pois alija dessas pessoas as suas capacidades criativas de apropriação e reconfiguração

de categorias, conceitos e paradigmas. Por exemplo, como se toda forma de construção da agroecologia por um quilombola fosse possível somente através do conhecimento tradicional ou pela assimilação e reprodução de formas e práticas vindas de fora, sejam da parte de extensionistas, ativistas ou pesquisadores.

Um outro elemento fundamental da pesquisa apresentada nestas páginas tratou do desvelamento daquele desenvolvimento rural e daquela transição agroecológica construída na periferia da modernidade colonial, nas situações mais difíceis e vulneráveis. Todavia, sem deixar de pensar seriamente sobre estes processos e seus desdobramentos, não foram tratados como se fossem somente um resultado das circunstâncias. Em outras palavras, representei formas de captura do desenvolvimento rural e da agroecologia que parecem muito pouco com aquelas situações mostradas na análise dos efeitos de grandes projetos de desenvolvimento rural que dispunham de um significativo aporte de recursos e de uma interlocução contínua com universidades e centros de pesquisa de excelência, protagonizados por agricultores com acesso estável à terra, que não sofrem violência colonial. Para isso, foram fundamentais as contribuições da forma como Arturo Escobar elaborou a abordagem dos desenhos ontológicos, permitindo que eu enxergasse práticas, discursos, projetos, expectativas, sonhos, articulações, negociações, conflitos e frustrações, como partes do desenvolvimento rural e da ontologia política, para além da reelaboração de sistemas produtivos e de formas de inserção no mercado.

De modo análogo, a abordagem em questão também permitiu enquadrar nesta análise os conflitos ontológicos como processos de longo prazo, propagados na vida dos sujeitos e comunidades na lida com as consequências da colonialidade sobre as paisagens e territórios de vida, para além de pairarem por determinadas arenas de disputas. Também procurei observar de que maneira o racismo e as desigualdades raciais se apresentaram como fatores na relação entre quilombolas, Estado, fazendeiros e as corporações extrativistas.

Associado a isso, tentei enfatizar como o desenvolvimento rural e a agroecologia se tornaram instrumentos que permearam a posição dos sujeitos em situações de conflitos ontológicos. No caso específico deste estudo, um quilombola de Angelim 1 em seus projetos e articulações, toma do Estado e da indústria de celulose o monopólio sobre

o ato de projetar e planejar o futuro do Sapê do Norte, tal como, de difusão de novos paradigmas para a integração das comunidades entre si e com a paisagem.

Por outro prisma, também ressaltei que ao longo do aprofundamento acerca da história do Sapê do Norte enquanto paisagem e grande território, desde a colonização dos portugueses até a colonização pela indústria de celulose, é gritante o protagonismo do Estado. Nessa lógica, é o Estado que promoveu todo o tipo de violência colonial, tanto em relação às populações indígenas e quilombolas quanto em direção aos seres não-humanos, seja por protagonismo de fato ou por anuência intencional.

Em especial, a não titulação dos territórios quilombolas, mesmo após aproximadamente 20 anos de atividades direcionadas a isso, realizadas por quilombolas e parceiros, gerou uma série de novos problemas para as famílias do Sapê do Norte, que associam as dimensões sociais e ecológicas da realidade de uma maneira quase inseparável. Foi o Estado que trouxe diretamente a indústria madeireira, a indústria de celulose, que secou as nascentes, que promoveu o desmatamento, que criou reservas florestais as quais excluem os quilombolas como parte dessas paisagens, que expulsou e marginalizou famílias inteiras. É o Estado que não oferece quase nenhum fomento à permanência das famílias quilombolas e, sobretudo, não titulou aquelas terras. Em suma, demonstra-se um enfático desejo de extermínio daquelas populações, pelo menos como componentes desse grande território, entre Conceição da Barra e São Mateus, no extremo-norte do Espírito Santo.

Neste contexto, a diferença radical de uma língua própria, de uma religiosidade própria, da presença de encantados e espíritos foi continuamente massacrada há décadas, junto com as florestas, os rios e as terras de habitação comuns dos quilombolas, tendo perdido boa parte de seus atributos e sua incidência. Diante disso, essa diferença ontológica entre mundos pode ser vista mais concretamente na retomada das tradições quilombolas reconfiguradas em formas de manejo das paisagens e, destacadamente, nas tentativas sistemáticas de João Batista e seus parceiros de recuperá-las, como a base de reconstrução de possibilidades realmente democráticas para a criatividade na geração de novas ontologias. Pois quais criatividade ontológicas podem existir em meio aos talhões de eucalipto, os famigerados “desertos verdes”, em comparação às florestas da região? Muito poucas.

A diferença radical ou ontológica se apresentou, neste trabalho, como algo eminentemente material e corporal, ligado às formas como os seres vivos produzem diferentes assembleias entre si e, por consequência, também criam condições de habitabilidade das paisagens multiespécie. Por isto, a diferença entre quilombolas e a indústria de celulose foi menos analisada nas suas formas cosmológicas de interpretação da realidade, ou na filosofia atrelada às suas formas de construção do mundo. Por outro lado, pairou-se nas maneiras concretas, atuais e históricas de interferência nas paisagens da região. O motivo dessa escolha se deu, em parte, por partir do pressuposto de que plantas cultivadas tenham mais relevância analítica como elementos da criatividade humana e, desse modo, a agricultura, fora do âmbito dos monocultivos, seja, na minha leitura, uma das maiores manifestações, senão a maior, dessa criatividade ontológica na história da humanidade.

Ademais, o foco na história teve um grande papel neste trabalho, por ser compreendido como um meio fundamental para a análise dos desenhos ontológicos em desenvolvimento no Sapê do Norte, tanto aqueles protagonizados pela indústria de celulose e o Estado, quanto dos quilombolas e de João em especial, além da comparação entre eles. Diante disso, é impossível analisar de maneira eficaz as características das paisagens e as práticas dos sujeitos do Sapê do Norte sem o conhecimento histórico. Foi a partir da história que consegui perceber a sustentabilidade concreta das formas de composição das paisagens dos quilombolas e a manifestação crescente dos efeitos negativos dos monocultivos de eucalipto na região, que em somatório tendem a destruição concreta das possibilidades de vida naquele local.

As próprias ideias de direito territorial sobre aquelas terras, das famílias da região, são fundamentadas na ancestralidade e na hereditariedade, assim como, toda a discussão sobre reparação em relação ao passado das condições de existência das populações negras do Brasil. Portanto, fundamentam-se na história do povo quilombola do Sapê do Norte em particular, e na trajetória dos povos negros do Brasil em geral.

Todavia, pelo fato de essa pesquisa também se focar sobre uma realidade em contínua transformação, os efeitos a médio e longo prazo dos desenhos ontológicos mais atuais de João Batista, o principal interlocutor e parceiro deste trabalho, ficarão para serem desvelados em uma próxima pesquisa. Isto é, os desdobramentos dos seus

projetos e práticas de construção do desenvolvimento rural do Sapê do Norte enquanto território integrado.

O foco nesses desenhos possibilitou observar e analisar uma das facetas da criatividade ontológica dos povos que vem, há séculos, sendo alvo de um feroz processo de colonização. A criatividade em questão se manifesta nas diferentes formas articuladas de construção de mundos perante a modernidade colonial, para além do entendimento de que a única articulação existente nos quilombos é a busca pela titulação de suas terras. Isto em parte explica por que, mesmo após a escravidão, passando pelo “progresso” e/ou “desenvolvimento”, ou a política de genocídio do Estado, existem quilombos e quilombolas em sua diversidade no Brasil.

Por último, acredito que esta pesquisa deixa algumas questões e possibilidades de aprofundamento que devido ao recorte, o tempo-limite para a realização do doutorado e as próprias condições relacionadas a realização de uma investigação em plena pandemia do novo coronavírus, não foram exploradas a exaustão. Entre essas possibilidades sugiro: 1 - a investigação sobre outras situações de captura ontológica da questão ambiental, da transição ecológica e especialmente da agroecologia, por populações não-brancas perante a colonialidade e os conflitos ambientais/ontológicos, no intuito da análise das possibilidades e limites dos desenhos ontológicos de comunidades em vista da colossal influência de grandes corporações, fazendeiros e Estado; 2 – pesquisas sobre as relações entre ongs, movimentos sociais e comunidades tradicionais e indígenas nos desenhos ontológicos de territórios e paisagens, no sentido da análise das formas de aliança, de produção de conhecimento e das micro políticas existentes nessas relações; 3 - estudos das formas de captura ontológica da agroecologia por grandes corporações do extrativismo, como forma de gestão da crítica, dos conflitos e da estabilização do entorno dos empreendimentos e como medida de fomento da própria permanência dessas empresas nos territórios.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>. Acesso em: 12 set. 2021.
- ACSELRAD, Henri. Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de “comunidades”. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades**: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. p. 33-60.
- ALARCON, Daniela Fernandes. A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso Tupinambá da Serra do Padeiro. **Ruris**, Campinas, v. 7, n. 1, p.99-126, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.53000/rr.v7i1.1648>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição**: o Espírito Santo, 1850-1888. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- ALMEIDA, Jalcione. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente? **Desenvolvimento e Meio-Ambiente**, Curitiba, n. 6, p. 29-40, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v6i0.22126>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ALMEIDA, Jalcione. “Da ideia de Progresso à ideia de Desenvolvimento (rural) sustentável” In ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander (org.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2009. p. 33-55.
- ALMEIDA, Jalcione. “Pesquisa social sobre ambiente: misturando sujeitos e objetos híbridos” In ALMEIDA, Jalcione (org.). **Conflitos ambientais e controvérsias em ciência e tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p.11-26.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 9-32. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>. Acesso em: 5 mai. 2020.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ALTIERI, Miguel.; NICHOLLS, Clara. **Diseños agroecológicos**: para incrementar la biodiversidad de entomofauna benéfica em agroecossistemas. Medellín, Colombia: Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA), 2010.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. **No território da linha cruzada**: a cosmopolítica afro-brasileira. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Fundação Cultural Palmares, 2006.

ANJOS, José Carlos dos. **Etnodesenvolvimento e Mediações Político-Culturais no Mundo Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

AQUINO, Silvia Lima de. **Sobre agricultores, cultivo de eucalipto e estratégias agroindustriais**: resistir e adaptar-se ao sistema de produção integrada. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=216939#. Acesso em: 02 ago. 2020.

ARAÚJO, Wladimir Sena.; MARTINS, Wanessa.; ELISEI, Adriano.; SIMON, Vitor Hugo.; JULIATI, Sandro. **Relatório Final para subsidiar a Identificação e a Delimitação de quatro territórios quilombolas da Bacia do Rio Angelim**. INCRA. AS Consultoria, 2013.

ARCE, A.; LONG, N. Re-positioning knowledge in the study of rural development. In SYMES, D.; JANSEN, A.J. (eds.) **Agricultural restructuring and rural change in Europe**. Wageningen: Agricultural University Wageningen, p.75-86, 1994.

ARRUTI, José Maurício Andion. Direitos Étnicos no Brasil e na Colombia: notas sobre hibridização, segmentação e mobilização política de índios e negros. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 93-123, nov, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832000001400005>. Acesso em: 20 out. 2020.

ARRUTI, José Maurício Andion. As comunidades negras rurais e suas terras: a disputa em torno de conceitos e números. **Dimensões**, Vitória, n. 14, p. 243-270, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2630/2115>. Acesso em: 25 out. 2020.

BARBIERI, Larissa et al. Mulheres semeando agroecologia: uma experiência de convivência com o semiárido nas comunidades quilombolas da região do caroá – PE. **Cadernos de Agroecologia**, Brasília, v. 13, 1. p. 1-7. 2018. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/346/1308>. Acesso em: 2 nov. 2020.

BARRERA-BASSOLS, Narciso; TOLEDO, Victor M. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

BENEDETTI, Adriane Cristina et al. Reconhecimento Étnico e Inclusão social: uma experiência de trabalhos em comunidades “remanescentes” de quilombos no litoral gaúcho. **Rev. Bras. de Agroecologia**, Porto Alegre. v.2, n.1, p. 1580-1584. 2007. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/6610/4915>. Acesso em: 2 nov. 2020.

BENEDETTI, Adriana Cristina; ANDRADE, Mariana. A construção da segurança alimentar sob o olhar quilombola: a experiência em Mostardas / RS. **Rev. Bras. de Agroecologia**, Porto Alegre. v. 2 n. 7. p. 161-165, 2007. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/2778/2404>. Acesso em: 2 nov. 2020.

BENEDETTI, Adriana Cristina. **“Quando se fala em terra”: a constituição de arena pública em torno da titulação de territórios quilombolas no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213170/001117502.pdf?sequence=1&isAllwed=y>. Acesso em: 1 dez. 2020.

BERALDO, Neide Aparecida da Silva; MARTINEZ, Luis Fernando Salamanca. A Agroecologia como estratégia de resgate da diversidade genética perdida: o caso da comunidade quilombola de Casca/ município de Mostardas / RS. **Rev. Bras. de Agroecologia**. Porto Alegre. v.2, n.1. p. 1625-1628. 2007. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/6620/4925>. Acesso em: 2 nov. 2020.

BERALDO, Neide Aparecida da Silva. **Agricultores Quilombolas, Mediadores Sociais e Segurança Alimentar**: uma análise a partir das condições e estratégias de acesso aos alimentos da Comunidade Maçambique/ RS. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22656/000714920.pdf?sequence=1&isAllwed=y>. Acesso em: 3 dez. 2020

BERNARDO NETO, Jaime. **Negros em Terras de Brancos?** Reflexões sobre o racismo e a colonialidade nas representações hegemônicas sobre o Espírito Santo. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, 2017.

BEZERRA, Alexandre Chaves.; GONÇALVES, Claudio Ubiratan. Estudo do modo de produção do território da comunidade quilombola Cupira na beira do Rio São Francisco, sertão pernambucano. **Cadernos de Agroecologia**, Belém, v. 10, n. 3. p. 1-6. 2015.

Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/19181/12957>. Acesso em: 3 dez. 2020.

BLASER, Mauro. Ontological Conflicts and the Stories of Peoples in Spite of Europe: towards a conversation on Political Ontology. **Current Anthropology**. V. 54, n. 5. p. 547-568. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/672270>. Acesso em: 10 Nov. 2019.

BOLTANSKI, Luc. Sociologia da Crítica, instituições e o novo modo de dominação gestor. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 3. N. 6. P. 441 – 463. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752013v364>. Acesso em: 5 nov. 2020.

BORBA, Carolina dos Anjos. **Terras negras nos dois lados do Atlântico: quem são os proprietários? Estudo Comparado – Cabo Verde/ Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72253/000883398.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 dez. 2020.

BORGO, Ivan Anacleto Lorenzoni.; ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga.; PACHECO, Renato José Costa. **Norte do Espírito Santo: Ciclo Madeireiro e Povoamento (1810-1960)**. Vitória: EDUFES, 1996.

BRANDÃO, Carlos R. **Peões, pretos e congos: trabalho e identidade étnica em Goiás**. Goiânia: Editora da Universidade de Brasília, 1977.

BRITO, Ivana Paula Ferraz Santos de et al. Agricultura Agroecológica em Comunidades Quilombolas no Território da Região de Vitória da Conquista – Bahia. **Rev. Bras. De Agroecologia**, Curitiba. v. 4. n. 2. P. 1-4. 2009. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/4440/3338>. Acesso em: 4 dez. 2020.

CAMANA, Ângela; ALMEIDA, Jalcione. Da insustentabilidade do desenvolvimento: Os discursos da produção de “vazios” no âmbito de um programa de cooperação internacional. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre. v. 19, n. 2, p. 391-408. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.2.32057>. Acesso em: 10 mai. 2022.

CAMPOS, Heliana Kátia Tavares; COSTA FILHO, Aderval. Articulação e Parcerias in Comunidades Quilombolas. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília. n. 9. p. 119-129, 2008. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/286.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2020.

CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e. Reconhecimento e Organização Política Quilombola na luta por território na Ilha de Marajó (PA). **Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc.**

UFRN, Natal, v. 14, n.2, p.93 - 107. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/download/6088/pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e. “O suor marca a terra”: trabalho, direito e território quilombola na Ilha de Marajó, Pará. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. 18, n. 2. p. 77-96. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/K34NFQVcgK7TscdJfJn CZHP/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Ele%20n%C3%A3o%20marca%20sua%20terra,n%C3%A3o%20se%20configura%20como%20infringente>. Acesso em: 5 out. 2020.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. A atuação dos antropólogos na Regularização dos Territórios Quilombolas. **Revista do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas. v. 4, n. 7/8. Pelotas. p. 11-36. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/1187/982>. Acesso em: 7 out. 2020.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. Tecnologias de governo, regularização de territórios quilombolas, conflitos e respostas estatais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre. n. 46, p. 131-157. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/hNVghNqxnNn8wzGrs6vTZPS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 out. 2020.

CARVALHO, Natan Ferreira de. **A mediação na reparação de danos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão aos faiscadores e pescadores artesanais da região de Rio Doce/MG**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218096/001122523.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2020.

CASAGRANDE, Alana. **Dinâmicas ambientais e produção do Conhecimento Intergeracional nas comunidades da lagoa Bacupari e de remanescentes de quilombo de Casca Litoral do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96704/000917872.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 out. 2020.

CELIN, José Lazaro. **Migração Europeia, Expansão Cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Economia), UFRGS, 1984.

CORADIN, Cristiane.; SANTOS, Renato de Souza. Mercados institucionais e a promoção da agricultura quilombola agroecológica. **Cadernos de Agroecologia**. Brasília. v. 13, n. 1. p. 1-6. 2018. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/38/1729>. Acesso em: 4 out. 2020.

COSTA, Malcon do Prado et al. Proposta de Arborização em Área Comum à Comunidade Quilombola de Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim – ES. **Rev. Bras. De Agroecologia**, Curitiba. v. 4. n. 2. p. 1-5. 2009. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/9076/6343>. Acesso em: 2 out. 2020.

COSTA, Marcell Nóvoa et al. Apicultura: uma intervenção agroecológica de desenvolvimento rural para Comunidade Remanescente de Quilombolas de Castanhalzinho, Garrafão do Norte-Pa. **Cadernos de Agroecologia**, Belém. v.10, n. 3. p. 1-5. 2015. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/18820/13408>. Acesso em: 1 out. 2020.

CHAGAS, Miriam de Fátima. A política do reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre. n. 15. p. 209-235. 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240972248_A_politica_do_reconhecimento_dos_remanescentes_das_comunidades_dos_quilombos. Acesso em: 5 out. 2020.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B de. Populações tradicionais e conservação ambiental *in* CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **Cultura com Aspas**. São Paulo: Cosac Naify. p. 277- 300. 2009.

DAL SOGLIO, Fabio. “A agricultura moderna e o mito da produtividade” *in* DAL SOGLIO, Fábio.; KUBO, Rumi Regina (org.) **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

DARÉ, Raquel. A “Crise do Café” e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3569>. Acesso em: 15 jul. 2019.

DAVIS, Angela Y. **Mujeres, raza y clase**. Madri: Ediciones Akal, 2004.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das letras. 1996.

DE AGUIAR, Maciel. **Os últimos Zumbis: a saga dos negros do Vale do Cricaré durante a escravidão**. Porto Seguro: Brasil-Cultura, 2001.

DE LA CADEÑA, Marisol. Indigenous Cosmopolitics in the Andes: Conceptual Reflections beyond “Politics”. **Cultural Anthropology**, Arlington. v. 25. p. 334-370. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1548-1360.2010.01061.x>. Acesso em: 7 ago. 2019.

DIEGUES, Antonio Carlos.; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira (orgs.). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP: MMA, 2000.

ESCOBAR, Arturo. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências *in* SANTOS, Boaventura Souza (org). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo, Cortez, 2006, p. 639-666.

ESCOBAR, Arturo. "Postconstructivist Political Ecologies" En: Michael Redclift and Graham Woodgate (eds.). **International Handbook of Environmental Sociology**, Cheltenham. P. 91-105. 2010a. Disponível em: http://www.agrodrought.ei.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2015/04/Escobar_2010_Postconstructivist-political-ecologies.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia**: Lugar, movimientos, vida, redes. Popayán, Colombia: Envion Editores, 2010b.

ESCOBAR, Arturo. **Notes on Ontological Design**, 2012. Disponível em: [http://sawyerseminar.ucdavis.edu/files/2012/12/ESCOBAR_Noteson-the-Ontology-of-Design-Parts-I-II-_-III.pdf]. Acesso em: 20 dez. 2020.

ESCOBAR, Arturo. En el transfondo de nuestra cultura: la tradición racionalista y el problema del dualismo ontológico. **Tabula Rasa**, Bogotá. n.18.p. 15-42. 2013. Disponível em: <http://www.revistatabularasa.org/numero-18/01escobar.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2020.

ESCOBAR, Arturo. Territórios de diferencia: la ontología política de los "derechos al territorio". **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires. v. 41. p. 25-38. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5281928.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2020.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño**: La realización de lo comunal. Popayan : Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.

ESCOBAR, Arturo. **Designs for the pluriverse**: radical interdependence, autonomy, and making of worlds. Durhan and London: Duke University Press, 2018.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Atlas da mata atlântica do estado do Espírito Santo:2007-2008/2012-2015**. Cariacica-ES: IEMA, 2018. Disponível em: <https://seama.es.gov.br/atlas-da-mata-atlantica-es>. Acesso em: 5 jan. 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Lucas da Rocha. Agência dos agricultores e produção de novidades na construção de agroecossistemas florestais *In* DAL SOGLIO, Fábio.; KUBO, Rumi Regina (org.). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2016. p. 159-178.

FERREIRA, Simone R. Batista. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002. Disponível em: <https://mst.org.br/download/mestrado-da-fartura-a-escassez-a-agroindustria-de-celulose-e-o-fim-dos-territorios-comunais-no-extremo-norte-do-espírito-santo/#>. Acesso em: 10 jul. 2018.

FERREIRA, Simone R. Batista. “**Donos do lugar**”: a territorialidade quilombola do **Sapê do Norte – ES**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=177001. Acesso em: 15 jul. 2018.

FERREIRA, Mirelle Tavares et al. Reconhecimento das potencialidades da comunidade quilombola Santa Cruz - Brejo Grande/SE, para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC). **Cadernos de Agroecologia**, Brasília. v. 13, n. 1. P. 1-6. 2018. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/926/350>. Acesso em: 3 out. 2020.

FIDELIS, Lourival de Moraes et al. Interfaces da Agricultura Tradicional Quilombola com a Agroecologia: Análise da Agricultura em Comunidades Quilombolas do Município Paranaense de Adrianópolis. **Rev. Bras. De Agroecologia**, Curitiba. v. 4, n. 2. p. 1-4. 2009. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/3445/2750>. Acesso em: 1 set. 2020.

FLEURY, Lorena Cândido. **Conflito ambiental e cosmopolítica na Amazônia Brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/90184/000912554.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 ago. 2019

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva, **Sociologias**, Porto Alegre. v. 35. p. 34-82. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/45984>. Acesso em: 9 jun. 2018.

FLEURY, Lorena Cândido et al. Sociologia dos conflitos ambientais: desafios epistemológicos, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre. v. 5. p. 219-253. 2017. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/328>. Acesso em: 2 mai. 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala**. São Paulo: Editora Global, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FU KIAU. Kimbwadende Kia Busenki. **African Cosmology of the Bântu-Kôngo: principles of life and living**. Canada: Athelia Henrietta Press, 2001.

GODELIER, Maurice. **Lo ideal e lo material: pensamentos, economias e sociedades**. Madrid: Taurus Humanidades, 1989.

GOMES, Flávio dos Santos e REIS, João José (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo. Claro Enigma, 2015.

GOMES, Fabiano Leite. Construindo saberes na comunidade quilombola Cajá dos Negros. **Cadernos de Agroecologia**, Brasília. v. 13, n. 1. p. 1-6. 2018. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/707/701>. Acesso em. 6 out. 2020.

GOMES, Nathália Esteves da Silva. **Os conflitos agrários nas páginas de A Tribuna: a disputa territorial entre quilombolas e o agronegócio de eucalipto no Norte do Espírito Santo**. Dissertação (Comunicação e Territorialidades). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2020. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_14124_Dissertacao_FINAL_NathaliaEsteves_versaoUFES%20%281%2920201123-121834.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

GREEN, Lesley. **Fracking, oikos and omics in the Karo: reimagining South Africa's reparative energy policy**. Colóquio Internacional Os mil nomes de Gaia, Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/lesley-green.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019.

GRISA, Catia. A produção "pro gasto": um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11001/000601676.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 mai. 2022.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de geração de interação entre sociedade e Estado no Brasil *in* GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p.19-52.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante, 2019.

GUHA, Ramachandra. O Biólogo autoritário e a Arrogância do Anti-Humanismo *in* DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 81-99.

HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of American Latin Geography**, Maryland. v.19, n. 1. p. 141 – 15. 2020. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/744032>. Acesso em: 15 set. 2020.

INGOLD, Tim. **The Perception of Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill**. Ed Routledge. 2000.

JASANOFF, Sheila. “The idiom of co-production” *In* JASANOFF, Sheila (edit). **States of Knowledge: the co-production of Science and Social Order**, Routledge, 2004. p. 1-13.

JUNIOR, Luiz Ruffino Rodrigues. Pedagogia das Encruzilhadas. Revista Periferia, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 71 - 88. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/31504>. Acesso em: 15 Mar. 2022.

KRAEMER, Matias Felipe Eidelwein. **Agricultura e estratégias de reprodução socioeconômica no quilombo do Morro Alto – Maquiné/ RS: cenários de desenvolvimento local através da análise de sistemas agrários**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72277/000882792.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 set. 2020.

LINHARES, Maria Yeda.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LONG, Norman. Commoditization: thesis and antithesis. *In* LONG, Norman. *et al* (edit.). **The commoditization debate: labour process, strategy and social network**, Wageningen: Wageningen Agricultural University, 1986. p.1-25.

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MARQUES, Gabriela Pôrto. **O cuidar feminino: saberes e fazeres tradicionais de benzedeiros quilombolas de Mostardas-RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/212672/001116761.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 nov. 2020.

MBEMBE, Achille. **Políticas de inimizade**. São Paulo. N-1 Edições, 2020.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In GRISA, Catia. SCHNEIDER, Sergio. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 339-380.

MEDEIROS, Rogério. **Ruschi: o agitador ecológico**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

MEIRA, Ana Claudia Heibling. “**Ó!! Você vai construir por cima de mim !!**”: **Desenvolvimento, conflito ambiental e disputas por justiça no litoral Sul do Espírito Santo, Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/172545/001049244.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 Mar. 2020.

MOUZER, Marcus Vinícius de Souza *et al.* A produção de mudas florestais em uma comunidade quilombola do litoral do Rio Grande do Sul, Brasil: compor agrobiodiversidade, fortalecer agroflorestas, enriquecer paisagens. *Cadernos de Agroecologia*, Porto Alegre. v. 8, n. 2. p.1-6. 2013. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/14380>. Acesso em: 8 out. 2020.

MOUZER, Marcos Vinícius de Souza. **Espaços no tempo, tempos no espaço na formação da agrobiodiversidade quilombola: processos de invenção cultural nas chácaras da Comunidade Quilombola do Limoeiro, RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/172479/001049384.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 out. 2020.

MULLER, Cíntia Beatriz. Ser camponês, ser “remanescente de quilombos”. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis. v. 7, n. 1,2. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Acesso em: 11 out. 2020.

MULLER, Cíntia Beatriz et al. Remanescentes de Quilombos na Região de Morro Alto – RS: contribuição da geografia física no reconhecimento das áreas ocupadas. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre. n. 30. p. 8-2. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/37479>. Acesso em: 19 out. 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra S.A, 1978.

NUNES, Patrícia Maria Portela. A Terra da Pobreza e as Comunidades Remanescentes de Quilombo em Alcântara: identidade étnica e territorialidade *In* IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES. Universidade de Coimbra. 2013. p. 1-18. Disponível em: https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/10.1.3_Patricia_Maria_Portela_Nunes.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

NUNES, Patrícia Maria Portela. Conflitos étnicos na Amazônia Brasileira: processos de construção identitária em comunidades quilombolas de Alcântara. **Colômbia Internacional**, Bogotá. n. 84.p. 161-185. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rci/n84/n84a07.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2008.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Experiências de Comunidade em um Território Negro: uma análise a partir do caso de Retiro, Santa Leopoldina, ES. **Revista de Estudos Teológicos Reflexus**, Vitória. v.1, n.1. p. 100-115. 2007. Disponível em: <https://revista.fuv.edu.br/index.php/reflexus/article/view/42/26>. Acesso em: 9 set. 2020.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Comunidades Quilombolas no Estado do Espírito Santo: conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural. **Ruris**, Campinas. v. 5, n. 2. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.53000/rr.v5i2.1469>. Acesso em: 9 set. 2020.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Quilombos e demarcadores de identidade análise sucinta de três casos no estado do Espírito Santo. **Revista Ambivalências**, Aracaju. v.4, n.7, p. 10 – 41. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v4n7p10-41>. Acesso em: 8 set. 2020.

PEÑAFIEL, Adriana Paola Paredes. **Desenhos, relações e desenvolvimento**: conflitos em torno da mineração na região andina de Cajamarca, Peru. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/149329/001003232.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 ago. 2019.

PEDROSO, Fábio Graf; SILVA, Alexandro Marinho. Aspectos Econômicos e Socioambientais do manejo agroecológico do Quilombo de Ivaporunduva, Vale do Ribeira, São Paulo. **Rev. Bras. de Agroecologia**, Porto Alegre. v. 1, n. 1. p. 1-4. 2006. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/5926>. Acesso em: 11 out. 2020.

PEREIRA, Gustavo Rovetta et al. Considerações etnoecológicas sobre o Plantio de Água? em Alegre, no Sul do Espírito Santo. **Cadernos Agroecológicos**, Brasília. v. 13. p. 1-7. 2018. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/1245>. Acesso em: 1 nov. 2018.

PEREIRA, Gustavo Rovetta. Produção da cultura e mediação social do ambiente nas pescas artesanais das comunidades vizinhas Ubu e Parati no litoral do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/4338>. Acesso em: 15 abr. 2018.

PÉREZ, Flávia Inês Carvajal *et al.* A Díficil Transição Agroambiental em comunidades fumicultoras: Um Estudo da Comunidade Barro Vermelho, Restinga Seca/RS. **Rev. Bras. De Agroecologia**, Curitiba. v. 4, n. 2. p. 1-5. 2009. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/download/3999/3086/16134>. Acesso em: 5 dez. 2020.

PLOEG, Jan Van Der. **Camponeses e a arte da agricultura**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

PLOEG, Jan Van Der. Differentiation: old controversies, new insights. **The Journal of Peasant Studies**. v. 45, n. 3. p. 489 - 524. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2017.1337748>. Acesso em: 13 mai. 2019.

POSEY, Darrell A. Manejo de floresta secundária, capoeira, campos e cerrados (Kayapó) in RIBEIRO, Darcy; Ribeiro, Berta G. (org.) **Suma Etnológica Brasileira Vol. 1: Etnobiologia**, Petrópolis: Vozes, Finep, p. 172-186, 1986. Disponível em: http://etnolingustica.wdfiles.com/local--files/suma%3Avol1p172-186/S1_t11_ManejoKayapo_Posey.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

PRIMAVESI, Ana. **Manual do solo vivo**: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

PRIMAVESI, Ana. **O solo tropical**: casos. Perguntando Sobre o Solo. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, 2009a

PRIMAVESI, Ana. **Cartilha do Solo**: Como reconhecer e Sanar seus problemas. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, 2009b.

PRIMAVESI, Ana. **Manejo Ecológico del Suelo**: La agricultura em regiones tropicales. Buenos Aires: Libreria “El Ateneo” Editorial, 1982.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad do poder, eurocentrismo e América Latina. In QUIJANO, Anibal (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142.

QUEIROZ, Maria Pereira Isaura de. **O mandonismo local na vida política brasileira(da colônia à primeira república)**: ensaio de sociologia política. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

RIBEIRO, Gustavo Lins. RIBEIRO, Gustavo. L. Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento. **Revista Novos Estudos**, n. 80. p. 109-125. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000100008>. Acesso em: 16 mai. 2018.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Outras globalizações**: cosmopolíticas pós-imperialistas. Eduerj, 2014.

ROCHA, Cristiane Maria Macau et al. O quilombo de Bonsucesso no município de Mata Roma/MA e sua relação com agroecossistemas. *Cadernos de Agroecologia*, Belém. v. 10, n. 3. p. 1-5. 2015. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/19755/12973>. Acesso em: 15 set. 2020.

RODRIGUES, Vera. Brasil e Colômbia: Dinâmicas Etnicorraciais e Territoriais. *Rev. hist. comp.*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 156-188, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/1267/1187>. Acesso em: 11 nov. 2020.

RODRIGUEZ, Célia Jaqueline Sanz. **As formas de fazer agricultura e de ser agricultor em municípios da Região Central do estado do Espírito Santo**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/172468/001049261.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 set. 2019.

ROSA, Miriam Virgínia Ramos Rosa. **Senhores e possuidores livres e desembargados**: construção do sujeito negro proprietário e o uso solidário da terra em espinho. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Brasília, Brasília. 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5566>. Acesso em: 29 set. 2020.

ROSSET, Peter e ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: ciência y política. SOCLA. 2018

RUBERT, Rosane Aparecida. Parentesco, memória e território: um estudo etnográfico de comunidades negras rurais da região central do RS *In* 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 13 -15 de maio, Curitiba, 2009. p. 1-16.

RUSCHI, Augusto. **Agroecologia**. Brasília: Horizonte. 1978.

RUSCHI, Augusto. O Mapa Fitogeográfico Atual do E. E. Santo. **Boletim Museu Mello Leitão**, Santa Teresa. n. 30. p. 177-195. 1969.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **A escravidão em São Mateus/ ES: economia e demografia (1848 – 1888)**. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04052012-124952/publico/2011_MariadoCarmodeOliveiraRusso_VRev.pdf. Acesso em: 23 ago. 2018.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos**: Modos e Significações. Brasília: Ayô, 2019.

SANTOS, Boaventura Souza. “Introdução” *in* SANTOS, Boaventura Souza (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo, Cortez, 2006, p. 17-56.

SANTOS, Boaventura Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Cortez, 2008.

SANTOS, Carlos Alexandre B. Plínio dos. Maria do Povo: etnografia de uma resistência no semiárido piauiense. **Vivência**, Natal. n. 43. p.47-65. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/6802/5239>. Acesso em: 19 out. 2020.

SANTOS, Carlos Alexandre B. Plínio dos. Redes e interações: A formação do Movimento Negro e do Movimento Quilombola no Mato Grosso do Sul. **Série Antropologia**, Brasília. v. 451. p. 1-33. 2015.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. **O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Rio Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)**. Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade Federal de Brasília, Brasília. 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1166/1/Tese_2007_CarlosEmanuelSautchuk.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.

SCOTT, James C. **The Moral Economy of the Peasant: rebellion and subsistence in southeast Asia**. New Haven. Yale University, 1976.

SCOTT, James C. **The Weapon of the weak: everyday forms of the peasant resistance**. Yale University Press, 1987.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande. v. 21, n. 01. p.10-31. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2002.v21.175>. Acesso em: 29 set. 2020.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** n.5. p. 217-243. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100009>. Acesso em: 30 out. 2020.

SEGATO, Rita. **La critica de la colonialidad em ocho ensayos y uma antropologia por demanda**. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos Estudos**. n. 58. p. 73-92. 2000. Disponível em: https://novosestudos.com.br/wp-content/uploads/2017/05/02_a_forma_acampamento.pdf.zip. Acesso em: 28 out. 2020.

SILVA, Girley Vieira Da. **A cobertura do jornal A Gazeta sobre a titulação de comunidades remanescentes de quilombos (1988 – 2017)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/11275>. Acesso em: 13 jun. 2021.

SILVA, Paulo Sérgio da; ANJOS, José Carlos Gomes dos. A rede quilombola como espaço de atuação política *In* NEVES, Delma Pessanha. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 155-172.

SILVA, Sandro José da. **Política e identidade quilombola no Espírito Santo**. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2012. Disponível em: http://ppgantropologia.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/16/2016/07/SANDRO-JOS%C3%89-DA-SILVA_data-abril.pdf. Acesso em: 26 jul. 2018.

SILVA, Adrielly Albuquerque da et al. Avaliação da sustentabilidade de agroecossistema familiar de uso comum com a Metodologia MESMIS em uma comunidade quilombola em Ipixuna do Pará. **Cadernos de Agroecologia**, Brasília. V. 13, n. 1, p. 1-6. 2018. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/1139>. Acesso em: 30 set. 2020.

SIQUEIRA, João. “**TAMBOR DOS PRETOS**”: processos sociais e diferenciação étnica no rio Jaú, Amazonas. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2012.

SOUZA, Carlos Henrique Silva et al. Cartografia Social como instrumento de análise territorial e luta por direitos pelas comunidades quilombolas do município de Diamantina-MG. **Cadernos de Agroecologia**, Porto Alegre. v. 8, n. 2. p. 1-5. 2013. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/14397>. Acesso em 30 set. 2020.

SOUZA, Hildo Meirelles. **A Modernização Violenta**: principais transformações na Agropecuária capixaba. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1990.

SOUZA, YOUNG e BURTON, H. M, T. e M. Factors influencing the adoption of sustainable agriculture: evidence of the state of Espírito Santo, Brazil. **Technological Forecasting and Social Change**, New York. n. 60, 97-112. 1998.

SOUZA, Romier da Paixão.; MARTINS, Sergio Roberto. Construção do conhecimento agroecológico: desafios para a resistência científico-acadêmica no Brasil *in* GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de (org.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília: Embrapa, 2013.

STUCHI, Julia Franco et al. Integração agroecológica pela soberania alimentar em comunidade quilombola na Amazônia amapaense, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, Brasília. v. 13, n. 1. P. 1-4. 2018. Disponível em: <https://www.cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/download/638/770>. Acesso em: 30 set. 2020.

SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina**: Conflitos Socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TSING, Anna. TSING, Anna. On nonscalability: the living world is not amenable to precision nested scales. **Common Knowledge**, Durham. v. 16, n. 13, p. 505-524, 2012. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/485828/pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

TLOSTANOVA, Madina. On decolonizing design. *Design Philosophy Papers*, p. 1-11. 2017. Disponível em: https://monoskop.org/images/7/7b/Tlostanova_Madina_2017_On_Decolonizing_Design.pdf. Acesso em: 1 out. 2020.

VANZELA, Luis et al. Influência do uso e ocupação do solo nos recursos hídricos do Córrego Três Barras, Marinópolis. **R. Bras. Eng. Agríc. Ambiental**, Campina Grande. v.14, n.1, p.55–64, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-43662010000100008>. Acesso em: 5 jan. 2021.

VAL, Valentín.; ROSSET, Peter. **Agroecología(s) emancipatoria(s) para un mundo donde florezcan muchas autonomias**. Guadalajara, Jalisco: Cooperativa Editorial Retos; Universidad de Guadalajara, 2022.

VALENTE, Vívian et al. Transição ou Reconhecimento das Práticas Agroecológicas na comunidade quilombola Colônia do Paiol? **Cadernos de Agroecologia**, Belém. v. 10, n. 3. p. 1-5. 2015. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/20025/13893>. Acesso em: 28 set. 2020.

VILASCHI FILHO, Arlindo et al. Por um crescimento menos concentrado in VILASCHI FILHO, Arlindo (org.). **Economia Capixaba: ensaios por um outro desenvolvimento**. Vitória: Phoenix Cultura, 2015. p. 35-58.

VILLAR, Juliana Padua et al. Os caminhos da Agroecologia no Brasil *in* **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais. GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de. - Brasília: Embrapa, 2013.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WIED, Maximiliano. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1940.

WEZEL, Alexander et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agron. Sustain. Dev.**n. 29. p. 503-515. 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1051/agro/2009004>. Acesso em: 14 jul. 2019.

WILLIS, Anne-Marie. Ontological Designing. **Design Philosophers Papers**. v. 4, n. 2. p. 69-92, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.2752/144871306X13966268131514>. Acesso em: 6 nov. 2020.

WOLF, Eric. **A Europa e os Povos sem História**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.